

EDUCAÇÃO FÍSICA

Projeto Pedagógico
do Curso de Graduação



Universidade de Gurupi
Pró-reitoria de Graduação

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
(Licenciatura e Bacharelado)

GURUPI, MAIO DE 2021

APRESENTAÇÃO

A Constituição Federal estabelece em seu artigo nº 207 que “As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial [...]”, assim, a elaboração e/ou atualização do PPC se constitui responsabilidade institucional.

A Universidade de Gurupi- UnirG, na construção do PPC de seus Cursos de Graduação, propõe-se a acolher as normas do Sistema de Educação Superior dialogando com a estrutura mínima para o PPC indicada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Nesse sentido, a Universidade busca atribuir aos PPCs de seus Cursos de Graduação feição contextualizada e atender a complexo conjunto de interesses de sujeitos sociais e políticos componentes da população do estado do Tocantins com quem mantém permanente diálogo, bem como regiões dos estados mais próximos.

A construção do PPC deve, afirmativamente, ancorar-se em rigoroso diagnóstico e representar uma ação intencional, refletida e fundamentada de coletivo de sujeitos agentes interessados em promover, conforme missão da Universidade expressa em seu PDI. O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é uma ferramenta essencial para definir e orientar a organização das práticas pedagógicas idealizadas para o Curso de Graduação, devendo estar em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais propostas pelo MEC, e também com outros documentos que dão suporte a sua construção. Tais documentos são indicados abaixo. A construção, a avaliação e a reformulação do PPC são processos coletivos de trabalho. Assim, a participação de toda a comunidade (docentes, discentes e servidores técnico-administrativos) é fundamental.

Neste caso a reconstrução do currículo foi organizada a fim de cumprir as instruções normativas descritas na RESOLUÇÃO No. 6, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018, promulgada pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO através do CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO através da CAMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, que institui as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em educação física e das outras providências.

Os documentos listados abaixo estabelecem um referencial normativo e legislativo que orienta e dá suporte ao processo de elaboração/reforma do PPC:

- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, Artigos 205 a 214.

- LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, Lei Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Capítulo VI - Artigos 43 a67.
- PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) 2014-2024, Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.
- DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DE CADA CURSO, Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>>.
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) DA UNIRG 2019- 2023, Resolução 036 – Conselho Acadêmico Superior- CONSUP de 19 de setembro, disponível em: <http://www.unirg.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/resolucao-36-2019-consup.pdf>.
- NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE, Resolução N. 1, de 17 de Junho de 2010, Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6885&Itemid. Acesso em 30 de junho de 2016.
- EDUCAÇÃO AMBIENTAL, Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Destaques:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. [...]

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando: [...]

II - educação superior

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

Art. 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

- RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012, Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Destaque:

Art. 19. Os órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino devem articular-se entre si e com as universidades e demais instituições formadoras de profissionais da educação, para que os cursos e programas de formação inicial e continuada de professores, gestores, coordenadores, especialistas e outros profissionais que atuam na Educação Básica e na Superior **capacitem para o desenvolvimento didático-pedagógico da dimensão da Educação Ambiental na sua atuação escolar e acadêmica.**

§ 1º Os cursos de licenciatura, que qualificam para a docência na Educação Básica, e os cursos e programas de pós-graduação, qualificadores para a docência na Educação Superior, **devem incluir formação com essa dimensão, com foco na metodologia integrada e interdisciplinar.**

- RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, Resolução CNE/CP Nº1, de 17 de junho de 2004, Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Destaque:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP3/2004.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da

educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 05/03/2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>.

- EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, Resolução Nº 1, de 30 de maio de 2012, Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Destaques:

Art. 6º A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação.[...]

Art. 8º A Educação em Direitos Humanos deverá orientar a formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais da educação, sendo **componente curricular obrigatório** nos cursos destinados a esses profissionais.

Art. 9º A Educação em Direitos Humanos deverá estar presente na **formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais das diferentes áreas do conhecimento.**

- DIREITO EDUCACIONAL DE ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS, Resolução Nº 3, de 13 de maio de 2016, Define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Destaque:

Art. 23. Os cursos de formação de professores devem garantir nos currículos, além dos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como **conteúdos relacionados aos direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.**

- INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, Portaria Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

- LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Capítulo IV - Do direito à educação.

- DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005, Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Destaque:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como **disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior.**[...]

§ 2º A Libras constituir-se-á em **disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior** e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

- ESTÁGIO DE ESTUDANTES, Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, e nº 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

- SISTEMA e-mec, Portaria Normativa Nº 40, de 12 de dezembro de 2007, Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos

processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos 37 Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em: <http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/17>. Acesso em 30 de junho de 2016

- PROGRAMA DE INTERNACIONALIZAÇÃO, PORTARIA Nº 220, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017, Institui o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil e dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa.

- EXTENSÃO CURRICULARIZADA, RESOLUÇÃO Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201, que aprova o Plano Nacional de Educação-PNE 2014-2024 e dá outras providências.

Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

- DISCIPLINAS OFERTADAS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA, PORTARIA Nº 2.117, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

Destaque:

Art. 1º

Esta Portaria dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, com observância da legislação educacional em vigor.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos cursos de Medicina.

Art. 2º As IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, **até o limite de 40% da carga horária total do curso.**

- RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019, Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica

(BNC-Formação).

- RESOLUÇÃO Nº 6, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018, Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências.

- RESOLUÇÃO Nº 155, DE 17 DE JUNHO DE 2020, Conselho Estadual de Educação do Estado do Tocantins. Dispõe sobre as funções de regulação, avaliação e supervisão de Instituições de Educação Superior, e Cursos de Graduação e Pós-Graduação, no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins.

- RESOLUÇÕES E ORDENS DE SERVIÇO – UNIRG, Disponível em: <http://www.unirg.edu.br/a-unirg/conselhos/#resolucoes>.

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	3
1.	CONTEXTUALIZAÇÃO DA MANTENEDORA	15
1.1.	FUNDAÇÃO UNIRG	15
1.2.	BASE LEGAL DA MANTENEDORA	15
1.3.	HISTÓRICO DA MANTENEDORA	16
2.	CONTEXTUALIZAÇÃO DA MANTIDA	28
2.1.	UNIVERSIDADE DE GURUPI - UNIRG	28
2.2.	BASE LEGAL DA UNIRG	31
2.3.	MISSÃO	32
2.4.	VISÃO	32
2.5.	VALORES.....	32
2.6.	HISTÓRICO DA MANTIDA	33
2.7.	OBJETIVOS	43
2.8.	ÁREA(S) DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	44
3	CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	45
3.1.	NOME DO CURSO	45
3.2.	ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO	45
3.3.	JUSTIFICATIVA PARA A MANTENÇA DO CURSO.....	45
3.4.	ATOS LEGAIS DO CURSO	48
3.5.	CONCEITO DE CURSO - CC.....	50
3.6.	CONCEITO PRELIMINAR DE CURSO – CPC	50
	O CONCEITO PRELIMINAR DO CURSO DE LICENCIATURA ESTA DESCRITO NO QUADRO ABAIXO.	50

ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

3.7. RESULTADOS DO ENADE.....	51
OS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO ENADE DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESTÃO DESCRITOS NO QUADRO ABAIXO.	51
3.8. TURNOS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO.....	51
O NOVO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE GURUPI – UNIRG FUNCIONARÁ EM TURNO INTEGRAL.....	51
3.10. CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO.....	52
3.11. TEMPOS MÍNIMO E MÁXIMO PARA INTEGRALIZAÇÃO.....	ERRO!
INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
3.12. COORDENADOR DE CURSO.....	52
3.13. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO.....	53
3.14. TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DO CORPO DOCENTE NO CURSO	53
3.15. EVOLUÇÃO DO CORPO DISCENTE.....	53
3.16. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.....	54
4 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	55
4.1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	55
4.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	59
ORGANIZAÇÃO TEÓRICA PARA OS PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ENSINO.....	61
4.3. POLÍTICAS PARA A GRADUAÇÃO.....	65
4.3.1. EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	72
4.3.2. DIREITOS HUMANOS.....	72
4.3.3. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS.....	72
4.3.4. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	73
4.4. POLÍTICAS DE PESQUISA	74
4.4.1. COMPROMISSOS PARA O FOMENTO À PESQUISA	75

4.4.2. POLÍTICAS PARA DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO NA UNIRG	79
A POLÍTICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIRG BUSCARÁ ALCANÇAR OS PRINCÍPIOS:	79
4.5. POLÍTICAS DE EXTENSÃO	80
4.5.1. POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO, CULTURA E ASSISTÊNCIA DA UNIRG	84
4.5.2. POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE	84
4.5.3. ÁREAS DE ATUAÇÃO DA PROECAE: CULTURA, ARTE E ESPORTE	87
4.5.4. POLÍTICA INSTITUCIONAL DE EGRESSOS	89
4.6. OBJETIVOS DO CURSO	91
4.6.1. OBJETIVO GERAL	91
4.6.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	91
4.6.2.1. BACHARELADO	91
4.6.2.2. LICENCIATURA	91
4.7. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	92
4.8. ESTRUTURA CURRICULAR	92
4.9. EMENTÁRIOS	100
4.10. CONTEÚDOS CURRICULARES	137
4.11. METODOLOGIA	146
4.12. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	152
4.13. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO E RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	154
4.14. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO E RELAÇÃO ENTRE LICENCIADOS-DOCENTES-SUPERVISORES DA REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	

4.15.	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO E RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA.....	155
4.16.	ATIVIDADES COMPLEMENTARES ..ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
4.17.	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	159
4.18.	APOIO AO DISCENTE.....	160
4.19.	AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO: GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA .	160
4.20.	ATIVIDADES DE TUTORIA E DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	160
4.21.	CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA	162
4.22.	TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	163
4.23.	AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM NA EAD	164
4.24.	MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL	167
4.25.	PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	169
4.26.	NÚMERO DE VAGAS.....	174
4.27.	INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO.....	175
4.28.	INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE (SUS).....	176
4.29.	ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DE SAÚDE	176
4.30.	ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS	177
4.31.	ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) E SUA COMPOSIÇÃO.....	177
4.32.	ATUAÇÃO DO COORDENADOR	179
4.33.	REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO.....	180

4.34.	CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO, REGIME DE TRABALHO, EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM TODOS OS SETORES DA EDUCAÇÃO PRESENCIAL E A DISTÂNCIA.....	180
4.35.	TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO PRIMEIRO ANO DO CURSO.....	183
4.36.	ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE	183
4.37.	PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA.	185
5	INFRA ESTRUTURA.....	186
5.1.	ÓRGÃOS SUPLEMENTARES	188
5.2.	LABORATÓRIOS, NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA	189
5.3.	INFRAESTRUTURA DE INFORMAÇÃO	191
5.4.	NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	193
5.5.	BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA.....	195
5.6.	PLANO DE ACESSIBILIDADE AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	196
5.7.	PLANO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS	198
1.1.1.	CAMPUS I: BLOCO E F.....	198
1.1.2.	CENTRO ADMINISTRATIVO:	206
1.1.3.	AMBULATÓRIO:	207
1.1.4.	BLOCO C:.....	208
6	CONCLUSÃO.....	209

1. NTEXTUALIZAÇÃO DA MANTENEDORA

1.1. FUNDAÇÃO UNIRG

A mantenedora, Fundação UnirG é gerida por um Presidente indicado pelo Poder Executivo Municipal e referendado pela Câmara dos Vereadores Municipal, sendo exercida pelo Sr. Thiago Lopes Benfica, desde o ano de 2017.

Quadro 1 - Dados com identificação da Mantenedora da Universidade- UnirG

Nome da Instituição:	Fundação UnirG
Presidente:	Thiago Piñero Miranda
SIGLA:	UnirG
Esfera Administrativa:	Pública Municipal de Ensino Superior
Ato de Criação:	Lei n.611 de 15/02/1985, alterada pela Lei nº 1.566 de 18/12/2003 e Lei nº 1.699 de 11/07/2007 – Gurupi-TO
CNPJ:	01.210.830/0001-06
Endereço:	Av. Pará, Quadra 20, Lote 01, nº 2432, Engenheiro Waldir Lins II, Gurupi-TO, CEP: 77.402-110
Telefone:	(063) 3612-7600 Ramal: 7515
Email:	presidencia@unirg.edu.br
Webmail:	www.unirg.edu.br

1.2. BASE LEGAL DA MANTENEDORA

A IEs foi criada a partir da Lei Municipal nº 611, de 15 de fevereiro de 1985 que cria, inicialmente, a Fundação Educacional de Gurupi (F.E.G.), decretada pela Câmara Municipal de Gurupi e sancionada pelo prefeito municipal Jacinto Nunes da Silva e pelo secretário de Administração Geral Divino Allan Siqueira. A Lei Municipal nº 1.970, de 25 de outubro de 2011, alterou a Lei de criação que em seu Art. 1º que transformou a Fundação Educacional de Gurupi em Fundação UnirG e definiu como Órgão Consultivo e Fiscalizador, o Conselho Curador.

O Decreto Governamental nº 5.861 foi assinado pelo governador do Estado do Tocantins, Mauro Carlesse, em 17 de setembro de 2018, o qual oficializou a transformação do Centro Universitário UnirG em **Universidade de Gurupi**, sendo publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 5.190, de 17 de setembro de 2018. Este evento foi realizado sob a gestão do prefeito municipal Laurez Moreira; presidente da Fundação UnirG, Thiago Benfica e a reitora da academia, prof^a Lady Sakay. O processo de credenciamento por transformação em Universidade foi composto pelo Plano de Desenvolvimento Institucional, Regimento Acadêmico, Estatuto, documentos referentes à situação financeira, acadêmica, dentre outros, em conformidade com as normas vigentes que possibilitaram o credenciamento desta Instituição por cinco anos. Esse acesso permite à UnirG ampliar os programas de pesquisa, intercâmbios internacionais, acesso a financiamentos e editais, registrar diplomas de outras instituições, criar cursos e sedes administrativas acadêmicas, além da formação de redes de parcerias com outras instituições nacionais e internacionais.

1.3. HISTÓRICO DA MANTENEDORA

A Lei Municipal nº 611, de 15 de fevereiro de 1985 cria a Fundação Educacional de Gurupi (F.E.G.) decretada pela Câmara Municipal de Gurupi e sancionada pelo Prefeito Municipal Jacinto Nunes da Silva e pelo Secretário de Administração Geral Divino Allan Siqueira. A Lei Municipal nº 1.970, de 25 de outubro de 2011, alterou a Lei de criação que em seu Art. 1º transformou a Fundação Educacional de Gurupi em Fundação UnirG e definiu como Órgão Consultivo e Fiscalizador, o Conselho Curador.

O Decreto Governamental nº 5.861 foi assinado pelo Governador do Estado do Tocantins, Mauro Carlesse, em 17 de setembro de 2018, o qual oficializou a transformação do Centro Universitário UnirG em Universidade de Gurupi, foi publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 5.190, de 17 de setembro de 2018. Este evento foi realizado sob a gestão do Prefeito Municipal, Laurez Moreira; Presidente da Fundação UnirG, Thiago Benfica e a Reitora da academia, Lady Sakay. O processo de credenciamento por transformação em Universidade foi composto pelo Plano de Desenvolvimento Institucional, Regimento Acadêmico Conselho Estadual de Educação, Estatuto, documentos referentes à situação financeira, acadêmica, dentre outros, em conformidade com as normas vigentes que possibilitaram o credenciamento desta instituição por cinco anos. Esse acesso permite à instituição ampliar os programas de pesquisa, intercâmbios internacionais, acesso a financiamentos e editais, registrar diplomas de outras instituições, criar cursos e sedes

administrativas acadêmicas, além da formação de redes de parcerias com outras instituições nacionais e internacionais.

Vários desafios ainda por percorrer, mas sob a égide de Universidade, a instituição conta com os seguintes cursos de graduação: Administração, Ciências Contábeis, Direito (matutino e noturno), Educação Física (bacharelado e licenciatura), Enfermagem, Engenharia Civil (matutino e noturno), Farmácia, Fisioterapia, Letras, Medicina, Odontologia, Psicologia e Pedagogia. Foi finalizado o curso superior em Tecnologia: Sistemas para Internet. Também ministra cursos de pós-graduação Lato Sensu e tem aprovado o Stricto Sensu, Mestrado Profissional em Saúde Pública e Ambiente; em parceria com a Universidade Federal do Tocantins - UFT e continua sendo oferecido o Mestrado Interinstitucional (Minter).

A IES conta com instrumentos que norteiam as ações com o intuito de cumprir sua missão e objetivos: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a Comissão Própria de Avaliação (CPA), encarregada da avaliação institucional, a implementação das Câmaras de Graduação e Câmara de Ética no Conselho Acadêmico Superior (CONSUP), o Núcleo Docente Estruturante Institucional - NDEI que acompanha e socializa as ações dos Núcleos de Docentes Estruturantes - NDEs dos cursos, o Colégio de Coordenadores, os Conselhos dos Cursos, além de outras ferramentas nas diversas unidades.

Os cursos são ministrados nos seguintes locais: Campus I, Campus II e Clínica de Odontologia; além de salas de aulas destinadas aos alunos de estágio, no Núcleo de Práticas Jurídicas, no Ambulatório de Saúde Comunitária, no Centro de Vida Saudável. Os laboratórios dos cursos da Saúde são oferecidos no Campus II e, do curso de Odontologia, na Clínica Odontológica. A instituição conta com o Núcleo de Práticas Jurídicas para o estágio do curso de Direito que atende também, efetivamente, a clientela com renda mensal de até dois salários mínimos. A instituição mantém o Núcleo de Estágio da Saúde que atende os residentes da Saúde/UnirG, local especial, equipado com biblioteca, quarto para descanso, cozinha e outros atendimentos para uso dos residentes médicos. Sala multifuncional Laboratório de Tecnologia Assistiva da UnirG-(LabTAU) para construção de material que atenda o aluno com dificuldade de aprendizagem em escolas do município e da região.

Para alcançar a meta de implantar a, hoje, Universidade em Gurupi, muitos servidores docentes, corpo técnico-administrativo, discentes e também, com a participação da comunidade Gurupiense e da região, do poder constituído nas diversas gestões, aderiram ao sonho, desde o plano de campanha política (1982) e materializado em 1985 com a criação do curso superior em Gurupi-TO, o Comandante Jacinto Nunes e, ainda dos prefeitos do sul do Tocantins que apoiaram a mesma causa, participaram da árdua tarefa.

Os Cursos de Direito e de Pedagogia foram os primeiros autorizados, ambos, por meio da Resolução CEE/GO nº 150 de 31/05/1985. O início das atividades da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi (F.F.C.H.G.) ocorreu no Colégio Ary Ribeiro Valadão Filho. O 1º Processo Seletivo dos cursos de graduação plena ocorreu em 29 e 30 de junho de 1985; início das aulas em julho de 1985 com a Licenciatura Curta e, no segundo semestre de 1985, iniciou-se os cursos de graduação em Direito e Pedagogia com Licenciatura Plena.

No primeiro ano, a gestão da Fundação Educacional de Gurupi (F.E.G.) se deu em parceria com a empresa Centro de Ensino Regional Tocantins-Araguaia – CERTA; em 1986, a prefeitura rompeu esse contrato e através da alteração do estatuto da FEG, pelo Decreto nº 162, de 03/11/1986, nomeou como Presidente, Maria das Dores Braga Nunes, como Secretário Milton Loureiro e como Tesoureiro Odécio Lopes Névoa Filho. O Decreto nº 080/86, de 16 de maio de 1986 nomeou o Prof. Mário Coelho da Silva para Direção Geral da FAFICH-Gurupi.

Conforme legislação em vigor, depois da autorização do Conselho Estadual de Educação, ainda faltava a autorização do Ministério de Educação e Cultura (MEC) a qual foi oficializada em 19 de agosto de 1987 ao ser publicado no DOU de 20/08/1987, Seção I, na primeira página, o Decreto Ministerial nº 94.786 que autorizou o funcionamento do curso de Direito da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi, a ser ministrado com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais e, no mesmo Diário Oficial, Seção I, página 13222, o Decreto Ministerial nº 94.787 autorizou o funcionamento do curso de Pedagogia com as habilitações: Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau, Supervisão Escolar de 1º e 2º Graus (Licenciatura Plena), com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais e Supervisão Escolar de 1º Grau (Licenciatura Curta) com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais.

O primeiro regimento da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi nº 028, aprovado por meio da Resolução CEE-GO nº 066, de 26 de maio de 1988, foi assinado pelo então Presidente, Pe. José Pereira de Maria.

Em 1989, houve a substituição da Presidência da Fundação Educacional de Gurupi (FEG) assumida pelo professor Lázaro Francisco Mundim, posse da Secretária Executiva por Maria Botelho Pinheiro e da Tesoureira por Maria do Carmo Sampaio de Lima Aguiar. Na Diretoria Acadêmica continuou Mário Coelho da Silva e assumiu a Vice Direção, o Professor Galileu Marcos Guarenghi (Decreto Municipal 125/1989).

Em 1990, estava estabelecida a sede da Faculdade na Alameda Madrid, 545, Setor Jardim Sevilha, onde passou a funcionar a Academia, a Fundação, a Associação dos

Professores, a Representação Estudantil e local em que foi instalada, posteriormente, à época, a Empresa Júnior que atendia aos dois últimos cursos criados: Administração e Ciências Contábeis.

Por meio do Decreto Ministerial s/n, de 04/08/1994, conforme o Parecer CES/CEETO nº 095, aprovado em 24/10/1991 - processo 773/91 – os cursos de Administração e de Ciências Contábeis tiveram o funcionamento Autorizado. Em 1999, foram criados os cursos emergenciais de História, Matemática e Letras, como também foi aberto o curso de Direito Matutino, com fundamento no Parecer CEE/TO nº 029 de 24/02/1999. Em 1997, houve alteração na gestão municipal, assumiu a prefeitura o Sr. Nânio Tadeu Gonçalves que nomeou pelo Decreto Municipal 297, de 20/06/1997, Verbena Medeiros Brito para, em comissão, exercer o cargo de Presidente da Fundação Educacional de Gurupi. Em 1/02/2000 o curso de Educação Física foi autorizado pelo Decreto Governamental nº 895. Até o fim do século passado a FAFICH possuía 7 (sete) cursos e 1.078 (Mil e setenta e oito) acadêmicos.

Em 2001 se inicia a fase de implantação do que viria a ser a Universidade de Gurupi. O prefeito João Lisboa da Cruz nomeou para presidente da Fundação Educacional de Gurupi, o professor Valnir de Souza Soares, Diretor Administrativo-financeiro Américo Ricardo Moreira de Almeida e criou a Diretoria Acadêmica vinculada à FEG ocupada pelo Prof. Pedro Luiz de Menezes que receberam como missão, a transformação da cidade de Gurupi em polo educacional.

Depois da criação da UnirG, outras instituições de ensino superior foram instaladas em Gurupi; já constam: UFT (1992), IFTO, UNOPAR, UNIP, recentemente a UNIPLAN.

No vestibular de meio de ano de 2001 a FAFCH/UnirG7 ampliou seu vestibular ofertando também os cursos de Ciência da Computação, Odontologia, Fisioterapia e Comunicação Social – Jornalismo com base no parecer favorável emitido pelo Conselho Estadual de Educação do Estado do Tocantins, em 20/06/2001, concretizado no Decreto Governamental nº 1.332, de 17/10/2001. Em 2002, foram criados os cursos de Enfermagem e Medicina. A instituição passou então a ter 12 cursos com um curso, Direito, em dois turnos, 3.449 discentes e 110 docentes.

No segundo semestre de 2006 foi realizado o processo seletivo para o curso de Farmácia, autorizado conforme o Decreto Governamental nº 2.882, de 06/11/2006, à luz do Parecer CES/CEE/TO nº 230/2006 com funcionamento em período integral e 60 (sessenta) vagas semestrais. O oferecimento de vagas do curso de Farmácia foi suspenso e deixou de constar no edital do processo seletivo a partir do primeiro semestre de 2014, conforme a

Resolução CONSUP nº 016, de 01/10/2013, no entanto voltou a ser oferecido com a aprovação de nova estrutura curricular no primeiro semestre de 2016.

A instituição promoveu Concursos Públicos de Provas e Títulos para professor em 1985 (empresa CERTA/Goiânia) e na sede em Gurupi nos anos: 1988 (Edital nº 002, de 17/12/1987), 1989 (Edital em 08/06/1989 - Inscrições de 04/01 a 05/02/1990); 1991 - Edital em 1º/07/1991, homologado pela Resolução nº 004, de 20/08/1991; 1999 (Edital 05/99), 2000 (Edital nº 005, de 08/05/2000); 2007, 2013 (Resolução CONSUP nº 004, de 30/04/2013), 2018, este, porém, suspenso; para o Corpo Técnico-Administrativo em: 1999 (Edital 05/99), 2006 (Edital 2005); 2007, 2010, 2016 (Portaria nº 966, de 19/10/2016-aplicado em 12/02/2017), 2017 (homologado pela Portaria UnirG nº 858/2017 de 20/12/2017).

Embora as avaliações estivessem sendo realizadas no âmbito institucional, em 2007 aprovou-se o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA), encarregada da elaboração do projeto de autoavaliação institucional com vistas ao acesso a Centro Universitário.

Em 2008, a instituição iniciou nova fase, obtendo autonomia universitária, por meio do acesso ao nível de Centro Universitário, a maior conquista até então, por meio do Decreto Governamental nº 3.360, de 02/06/2008 – DOE/TO de 06/06/2008, conforme o Parecer CES/CEE/TO nº 144/2008-DOE/TO de 30/05/2008. Assim credenciado, o Centro Universitário UnirG passou a desfrutar de autonomia para, entre outras ações, criar e organizar em sua sede, cursos e programas de educação superior, registrar os diplomas dos concluintes de seus cursos, até então sob o encargo da Universidade Federal de Goiás, enfim gozar da autonomia conforme a legislação vigente. Em 2011, a instituição protocolou os documentos necessários para novo Credenciamento e foi renovado por 5 (cinco) anos, conforme o Decreto Governamental 4.659, de 24/10/2012 – DOE/TO de 24/10/2012, conforme Parecer CEE/TO nº 396/2012, de 18/11/2011 – DOE-TO de 13/12/2011.

Essa condição resultou em outras providências da instituição, desde 2008: o final da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); reformulação do Estatuto da Fundação e do Regimento Geral da Academia com reorganização das ações, adequando-as às normas estatutárias e regimentais. Evidenciou-se a melhoria da qualidade do ensino oferecido, comprovada por processos avaliativos, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecido à comunidade acadêmica.

Com a nova condição e, nos termos do referido decreto, o Centro Universitário UnirG passou a ser identificado como uma Instituição Pública Municipal de Ensino Superior, com

universalidade de direito, mantida e representada pela Fundação UnirG, mantenedora, com natureza e personalidade jurídica de direito público, possuindo o mesmo regramento jurídico dispensado às autarquias, instituída pela Lei Municipal nº 611 de 15 de fevereiro de 1985, com as alterações da Lei Municipal nº 1.566 de 18 de dezembro de 2003 e Lei Municipal nº 1.699 de 11 de julho de 2007 e, posteriormente, em 2009, por meio da Lei Municipal nº 1.831, de 07/12/2009 a Lei 611/1985 foi alterada em seus artigos 1º e 3º, alterando a personalidade jurídica, definindo/alterando a condição para ser presidente da Fundação e redefinindo a estrutura orgânica da Fundação UnirG; novamente alterada pela Lei Municipal nº 1.970, de 25/10/2011; agora o Conselho Curador com 14 (catorze) membros e definição dos órgãos ligados à Fundação UnirG: Controladoria Geral, da Fundação UnirG, Tesouraria da Fundação UnirG, Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência da Fundação UnirG; essa é a Lei que persiste, alterando os membros a cada dois anos.

Com o Regimento Geral aprovado conforme a Resolução CEE/TO nº 63, de 07/05/2008 - DOE/TO de 18/08/2008, houve eleição para os cargos de reitoria, vice-reitoria e coordenações de curso e de estágio, com mandato de dois anos. Na primeira eleição, foi eleito como Reitor o Prof. Dr. Marcus Geraldo Sobreira Peixoto e Vice-Reitor o Prof. Ms. Alexandre Ribeiro Dias. Na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação foi nomeada a Profª Drª Karin Ferreto Santos Collier e na Pró-Reitoria de Graduação e Extensão, o Prof. Ms. Ricardo Lira de Rezende Neves. Esse Regimento sofreu alterações em 10/08/2012, 2015, 2016.

Em 06/08/2009 foi aprovada a criação do Departamento de Registro de Diplomas, Títulos e Certificados por meio da Resolução CONSUP nº 012/200910, materializando mais uma conquista da condição do nível de Centro Universitário, para o qual foi nomeada a Professora Cinária Batista da Silva Lima.

A instituição mantém Revistas online, a primeira: Revista Cereus, v.01, n.01, agosto de 2009 Online, destina-se à divulgação de trabalhos científicos das áreas classificadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes como: Ciências Exatas e da Terra, Saúde Coletiva (epidemiologia, saúde pública, medicina preventiva) Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, mas abre espaço para submissões de outras áreas desde que os respectivos conteúdos guardem correspondência com o projeto da revista. Em 2013, foi criada a Revista Amazônia Science & Health do Centro Universitário UnirG, com divulgação trimestral, destinada à publicação de trabalhos científicos e intervenções relacionados à saúde. Em 03/08/2017, os acadêmicos do curso de Letras do Centro Universitário UnirG promoveram o lançamento da primeira

revista Ressaca Literária; trata-se de uma revista de poesia e prosa que propõe leitura, por meio da publicação de poemas, contos, crônicas, resenhas, artigos, entrevistas, fotografias, músicas entre outras variedades. As Revistas Cereus e Amazônia: Science & Health, do Centro Universitário UnirG receberam em abril, a avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Qualis-Capes) para os anos 2016/2017. Os periódicos foram classificados com Qualis "B" na área interdisciplinar. A Amazônia conquistou Qualis "B5" e a Cereus Qualis "B2".

Cumprindo as normas previstas no Regimento Geral, foi deflagrado o processo eleitoral para mandato de dois anos, 2010-2012, assumindo a gestão os professores mestres: Alexandre Ribeiro Dias no cargo de Reitor e Victor de Oliveira no cargo de Vice-reitor, empossados em 22/09/2010. Foram nomeados: para a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, a Prof^a Dr^a Karin Ferreto Santos Collier e na Pró-Reitoria de Graduação e Extensão, o Prof. MsC. Rogério Ferreira Marquezan. Os Mestres: Alexandre Ribeiro Dias no cargo de Reitor e Victor de Oliveira no cargo de Vice-Reitor foram reeleitos também para o pleito 2012-2014.

A instituição ministrou o Curso de Extensão Universitária em Medicina, referente à oferta de disciplinas para legalização dos diplomas de Medicina, cujo curso foi concluído no exterior. A análise dos documentos desses alunos resultou em Pareceres individualizados das Universidades Federais do Rio Grande do Norte e de Santa Catarina. O curso foi ministrado no Centro Universitário UnirG, com turmas em 2010 e em 2011; a primeira, com carga horária de 612, 972 e um participante com 1440 horas. Os participantes finalizaram as disciplinas teóricas/práticas (para aqueles que precisavam) e depois foram divididos em blocos para realizar o internato. Essa etapa foi realizada: 1º Bloco, com 23 (vinte e três) participantes na cidade de Marabá-PA; 2º Bloco, com 07 (sete) em Crixás-TO, 04 (quatro) em Formoso do Araguaia-TO, 06 (seis) em Itaberaba-BA; 3º Bloco, com 16 (dezesesseis) participantes em Pedro Afonso-TO. As disciplinas foram ministradas, emitidos os históricos e os certificados de finalização das disciplinas necessárias a cada participante; desses documentos, a instituição recebeu elogios da comissão responsável pela análise, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Até 29/08/2010, os docentes eram concursados sob regime estatutário, porém após intensos estudos e simulações para comprovar a viabilidade e a capacidade da instituição, foi editada a Portaria UnirG nº 633, de 30/08/2010 que dispôs sobre o enquadramento de servidores docentes do quadro permanente da Fundação UNIRG12, dando cumprimento à Lei 1.755, de 21/05/2008, que legalizou o assunto nos seguintes regimes de trabalho: a)

Docente com Tempo Integral – 40 horas; b) Docente com Tempo Parcial – 20 horas; c) Docente em regime horista. A Resolução CONSUP nº 006/2010, de 08/07/2010 aprovou o enquadramento dos docentes do Centro Universitário UnirG, retroagindo os seus efeitos a 01/07/2010.

Na gestão do prefeito municipal Alexandre Tadeu Salomão Abdalla, foi empossado no cargo de Presidente da Fundação UnirG, em janeiro de 2011, o Senhor Eugênio Pacceli Freitas Coelho, mesmo tendo sido eleito para esse cargo, em setembro do ano anterior, o Professor Antônio Sávio Barbalho do Nascimento.

Em 2012 a instituição passou a ofertar vagas por meio do processo seletivo com cota para os candidatos que prestaram o ENEM e, posteriormente, ampla concorrência, ENEM e para egressos de escola pública. Em 2017, a forma de ingresso ampliou para prova agendada, oportunizando alguns cursos, usando das alternativas apresentadas anteriormente.

O Centro Universitário UnirG, no caminho pela qualidade dos serviços e nos preparativos para ascender à Universidade, aprovou regulamentos de diversas unidades: Secretaria Geral Acadêmica - Resolução CONSUP nº 03, de 13/03/2014; Núcleo de Práticas Jurídicas do Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 023, 09/06/2016); critérios para a Outorga de Grau no Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 010, de 17/11/2010); Regulamento de Extensão e os respectivos critérios de Avaliação com a validade por 02 (dois) anos, para ser reavaliado, visando ao aprimoramento e ajustes que se tornassem necessários, de acordo com os objetivos do Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP/Câmara de Graduação nº 009, de 07/11/2011); Regulamento do Projeto Integrador do Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 045, de 17/11/2016); horário de funcionamento e sistema de registro do ponto eletrônico para os servidores do Quadro Técnico-Administrativo e aos Docentes no âmbito da Fundação e Centro Universitário UnirG (Portaria UnirG nº 1173, de 21/12/2016); Regulamento de Monitoria do Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 016, de 31/05/2017); Regulamento para admissão de aluno especial no Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 017, de 31/05/2017); Regulamento para admissão de Aluno Extraordinário no Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 018, de 31/05/2017); normas de Colação de Grau (Resolução CONSUP nº 019, de 31/05/2017); regulamentação do Núcleo Comum do Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 037, de 26/11/2015); regulamento do Núcleo de Ensino a Distância do Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 044, de 21/09/2017) e outros regulamentos foram providenciados. A UnirG instituiu os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), a Câmara de Ética e Disciplina; a Câmara de Graduação.

Também foi realizada parceria com a Universidade do Tocantins-UFT para qualificação *Stricto Sensu*, sendo aprovado por meio da Resolução CONSUP nº 002, de 10/03/2016, o Mestrado Interinstitucional (Minter).

Em 2013, o Prefeito Municipal, Laurez da Rocha Moreira, nomeou o candidato eleito em setembro de 2010, Professor Antônio Sávio Barbalho do Nascimento para a presidência da Fundação UnirG (Decreto Municipal nº 013, de 03/01/2013).

Ampliando a oferta de cursos, a instituição aprovou a criação do curso de Engenharia Civil, com funcionamento no período noturno, com 60 vagas semestrais (Resolução CONSUP/UnirG nº 014, 10/09/2013); posteriormente, por meio da Resolução CONSUP nº 005, de 24/04/2014 foi criado o curso de Engenharia Civil no turno Matutino. Foi aprovado também, pela Resolução CONSUP nº 021 de 05/11/2013, o Edital para seleção dos cursos de tecnologia em Comunicação Institucional e Sistemas para Internet para o primeiro semestre de 2014. Embora o esforço para abertura do curso de Comunicação Institucional, a coordenação do curso de Comunicação Social não obteve êxito. Foi oferecido somente o curso de Sistemas para Internet, com demanda suficiente conforme exigência da Fundação, para funcionar a partir do primeiro semestre de 2014.

Quanto à pós-graduação, a instituição ofertou programas de pós-graduação *Lato Sensu* desde 1995 com origem nesta instituição ou em parceria com outras, sendo que a partir de 2014 a UnirG ofereceu, semestralmente, por meio de publicação de editais os cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e ministrados conforme a demanda. Na pós-graduação foram realizados os seguintes cursos de especialização *Lato Sensu*: Agronegócios TURMA I (2015-2016); Agronegócios TURMA II (2017-2018); Controladoria e Finanças - TURMA I (2017-2018); Direito Tributário – TURMA I (2017-2018); Educação Física Aplicada ao Fitness e ao Wellness – TURMA I (2017-2018); Farmácia Hospitalar Enfoque em Farmácia Clínica (2014-2015); Farmacologia Clínica e Terapêutica com Ênfase em Prescrição Farmacêutica - TURMA I (2016-2017); Psicologia Clínica - Avaliação e Intervenção – TURMA I (2015-2016); Psicologia Clínica - Avaliação e Intervenção – TURMA II (2016-2017); Terapia Intensiva – TURMA I (2014-2015); Terapia Intensiva – TURMA II (2015-2016); Terapia Intensiva – TURMA III (2016-2017); Terapia Intensiva – TURMA IV (2017-2018).

Quanto à qualificação dos professores, na pós-graduação *Stricto Sensu* foi oferecida por meio de parceria com instituições: Universidade de Marília (UNIMAR) em Marília-SP (1997), Universidade de Taubaté (UNITAU) em Taubaté-SP (2012), Universidade Federal de Goiás-GO em Goiânia, Universidade Federal do Tocantins (UFT) em Palmas e Gurupi-TO

(2016). A Resolução CONSUP nº 049, de 19/10/2017 aprovou o Mestrado Profissional em Saúde Pública e Ambiente, assim como seu regulamento e o Projeto Pedagógico.

No primeiro semestre de 2014 foi realizado, o Primeiro Processo Seletivo em Residência Médica em parceria com a Secretaria de Saúde. Foram ofertadas 06 (seis) vagas, sendo 02 para cada especialidade: Cirurgia Geral, Ginecologia e Obstetrícia, Ortopedia e Traumatologia. O Segundo Processo Seletivo em Residência Médica foi realizado no primeiro semestre de 2015 e acrescentado 02 vagas para Saúde da Família e Comunidade. No primeiro semestre de 2016 foi realizado o Terceiro Processo Seletivo para Residência Médica: 06 (seis) vagas: Cirurgia Geral – 01 (uma) vaga; Ginecologia e Obstetrícia: 01 (uma) vaga; Medicina de Família e Comunidade – 04 (quatro) vagas. A Residência Médica é oferecida anualmente.

Nesse ano houve eleições para reitoria, vice-reitoria e coordenações e de estágios dos cursos da instituição. Foram eleitas para a gestão do, então, Centro Universitário UnirG para o biênio 2014-2016 as professoras: Dr^a Lady Sakay e Janne Marques Silveira. As eleições para reitoria e coordenadores foram realizadas em 16/10/2014 e os eleitos empossados em 19/12/2014. Elas foram reeleitas para a gestão de reitoria e vice-reitoria seguinte, 2016-2018.

Por meio da Resolução CONSUP nº 028, de 29/09/2015, foi aprovada a redução de vagas ofertadas nos vestibulares, semestralmente, nos cursos de Fisioterapia, Educação Física (bacharelado e licenciatura) e Letras do Centro Universitário UnirG, conforme solicitação das coordenações dos cursos, depois de decidido nos respectivos Conselhos desses Cursos. Foi decidido: Fisioterapia (antes com 50 vagas), Educação Física Bacharelado (antes com 60 vagas) e Educação Física Licenciatura (antes com 60 vagas) para 40 (quarenta) vagas e no curso de Letras (antes com 50 vagas) para 30 (trinta) vagas. Por meio da Resolução CONSUP nº 025, de 10/06/2016 foi aprovada a redução de vagas no MINTER com UFT no Centro Universitário UnirG, permanecendo 15 (quinze) vagas em Políticas Públicas e 15 (quinze) vagas na área da Saúde, com custos do MINTER com a UFT para os docentes efetivos e técnicos administrativos da IES a cargo da Fundação UnirG.

A Resolução CONSUP nº 032, de 19/09/2016 instituiu a Comissão Eleitoral para as eleições dos cargos de Reitor, Vice-Reitor e Coordenadores de Curso e de Estágio do Centro Universitário UnirG com a incumbência de todos os trabalhos para a realização das eleições e apuração, composta pelos seguintes membros: Membros Titulares/CONSUP: Antônio José Roveroni (Presidente); Valmir Fernandes de Lira; Berilo de Sousa Lopes. Consta nesta resolução que a comissão Eleitoral aguardava a indicação de 01 (um) titular e 01 (um) suplente dos representantes das entidades APUG, ASAUNIRG, DCE e Procuradoria Jurídica.

A Avaliação Institucional 2017, como ferramenta para captação de dados da Instituição para a Comissão Própria de Avaliação da UnirG (CPA) foi disponibilizada aos professores, estudantes e coordenadores do Centro Universitário UnirG, por meio da Plataforma I-OW em forma tríplice: o aluno fez a própria avaliação e dos professores e dos coordenadores; o professor fez a própria avaliação e das turmas de alunos e dos coordenadores; cada coordenador fez a própria avaliação e das turmas de alunos e dos professores. As pessoas participantes do processo não foram identificadas.

Os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) foram instituídos, conforme a Resolução nº 031, de 08/06/2017, no âmbito da estrutura de gestão acadêmica dos Cursos de Graduação – Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo. O objetivo do Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui-se em acompanhar e atuar no processo de concepção, consolidação e contínua atuação do projeto pedagógico e do currículo do curso, qualificando o envolvimento docente no processo de concepção e consolidação de um curso de graduação.

O Decreto Municipal nº 683, de 04/07/2017 nomeou o Advogado Thiago Benfica para exercer o cargo de Presidente da Fundação UnirG, em substituição ao Advogado e professor Antônio Sávio Barbalho do Nascimento.

A UnirG ofereceu novo serviço em 2017 (Resolução CONSUP nº 043, de 21/09/2017) instituindo o Núcleo Institucional de Atendimento Educacional Especializado (NIAEE), responsável por atender alunos da rede municipal de Gurupi que possuem os mais variados tipos de necessidades especiais em salas de Recursos Multifuncionais, em parceria entre o Governo Municipal de Gurupi e o Ministério da Educação.

Outro serviço que a instituição presta é por meio do Programa Inova Gurupi que atua com vistas ao desenvolvimento estadual, regional e, especialmente, do município de Gurupi, em trabalho conjunto entre as instituições: UnirG, UFT, IFTO e Sebrae. Em 16/03/2018 foi realizada a cerimônia de assinatura dos termos de cessão dos equipamentos para os laboratórios vocacionais desse Programa. Os laboratórios realizam análises de alimentos de origem vegetal, animal e de nutrição animal no sul do Tocantins. Foram instalados três laboratórios, sendo o de Análise de Alimentos de Origem Vegetal alocado na UnirG, o Laboratório de Análise de Alimentos de Origem Animal na UFT e o Laboratório de Análise de Alimentos de Nutrição Animal no IFTO. Para a UnirG, essa aquisição representa o início de nova etapa de prestação de serviços e desenvolvimento de pesquisas voltadas para atividades produtivas da região.

Há também a Incubadora Inovo: integrante do projeto Inova Gurupi cujo intuito é fomentar o desenvolvimento local, com vistas ao crescimento não só da Região Sul, mas que

todo o Estado também invista nas pessoas e promova educação empreendedora. O Inova Gurupi é uma incubadora de Base Mista, que objetiva desenvolver produtos e serviços a partir das potencialidades locais, coordenada pela professora Ma. Adriana Terra. O Inova Gurupi trabalha com três programas: Educação Empreendedora, Alfabetização Científica, e Habitats de Inovação. A incubadora Inovo, coordenada pela Prof^a Alessandra Correia é um programa de prática que vai além da formação profissional. É disponibilizado aos incubados um espaço físico com preço acessível, assessoria e consultoria, infraestrutura, limpeza, serviços de internet, telefonia, segurança, rede de contatos com incubados e incubadoras; as empresas podem permanecer instaladas na incubadora por um período de dois anos, que pode ser prorrogado por mais um ano, de acordo com as especificidades do projeto. O Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT está sob gestão da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação – PROPESQ onde são coordenados projetos, também com captação de recursos.

Em 2018, mais um sonho foi realizado: o Centro Universitário passou ao nível de Universidade, agora Universidade de Gurupi – UnirG, conforme Decreto Governamental nº 5.861, de 17 de setembro de 2018. Em outubro de 2018, foi realizada a primeira eleição da Universidade de Gurupi- UnirG, os novos gestores eleitos representavam a chapa “UNIR – Universidade de um Novo Tempo”, encabeçada pela Ma. Sara Falcão de Sousa e Dr^o Américo Ricardo Moreira de Almeida - Vice-Reitor, tendo obtido maioria dos votos tanto do quadro docente, quanto discente e do corpo técnico-administrativo. Em 29 de agosto de 2019 o Regimento Geral Acadêmico da Universidade de Gurupi - UnirG obteve finalizada a revisão e aprovado no CONSUP.

O esforço conjunto de todos os segmentos da instituição, do poder executivo de Gurupi resultou na esperada transformação do Centro Universitário UnirG em Universidade de Gurupi. O desafio continua percorrendo e as adequações são necessárias para a qualidade de trabalho oferecido e o engrandecimento educacional na região e no Estado do Tocantins.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA MANTIDA

2.1. UNIVERSIDADE DE GURUPI - UnirG

A UnirG é uma Instituição Pública Municipal de Ensino Superior, situada no município de Gurupi, na Região Sul do Estado do Tocantins.

É mantida e administrada financeiramente pela Fundação UnirG, entidade de direito público e possui o mesmo regramento jurídico dispensado às autarquias.

Quadro 2- Dados de identificação da Universidade–UnirG

Nome da Instituição:	Universidade de Gurupi - UnirG
SIGLA:	UnirG
Esfera Administrativa:	Pública Municipal de Ensino Superior
Ato de Criação:	Lei n. 611 de 15/02/1985, alterada pela Lei n.1.566 de 18/12/2003 e Lei n.1.699 de 11/07/2007 – Gurupi-TO
Ato de Credenciamento Centro Universitário:	Decreto Governamental n. 3.396, de 07 de maio de 2008, publicado em DOE/TO, nº 2659, de 02 de junho de 2008- Renovado: § 1º do Decreto Governamental n. 5.861, de 17 de setembro de 2018.
Ato de Credenciamento de Universidade:	Decreto Governamental n. 5.861, de 17 de setembro de 2018, publicado no DOE/TO n. 5.190 de 03 de setembro de 2018 (§ 2º).
CNPJ:	01.210.830/0001-06
Endereço:	Av. Pará, Quadra 20, Lote 01, nº 2432, Engenheiro Waldir Lins II, Gurupi-TO, CEP: 77.402-110
Telefone:	(063) 3612-7600 Ramal: 7619
Email:	reitoria@unirg.edu.br
Webmail:	www.unirg.edu.br

Quadro 3 - Dados de identificação no âmbito da Reitoria UnirG

REITORIA	
Cargo:	Reitora
Nome:	Sara Falcão de Sousa
Endereço:	Av. Antônio Nunes da Silva nº 2195, Pq. das Acácias, Gurupi – TO, CEP: 77425-500, Gurupi-TO.
Telefone:	(063) 3612-7600 Ramal: 7619
E-mail:	reitoria@unirg.edu.br
Cargo:	Vice-Reitor
Nome:	Jeann Bruno Ferreira da Silva
Endereço:	Av. Antônio Nunes da Silva nº 2195, Pq. das Acácias, Gurupi – TO, CEP: 77425-500, Gurupi-TO.
Telefone:	(063) 3612-7600 Ramal: 7619
E-mail:	vicereitoria@unirg.edu.br

Quadro 4 - Dados de identificação no âmbito da Pró-Reitoria de Graduação e Extensão UnirG

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	
Cargo:	Pró-Reitora
Nome:	Rise Consolação Iuata Costa
Endereço:	Av. Antônio Nunes da Silva nº 2195, Pq. das Acácias, Gurupi – TO, CEP: 77425-500, Gurupi-TO
Telefone:	(063) 3612-7600 Ramal: 7619
E-mail:	prograd@unirg.edu.br

Quadro 5 - Dados de identificação no âmbito da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação UnirG

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO	
Cargo:	Pró-Reitor
Nome:	Fábio Pegoraro
Endereço:	Av. Antônio Nunes da Silva nº 2195, Pq. das Acácias, Gurupi – TO, CEP: 77425-500, Gurupi-TO
Telefone:	(063) 3612-7600 Ramal: 7602

E-mail:	propesq@unirg.edu.br
----------------	--

Quadro 6- Dados de identificação no âmbito da Pró-Reitoria de Extensão Cultural e Assistência Social - UnirG

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Cargo:	Pró-Reitor'
Nome:	Mireia Aparecida Bezerra Pereira
Endereço:	Av. Antônio Nunes da Silva nº 2195, Pq. das Acácias, Gurupi – TO, CEP: 77425-500, Gurupi-TO
Telefone:	(063) 3612-7600
E-mail:	proecae@unirg.edu.br

Quadro 7 - Dados com identificação dos Campus da Universidade UnirG

Campus I	
Endereço:	Av. Antônio Nunes da Silva nº 2195, Pq. das Acácias, Gurupi – TO, CEP:77425-500
Cursos:	Administração, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia Civil, Letras e Pedagogia.
Campus II	
Endereço:	Av. Rio de Janeiro nº 1585, Centro, Gurupi – TO, CEP:77403-090
Cursos:	Educação Física - Bacharelado e Licenciatura, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Jornalismo, Medicina e Psicologia.
Campus de Odontologia	
Endereço:	Av. Pará, nº 1544, quadra 14, lote 04, Centro, Gurupi – TO, CEP: 77400-000
Curso:	Odontologia
Campus Paraíso do Tocantins	
Endereço:	Rua Pará, Quadra 108, S/Nº, Setor Oeste, CEP 77.600-000
Cursos:	Medicina

2.2. BASE LEGAL DA UnirG

A **UnirG**, Instituição Pública Municipal de Ensino Superior, universalidade de direito mantida e representada pela Fundação UnirG, com natureza e personalidade jurídica de direito público, instituída pela Lei Municipal nº 611 de 15 de fevereiro de 1985, com as alterações da Lei Municipal nº 1.566 de 18 de dezembro de 2003 e Lei Municipal n 1.699 de 11 de julho de 2007 e Lei Municipal nº 1.970, de 25 de outubro de 2011, alterou a Lei de criação que em seu Art. 1º transformou a Fundação Educacional de Gurupi em Fundação UnirG e definiu como Órgão Consultivo e Fiscalizador, o Conselho Curador; foi criada e edificada na Região Sul do Estado do Tocantins, no município de Gurupi, mesmo antes da criação do Estado na qual está inserida.

Quadro 8- Dados de identificação da Base Legal da Universidade de Gurupi –UnirG

Nome da Instituição:	Universidade de Gurupi - UnirG
SIGLA:	UnirG
Ato de Criação:	Lei n. 611 de 15/02/1985, alterada pela Lei n.1.566 de 18/12/2003 e Lei n.1.699 de 11/07/2007 – Gurupi-TO
Ato de Credenciamento Centro Universitário:	Decreto Governamental n. 3.396, de 07 de maio de 2008, publicado em DOE/TO, nº 2659, de 02 de junho de 2008- Renovado: § 1º do Decreto Governamental n. 5.861, de 17 de setembro de 2018.
Ato de Credenciamento de Universidade:	Decreto Governamental n. 5.861, de 17 de setembro de 2018, publicado no DOE/TO n. 5.190 de 03 de setembro de 2018 (§ 2º).

Na tabela abaixo apresenta-se o conceito do IGC institucional dos últimos anos.

Tabela 1 - Conceito do IGC institucional dos últimos 3 (três) anos.

Anos	2015	2016	2017	2018	2019
Valores Contínuos	1,8121	1,9335	1,9465	1,8871	1,8176
Conceito	2	2	3	2	2

FONTE: MEC - INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
E-MEC – Sistema de Regulação do Ensino Superior

2.3. MISSÃO

A Missão Institucional foi fruto de uma construção coletiva na Semana de Planejamento Pedagógico no ano de 2011, atualizada após uma etapa de elaboração do planejamento estratégico realizado em 2017, tendo sido elaborado também a visão e os valores, por meio de uma metodologia de planejamento estratégico participativo fundamentando seu procedimento em um processo, envolvendo os três segmentos da comunidade universitária e sociedade para sua continuidade e direcionamento para o ciclo 2019 a 2023:

“Somos uma Universidade comprometida com o desenvolvimento regional e a produção de conhecimento com qualidade, por meio da ciência e da inovação”.

2.4. VISÃO

Ser uma universidade de referência na Região Norte, comprometida com a formação cidadã de maneira inovadora e sustentável.

2.5. VALORES

A instituição afirma-se a cada dia, por meio do esforço contínuo como um centro de excelência acadêmica nos cenários regional, nacional e internacional, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e democrática e para a defesa da qualidade da vida, com base nos seguintes valores:

Excelência - A UnirG trabalha para alcançar patamares de excelência em suas áreas de atuação, em especial no Ensino, na Pesquisa e na Extensão, além de ser capaz em estabelecer parcerias e convênios em prol da qualidade.

Inovação - Uma instituição capaz de identificar e escolher caminhos e de instituir oportunidades, carreiras e práticas, voltadas para a inovação.

Ética - Uma instituição voltada para a responsabilidade ética, social e ambiental.

Comprometimento com a comunidade acadêmica - Uma instituição que conhece a diversidade acadêmica que atende e é capaz de suplantar as desigualdades.

Responsabilidade social e ambiental - Uma instituição preparada para cumprimento da responsabilidade social e ambiental, além de propor soluções e influenciar esse cumprimento pela gestão municipal.

Transparência - Uma instituição que divulga, no intuito de demonstrar suas ações e decisões à comunidade acadêmica e à sociedade.

2.6. HISTÓRICO DA MANTIDA

No primeiro ano, a gestão da Fundação Educacional de Gurupi (F.E.G.) se deu em parceria com a empresa Centro de Ensino Regional Tocantins-Araguaia – CERTA; em 1986, a Prefeitura rompeu esse contrato e através da alteração do estatuto da FEG, pelo Decreto nº 162, de 03/11/1986, nomeou como presidente, Maria das Dores Braga Nunes, como secretário, Milton Loureiro e como tesoureiro, Odécio Lopes Névoa Filho. O Decreto nº 080/86, de 16 de maio de 1986 nomeou o prof. Mário Coelho da Silva para Direção Geral da FAFICH-Gurupi¹.

Conforme legislação em vigor, depois da autorização do Conselho Estadual de Educação, ainda faltava a autorização do Ministério de Educação e Cultura (MEC) a qual foi oficializada em 19 de agosto de 1987, ao ser publicado no DOU de 20/08/1987, Seção I, na primeira página, o Decreto Ministerial nº 94.786 que autorizou o funcionamento do curso de Direito da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi, a ser ministrado com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais e, no mesmo Diário Oficial, Seção I, página 13222, o Decreto Ministerial nº 94.787 autorizou o funcionamento do curso de Pedagogia com as habilitações: Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau, Supervisão Escolar de 1º e 2º Graus (Licenciatura Plena), com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais e Supervisão Escolar de 1º Grau (Licenciatura Curta), com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais.

O primeiro regimento da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi nº 02⁸, aprovado por meio da Resolução CEE-GO nº 066, de 26 de maio de 1988, foi assinado pelo então presidente, Pe. José Pereira de Maria.

Em 1989, houve a substituição da presidência da Fundação Educacional de Gurupi (FEG), assumida pelo professor Lázaro Francisco Mundim; também tomaram posse a secretária executiva, Maria Botelho Pinheiro e como tesoureira, Maria do Carmo Sampaio de

⁸ O primeiro Regimento (nº 01) foi aprovado com o processo de autorizativo da instituição por meio da Resolução CEE/GO nº 150 de 31/05/1985 e teve vigência de 1985 a 1988; o nº 02 – Resolução CEE-GO nº 066, de 26/05/1988, vigorou de 1988 a 2002; o nº 03 – Resolução CEE-TO nº 082, de 02/08/2002, de 2002 a 2004; o nº 04 – Resolução CEE-TO nº 02, de 30/01/2004, vigorou de 2004 a 2008; o nº 05 – Resolução CEE-TO nº 63, de 07/05/2008, iniciou sua vigência com a ascensão a Centro Universitário em 2008 e, em 19/09/2019 foi aprovado no CONSUP o Regimento Geral Acadêmico nº 07, ajustado para o novo contexto: Universidade (2019).

Lima Aguiar. Na diretoria acadêmica continuou Mário Coelho da Silva, assumindo a vice direção, o professor Galileu Marcos Guarenghi (Decreto Municipal 125/1989).

Em 1990, estava estabelecida a sede da Faculdade na Alameda Madrid, 545, Setor Jardim Sevilha, onde passou a funcionar a Academia, a Fundação, a Associação dos Professores, a representação estudantil e local em que foi instalada, posteriormente, à época, a Empresa Júnior que atendia aos dois últimos cursos criados: Administração e Ciências Contábeis.

Por meio do Decreto Ministerial s/n, de 04/08/1994, conforme o Parecer CES/CEE-TO nº 095, aprovado em 24/10/1991 - processo 773/91 –, os cursos de Administração e Ciências Contábeis tiveram o funcionamento autorizado. Em 1999, foram criados os cursos emergenciais de História, Matemática e Letras, como também foi aberto o curso de Direito Matutino, com fundamento no Parecer CEE/TO nº 029 de 24/02/1999. Em 1997, houve alteração na gestão municipal, assumindo a prefeitura o Sr. Nânio Tadeu Gonçalves que nomeou pelo Decreto Municipal 297, de 20/06/1997, Verbena Medeiros Brito para, em comissão, exercer o cargo de presidente da Fundação Educacional de Gurupi. Em 01/02/2000, o curso de Educação Física foi autorizado pelo Decreto Governamental nº 895. Até o fim do século passado a FAFICH possuía 7 (sete) cursos e 1.078 (mil e setenta e oito) acadêmicos.

Em 2001 se inicia a fase de implantação do que viria a ser a Universidade de Gurupi. O prefeito João Lisboa da Cruz nomeou para presidente da Fundação Educacional de Gurupi o professor Valnir de Souza Soares, diretor administrativo-financeiro, Américo Ricardo Moreira de Almeida e criou a diretoria acadêmica vinculada à FEG, ocupada pelo prof. Pedro Luiz de Menezes, que receberam como missão, a transformação da cidade de Gurupi em um polo educacional.

Depois da criação da UnirG, outras instituições de ensino superior foram instaladas em Gurupi, já contando com: UFT (1992), IFTO, UNOPAR, UNIP e, mais recentemente, a UNIPLAN.

No vestibular de meio de ano de 2001, a FAFCH/UnirG² ampliou seu vestibular ofertando também os cursos de Ciência da Computação, Odontologia, Fisioterapia e Comunicação Social – Jornalismo, com base no parecer favorável emitido pelo Conselho Estadual de Educação do Estado do Tocantins, em 20/06/2001, concretizado no Decreto Governamental nº 1.332, de 17/10/2001. Em 2002, foram criados os cursos de Enfermagem³ e

² A utilização da marca UnirG se iniciou no primeiro vestibular de 2001 e a nova logomarca mantinha o tradicional nome FAFICH para que, na transição dos nomes, não se perdesse as conquistas que a antiga Instituição de Ensino Superior atingiu.

³ Por meio da Resolução CONSUP nº 005, de 28/03/2017 foi aprovada a criação do Curso de Enfermagem no período Noturno.

Medicina. A Instituição passou então a ter 12 cursos com um curso, Direito, em dois turnos, 3.449 discentes e 110 docentes.

No segundo semestre de 2006 foi realizado o processo seletivo para o curso de Farmácia, autorizado conforme o Decreto Governamental nº 2.882, de 06/11/2006, à luz do Parecer CES/CEE/TO nº 230/2006, com funcionamento em período integral e 60 (sessenta) vagas semestrais. O oferecimento de vagas do curso de Farmácia foi suspenso e deixou de constar no edital do processo seletivo a partir do primeiro semestre de 2014, conforme a Resolução CONSUP nº 016, de 01/10/2013, no entanto voltou a ser oferecido com a aprovação de nova estrutura curricular no primeiro semestre de 2016.

A UnirG promoveu Concursos Públicos de Provas e Títulos para professor em 1985 (empresa CERTA/Goiânia) e na sede em Gurupi nos anos: 1988 (Edital nº 002, de 17/12/1987), 1989 (Edital em 08/06/1989 - Inscrições de 04/01 a 05/02/1990); 1991 - Edital em 1º/07/1991, homologado pela Resolução nº 004, de 20/08/1991; 1999 (Edital 05/99), 2000 (Edital nº 005, de 08/05/2000); 2007, 2013 (Resolução CONSUP nº 004, de 30/04/2013), e o último em 2019 (Edital nº 001, de 28/06/2019); para o Corpo Técnico-Administrativo em: 1999 (Edital 05/99), 2006 (Edital 2005); 2007, 2010, 2016 (Portaria nº 966, de 19/10/2016-aplicado em 12/02/2017), 2017 (homologado pela Portaria UnirG nº 858/2017 de 20/12/2017).

Embora as avaliações estivessem sendo realizadas no âmbito institucional, em 2007 aprovou-se o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA), encarregada da elaboração do projeto de autoavaliação institucional, com vistas ao acesso a Centro Universitário.

Em 2008, a Instituição iniciou nova fase, obtendo autonomia universitária, por meio do acesso ao nível de Centro Universitário, a maior conquista até então, por meio do Decreto Governamental nº 3.360, de 02/06/2008 – DOE/TO de 06/06/2008, conforme o Parecer CES/CEE/TO nº 144/2008-DOE/TO de 30/05/2008. Assim credenciado, o **Centro Universitário UnirG** passou a desfrutar de autonomia para, entre outras ações, criar e organizar em sua sede, cursos e programas de educação superior, registrar os diplomas dos concluintes de seus cursos, até então sob o encargo da Universidade Federal de Goiás, enfim gozar da autonomia conforme a legislação vigente. Em 2011, protocolou os documentos necessários para novo credenciamento, que foi renovado por cinco anos, conforme o Decreto

Governamental 4.659, de 24/10/2012 – DOE/TO de 24/10/2012 e Parecer CEE/TO nº 396/2012, de 18/11/2011 – DOE-TO de 13/12/2011.

Essa condição resultou em outras providências da IES, desde 2008, tais como: o final da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e reformulação do Estatuto da Fundação e do Regimento Geral Acadêmico com reorganização das ações, adequando-as às normas estatutárias e regimentais. Evidenciou-se a melhoria da qualidade do ensino oferecido, comprovada por processos avaliativos, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho oferecido à comunidade acadêmica.

Com a nova condição e, nos termos do referido decreto, o Centro Universitário UnirG passou a ser identificado como uma *Instituição Pública Municipal de Ensino Superior, com universalidade de direito, mantida e representada pela Fundação UnirG, mantenedora, com natureza e personalidade jurídica de direito público, possuindo o mesmo regramento jurídico dispensado às autarquias*, instituída pela Lei Municipal nº 611 de 15 de fevereiro de 1985, com as alterações da Lei Municipal nº 1.566 de 18 de dezembro de 2003 e Lei Municipal nº 1.699 de 11 de julho de 2007 e, posteriormente, em 2009, por meio da Lei Municipal nº 1.831, de 07/12/2009 a Lei 611/1985 foi alterada em seus artigos 1º e 3º, alterando a personalidade jurídica, definindo/alterando a condição para ser presidente da Fundação e redefinindo a estrutura orgânica da Fundação UnirG; novamente alterada pela Lei Municipal nº 1.970, de 25/10/2011; agora o Conselho Curador com 14 (catorze) membros e definição dos órgãos ligados à Fundação UnirG: Controladoria Geral da Fundação UnirG, Tesouraria da Fundação UnirG, Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência da Fundação UnirG; essa é a Lei que persiste, alterando os membros a cada dois anos.

Com o Regimento Geral aprovado conforme a Resolução CEE/TO nº 63, de 07/05/2008 - DOE/TO de 18/08/2008, houve eleição para os cargos de reitoria, vice-reitoria e coordenações de curso e de estágio, com mandato de dois anos. **Na primeira eleição**, foi eleito como reitor, o prof. Dr. Marcus Geraldo Sobreira Peixoto e vice-reitor, o prof. Ms. Alexandre Ribeiro Dias. Na Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação foi nomeada a Profª Drª Karin Ferreto Santos Collier e na Pró-reitoria de Graduação e Extensão, o prof. Ms. Ricardo Lira de Rezende Neves. Esse Regimento sofreu alterações em 10/08/2012, 2015, 2016⁴.

⁴ A Resolução CONSUP nº 012, de 28/04/2016 aprovou a emenda do REGIMENTO GERAL ACADÊMICO do Centro Universitário UnirG, modificando disposições relativas às Eleições do Conselhos de Curso do Centro Universitário UnirG, acrescentando ao artigo 16 os §§ 2º e 3º.

Em 06/08/2009 foi aprovada a criação do *Departamento de Registro de Diplomas, Títulos e Certificados* por meio da Resolução CONSUP nº 012/2009⁵, materializando mais uma conquista da condição do nível de Centro Universitário, para o qual foi nomeada a servidora Cinária Batista da Silva Lima.

A UnirG mantém revistas *online*, sendo a primeira a **Revista Cereus**, cujo v.01, n.01, foi publicado em agosto de 2009, destinando-se à divulgação de trabalhos científicos das áreas classificadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes como: Ciências Exatas e da Terra, Saúde Coletiva (epidemiologia, saúde pública, medicina preventiva) Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, mas abre espaço para submissões de outras áreas desde que os respectivos conteúdos guardem correspondência com o projeto da revista.

Em 2013, foi criada a **Revista Amazônia Science & Health** com divulgação trimestral, destinada à publicação de trabalhos científicos e intervenções relacionados à saúde. As Revistas Cereus e Amazônia: Science & Health receberam em abril, a avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Qualis-Capes) para os anos 2016/2017. Os periódicos foram classificados com Qualis "B" na área interdisciplinar. A Amazônia conquistou Qualis "B5" e a Cereus Qualis "B2"⁶.

Em 03/08/2017, os acadêmicos do curso de Letras do Centro Universitário UnirG promoveram o lançamento da primeira revista **Ressaca Literária**; trata-se de uma revista de poesia e prosa que propõe leitura, por meio da publicação de poemas, contos, crônicas, resenhas, artigos, entrevistas, fotografias, músicas, entre outras variedades.

Cumprindo as normas previstas no Regimento Geral, foi deflagrado o processo eleitoral para mandato de dois anos (2010-2012), assumindo a gestão os professores mestres: Alexandre Ribeiro Dias, no cargo de reitor e Victor de Oliveira, no cargo de vice-reitor, empossados em 22/09/2010, sendo nomeados para a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, a prof^a Dr^a Karin Ferreto Santos Collier e na Pró-reitoria de Graduação e Extensão, o prof. MsC. Rogério Ferreira Markezan. Os mestres Alexandre Ribeiro Dias, no cargo de reitor e Victor de Oliveira, no cargo de vice-reitor foram reeleitos também para o pleito de 2012-2014.

A UnirG ministrou o Curso de Extensão Universitária em Medicina, referente à oferta de disciplinas para legalização dos diplomas de Medicina, cujos cursos foram concluídos no

⁵ A Resolução CONSUP nº 012/2009 aprovou também o Regulamento do DRDTC e obteve aprovação do termo aditivo por meio da Resolução CONSUP nº 024, de 25/09/2014, modificando o selo de segurança dos diplomas expedidos pela UnirG.

⁶ No Brasil, as revistas acadêmicas são avaliadas anualmente e são catalogadas por Qualis (critério de avaliação do MEC/Capes), da seguinte forma: A1 e A2 (Excelência internacional), B1 e B2 (Excelência nacional), B3, B4 e B5 (relevância média), C – baixa relevância.

exterior. A análise dos documentos desses alunos resultou em pareceres individualizados das Universidades Federais do Rio Grande do Norte e de Santa Catarina. O curso foi ministrado no Centro Universitário UnirG, com turmas em 2010 e em 2011; a primeira, com carga horária de 612, 972 e um participante com 1440 horas. Os participantes finalizaram as disciplinas teóricas/práticas (para aqueles que precisavam) e depois foram divididos em blocos para realizar o internato. Essa etapa foi realizada: 1º Bloco, com 23 (vinte e três) participantes na cidade de Marabá-PA; 2º Bloco, com 07 (sete) em Crixás-TO, 04 (quatro) em Formoso do Araguaia-TO, 06 (seis) em Itaberaba-BA; 3º Bloco, com 16 (dezesseis) participantes em Pedro Afonso-TO. As disciplinas foram ministradas, emitidos os históricos e os certificados de finalização das disciplinas necessárias a cada participante; desses documentos, a Instituição recebeu elogios da comissão responsável pela análise, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Até 29/08/2010, os docentes eram concursados sob regime estatutário, porém após intensos estudos e simulações para comprovar a viabilidade e a capacidade da Instituição, foi editada a Portaria UnirG nº 633, de 30/08/2010, que dispôs *sobre o enquadramento de servidores docentes do quadro permanente da Fundação UNIRG*⁷, dando cumprimento à Lei 1.755, de 21/05/2008, que legalizou o assunto nos seguintes regimes de trabalho: a) Docente com Tempo Integral – 40 horas; b) Docente com Tempo Parcial – 20 horas; c) Docente em regime horista. A Resolução CONSUP nº 006/2010, de 08/07/2010 aprovou o *enquadramento dos docentes* do Centro Universitário UnirG, retroagindo os seus efeitos a 01/07/2010⁸⁹.

Na gestão do prefeito municipal Alexandre Tadeu Salomão Abdalla, foi empossado no cargo de presidente da Fundação UnirG, em janeiro de 2011, o senhor Eugênio Pacceli Freitas Coelho, mesmo tendo sido eleito para tal cargo por voto direto, em setembro do ano anterior, o professor Antônio Sávio Barbalho do Nascimento.

Em 2012, a IES passou a ofertar vagas por meio do processo seletivo com cota para os candidatos que prestaram o ENEM e, posteriormente, ampla concorrência, ENEM e para egressos de escola pública. Em 2017, a forma de ingresso ampliou para prova agendada, oportunizando alguns cursos, usando das alternativas apresentadas anteriormente.

O Centro Universitário UnirG, no caminho pela qualidade dos serviços e nos preparativos para ascender à Universidade, aprovou regulamentos de diversas unidades: **Secretaria Geral Acadêmica** - Resolução CONSUP nº 03, de 13/03/2014; **Núcleo de**

⁷ O assunto foi revisto e baixada a Portaria UnirG nº 949/2017 de 22/12/2017.

⁸ A implantação da Resolução CONSUP nº 006, de 08/07/2010 foi fiscalizada por uma Comissão instituída pela Resolução nº 004, de

⁹ /04/2011.

Práticas Jurídicas do Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 023, 09/06/2016); **critérios** para a **Outorga de Grau** no Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 010, de 17/11/2010); **Regulamento de Extensão e os respectivos critérios de Avaliação** com a validade por 02 (dois) anos, para ser reavaliado, visando ao aprimoramento e ajustes que se tornassem necessários, de acordo com os objetivos do Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP/Câmara de Graduação nº 009, de 07/11/2011); **Regulamento do Projeto Integrador do Centro Universitário UnirG** (Resolução CONSUP nº 045, de 17/11/2016); **horário de funcionamento e sistema de registro do ponto eletrônico** para os servidores do quadro técnico-administrativo e aos docentes no âmbito da Fundação e Centro Universitário UnirG (Portaria UnirG nº 1173, de 21/12/2016); **Regulamento de Monitoria do Centro Universitário UnirG** (Resolução CONSUP nº 016, de 31/05/2017); **Regulamento para admissão de aluno especial** no Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 017, de 31/05/2017)¹⁰; **Regulamento para admissão de Aluno Extraordinário** no Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 018, de 31/05/2017)¹¹; **normas de Colação de Grau** (Resolução CONSUP nº 019, de 31/05/2017)¹²; **regulamentação do Núcleo Comum do Centro Universitário UnirG** (Resolução CONSUP nº 037, de 26/11/2015); **regulamento do Núcleo de Ensino a Distância** do Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 044, de 21/09/2017) e outros regulamentos foram providenciados. A UnirG instituiu os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), a Câmara de Ética e Disciplina; a Câmara de Graduação. Também foi realizada parceria com a Universidade do Tocantins-UFT para qualificação *Stricto Sensu*, sendo aprovado por meio da Resolução CONSUP nº 002, de 10/03/2016, o Mestrado Interinstitucional (*Minter*).

Em 2013, o prefeito municipal Laurez da Rocha Moreira, nomeou o candidato eleito em setembro de 2010, professor Antônio Sávio Barbalho do Nascimento para a presidência da Fundação UnirG (Decreto Municipal nº 013, de 03/01/2013)¹³.

Ampliando a oferta de cursos, a Instituição aprovou a criação do curso de **Engenharia Civil**, com funcionamento no período noturno, com 60 vagas semestrais (Resolução CONSUP/UnirG nº 014, 10/09/2013); posteriormente, por meio da Resolução CONSUP nº 005, de 24/04/2014 **foi criado** o curso de **Engenharia Civil** no turno **Matutino**. Foi aprovado

¹⁰ Outros dispositivos já eram vigentes por meio de resolução. Por meio da Resolução CONSU/001, de 19/11/2008 havia a proibição de cursos especiais de férias.

¹¹ O assunto já era executado por normas regimentais e Resolução CONSU nº 001, de 20/02/2006

¹² O assunto foi normatizado, inicialmente, pela Resolução Cons Dptal nº 002, de 22/11/1989 com normas a serem executadas a partir de 19/01/1990; depois, por meio da Resolução CONSUP nº 007, de 18/06/2009, foi aprovado o *Regulamento para as Colações de Grau* do Centro Universitário UnirG; em seguida, conforme a Resolução CONSUP nº 010, de 17/11/2010 e depois, conforme a Resolução

CONSUP nº 004, de 28/05/2012 com a aprovação da colação de grau em época especial.

¹³ O Advogado Professor Antônio Sávio Barbalho do Nascimento permaneceu na gestão da Fundação UnirG até 03 (três) de julho de 2017.

também, pela Resolução CONSUP nº 021 de 05/11/2013, o Edital para seleção dos cursos superiores de tecnologia em Comunicação Institucional e Sistemas para Internet para o primeiro semestre de 2014. Apesar de todos os esforços, somente o curso de **Sistemas para Internet** teve demanda suficiente para abertura, conforme exigência da Fundação, para funcionar a partir do primeiro semestre de 2014.

Quanto à pós-graduação, a Instituição ofertou programas de pós-graduação *Lato Sensu* desde 1995, com origem própria ou em parceria com outras, sendo que a partir de 2014 a UnirG ofereceu, semestralmente, por meio de publicação de editais os cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e ministrados conforme a demanda. Na pós-graduação foram realizados os seguintes cursos de especialização *Lato Sensu*: Agronegócios TURMA I (2015-2016); Agronegócios TURMA II (2017-2018); Controladoria e Finanças - TURMA I (2017-2018); Direito Tributário – TURMA I (2017-2018); Educação Física Aplicada ao *Fitness* e ao *Wellness* – TURMA I (2017-2018); Farmácia Hospitalar Enfoque em Farmácia Clínica (2014-2015); Farmacologia Clínica e Terapêutica com Ênfase em Prescrição Farmacêutica - TURMA I (2016-2017); Psicologia Clínica - Avaliação e Intervenção – TURMA I (2015-2016); Psicologia Clínica - Avaliação e Intervenção – TURMA II (2016-2017); Terapia Intensiva – TURMA I (2014-2015); Terapia Intensiva – TURMA II (2015-2016); Terapia Intensiva – TURMA III (2016-2017); Terapia Intensiva – TURMA IV (2017-2018).

Quanto à qualificação dos professores, na pós-graduação *Stricto Sensu* foi oferecida por meio de parceria com instituições: Universidade de Marília (UNIMAR) em Marília-SP (1997), Universidade de Taubaté (UNITAU) em Taubaté-SP (2012), Universidade Federal de Goiás-GO, em Goiânia, Universidade Federal do Tocantins (UFT) em Palmas e Gurupi-TO (2016). A Resolução CONSUP nº 049, de 19/10/2017 aprovou o **Mestrado Profissional em Saúde Pública e Ambiente**, assim como seu regulamento e o Projeto Pedagógico.

No primeiro semestre de 2014 foi realizado o primeiro **Processo Seletivo em Residência Médica**, em parceria com a Secretaria de Saúde. Foram ofertadas 06 (seis) vagas, sendo 02 para cada especialidade: Cirurgia Geral, Ginecologia e Obstetrícia, Ortopedia e Traumatologia. O segundo Processo Seletivo foi realizado no primeiro semestre de 2015, sendo acrescentadas 02 vagas para Saúde da Família e Comunidade. No primeiro semestre de 2016 foi realizado o terceiro **Processo Seletivo**, com 06 (seis) vagas: Cirurgia Geral – 01 (uma) vaga; Ginecologia e Obstetrícia: 01 (uma) vaga; Medicina de Família e Comunidade – 04 (quatro) vagas. A Residência Médica é oferecida anualmente.

Nesse ano houve eleições para reitoria, vice-reitoria e coordenações e de estágios dos cursos. Foram eleitas para a gestão do, então, Centro Universitário UnirG, para o biênio 2014-

2016, as professoras Dr^a Lady Sakay e Janne Marques Silveira. As eleições para reitoria e coordenadores foram realizadas em 16/10/2014 e os eleitos empossados em 19/12/2014. Elas foram reeleitas para a gestão de reitoria e vice-reitoria seguinte, no biênio 2016-2018.

Por meio da Resolução CONSUP nº 028, de 29/09/2015, foi aprovada a redução de vagas ofertadas nos vestibulares, semestralmente, nos cursos de Fisioterapia, Educação Física (bacharelado e licenciatura) e Letras, conforme solicitação das coordenações dos cursos, depois de decidido nos respectivos Conselhos. Foi decidido: Fisioterapia (antes com 50 vagas), Educação Física Bacharelado (antes com 60 vagas) e Educação Física Licenciatura (antes com 60 vagas) para 40 (quarenta) vagas e no curso de Letras (antes com 50 vagas) para 30 (trinta) vagas. Por meio da Resolução CONSUP nº 025, de 10/06/2016 foi aprovada a redução de vagas no *MINTER* com UFT no Centro Universitário UnirG, permanecendo 15 (quinze) vagas em Políticas Públicas e 15 (quinze) vagas na área da Saúde, com custos do *MINTER* com a UFT para os docentes efetivos e técnicos administrativos da IES a cargo da Fundação UnirG.

Em 2016, para equilibrar as finanças da Instituição, ficou estabelecida a suspensão por 24 (vinte e quatro) meses da liberação de docentes para qualificação em outros mestrados ou doutorados, porém com o compromisso de análise dos pedidos de bolsas e ajudas de custo dos docentes que já previram cursar doutorado nesse período (Resolução CONSUP nº 025, de 10/06/2016).

A Resolução CONSUP nº 032, de 19/09/2016 instituiu a **Comissão Eleitoral para as eleições** dos cargos de reitor, vice-reitor e coordenadores de curso e de estágio do Centro Universitário UnirG com a incumbência de todos os trabalhos para a realização das eleições e apuração, composta pelos seguintes membros: membros titulares/CONSUP: Antônio José Roveroni (presidente); Valmir Fernandes de Lira; Berilo de Sousa Lopes. Consta nesta resolução que a comissão Eleitoral aguardava a indicação de 01 (um) titular e 01 (um) suplente dos representantes das entidades APUG, ASAUNIRG, DCE e Procuradoria Jurídica.

A Avaliação Institucional 2017, como ferramenta para captação de dados da Instituição para a Comissão Própria de Avaliação da UnirG (CPA), foi disponibilizada aos professores, estudantes e coordenadores do Centro Universitário UnirG, por meio da Plataforma IOW em forma tríplice: o aluno fez a própria avaliação e dos professores e dos coordenadores; o professor fez a própria avaliação e das turmas de alunos e dos coordenadores; cada coordenador fez a própria avaliação e das turmas de alunos e dos professores. As pessoas participantes do processo não foram identificadas.

Os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) foram instituídos, conforme a Resolução nº 031, de 08/06/2017, no âmbito da estrutura de gestão acadêmica dos cursos de graduação – bacharelado, licenciatura e tecnólogo. O objetivo do Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui-se em acompanhar e atuar no processo de concepção, consolidação e contínua atuação do projeto pedagógico e do currículo do curso, qualificando o envolvimento docente no processo de concepção e consolidação de um curso de graduação.

O Decreto Municipal nº 683, de 04/07/2017, nomeou o advogado **Thiago Benfica** para exercer o cargo de presidente da Fundação UnirG, em substituição ao advogado e professor Antônio Sávio Barbalho do Nascimento.

A UnirG ofereceu novo serviço em 2017 (Resolução CONSUP nº 043, de 21/09/2017) instituindo o Núcleo Institucional de Atendimento Educacional Especializado (NIAEE), responsável por atender alunos da rede municipal de Gurupi que possuem os mais variados tipos de necessidades especiais em salas de recursos multifuncionais, em parceria entre o governo municipal de Gurupi e o Ministério da Educação.

Outro serviço que a Instituição presta é por meio do Programa Inova Gurupi, que atua com vistas ao desenvolvimento estadual, regional e, especialmente, do município de Gurupi, em trabalho conjunto entre as instituições: UnirG, UFT, IFTO e Sebrae. Em 16/03/2018 foi realizada a cerimônia de assinatura dos termos de cessão dos equipamentos para os laboratórios vocacionais deste Programa. Os laboratórios realizam análises de alimentos de origem vegetal, animal e de nutrição animal no sul do Tocantins. Foram instalados três laboratórios, sendo o de Análise de Alimentos de Origem Vegetal alocado na UnirG, o Laboratório de Análise de Alimentos de Origem Animal na UFT e o Laboratório de Análise de Alimentos de Nutrição Animal no IFTO. Para a UnirG, esta aquisição representa o início de nova etapa de prestação de serviços e desenvolvimento de pesquisas voltadas para atividades produtivas da região.

Há também a Incubadora Inovo, integrante do projeto Inova Gurupi, cujo intuito é fomentar o desenvolvimento local, com vistas ao crescimento não só da região Sul, mas que todo o Estado também invista nas pessoas e promova educação empreendedora. O Inova Gurupi é uma incubadora de base mista, que objetiva desenvolver produtos e serviços a partir das potencialidades locais, coordenada pela professora Ma. Adriana Terra. O Inova trabalha com três programas: Educação Empreendedora, Alfabetização Científica e Habitats de Inovação. A incubadora Inovo, coordenada pela Prof^a Alessandra Correia, é um programa de prática que vai além da formação profissional. É disponibilizado aos incubados um espaço físico com preço acessível, assessoria e consultoria, infraestrutura, limpeza, serviços de

internet, telefonia, segurança, rede de contatos com incubados e incubadoras; as empresas podem permanecer instaladas na incubadora por um período de dois anos, que pode ser prorrogado por mais um ano, de acordo com as especificidades do projeto.

O Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT está sob gestão da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ), no qual são coordenados projetos, também com captação de recursos.

Em 2018, mais um sonho foi realizado: o Centro Universitário passou ao nível de Universidade, agora Universidade de Gurupi – UnirG, conforme Decreto Governamental nº 5.861, de 17 de setembro de 2018.

Em outubro de 2018, foi realizada a primeira eleição da Universidade de Gurupi-UnirG, os novos gestores eleitos representavam a chapa “UNIR – Universidade de um Novo Tempo”, encabeçada pela Ma. Sara Falcão de Sousa e Drº Américo Ricardo Moreira de Almeida, tendo obtido maioria dos votos tanto do quadro docente, quanto discente e do corpo técnico-administrativo.

Em 29 de agosto de 2019, o Regimento Geral Acadêmico da UnirG teve sua revisão finalizada, sendo aprovado pelo CONSUP.

O esforço conjunto de todos os segmentos da IES e do poder Executivo de Gurupi resultou na esperada transformação do Centro Universitário UnirG em Universidade de Gurupi. Muitos desafios ainda se colocam pela frente, com as adequações necessárias para melhorar ainda mais a qualidade de trabalho oferecido e o engrandecimento educacional na região e no Estado do Tocantins.

2.7. OBJETIVOS

A UnirG tem o compromisso com a educação, de forma inclusiva, regionalizada e contextualizada promovendo ações voltadas a esta comunidade. Insere-se principalmente com práticas educativas através dos cursos de Graduação na área da saúde, exatas e ciências sociais, educação, pós-graduação e projetos de pesquisa e extensão com o objetivo de formar excelentes profissionais e contribuir para melhoria da qualidade de vida da população e desenvolvimento regional.

2.8. ÁREA(S) DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

Atualmente, no primeiro semestre de 2020, a Universidade de Gurupi - UnirG conta 16 (dezesesseis) cursos de graduação, ofertados nas áreas de Ciências Médicas e da Saúde (Medicina, Farmácia, Enfermagem, Fisioterapia, Odontologia, Educação Física-Bacharelado), Ciências Humanas (Pedagogia, Psicologia, Educação Física - Licenciatura), Linguagem e Artes (Letras), Engenharia (Engenharia Civil) e Ciências Sociais Aplicadas (Ciências Contábeis, Jornalismo, Administração e Direito), Tecnólogo Estética e Cosmético, realizando processos seletivos para ingresso semestralmente.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

3.1. NOME DO CURSO

Curso de graduação em Educação Física (Licenciatura e Bacharelado)

3.2. ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

O curso de Graduação em Educação Física da Universidade de Gurupi - UNIRG está localizado no Campus II - Avenida Rio de Janeiro nº1585, centro – 77403090 Gurupi TO. Telefones: 3612- 7612 – 3612-7626 e-mail educacaofisica@unirg.edu.br .

3.3. JUSTIFICATIVA PARA A MANTENÇA DO CURSO

Tocantins, o Estado mais jovem do Brasil, criado em 05 de outubro de 1988, está localizado na Amazônia Legal, encontra-se na área de transição denominada Ecótono, com características climáticas e físicas tanto da Amazônia, quanto da zona Central do Brasil e se destaca como uma das economias mais promissoras da região Norte.

Com excelente localização geográfica e em ritmo acelerado de crescimento, o Tocantins conta com grandes obras estruturantes, já concluídas e/ou em andamento, o que faz do Estado um centro logístico importante para o desenvolvimento do País.

Obras como a Ferrovia Norte-Sul, a hidrovia Araguaia-Tocantins, o Ecoporto Praia Norte, o Terminal de Cargas (Teca) do Aeroporto de Palmas, a ampla malha asfáltica e as hidrelétricas que fornecem energia suficiente para abastecer o Estado e exportar seu excedente, são exemplos de infraestrutura que atraem empresários nacionais e internacionais interessados em investir no Estado.

Há potencialidade de aumento da produção de grãos (soja, milho e arroz), de carne bovina, de minério, principalmente na nova fronteira agrícola na região do Matopiba.

Cabe salientar que as mudanças na economia do Tocantins se devem não somente à criação do estado, mas ao movimento de expansão e acumulação do capital. O Estado foi o grande parceiro nessa nova ordem territorial, fornecendo incentivos às agroindústrias,

viabilizando a infraestrutura básica para expandir novas atividades no mais novo ente federativo.

Apesar das disparidades geoeconômicas entre os municípios, a estrutura produtiva está em processo de consolidação no estado. O traçado da rodovia Belém-Brasília estimula cada vez mais o corredor de desenvolvimento econômico, o que facilita a entrada de bens e serviços de pessoas dentro e fora do território do Tocantins, e o movimento de capital e de pessoas com os grandes centros urbanos do Brasil

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o Tocantins apresenta densidade demográfica de 4,98 hab/Km² (IBGE, 2010), e uma população estimada de 1.555.229 pessoas. Um aumento de 17.637 pessoas em um ano, ou seja, um crescimento de 1,13% em relação à estimativa do ano anterior (IBGE, 2018).

O Tocantins possui o 4º melhor PIB – Produto Interno Bruto da Região Norte do país e está em 24º lugar no *ranking* nacional. Em relação à taxa de crescimento anual, o Estado ocupa o 1º lugar do *ranking*, registrando média de 52,6% nos últimos oito anos, enquanto a média da taxa de crescimento nacional foi de 27,5% entre 2002 e 2009 e o norte do país alcançou um pico de 39,3 (PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS).

A região de Gurupi, onde a UnirG encontra-se com o campus já em funcionamento desde 1985, tem localização geográfica privilegiada, associada à presença de uma estrutura logística estratégica para a região e para o Brasil como um todo. Por Gurupi passam duas rodovias federais, sendo elas BR-153 e BR-242, que estão entre as mais importantes rodovias de integração nacional: a BR 153, a Belém-Brasília, é hoje a principal ligação do Sul e Sudeste do País com a Região Amazônica e com parte do Nordeste brasileiro; a BR-242 liga Gurupi à Bahia, corta todo o sudeste do Tocantins. É uma via importante para conexão do Brasil aos países vizinhos como a Bolívia e o Peru. O cruzamento destas vias em Gurupi coloca o município como um dos mais importantes centros de transporte multimodal brasileiro. Além das rodovias, a importância também vem pela presença na região da Ferrovia Norte-Sul, que conta com um Pátio Multimodal próximo à cidade de Gurupi.

A importância geográfica e econômica da região também atraiu a presença de instituições de ensino superior, as quais contribuem para a formação de mão de obra qualificada que aumenta o potencial da região como um todo. Com isso, Gurupi conta com a Universidade de Gurupi que tem o compromisso com a educação de forma inclusiva, regionalizada e contextualizada, promovendo ações e pesquisas voltadas a esta comunidade. Insere-se, principalmente, com práticas educativas através dos cursos de Graduação na área da Saúde, Exatas e Ciências Sociais, Educação, pós-graduação e projetos de pesquisa e extensão

com o objetivo de formar excelentes profissionais e contribuir para melhoria da qualidade de vida da população e desenvolvimento regional.

No entanto ainda são necessárias alternativas para promover o desenvolvimento regional de forma mais equitativa para a população do Tocantins. É necessário, fortalecer a área da saúde, educação e economia solidária, ou a cooperação entre municípios vizinhos. Essas são ações que a médio e longo prazo podem significar melhor qualidade de vida para a população e fortalecer o empoderamento local, principalmente dos municípios mais empobrecidos.

O caráter heterogêneo e multicultural da população tocantinense apresenta uma variedade de povos indígenas, quilombolas, afrodescendentes e importante população rural, formam uma diversidade cultural, e coloca para a Universidade UnirG o desafio de promover práticas educativas que possibilitem o desenvolvimento do ser humano e que elevem o nível de vida de sua população.

A contribuição da área da Educação Física nesse contexto se dá por meio da formação de profissionais que produzam conhecimentos e que contribuam para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins e região.

A democratização da educação superior permitiu acesso a todos aqueles academicamente capazes de frequentar este nível de ensino. Esse acesso é basilar para a construção da cidadania. Apesar do número de instituições de ensino superior que ofertam o Curso de Educação Física no Estado do Tocantins, ainda há uma demanda, tanto na área básica de ensino, como na área do Fitness/Wellness, Academias de musculação, hotéis, lazer, hospitais, clínicas, sistema único de Saúde, escolinhas, praças públicas a ser suprida por profissionais graduados em licenciatura ou Bacharéis em Educação Física.

A necessidade cada vez mais premente de qualificação para entrada e manutenção no mercado de trabalho exige novas ações para ampliação da cidadania e do fazer profissional; havendo uma crescente dificuldade das populações menos qualificadas de incorporação nesse mercado e, em decorrência, uma queda nas condições de vida e de acesso a serviços.

Neste contexto o Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física está imbuído no compromisso de formar profissionais detentores de conhecimento teórico e metodológico aptos a intervir na realidade atual, tendo em vista o reconhecimento das dificuldades e potencialidades da Região do Tocantins, buscando formar profissionais que possam, eficazmente, contribuir no processo de mudanças na sociedade e, conseqüentemente, na qualidade de vida da população assistida.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) foi determinante para a significativa evolução do currículo do curso de Educação Física da UnirG.

A equipe tem sugerido atualizações com base em sua capacitação técnica e experiência acadêmica e profissional, além de atender tanto à legislação vigente quanto ao mercado de trabalho.

Assim o curso está sendo organizado a partir das mudanças necessárias decorrentes das orientações postuladas pela Resolução do CNE/CES nº 6/2018, que institui as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Educação Física.

O curso, por meio do NDE e de seus docentes, também tem aproveitado os relatórios de avaliação externa para executar ações de melhoria.

O curso se propõe a ser reconhecido como formador de professores e profissionais de Educação Física, comprometidos com uma perspectiva de transformação social, do desenvolvimento cultural, do desenvolvimento comunitário e individual, na medida em que este profissional atua como agente de educação, saúde e de cultura.

Espera-se de um curso de graduação de qualidade, uma relação mais crítica com as áreas de intervenção profissional. Ao invés de apenas atender aos apelos do mercado no sentido de formar profissionais com determinadas competências técnicas, um curso de qualidade deve, além disso, oferecer ao estudante sólida formação que permita a ele dialogar com esse mercado, seja ela no bacharelado ou no ensino e problematizá-lo no campo de atuação, nele interferindo e, ao mesmo tempo, abrindo novas possibilidades profissionais.

Certamente a equipe desenvolvedora deste PPC acredita que este documento não se encerra no conteúdo destas páginas e que, muito além de um documento, é a indicação clara do caminho a ser trilhado pelo coletivo do curso, o que, necessitará, ao longo de sua manutenção, uma constante reavaliação e reestruturação visando o atendimento pleno das demandas de formação de graduado em Educação Física.

Por fim, justifica-se a adequação deste Curso de Graduação em Educação Física com base nas exigências legais e as reais necessidades regionais e estaduais.

3.4. ATOS LEGAIS DO CURSO

O curso Educação Física Licenciatura Plena teve início no primeiro semestre de 2000, autorizado a funcionar por meio do parecer do CEE nº 166/99 de 16 de dezembro de 1999, e revalidado conforme descrito no quadro abaixo.

DENOMINAÇÃO DA IES	ATO	DECRETO	PRAZO
FAFICH	Autorização	Parecer do CEE nº 166/99 de 16 de dezembro de 1999.	4 anos
FACULDADE UnirG	Reconhecimento (voto favorável)	2004/2700/002345-DOE-TO de 23/12/2004	19/11/2005
	Reconhecimento	Decreto nº 2328, de 10/02/2005-DOE-TO, no seu art. 1º reconhece pelo prazo de um ano o curso de Educação Física Licenciatura plena.	1 ano
	Renovação de Reconhecimento	Decreto número 2761, de 29/05/2006 - DOE-TO, alterado pelo decreto número 2926, de 16 de janeiro de 2007.	4 anos
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIRG	Renovação de Reconhecimento	Decreto número 4101 de 15/06/2010-DOE-TO.	3 anos
	Renovação de Reconhecimento	Parecer nº 509/2012 – Processo nº 2012/2029/000042, renova o reconhecimento do curso de Educação Física-Licenciatura.	5 anos
	Renovação de Reconhecimento	Decreto número 5562, de 10/01/2017 DOE-TO.	3 anos
	Prorrogação do decreto	Porroga a renovação do Reconhecimento do Curso de Graduação em Educação Física - Bacharelado , de que trata o Decreto 5.562, de 10 de janeiro de 2017	1 ano e 6 meses
UNIVERSIDADE DE GURUPI	Renovação de reconhecimetno	Decreto Nº 5900 de 28 de dezembro de 2018, renova o reconhecimento do curso de licenciatura em Educação Física. Decreto teve efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.	5 anos
	Renovação o Reconhecimento	Decreto Nº 6.152, de 15 de setembro de 2020, renova o reconhecimento do curso de bacharelado em Educação Física. Decreto teve efeitos a partir de 17 de junho de 2020.	3 anos

Já o curso de Graduação em Educação Física, modalidade Bacharelado, foi criado em 2009 e teve a sua aprovação no Conselho Superior (CONSUP) da Universidade de Gurupi UnirG no dia 23/10/2009. Documento que ampara a sua aprovação é a resolução nº 013/2009, do Conselho Superior da Universidade de Gurupi UNIRG, com uma carga horária total de 3.215h; com período de integralização mínima de 4 anos e máxima de 7 anos, no turno noturno.

O ato de reconhecimento do curso se deu pelo Decreto Governamental nº 5.182, de 29 de dezembro de 2014, por um período de três anos, contados a partir do dia 1º de janeiro de 2014 (CES/CEE-TO, Parecer nº 321/2014 em anexo).

Em 08 de abril de 2015 foi publicada no diário oficial do Estado do Tocantins a alteração do Decreto de Reconhecimento do curso de Educação Física - Bacharelado, devido a um erro na publicação de 29 de dezembro de 2014, pelo decreto nº 5.209, de 18 de março de 2015 que manteve o efeito retroativo a 1º de janeiro de 2013 até o 2º semestre de 2015.

No ano de 2017 foi publicado a Renovação de Reconhecimento Decreto no 5.562, de 10 de janeiro de 2017, produzindo efeitos a partir de 10 de janeiro de 2016, com prazo de 3 anos, conforme descrito na tabela abaixo.

DENOMINAÇÃO DA IES	ATO	DECRETO	PRAZO
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIRG	Criação	Resolução nº 013/2009, do Conselho Superior da Universidade de Gurupi UNIRG	4 anos
	Reconhecimento	Decreto Governamental nº 5.182, de 29 de dezembro de 2014.	3 anos
	Reconhecimento (Alteração)	Decreto nº 5.209, de 18 de março de 2015 que manteve o efeito retroativo a 1º de janeiro de 2013.	Vence em 2015/2
	Renovação de Reconhecimento	Decreto no 5.562, de 10 de janeiro de 2017. Produzindo efeitos a partir de 10 de janeiro de 2016.	3 anos
UNIVERSIDADE DE GURUPI	Transformação da organização Acadêmica para a Universidade de Gurupi	Decreto 5.861, de 17 de setembro de 2018.	5 anos

3.5. CONCEITO DE CURSO - CC

Atualmente o curso é avaliado em duas modalidades, licenciatura e bacharelado, desta forma as avaliações do curso, hoje, são, respectivamente, conceito 3 para o curso de licenciatura, publicado no Decreto no 5.562, de 10 de janeiro de 2017, conceito 3 para o curso de bacharelado, publicado no decreto Nº 6.152 de 15 de setembro de 2020.

3.6. CONCEITO PRELIMINAR DE CURSO – CPC

O conceito preliminar dos cursos estão descrito no quadro abaixo.

ANO	CPC	CURSO
2004	Conceito 4	Licenciatura
2007	Conceito 3	Licenciatura
2011	Conceito 2	Licenciatura
2014	Conceito 3	Licenciatura
2016	Conceito 2	Bacharelado
2017	Conceito 3	Licenciatura
2019	Conceito 2	Bacharelado

3.7. RESULTADOS DO ENADE

Os resultados da avaliação do ENADE dos cursos de Educação Física estão descritos no quadro abaixo.

ANO	ENADE	CURSO
2007	Conceito 3	Licenciatura
2011	Conceito 2	Licenciatura
2013	Conceito 2	Bacharelado
2014	Conceito 2	Licenciatura
2016	Conceito 1	Bacharelado
2017	Conceito 2	Licenciatura
2019	Conceito 1	Bacharelado

3.8. TURNOS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

O novo curso de graduação em Educação Física da Universidade de Gurupi – UnirG funcionará em turno integral.

3.10. CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

Curso: **Educação Física**

Turno: **Integral**

Modalidades: **Licenciatura e Bacharelado**

Vigência: **A partir de 2021/1**

Duração mínima: **8 semestres (bacharelado ou licenciatura)**

Duração máxima: **12 semestres (6 anos)**

Etapa Específica	Licenciatura	Bacharelado
Carga Horária Teórica:	1785	1830
Carga Horária Prática:	1485	1440
Optativo:	120	120
Educação a distância:	1020	1080
Estágio Supervisionado:	660	660
Extensão Curricularizada:	405	360
Carga horária Total:	3270	3270
Crédito Total:	182	182

Obs.: horas tem referência a 60 minutos.

3.11. COORDENADOR DE CURSO

Nome: Profº. Me. Eduardo Fernandes de Miranda

Possui graduação em Educação Física pela Escola Superior de Educação Física e Desportos de Catanduva (2002) e mestrado em Ciência da Motricidade Humana pela Universidade Castelo Branco (2009). Foi coordenador de Estágio do curso de Educação Física (2009 a 2010), coordenador institucional do Programa Prodocência/UnirG (2014 a 2016), coordenador do Programa de Extensão Proafe (Programa de Atividades Físicas e Esportivas) (2013 a 2014) e Pró-Reitor de Graduação e Extensão da Universidade de Gurupi – UnirG (2019 a 2020). Atualmente é Professor adjunto e Coordenador do curso de Educação Física (2021 a 2022).

Tempo de Coordenação de Curso: foi eleito e empossado no cargo em 14 de dezembro de 2020, conforme a Portaria nº 37/2020 – Gestão 2021/2022.

3.12. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO

O NDE do curso de Curso de Graduação em Educação Física é formado pelos seguintes membros:

NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Jackson Carlos da Silva	Mestre	Integral
João Bartholomeu Neto	Doutor	Dedicação Exclusiva
Eduardo Fernandes de Miranda	Mestre	Dedicação Exclusiva
Lais Tonello	Doutora	Integral
Lucilene Gomes da Silva	Mestre	Dedicação Exclusiva
Robson Ruiz Olivoto	Doutor	Integral

3.13. TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DO CORPO DOCENTE NO CURSO

O Corpo Docente é composto por 8 docentes efetivos vinculados diretamente ao curso, 5 docentes efetivos vinculados a outros cursos de graduação da IEs, e 2 docentes temporários. A média de tempo de permanência do corpo docente na IEs é de aproximadamente 10 anos, em virtude de um novo docente, com menos de um ano de IEs. Seis entre os oitos docentes possuem mais de 10 anos de IEs, um possui seis anos de IEs e um com nove meses de IEs.

3.14. EVOLUÇÃO DO CORPO DISCENTE

INFORMAÇÕES DE DISCENTES	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Discentes ingressantes	83	48	71	86	30	19
Discentes matriculados	112	106	166	239	135	129
Discentes concluintes	2	12	14	27		
Discentes estrangeiros	00	00	00	00	00	00
Discentes matriculados em estágio supervisionado	3	22	43	46	36	43
Discentes matriculados em trabalho de conclusão	49	38	38	41	11	5

Discentes participantes de projetos de pesquisa	00	00	00	00	00	00
---	----	----	----	----	----	----

3.15. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

A UnirG firmará convênio com a Secretaria Municipal de Saúde de Gurupi-TO, órgão gestor do Sistema Único de Saúde neste município, cujo objetivo é a cooperação entre as partes, na área de ensino, para qualificação profissional na área da Saúde.

A disponibilização das Unidades Básicas de Saúde, usadas como cenário de prática, será obrigação da Secretaria Municipal de Saúde, bem como, o fornecimento de materiais e equipamentos de saúde necessários à realização dos atendimentos aos usuários e ao ensino dos alunos do curso de Educação Física.

A UnirG ficará a responsabilidade da indicação e o encaminhamento dos professores, sem vínculo com a Secretaria Municipal de Saúde, para acompanhamento dos alunos do curso. Os alunos que utilizarão os equipamentos e materiais, bem como móveis e outros bens disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, devem/deverão zelar pelo estado de conservação e de funcionamento deles.

Será de competência da UnirG, a orientação, supervisão e avaliação acadêmica dos alunos, bem como, a formação técnica deles, assumindo, portanto, toda e qualquer responsabilidade, presente ou futura, seja de que natureza for, quando houver o exercício da UnirG junto ao SUS.

4 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

4.1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Conforme abordado no capítulo PPI do PDI, as políticas didático-pedagógicas da UnirG decorrem de um exercício de reflexão a respeito do que a Instituição representa no contexto social no qual está inserida e, principalmente, quais caminhos necessita percorrer para o alcance dos resultados desejados durante o período de vigência deste PDI (2019-2023).

A definição das políticas institucionais da Universidade de Gurupi-UnirG decorre de um exercício de reflexão a respeito do que a Instituição representa no contexto social no qual está inserida e, principalmente, quais caminhos necessita percorrer para o alcance dos resultados desejados durante o período de vigência deste PDI (2019-2023).

Nesta perspectiva, a elaboração das diretrizes político-pedagógicas conjuga com as finalidades preconizadas pelos pilares da educação ao longo da vida da UNESCO, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB 9394/96 direcionada ao ensino superior e suas Diretrizes Curriculares Nacionais articuladas ao ensino, a pesquisa e a extensão, e ao Plano Nacional de Educação- PNE 2014-2024, em relação a meta 12- Educação Superior em que consta como meta: Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. E para alcançar os seguintes objetivos do PNE- Ensino Superior faz-se necessário:

Objetivo 1: Aumentar a porcentagem de estudantes da Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos para 50%, a chamada taxa bruta de matrícula, até 2024. Resultado parcial: Em 2015, o Brasil possuía uma taxa bruta de matrículas da Educação Superior de 34,6%.

Objetivo 2: Garantir que 33% dos jovens de 18 a 24 anos estejam na Educação Superior, até 2024, a chamada taxa líquida de matrícula. Resultado parcial: Em 2015, 18,1% dos jovens de 18 a 24 anos cursavam essa etapa.

Objetivo 3: Certificar que 40% das novas matrículas da Educação Superior sejam em instituições públicas, até 2024, assegurando a qualidade do ensino.

Resultado parcial: Em 2016, 7,7% das novas matrículas foram no segmento público.

Desafios: Levar instituições de Educação Superior para o interior do País, aumentar o número de vagas e criar mecanismos de inclusão de populações marginalizadas.

E dessa forma os objetivos e desafios apresentados pelo PNE também fazem parte da Missão, Visão, Valores da UnirG e que estes sejam plenamente cumpridos.

A Missão Institucional da UnirG foi fruto de uma construção coletiva na Semana de Planejamento Pedagógico no ano de 2011, atualizada após uma etapa de elaboração do planejamento estratégico realizado em 2017, tendo sido elaborado coletivamente a Visão e os Valores, por meio de uma metodologia de planejamento estratégico participativo.

A Missão estabelecida é: “Somos uma Universidade comprometida com o desenvolvimento regional e a produção de conhecimento com qualidade, por meio da ciência e da inovação”.

Tem-se como Visão: “Ser uma universidade de referência na Região Norte, comprometida com a formação cidadã de maneira inovadora e sustentável”. E temos os seguintes valores:

Excelência: A UnirG trabalha para alcançar patamares de excelência em suas áreas de atuação, em especial no Ensino, na Pesquisa e na Extensão, além de ser capaz em estabelecer parcerias e convênios em prol da qualidade.

Inovação: Uma instituição capaz de identificar e escolher caminhos e de instituir oportunidades, carreiras e práticas, voltadas para a inovação.

Ética: Uma instituição voltada para a responsabilidade ética, social e ambiental. Comprometimento com a comunidade acadêmica. Uma instituição que conhece a diversidade acadêmica que atende e é capaz de suplantar as desigualdades.

Responsabilidade social e ambiental: Uma instituição preparada para cumprimento da responsabilidade social e ambiental, além de propor soluções e influenciar esse cumprimento pela gestão municipal.

Transparência: Uma instituição que divulga, no intuito de demonstrar suas ações e decisões à comunidade acadêmica e à sociedade.

Antes de pensar a respeito da modalidade pela qual o processo educativo será desenvolvido, é preciso discutir o projeto de sociedade e que papel a Educação universitária pode desempenhar. Isto implica pensar a Educação, situando-a num contexto

socioeconômico-político-cultural, buscando compreender a relação entre o processo de escolarização e a reprodução de economias de poder e privilégio na sociedade mais ampla. Significa, ainda, projetar a Educação em termos de alcance de objetivos que deixem claras as posições político-metodológicas da proposta educativa que se quer desenvolver. Impõe-se, por isto, compreender os processos constitutivos do conhecimento, isto é, compreender a forma pela qual o conhecimento é produzido em ambientes institucionais, nas práticas e em contextos históricos e culturais específicos.

Nesta perspectiva, a Educação deve ser compreendida como dimensão de uma pedagogia que possa contribuir para a ressignificação do processo educativo e, até mesmo, para mudanças paradigmáticas que superem o ensino tradicional. Isto pressupõe a abertura e a pluralidade, para a desestabilização e a interrupção, para o movimento e a mudança, e não para uma Educação e um currículo centrado no fechamento e no conformismo e na fragmentação do ensino.

Pensando numa concepção de educação e princípios teóricos metodológicos, faz-se necessário remeter-se ao Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, presidida por Jacques Delors, que apresenta os fundamentos de uma nova concepção ampliada de educação.

Delors (1999, p. 102) indica que numa altura em que os sistemas educativos formais tendem a privilegiar o acesso ao conhecimento, em detrimento de outras formas de aprendizagem, importa conceber a educação como um todo. Esta perspectiva deve, no futuro, inspirar e orientar as reformas educativas, tanto em nível da elaboração de programas como da definição de novas políticas pedagógicas.

Esse paradigma está explícito nas premissas da educação apresentadas no mesmo documento, no qual Delors (1999, p. 89-90) aponta que:

[...] para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a conviver, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes.

Segundo Gadotti (2000, p. 09), as premissas contidas no Relatório Delors (1999, p. 96) são como uma “bússola para nos orientar rumo ao futuro da educação”, com vistas a uma nova leitura de mundo, buscando a compreensão necessária dos caminhos a empreender para a educação do futuro. Em consonância com esse referencial, é importante buscar esta

compreensão junto ao mundo, sociedade, ao homem-cidadão, a educação, a escola, ao conhecimento, ao ensino-aprendizagem, a avaliação e a cultura.

Para a UnirG, a natureza da formação superior a ser oferecida e a sua qualidade implica em optar por uma concepção pedagógica referenciada ao futuro da sociedade. Para isso, é necessário observar o papel social que a Instituição desempenha no contexto em que se insere, diante dos desafios que a ela se impõem.

Como Instituição, a UnirG não pode desconsiderar o desenvolvimento e disseminação das novas tecnologias de comunicação e informação que contribuem para a descentralização da produção e da difusão do conhecimento, exigindo formação de profissionais para participar do desenvolvimento social e econômico do País.

Nesse sentido, vale ressaltar que a UNESCO (2019) traz o documento final da Conferência Internacional sobre Inteligência Artificial (IA) e Educação em que reafirma que o princípio orientador para alcançar o objetivo 4 do desenvolvimento sustentável - ODS 4, que é “Educação de Qualidade” é a aprendizagem ao longo da vida, que abrange a aprendizagem formal, não formal e informal. E que é necessário adotar plataformas de IA e análises de aprendizagem com base em dados como tecnologias-chave na criação de sistemas integrados de aprendizagem ao longo da vida para permitir um aprendizado personalizado a qualquer momento, em qualquer lugar e potencialmente para qualquer pessoa, respeitando a agência dos estudantes. Faz-se explorar o potencial da IA para permitir caminhos de aprendizagem flexíveis e o acúmulo, reconhecimento, certificação e transferência de resultados individuais de aprendizagem.

Além da qualificação para o trabalho, as sociedades exigem cada vez mais cidadãos aptos a refletir e produzir novos conhecimentos acerca da prática profissional. A UnirG procura enfrentar as demandas sociais, as quais está inserida, com princípios éticos, valores humanos, responsabilidade socioambiental, interagindo com o coletivo.

Nesse contexto a Universidade vem novamente ao encontro do que a UNESCO (2019) no “Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável - BRASIL 2017-2021” traz ao enfatizar que o Sistema das Nações Unidas no Brasil, juntamente com seus parceiros, elegeu como cinco eixos prioritários para o seu próximo ciclo de planejamento estratégico os mesmos pilares da Agenda 2030: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias (cinco Ps).

Para a UnirG, o conhecimento não é neutro, nem suas formas de produção e disseminação. A atividade de ensino deve transcender a formação técnica e de competências. O objetivo é contribuir para a formação do cidadão imbuído de valores éticos e universais

com competência, para atuar no contexto social, por uma construção de uma sociedade justa, moderna e integrada ao meio ambiente. É necessário respeitar o outro, trabalhar em conjunto, buscar formas de interação, harmonizar, lidar com as diferenças e contribuir para a construção da cultura da paz.

A educação para a UnirG prima pela formação da consciência humana, sistêmica, libertadora e de conceber ao homem uma visão bio-psico-socio-cultural e ambiental. Estes pressupostos estão assentados nos quatro pilares da educação, que pedagogicamente, darão sustentação necessária à missão da educação superior.

Os tópicos seguintes apresentam as premissas, entendimentos e compreensões relativos a cada uma das diretrizes político-institucionais da UnirG, embasados por sua vez nos referenciais legais e técnicos vigentes.

Essas práticas são constituídas por aulas teóricas, práticas laboratoriais e de campo, elaboração de artigos, monografias, trabalhos de conclusão de curso, monitorias, atividades de estágios, participação em projetos de pesquisa, de iniciação científica, em atividades de extensão, em congressos, eventos, oficinas, entre outras atividades envolvendo o ensino, a fim de formar cidadãos com visão inter e multidisciplinar e formação crítica e inovadora.

A Instituição trabalha em constante estudo para sua modernização, considerando a pesquisa, grupos de pesquisadores, incluídos ou não em convênios, assim como favorecer a constituição de convênios entre instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais.

4.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

A UnirG busca estabelecer um processo de ensino-aprendizagem sempre com excelência, proporcionando a construção de competências, habilidades e atitudes, por meio da utilização de práticas pedagógicas diversificadas, fundamentais na formação mais qualificada em seus cursos de graduação e pós-graduação.

Deste modo, é de fundamental importância que os estudantes sejam motivados, reflexivos, críticos, analisem os problemas sociais, sejam hábeis, procurem soluções e aceitem as responsabilidades deles decorrentes e transformem-se em agentes de mudanças para transitar nas diferentes perspectivas do saber.

Uma proposta educacional desta origem ressalta a necessidade de uma educação superior acreditando no estudante como protagonista do processo de ensino e aprendizagem e

o professor como mediador desse processo e que venha ao encontro do conceito de educação ao longo da vida e de seus quatro pilares, abaixo colocados.

Nesse sentido, **aprender a conhecer** significa, antes de tudo, aprender a usar métodos que ajudem a distinguir o real do ilusório e, ter acesso a múltiplos saberes. A iniciação na pesquisa dá acesso a não aceitação de respostas pré-fabricadas e/ou de certezas que estejam em contradição com os fatos, além de estabelecer pontes entre os diferentes saberes; entre esses e suas significações na vida cotidiana e, por fim, entre esses saberes e significados e as capacidades interiores.

Aprender a fazer envolve criatividade, criar algo, trazer à luz as próprias potencialidades criativas. A aquisição da profissão passa necessariamente por uma especialização. No entanto, com a transformação mundial, o conhecimento passa a ser multidisciplinar e sistêmico. Porém, não se trata de adquirir diversas qualificações ao mesmo tempo, mas de edificar interiormente um núcleo flexível capaz de permitir um rápido acesso a novas experiências sociais e de trabalho.

Aprender a conviver significa, em primeiro lugar, respeitar as normas que regulamentam as relações entre os seres que compõem uma coletividade. Essas normas devem ser compreendidas, admitidas interiormente por cada ser, como um caminho edificante para o entendimento mútuo e a celebração da paz.

Aprender a ser pode ser um enigma insondável. Sabemos que existimos, mas como aprender a ser? Podemos começar aprendendo que a palavra "existir" significa descobrir autoconhecimento, descobrir a harmonia ou a desarmonia entre o individual e social. E, o espírito científico é um precioso guia.

O conceito de educação ao longo da vida, já trazido por Delors (1999), enfatiza que é a chave que abre as portas do século XXI. Ele elimina a distinção tradicional entre educação formal inicial e educação permanente. Além disso, converge em direção a outro conceito proposto com frequência: o da "sociedade educativa", na qual tudo pode ser uma oportunidade para aprender e desenvolver os talentos.

Sob essa nova perspectiva, a educação permanente é concebida como algo que vai muito além do que já se pratica, especialmente nos países desenvolvidos, a saber: as iniciativas de atualização, reciclagem e conversão, além da promoção profissional, dos adultos. Ela deve abrir as possibilidades da educação a todos, com vários objetivos: oferecer uma segunda ou terceira oportunidade; dar resposta à sede de conhecimento, de beleza ou de superação de si mesmo; ou, ainda, aprimorar e ampliar as formações estritamente associadas às exigências da vida profissional, incluindo as formações práticas (DELORS, 1999).

Em suma, a educação ao longo da vida, deve tirar proveito de todas as oportunidades oferecidas pela sociedade.

Organização teórica para os processos de implantação das políticas de Ensino

As políticas de Ensino para graduação e pós-graduação, nas modalidades presencial e ensino a distância (EAD), tem os pilares fundamentados nos valores estabelecidos pela UnirG (Excelência, Ética, Transparência, Inovação e Responsabilidade Social e Ambiental) e que estão inseridos nos quatro pilares da educação ao longo da vida: aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a conviver e aprender a fazer (DELORS, 1999) e que relacionam-se com os eixos temáticos que nortearão as políticas da UnirG (senso de pertinência, tecnologia, empreendedorismo e metodologias ativas, responsabilidade social e ambiental) e que se encontram interrelacionadas no quadro abaixo:

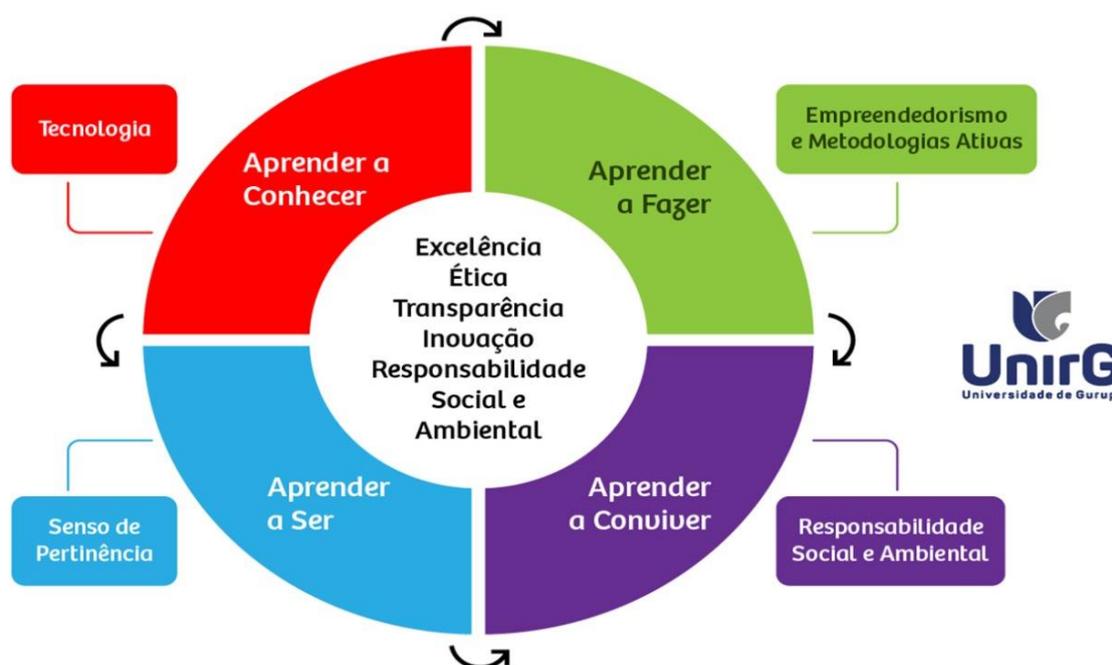


Imagem 1 - Relação dos Valores da UnirG e os 4 Pilares da Educação para o século XXI, resultando em eixos temáticos que nortearão as políticas da IES. Fonte: Elaborado pela equipe da PGRAD.

O senso de pertinência reflete a essência comunitária da Instituição e é materializado por meio da interlocução profunda com a sociedade e seus atores institucionais, no sentido de contribuir ativamente para o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental da comunidade e da região onde está inserida. A participação ativa da comunidade na definição do seu Plano Estratégico e a intervenção proativa da Instituição no enfrentamento dos desafios estratégicos da comunidade, promove um ciclo virtuoso de reciprocidade, amadurecimento e

sustentabilidade. A UnirG, para o município de Gurupi-TO e região, trouxe e traz desenvolvimento educacional, social, econômico e cultural e agrega valores para toda a comunidade.

O empreendedorismo é linha mestra das políticas de Ensino e visa garantir o alinhamento das atividades acadêmicas, sempre direcionadas ao aluno, para o desenvolvimento de um conjunto amplo de competências e habilidades que passam pela capacidade de autorreflexão, análise, síntese, convivência, respeito às diferenças, de apropriar-se de direitos e de observar deveres, de respeitar e contribuir com o meio ambiente, de comprometer-se com a redução de desigualdades, especialmente, de exercer o direito de escola e de construir seus próprios caminhos.

A tecnologia é meio e fim nas políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnirG: como meio, a tecnologia está presente nas metodologias e no modelo de ensino e também nos ambientes virtuais de aprendizagem, bibliotecas, laboratórios e equipamentos; como fim, a tecnologia é percebida à medida em que os projetos e atividades acadêmicas resultam no desenvolvimento de produtos, processos, métodos ou técnicas que colaborem para a solução de problemas e ou na construção de possibilidades para os alunos e para a comunidade.

A UnirG se apropria do conceito de sustentabilidade definido pela Organização das Nações Unidas-ONU em 1987, ao reafirmar que o “desenvolvimento sustentável é aquele que busca as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades”.

Com essas premissas, pauta seus processos, projetos e ações alinhados à visão de futuro, de forma a perenizar sua atuação e suas contribuições para o desenvolvimento social, econômico e ambiental da comunidade e da região na qual está inserida e, notadamente, para a formação integral de seus alunos. Promove a vivência de experiências significativas e favorecedoras do desenvolvimento do senso crítico, do exercício pleno da cidadania com o gozo de direitos e a observância de deveres, para o exercício do civismo, e para a assunção de compromissos de ordem individual e coletiva no presente, com a responsabilidade de contribuir para o bem comum das gerações presentes e futuras.

Como exemplo de articulação do empreendedorismo, tecnologia e sustentabilidade, pode-se citar o envolvimento e parceria da UnirG no “Inova Gurupi”, que é um plano estratégico que visa o desenvolvimento educativo, tecnológico pela implantação de um Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo. É uma parceria da Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Ciência e Tecnologia, envolvendo todas as secretarias da gestão e integra o Poder Público, Universidades e Empresas de Gurupi e região

com a finalidade de potencializar a geração de conhecimento e promover o desenvolvimento econômico e social nas áreas de vocação da região sul do Tocantins.

Assim como o Empreendedorismo, as metodologias ativas também são condutores do modelo educacional, resgatando no aluno o protagonismo. Nesse modelo, o aluno é o sujeito histórico e assume o principal papel na aprendizagem, importando seus saberes, opiniões e experiências para linha de largada da construção do conhecimento.

Em relação a metodologias ativas, a UnirG tem buscado parcerias para a formação continuada dos professores relacionadas à esta área desde 2018 e muito tem se aprimorado nesse sentido. Percebe-se que a formação necessita ser contínua, ainda temos professores que desconhecem tais metodologias, mas percebe-se também que muitos já compreendem que temos teóricos como Dewey (1950), Freire (1999), Rogers (1973), Novack (1999), Vigotsky (2003), entre outros, que enfatizavam, há muito tempo, a importância de superar a educação bancária, tradicional e focar a aprendizagem no aluno, envolvendo-o, motivando-o e dialogando com ele.

Segundo os autores, alguns componentes são indispensáveis para o sucesso no ensino e na aprendizagem. Entre eles, a criação de desafios, atividades, jogos, diferentes abordagens, capazes de construir competências necessárias para cada etapa. Competências que encaminham para a busca de informações pertinentes, que oferecem recompensas estimulantes, que combinam caminhos pessoais com participação significativa na sociedade, que se inserem em plataformas adaptativas. O perfil do professor e pode ser instigado por meio das metodologias ativas, com as quais o conhecimento se constrói a partir de problemas e situações reais, possivelmente encontradas pelos alunos na futura vida profissional, em diferentes ocasiões.

Bastos (2006) entende que as Metodologias Ativas são “processos interativos de conhecimento, análise, estudos, pesquisas e decisões individuais ou coletivas, com a finalidade de encontrar soluções para um problema”.

Nesse processo, o papel do professor é de "mediador ou orientador para que o aluno faça pesquisas, reflita e decida, por ele mesmo, o que fazer para atingir os objetivos estabelecidos".

A UnirG defende a autoaprendizagem e estimula a reflexão, a pesquisa, a tomada de decisão no percurso do processo formativo e defende também a ressignificação da prática docente, atribuindo ao professor o papel de mediador desse processo.

Numa perspectiva mais ampliada acerca dos espaços, tempo e estilos de aprendizagem, a UnirG pauta-se na perspectiva de que, no futuro próximo, o amadurecimento

deste modelo garanta a criação de uma diversidade de trilhas de aprendizagem alinhadas aos interesses e necessidades de cada aluno.

Quanto aos princípios metodológicos da UnirG, estes envolvem um conjunto de estratégias, métodos e técnicas relacionados aos processos de ensino e de aprendizagem, comprometidas com a interdisciplinaridade, a contextualização, a relação teórica e prática, o desenvolvimento do espírito científico e a formação de sujeitos autônomos e cidadãos. Considerando as características da Instituição, as metodologias traçadas nos projetos de curso se relacionam aos princípios definidos na política de ensino. Para tanto, são desenvolvidas ações que deverão promover o uso de recursos inovadores, na possibilidade de criar diferentes desenhos de matriz curricular, superando a perspectiva disciplinar dos conteúdos. Assim sendo, apresentam-se como princípios metodológicos:

- Considerar o espaço-tempo da aula como momento de interação, problematização, diálogo entre professores e alunos e de conhecimento;
- Promover práticas pedagógicas inovadoras e metodologias ativas, a fim de favorecer a aprendizagem com foco no aluno, suas vivências, experiências, dificuldades e potencialidades;
- Utilizar novos desenhos de organização da aula, como a sala de aula invertida, que consiste em uma modalidade de *e-learning* na qual o conteúdo e as instruções são estudados antes de o aluno frequentar a sala de aula, que passa a ser o local para trabalhar, prioritariamente, com os conteúdos já conhecidos, realizando atividades práticas como resolução de problemas e projetos, discussão em grupo, laboratórios, superando as configurações da aula tradicional e a concepção de transmissão de conteúdo;
- Utilizar estratégias de resolução de problemas, estudos de caso, aproximação com a prática profissional, promovendo aprendizagens significativas e despertando a curiosidade e o protagonismo discente para reconstrução do conhecimento;
- Ampliar e diversificar as fontes de pesquisa, considerando a vasta produção e a divulgação do conhecimento científico, procurando contextualizá-lo de forma significativa com os conteúdos estudados;
- Promover trabalhos em grupo, fóruns, debates, tutorias, tecnologias da informação e comunicação (TIC) a partir de diferentes recursos, tanto na modalidade presencial quanto a distância, visando a uma formação profissional qualificada e atenta às demandas sociais;
- Interagir com profissionais da área de formação por meio de projetos e atividades de extensão, visitas técnicas e estudos de campo, que aproximem os alunos da realidade estudada;

- Incentivar a pesquisa, por meio de projetos e atividades, na busca pela aprendizagem contínua, com vistas a um mundo em constante transformação;
- Propor a flexibilização curricular e oferta diversificada de atividades complementares, com a finalidade de incentivar a autonomia do estudante;
- Otimizar espaços de formação, prática profissional e estágios por meio da realização de convênios e relação com setores e organismos públicos e privados da região;
- Atentar para as necessidades de adaptação curricular e do plano de estudos para atender as demandas específicas de alunos com dificuldades de aprendizagem ou com deficiência, utilizando recursos de tecnologias assistivas e de comunicação alternativa, a depender da adaptação prevista.

Esses princípios serão promovidos e adaptados de acordo com as características do curso, do grau, da modalidade e área de conhecimento, apostando na ampliação e diversificação de estratégias metodológicas, com vistas a reconstruir espaços de formação sensíveis às demandas da profissão e voltadas ao perfil do estudante. Além dessas possibilidades previstas na metodologia, é facultada aos cursos presenciais a oferta de carga horária na modalidade a distância, de acordo com a legislação vigente, aprimorando a relação entre as modalidades.

4.3. Políticas para a Graduação

Em consonância com as diretrizes apresentadas acima e os eixos temáticos que imprimem o DNA da UnirG, as atividades de ensino de graduação visam a formação de cidadãos éticos, profissionais, empreendedores e autônomos a partir dos seguintes princípios:

- A flexibilização de currículos, de forma a proporcionar ao estudante o protagonismo acadêmico e a construção de autonomia reflexiva e crítica;
- A atualização permanente dos projetos pedagógicos, a partir das demandas sociais, econômicas e culturais da comunidade e da região onde a Instituição está inserida;
- A diversidade de metodologias de ensino e de instrumentos de aprendizagem, de forma a considerar as individualidades e a promover o desenvolvimento de habilidades e competências significativas para formação profissional e empreendedora;
- A promoção de projetos e atividades que integrem a comunidade acadêmica, a comunidade e a região onde a Instituição está inserida, para o fim de viabilizar oportunidades reais de conhecer e enfrentar demandas sociais, culturais e econômicas por meio da

intervenção positiva no sentido de promover o desenvolvimento sustentável;

- A utilização efetiva de recursos e novas tecnologias para a melhoria contínua dos processos de ensino e de aprendizagem;
- O incentivo ao desenvolvimento do pensamento investigativo;
- O incentivo à produção técnico-científica e didática do corpo docente;
- A qualificação permanente do corpo social, em termos de titulação acadêmica e de competências didático-pedagógicas;
- A garantia de infraestrutura física e tecnológica para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas.

A partir dos princípios mencionados, a UnirG estabelece os seguintes objetivos para o Ensino de Graduação:

- Atualizar e aperfeiçoar continuamente os Projetos Pedagógicos de Curso – PPC, em atenção às demandas da comunidade e da região nas quais a Instituição está inserida;
- Empreender gestão administrativa e acadêmica que garanta a sustentabilidade da oferta e a execução do plano de expansão;
- Promover a melhoria contínua dos processos internos, com vistas à excelência acadêmica e administrativa;
- Promover a melhoria contínua da infraestrutura física, tecnológica e laboratorial com vistas a favorecer o ambiente adequado para a aprendizagem e a convivência;
- Promover atualização contínua do acervo bibliográfico, físico e virtual;
- Fomentar a pesquisa, a iniciação científica e demais produções acadêmicas;
- Promover oportunidades e instrumentos para dar visibilidade à produção acadêmica docente e discente;
- Promover a utilização das metodologias ativas como experiência concreta de criação de trilhas alternativas de aprendizagem.

Na elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso – PPC, em especial na organização das matrizes curriculares, a UnirG instituirá um modelo de organização de unidades curriculares a partir de Núcleos de Formação, sendo eles:

- Núcleo Comum;
- Núcleo de Formação Básica;
- Núcleo de Formação para a Prática Profissional;

- Núcleo Integrador e de Atividades Complementares;
- Núcleo de Flexibilização Curricular.

A implementação de um **Núcleo Comum** objetiva, para além da simples organização de disciplinas comuns entre os currículos, à vivência de uma formação holística que contribua para a formação ética, cidadã e profissional dos discentes. O Núcleo Comum também busca atender ao disposto pela Resolução CNE/CP n. 1/2004, que dispõe sobre as relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira e indígena e a Lei n. 9795, de 27 de abril de 1999 que dispõe sobre a educação ambiental.

Este Núcleo Comum possuirá carga horária integralizadas pelas disciplinas abaixo:

- Pesquisa e Iniciação Científica – 30 horas;
 - Metodologia e Pesquisa Científica – 30 horas;
 - Trabalho de Conclusão de Curso* – 30 horas.
- *Exceto para cursos que as DNC não são obrigatórias

Obs. 1: os PPCs de licenciaturas deverão também regulamentar-se na Resolução n. 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Nesse sentido, além de dividir os conteúdos das disciplinas nos 3 grupos regulamentados pela resolução, será necessário colocá-las em cada núcleo estabelecidos acima.

Obs. 2: Português; Leitura e Interpretação de Texto, Matemática; Física, Química, Biologia, Tecnologia da Informação, Introdução ao EaD, Conhecimentos contemporâneos serão ofertados em EaD em nivelamento.

O **Núcleo de Formação Básica** é composto por um conjunto de disciplinas que darão a sustentação teórica necessária à formação da prática profissional. Esse Núcleo estabelece uma conexão entre os currículos de uma mesma área de formação, facilitando a mobilidade acadêmica entre os cursos.

No **Núcleo de Formação para a Prática Profissional** encontra-se o conjunto de disciplinas com predominância de carga horária prática voltadas para o desenvolvimento das habilidades inerentes ao exercício da profissão. Neste Núcleo estão inseridos os estágios, bem como disciplinas que promovam, de forma simulada, experiências práticas da atividade profissional.

O **Núcleo Integrador e de Atividades Complementares** não é necessariamente formado por disciplinas, mas possui carga horária cujos objetivos são:

- Enriquecer o processo de formação humana e profissional dos educandos, por meio da participação em atividades de complementação da formação social, humana e cultural; atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo e atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional;
- Proporcionar a articulação entre os diversos saberes presentes nas unidades curriculares, possibilitando a busca por soluções aos problemas reais observados nas comunidades locais.

Neste Núcleo, além das disciplinas com carga horária de extensão curricularizada, estão as Atividades Complementares e o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, conforme exigência legal.

Em relação à curricularização da extensão, temas voltados a Educação da Relações Étnico-Raciais, Direitos Humanos, Educação Ambiental, Empreendedorismo, Inovação tecnológica deverão ser trabalhados transversalmente em projetos de pesquisa e extensão.

O **Núcleo de Flexibilização Curricular** é formado por um conjunto de disciplinas Eletivas ou Optativas, que proporcionarão ampliação do leque de formação dos discentes. Essas disciplinas têm por objetivos:

- Possibilitar o desenvolvimento de saberes em áreas diversas às da formação inicial dos educandos;
- Possibilitar o aprofundamento de conceitos e técnicas inerentes à formação inicial dos educandos;
- Atender ao disposto pela Lei n. 10.436/2002 e no Decreto n. 5.626/2005 que regulamenta a oferta da disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais).

Nesse sentido, faz-se necessário enfatizar que:

- Cabe ao docente a função de gestor do processo de construção de saberes dos

educandos, fundamentado nos pilares das metodologias ativas, a partir da seleção de uma diversidade de materiais e recursos pedagógicos; da criação de um ambiente colaborativo de construção de conhecimentos; do acompanhamento contínuo do desenvolvimento acadêmico dos educandos, por meio de processos avaliativos que possibilitem a construção de diagnósticos e a redefinição de estratégias de aprendizagem;

- Cabe aos educandos a adoção de uma atitude ativa, entendendo este como o principal ator do seu processo de aprendizagem, responsável pelo cumprimento das atividades orientadas pelos docentes; pela utilização dos recursos metodológicos com base nos seus estilos de aprendizagem; e pela construção, com seus pares, nos diversos espaços de aprendizagem, de um ambiente interativo e colaborativo.

Para a UnirG, os centros de formação, sejam eles escolas, faculdades, organizações do terceiro setor, empresas etc., não são as únicas fontes de conhecimento e o educador não é mais o principal agente do processo de formação, cabendo ao corpo docente refletir continuamente sobre as demandas individuais e coletivas dos educandos e oportunizar recursos e estratégias diversificadas para que esses sujeitos possam, considerando suas dificuldades e seus tempos de aprendizagem, suas lacunas de formação e seus interesses e/ou necessidades, implementar suas trilhas de aprendizagem (BRANDÃO; FREITAS, 2006), de modo a obterem uma aprendizagem efetiva e significativa.

Nesse contexto, não há de se pensar em estratégias únicas que possibilitem a aquisição de saberes ao maior número de pessoas possível, muito menos em estabelecer algum tipo de promoção do método A em detrimento ao método B, mas sim, de perceber que cada sujeito possui formas diferenciadas de percepção de objetos e conceitos, demandando estratégias diferenciadas para a construção de conhecimentos. Assim, todos os recursos disponíveis poderão ser úteis, todos os métodos deverão ser analisados e testados com profundidade, ainda mais se possibilitarem uma maior e mais profunda integração entre educando, educador e conhecimento.

Também é importante ressaltar os diferenciais definidos para a construção dos Projetos Pedagógicos de Curso – PPC, considerando os tipos de cursos oferecidos na UnirG Licenciatura, Bacharelado e Cursos de Graduação Tecnológica.

Na organização dos cursos de licenciatura, os PPCs são construídos e atualizados considerando a dinâmica de evolução da educação básica e das instituições educacionais, oriundas das atuais demandas sociais, tecnológicas e do mundo do trabalho.

Desta forma, os currículos dos cursos de licenciatura são desenhados de modo a possibilitar a formação de professores com as competências e habilidades técnicas, relativas à

sua área de formação, bem como as competências e habilidades pedagógicas inerentes à profissão docente, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais de cada curso. Uma formação que tenha como característica a construção de um perfil profissional:

- Ético e crítico;
- Responsável por todas as etapas do processo educativo (planejamento, organização, avaliação, gestão dos espaços e tempos de aprendizagem etc.);
- Com permanente atuação no processo de transformação e desenvolvimento de uma sociedade incluyente, equânime, justa e solidária, sensível às diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, orientação sexual, entre outras;
- Comprometido com a sua formação continuada, na perspectiva do acompanhamento das inovações na área da epistemologia;
- Comprometido com as inovações, com a pesquisa, com produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico no campo da Educação;
- Colaborativo e propositivo com a formação profissional e a constituição de ações educativas coletivas, compreendidas como um processo ético, estético, político e contínuo.

Para os cursos de bacharelado, os currículos são elaborados também na perspectiva da construção de um perfil profissional, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais de cada curso, com amplo conhecimento técnico em suas áreas de atuação, porém com uma formação geral que o permita:

- Fazer escolhas éticas, responsabilizando-se por suas consequências;
- Ler, interpretar e produzir textos com clareza e coerência;
- Compreender as linguagens como veículos de comunicação e expressão, respeitando as diferentes manifestações étnico culturais e a variação linguística;
- Interpretar diferentes representações simbólicas, gráficas e numéricas de um mesmo conceito;
- Formular e articular argumentos consistentes em situações sociocomunicativas, expressando-se com clareza, coerência e precisão;
- Organizar, interpretar e sintetizar informações para tomada de decisões;
- Planejar e elaborar projetos de ação e intervenção a partir da análise de necessidades, de forma coerente, em diferentes contextos;
- Buscar soluções viáveis e inovadoras na resolução de situações-problema;
- Trabalhar em equipe, promovendo a troca de informações e a participação coletiva, com autocontrole e flexibilidade;

- Promover, em situações de conflito, diálogo e regras coletivas de convivência, integrando saberes e conhecimentos, compartilhando metas e objetivos coletivos.

Nos cursos de graduação tecnológica, diferentemente do que se busca nos cursos de bacharelado, o objetivo é a formação de profissionais que estejam mais alinhados com as demandas do mercado. Cursos que possibilitem o atendimento rápido às constantes exigências do mundo econômico, sem perder de vista a necessária formação teórica comum aos cursos de graduação.

Na construção dos PPC dos cursos de Graduação Tecnológica, o perfil do egresso é pensado, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais de cada curso, de forma que estes profissionais desenvolvam, dentre outras características, habilidades e competências para:

- Identificar, selecionar e executar procedimentos técnicos dentro de sua área de formação;
- Utilizar equipamentos ou ferramentas tecnológicas que possam agregar qualidade a atividade profissional;
- Elaborar e aplicar programas de avaliação de qualidade;
- Propor e participar de estudos científicos para o desenvolvimento de novas tecnologias;
- Planejar, organizar e gerenciar empresas dentro de sua área de formação;
- Avaliar e elaborar parecer técnico em sua área de formação; e
- Gerenciar equipes de trabalho.

Os cursos oferecidos pela UnirG buscam ser pilares na construção de sua identidade e da sua vocação, no cumprimento de sua missão social. Além disso, são instrumentos necessários para formação de profissionais atuantes no desenvolvimento regional. As questões sociais decorrentes da atividade econômica da Cidade e região são desta forma, trabalhadas por profissionais com formação humanística e atuação técnica pautada pelos ditames da responsabilidade social.

A UnirG, por meio de projetos dos cursos e, sempre que possível, participa de programas oriundos de iniciativas de organizações públicas e particulares.

Abaixo seguem de que forma os PPCs dos cursos atenderão às diretrizes voltadas ao atendimento legal da inclusão de disciplinas e/ou temas de Educação das Relações Étnico-Raciais, de Direitos Humanos, Língua Brasileira de Sinais- Libras, Plano Nacional de Educação Ambiental:

4.3.1. Educação das Relações Étnico-Raciais

A UnirG atende às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei N° 9.394/96, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N° 3/2004.

Na educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, os projetos dos cursos apresentam esta temática também no grupo de pesquisa “*Processos Educativos*” nas linhas Diversidade, inclusão e inovações pedagógicas, Educação, Diversidade Cultural e Manifestações Corporais.

Ainda são realizadas atividades na Instituição com a temática ambiental e de Relações Étnico-raciais em projetos de extensão.

Ainda, a UnirG trabalha a educação das relações étnico-raciais de forma institucional e transversal, ou seja, envolvendo a comunidade acadêmica nas disciplinas e atividades com o objetivo de promover a consciência acerca dessas questões sociais, em projetos de iniciação científica e extensão.

4.3.2. Direitos Humanos

A temática Direitos Humanos é trabalhada de forma transversal e interdisciplinar em eventos, discussões e abordagens diversas realizadas no decorrer dos cursos. Destaque para o projeto “Clínica interdisciplinar de Direitos Humanos UNIRG - CIDH UnirG”, coordenado pela professora Lady Sakay. Também está presente nas atividades acadêmicas de extensão e pesquisa, além de percorrer de forma transversal nas atividades complementares nas quais está temática esteja envolvida.

4.3.3. Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

É importante o incentivo que a IES oferece aos professores para desenvolverem-se além das competências técnicas específicas, ampliando sua conscientização em relação ao processo de inclusão social das pessoas com necessidades especiais, inclusive na reflexão sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais, utilizadas pelos surdos, inseridos em sala de aula comum.

Na UnirG os cursos trazem, em sua composição, a oferta da disciplina de Libras em conformidade com o Decreto nº 5.626/2005, que é ofertada como disciplina curricular obrigatória nos cursos de licenciatura e disciplina optativa nos demais cursos, de acordo com o Capítulo II, Art. 3º do decreto supracitado.

As Libras devem ser inseridas como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de fonoaudiologia, de instituições de ensino públicas, e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

No que tange aos demais cursos de educação superior, a legislação é clara: “§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação “do Decreto nº 5.626/2005. Desta forma não integra as disciplinas curriculares, bem como a sua carga horária não é computada para o atendimento da carga horária mínima do curso. Na UnirG, os cursos que apresentam a disciplina de Libras como obrigatória são: Educação Física, Letras e Pedagogia, com carga horária de 60 horas e está disponibilizada na estrutura curricular em caráter optativo nos outros cursos, com carga horária de 60 horas.

4.3.4. Política Nacional de Educação Ambiental

Analisando-se a legislação relacionada à Educação Ambiental, tem-se a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, na qual se entende por educação ambiental.

Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Em complemento, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, sob o parecer número 14/2012, aprovado em 06/06/2012 tem-se que[...] a educação ambiental envolve o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído no qual as pessoas se integram. A Educação Ambiental avança na construção de uma cidadania responsável voltada para culturas de sustentabilidade socioambiental.

É perceptível então que, a instituição de ensino tem tarefa fundamental no processo visto que, é preciso usar da ciência e do progresso para melhorar o bem-estar das diferentes sociedades, que é a principal razão de existir. Sendo assim, entende-se que a prática docente é de fundamental importância na formação dos cidadãos que atuarão no meio, seja social ou ambiental. Em relação ao ensino superior, faz-se necessário que a educação ambiental se consolide de maneira coerente e não somente por meio de uma disciplina, embora a legislação autorize a criação de disciplinas nos cursos superiores, mas sim, por meio da integração do currículo como um todo (BERTON, 2016).

Assim, salienta-se que a UnirG considera em todos os seus projetos, tanto de desenvolvimento institucional, como nos pedagógicos dos cursos que mantém, o Decreto nº. 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, que “institui a Política Nacional de Educação Ambiental”.

Na Instituição desenvolvem-se projetos de extensão relacionados ao tema ambiental, tais como: FITOUNIRG – Efluentes de fossa séptica biodigestora: cultivos convencionais e plantas medicinais - Assentamento Vale Verde - Gurupi-TO e Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Santo Antônio e Santa Tereza e Revitalização das Bacias Urbanizadas de Gurupi. Outrossim, estes temas relacionados à Educação Ambiental e Sustentabilidade também são trabalhados de forma transversal, possibilitando aos alunos a integração interdisciplinar, via eventos com foco na respectiva temática, promovendo um diálogo entre a comunidade local e os representantes dos setores público e privados, sobre a questão ambiental global, nacional e regional.

Existe também a linha de pesquisa “Desenvolvimento regional e sustentabilidade” em que o tema é também trabalhado de forma transversal.

4.4. Políticas de Pesquisa

A geração e ampliação do conhecimento como objetivos da Pesquisa vinculam-se à criação e à produção científica e tecnológica, cumprindo normas éticas que lhe são próprias, em especial quando produzidas sobre seres humanos, animais ou ambientes e espécies frágeis. Assim, a Pesquisa configura-se indissociável do Ensino e da Extensão.

Na UnirG, no caminho dos desafios, além das ações já realizadas e em andamento, há destaques objetivos que abarcam ações com previsão de sucesso até 2023: a implantação de

estruturas inovadoras de pesquisa, a exemplo, a criação do Núcleo de Apoio à Ciência-NAC, estrutura administrativa e técnica especializada para pesquisa institucional; o fortalecimento de pesquisa de qualidade; o fortalecimento da inserção regional e a responsabilidade social da Universidade na área da pesquisa. Seguem linearizadas as ações estratégicas para 2019 a 2023 como políticas de pesquisa.

4.4.1. Compromissos para o Fomento à Pesquisa

Objetivo 1. Promover a implantação de estruturas inovadoras de pesquisa

METAS	AÇÕES	PERÍODO DE EXECUÇÃO	INDICADORES	RESPONSÁVEL
Reforço da estrutura de apoio administrativo e técnico especializado a projetos de pesquisas institucionais	Viabilização das condições institucionais, tais como: estrutura física e humana, tecnológica, pedagógica, financeira e horas destinadas para pesquisa.	2019-2023	% hora pesquisa Número de projetos pesquisa Número de horas pesquisa	Fundação UnirG Reitoria PROGRAD PROPESQ PROECAE
	Implantação de editora científica para publicações periódicas de livros técnicos-científicos de estudiosos da IES	2019-2021	% implantação Número de obras publicadas	Fundação UnirG Reitoria
	Criação de fluxogramas de informações para agilizar os trâmites relacionados à pesquisa, que atendam à comunidade acadêmica	2019-2020	Número de fluxogramas criados Tempo de tramitação	Fundação UnirG Reitoria PROPESQ
	Implantação de novas linhas de pesquisa na IES	2019-2020	Número de linhas criadas	Reitoria PROPESQ
	Fortalecimento das linhas de pesquisa na IES	2019-2023	Número de publicações	Reitoria PROPESQ
	Garantia de recursos orçamentários para editais internos de pesquisa (docente) para todos os cursos da IES	2019-2023	Valores destinados Número de horas Número de diárias	Fundação UnirG

	Ampliação do número de bolsistas PIBIC	2019-2021	Número de bolsas	Fundação UnirG Reitoria PROPESQ
	Incentivo à participação de discentes nos editais de Iniciação Científica	2019-2021	Número de participantes	Reitoria PROPESQ Núcleo de Comunicação
	Criação do Núcleo de Apoio à Ciência (NAC) para dar estrutura administrativa e técnica especializada para pesquisa institucional	2019-2020	Implantação do Núcleo	Fundação UnirG Reitoria PROPESQ
	Criação de programas e projetos para financiamento e captação de recursos externos, vinculados à pesquisa e pós-graduação	2019-2023	Número de programas/projetos	Fundação UnirG Reitoria PROPESQ Vice-Reitoria
	Acompanhamento permanente do cadastro de professores na Plataforma <i>Lattes</i> , a fim de verificar as atualizações de suas produções científicas	2019-2023	Atualizações realizadas	PROPESQ PROGRAD Coordenações de Cursos
Ampliação das ações de mídia e divulgação das produções científicas da IES	Atualização contínua de informações no site da PROPESQ	2019-2023	Número de publicações	Reitoria PROPESQ Núcleo de Comunicação NTI
	Divulgação das ações por meio da Rádio e TV Web	2019-2023	Número de publicações	Reitoria PROPESQ Núcleo de Comunicação e NTI
	Divulgação permanente das ações desenvolvidas nos programas e projetos de pesquisa e pós-graduação		Número de publicações	Reitoria PROPESQ Núcleo de Comunicação NTI
Adequação da estrutura as novas exigências de P&D	Implantação do Núcleo de Inovação Tecnológica, que promova o depósito de registros, patentes e marcas da IES	2019-2020	Implantação do NIT	Fundação UnirG Reitoria PROPESQ

Fortalecimento da oferta de cursos de Pós-Graduação	Oferecimento de novos cursos de pós-graduação <i>Lato Sensu</i> na modalidade presencial	2019-2023	Número de cursos criados	Fundação UnirG Reitoria PROPESQ
	Criação de cursos de pós-graduação a distância (EAD)	2023	Número de cursos criados	Fundação UnirG Reitoria PROPESQ
	Implantação de cursos de pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	2019-2023	Número de alunos matriculados	Fundação UnirG Reitoria PROPESQ
	Oferecimento de novas formas de pagamento/financiamento dos	2020-2023	Número de formas criadas	Fundação UnirG Reitoria
	cursos			PROPESQ
Promoção permanente da integração entre pesquisa-ensino extensão em todos os cursos da IES	Criação de editais de projetos conjuntos entre as Pró-reitorias	2020-2023	Número de editais	Fundação UnirG Reitoria PROPESQ PROGRAD PROECAE
	Criação de regulamentos de TCC institucional	2019-2020	Número de regulamentos criados	

Objetivo 2. Fortalecer a pesquisa de qualidade na Instituição.

METAS	AÇÕES	PERÍODO DE EXECUÇÃO	INDICADORES	RESPONSÁVEL
Melhoria permanentemente das produções científicas da Universidade de Gurupi-UnirG	Ampliação e divulgação da produção bibliográfica qualificada na IES	2019-2021	Número artigos publicados em Qualis A e B	Fundação UnirG Reitoria PROPESQ
	Atualização e alinhamento dos conteúdos e normas de condução das disciplinas de Metodologia Científica, Projetos de TCC e TCC, conforme as matrizes de todos os cursos da IES	2019-2020	Regulamentos criados	Reitoria PROPESQ PROGRAD
	Aumento do Qualis (Capes) das revistas Cereus e Amazônia	2019-2023	Qualis alcançado	Fundação UnirG Reitoria PROPESQ

	Capacitação permanente do corpo técnico, docentes e discentes para produção de projetos e pesquisa de inovação para submissão em editais de captação de recursos externos;	2019-2023	Capacitações realizadas	Fundação UnirG Reitoria PROPESQ
	Disponibilização de programas <i>online</i> que auxiliem e agilizem os pesquisadores em suas produções científicas	2020-2021	Programas adquiridos	Fundação UnirG Reitoria PROPESQ
Fortalecimento contínuo dos comitês de Ética em Pesquisa (seres humanos e animal);	Promoção de oficinas de capacitação aos membros	2019-2023	Capacitações realizadas	Fundação UnirG Reitoria PROPESQ
	Participação em eventos promovidos pelo CONEP	2019-2023	Número de participantes	Fundação UnirG Reitoria PROPESQ
Valorização dos pesquisadores	Homenagem aos pesquisadores e estudiosos da IES	2019-2023	Número de homenageados	Fundação UnirG Reitoria PROPESQ
				Núcleo de Comunicação

Objetivo 3. Fortalecer a inserção regional e a responsabilidade social da Universidade na área da pesquisa

METAS	AÇÕES	PERÍODO DE EXECUÇÃO	INDICADORES	RESPONSÁVEL
Fomento permanente de iniciativas institucionais que promovam a mobilidade interinstitucional estudantil e docente, nacional e internacional	Construção de parceria com universidades e instituições, empresas, grupos sociais de outras regiões	2019-2023	Parcerias firmadas	Fundação UnirG Reitoria PROPESQ PROECAE
	Planejamento e execução anual de eventos científicos institucionais regionais	2019-2023	Eventos realizados	Fundação UnirG Reitoria PROPESQ PROECAE
	Ampliação constante da utilização dos laboratórios e estruturas de pesquisa existentes na IES, por meio de parcerias institucionais	2019-2023	Parcerias firmadas	Fundação UnirG Reitoria

	Implementar ações no Programa de Incubadora de Empresa da UnirG (INOVO) para que este seja uma de ambiente potencial de pesquisa regional	2019-2023	Ações concretizadas	Fundação UnirG Reitoria PROPESQ INOVO
	Apoio permanente das ações nas clínicas escolas e campos de estágios para o desenvolvimento da pesquisa com o alcance comunitário e de repercussão social regional	2019-2023	Ações executadas	Fundação UnirG Reitoria PROPESQ PROGRAD PROECAE
	Fortalecimento contínuo das linhas de pesquisa com compromisso de desenvolvimento regional	2019-2023	Número de produções vinculadas às linhas	Fundação UnirG Reitoria PROPESQ

4.4.2. Políticas para desenvolvimento da Pesquisa e Pós-graduação na UnirG

A Política de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade de Gurupi está em direção ao cumprimento da sua missão “*ser uma Universidade comprometida com o desenvolvimento regional e a produção de conhecimento com qualidade, por meio da ciência e da inovação*” e a seus valores institucionais. Esta política aplicar-se-á aos Campi e unidades administrativas da UnirG, pesquisadores, técnico-administrativos, docentes e discentes e relações com a comunidade interessada.

A Política de Pesquisa e Pós-graduação da UnirG buscará alcançar os princípios:

- Indissociabilidade do Ensino (graduação e pós-graduação), Pesquisa e Extensão universitária;
- Promoção e valorização de iniciativas de projetos científicos interdisciplinares, científicos inovadores e tecnológicos;
- Fortalecimento da inserção regional e a responsabilidade social da universidade na área da pesquisa e pós-graduação;
- Interação do ensino (graduação e pós-graduação), com estímulo aos egressos;

- Contínua capacitação e valorização de recursos humanos qualificados;
- Ética e publicidade do conhecimento científico;

4.5. Políticas de Extensão

A UnirG consolida uma política de extensão alinhada com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Extensão Universitária, determinada pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Pública brasileiras, o qual dará suporte para implementação do Plano Nacional de Educação 2014-2024, especificadamente expresso nos Quadros: 18 - Extensão - Objetivo 1; Quadro 19 – extensão – Objetivo 2; Quadro 23 – Gestão – Objetivo 2. Com esse propósito, desenvolverá as ações extensionistas com os recursos disponíveis e por meio de parcerias com o Município, Estado e a União, além de setores organizados da sociedade. Esta IES, como tem realizado, continuará a propagar o conhecimento à sociedade, por meio dos resultados oriundos da extensão, bem como do ensino e da pesquisa.

Objetivo 1. Promover aprimoramento contínuo das ações e estimular propostas inovadoras de interação comunitária.

METAS	AÇÕES	PERÍODO DE EXECUÇÃO	INDICADORES	RESPONSÁVEL
Implantação da Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assistência Estudantil (PROECAE), conforme previsto no Regimento Geral Acadêmico da IES	Definição dos cargos e ações de execução e funcionamento	2019-2020	% de funcionamento e atendimento.	Fundação UnirG e Reitoria.
Expansão da política de extensão vigente.	Por meio de fomento ações e parcerias internas e externas	2019-2023	Número de convênio e parcerias estabelecidas.	PROECAE;
Ampliação anual de, no mínimo, 10% os projetos de extensão.	Através de editais de seleção de projetos	2019-2023	Número de projetos aprovados e desenvolvidos.	PROECAE

Fortalecimento da política de avaliação e acompanhamento das ações de extensão.	Adoção da ferramenta eletrônica de gerenciamento Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP)	2019-2020	Número de acesso de registro cadastro e acompanhamento no sistema	PROECAE;
Divulgação da produção bibliográfica, técnica e artística, originada dos conhecimentos, produzidos nos projetos de extensão, desenvolvidos pelos servidores da Universidade e sociedade em geral.	Criação da revista eletrônica da extensão e atualização do site da IES do link específico da extensão.	2019-2022	Número de produções postadas no site.	PROECAE; Núcleo de Comunicação.
Interação dos centros de aplicação da IES objetivando a transdisciplinaridade e interdisciplinaridade.	Realização de eventos, cursos e ações de prestações de serviço junto à comunidade regional e estadual	2019-2023	Número de eventos – cursos –ações realizadas	PROECAE
Incentivo e apoio aos projetos e programas das diversas competições acadêmicas de caráter cooperativo e interinstitucionais	Assessoramento técnico e logístico	2020-2023	Número de atendimentos.	PROECAE
Expansão das ações de extensão voltadas para diferentes públicos e faixas etárias, como: idosos, crianças, adolescentes, indígenas, pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, social ou ambiental.	Elaboração de editais para seleção de projetos de extensão	2019-2023	Número de projetos aprovados nos editais	PROECAE
Institucionalizar ações de caráter extensionista, desenvolvidas nos cursos com vistas à interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.	Elaboração de regulamento	2019-2020	Regulamento aprovado	PROECAE
Criação de um programa de educação ambiental com vistas à sustentabilidade econômica e social.	Elaboração de editais para seleção de projetos de extensão	2019-2023	Número de projetos aprovados nos editais	PROECAE

Implantação de ações de extensão nas grades curriculares dos cursos de graduação, conforme determina o Plano Nacional de Educação (PNE).	Elaboração de regulamento e diretrizes para extensão curricularizada	2019-2020	Regulamento aprovado pelo CONSUP	NDEI PROECAE. E
	Readequação dos PPCs dos cursos	2019-2021	PPCs aprovados no CONSUP	NDE dos cursos; Coordenações dos cursos e PROGRAD.
Elaboração de documentos normativos das ações de extensão curricularizada.	Reuniões com os NDEs e reuniões com NDEI	2019-2021	Regulamento aprovado pelo CONSUP	NDEI PROECAE. E
Criação de programas interdisciplinares e transdisciplinares entre os cursos da IES, conforme prevê a Resolução nº07/18.	Elaboração de editais para seleção de projetos de extensão	2019-2023	Número de projetos aprovados nos editais	PROECAE
Promoção de ações permanentes que mostrem avanços de todas as áreas do saber científico, tecnológico e artístico cultural.	Participação em seminários, congressos e outros	2019-2023	Número de eventos realizados e participados	Fundação UnirG. Reitoria. Pró-Reitorias.
Realização anual de um Encontro/Mostra de extensionistas na IES, com vistas à divulgação das ações para comunidade acadêmica, local, regional e estadual.	Reuniões para organização da logística do evento	2019-2023	Número de participantes	Fundação UnirG. Reitoria e PROECAE.
Realização de consultas públicas anuais com a comunidade para identificação de demandas e problemáticas para possíveis áreas de atuação em ações de extensão da IES	Reuniões para organização da logística do evento	2019-2023	Número de participantes	Reitoria e PROECAE.
Incentivo às ligas acadêmicas para se tornarem um espaço de curricularização da extensão nos cursos.	Reuniões com os representantes das ligas para alinhamento das diretrizes da extensão curricularizada nas ações desenvolvidas pelas ligas	2019-2020	Atas das reuniões e regulamentos aprovados	PROGRAD; PROECAE, Coordenações dos cursos e Ligas Acadêmicas

	Participação de acadêmicos em ações promovidas à comunidade externa por meio das Ligas Acadêmicas	2020-2023	Números de certificados validados	PROGRAD PROECAE Coordenações dos cursos e Ligas Acadêmicas.
--	---	-----------	-----------------------------------	---

Objetivo 2 – Ampliar e melhorar as ações de interação com os setores organizados da sociedade.

METAS	AÇÕES	PERÍODO DE EXECUÇÃO	INDICADORES	RESPONSÁVEL
Fortalecimento permanente da inserção da Universidade na sociedade tocantinense.	Elaboração de ações voltadas para a sustentabilidade, atuando de forma econômica, social e ambiental	2019-2023	Número de ações desenvolvidas	Fundação UnirG. Reitoria. Pró- Reitorias e Coordenações de cursos.
Fomento contínuo da extensão por meio de intercâmbios e de redes de cooperação interinstitucionais nas esferas municipais, estaduais, federais e internacionais.	Convênio com órgãos municipais / estaduais/ federais	2019-2023	Número de convênios realizados	Fundação UnirG. Reitoria. Pró- Reitorias.
	Captação de recursos por meio de editais externos	2019-2023	Número de projetos aprovados nos editais	PROECAE
Incentivo à participação dos servidores da UnirG em comitês de assessoramento técnico e conselhos externos, em âmbito estadual, nacional e internacional.	Liberação dos servidores	2019-2023	Número de licenças concedidas para os servidores liberados para participação de eventos	Fundação UnirG. Reitoria.
Criação de grupos de análise de conjuntura, observatórios e fóruns de discussão em diversas áreas temáticas, visando a ampliar as contribuições da UnirG para a resolução dos desafios contemporâneos da sociedade e especialmente da nação brasileira.	Reuniões para definição da criação dos grupos e membros participantes, bem como as diretrizes de ação	2019-2023	Atas das reuniões e regulamentos aprovados	Reitoria e PROECAE.
	Atuação dos grupos e levantamento dos problemas sociais	2020-2023	Atas das reuniões Número de ações desenvolvidas.	Reitoria e PROECAE.

4.5.1. Políticas para o Desenvolvimento da Extensão, Cultura e Assistência da UnirG

A criação da Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assistência Estudantil – PROECAE concretizou uma das principais metas associadas às políticas de extensão da UnirG. A partir de sua criação, o planejamento das ações e metas a serem alcançadas tornou-se uma realidade.

Assim, as Políticas de Extensão, Cultura e Assistência Estudantil da Universidade de Gurupi voltaram-se para a valorização da diversidade, desenvolvimento artístico, cultural e ações de promoção e defesa dos direitos humanos, metas inicialmente apresentadas como possibilidades e agora passam ao status de ações a serem consolidadas, sempre em consonância com o papel de integração entre a Universidade e a sociedade, além das ações interligadas com as atividades de Ensino e Pesquisa da Instituição.

Neste sentido, tais políticas aplicar-se-ão aos seguintes segmentos: corpo discente e docente; servidores técnico-administrativos; outras instituições de ensino; sistemas públicos municipais, estaduais e federais; comunidades carentes e populações específicas.

Para que sejam possíveis e exequíveis tais perspectivas, os objetivos elaborados para serem alcançados são o de promover o desenvolvimento tanto das comunidades em geral, quanto da comunidade acadêmica, por meio da visão que a Universidade abstrai das necessidades internas e externas.

A dissociação deste objetivo macro dar-se-á através de um conjunto de metas/objetivos que norteiem e organizem as ações, sendo a implementação de ações que consolidem a formação de novos profissionais com consciência social, para serem capazes de promover a difusão do conhecimento produzido na Universidade para a comunidade, além de fomentar o desenvolvimento artístico e cultural da comunidade interna e externa, serem capazes de produzir o conhecimento científico a partir da práxis que contemple a comunidade interna e externa, podendo assim empoderar os sujeitos contemplados pelas ações extensionistas a se tornarem atores sociais e exercerem cidadania e autonomia em defesa dos seus direitos e por fim consolidar as práticas de Assistência Estudantil, de modo que assista o acadêmico em suas demandas, promova o sentimento de pertencimento à Universidade e reduza os índices de evasão do ensino superior.

4.5.2. Políticas de valorização da diversidade

O reconhecimento da cultura como direito humano, garantido na Constituição Federal Brasileira (1988), em seus artigos 215 e 216, e também em documentos internacionais da

ONU/UNESCO, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e inúmeras outras que partem rumo ao reconhecimento e consolidação de um conjunto de direitos culturais, deu bases para o principal argumento teórico desta retomada política, orientando a formulação da Política Nacional de Cultura e todos os seus elementos dentro das universidades brasileiras.

Faz-se necessário na gestão da política cultural das instituições de ensino superior, implantar projetos, ações e eventos multidisciplinares e transdisciplinares relacionados à diversidade e à cultura, envolvendo e apoiando a formação de professores, comunidade acadêmica, inserindo o desenvolvimento de Pesquisa e Extensão na agenda cultural institucional, sob forma de afirmação da política de educação e cultura institucional.

As políticas relacionadas à valorização da diversidade, desenvolvimento artístico e cultural são:

a) Estabelecer ações culturais de múltipla abrangência, estimulando os acadêmicos a participarem de todas as atividades culturais que ocorrerem no âmbito e sob a tutela desta IES, nas áreas de teatro, dança, música, canto, dentre outras;

b) Otimizar e utilizar os espaços disponíveis ou existentes na Instituição para promover os eventos culturais em ambos os campi;

c) Abrir edital específico para projetos, ações/atividades de extensão relacionadas à cultura, em suas várias formas, envolvendo a comunidade acadêmica com a comunidade local/regional;

d) Estimular a publicação dos projetos e ações de extensão nas revistas e em periódicos e cunho cultural;

e) Promover e estimular a busca de talentos nas várias áreas de atuação cultural no âmbito desta IES, utilizando formas práticas de incentivo, como desconto em mensalidades, certificação e outros meios possíveis.

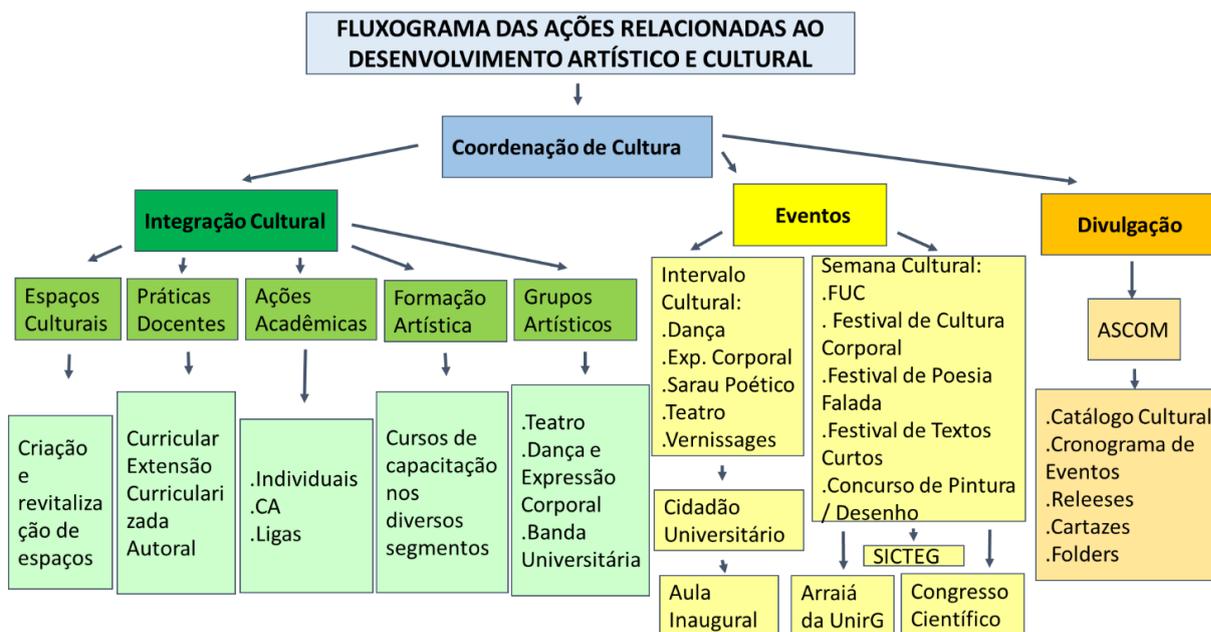


Imagem 2 - Implementação das ações de Extensão que contemplam ações relacionadas à Diversidade, Desenvolvimento Artístico e Cultural (biênio 2019-2020).

As medidas a serem contempladas compreendem um grande complexo de metas a serem alcançadas, para tanto no planejamento reúne as ações acima. Tais ações ocorreram de forma contínua, em equipe multiprofissional composta por docentes, discentes e servidores técnico-administrativos. Anualmente vamos elaborar a agenda cultural e de eventos, que inclua todos os cursos da IES, juntamente com as ações e eventos promovidos pela gestão universitária. Ao se planejar as referidas ações, realizaremos um planejamento prévio do perfil do público a ser impactado, dos objetivos a serem alcançados, sempre em consonância com a realidade local e com as manifestações e eventos, incluindo os benefícios que são oportunizados tanto à comunidade interna quanto à externa.

Vale ressaltar que em todas as atividades propostas, questões relativas à cidadania e a responsabilidade social sempre não só serão levadas em conta, mas também incentivadas, sendo essa uma função importante da Universidade, enquanto promotora de uma sociedade mais justa em todos os seus aspectos, inclusive no que diz respeito à cultura e suas várias formas de manifestação.

Já quando se trata das políticas relacionadas à defesa dos direitos humanos, nossas metas serão:

- Promover ações e eventos que fomentem o exercício de garantias dos direitos fundamentais de toda a comunidade acadêmica e Fundação;

- Abrir edital específico para projetos, ações/atividades de extensão relacionadas ao exercício da cidadania e proteção às populações específicas dentro e fora da universidade;
- Realizar cursos e capacitações que promovam o empoderamento de populações em situação de vulnerabilidade para exercerem seus direitos;
- Estimular a interdisciplinaridade entre os cursos da IES para que realizem, de forma contínua, campanhas informativas sobre os direitos fundamentais de populações em situação de vulnerabilidade e divulgar em meios de radiodifusão e campanhas publicitárias sobre a temática.

4.5.3. Áreas de atuação da PROECAE: Cultura, Arte e Esporte

A política para a dimensão cultural e esportiva na UnirG tem o objetivo de criar um ambiente que proporcione à comunidade acadêmica a vivência, a produção de arte, de cultura e esportes, possibilitando sua participação em projetos e eventos por meio das atividades dos centros de aplicação, órgão de apoio e iniciativas dos cursos, da gestão e em parceria nas ações das esferas municipal, estadual e federal. As ações dos projetos gerenciados pela IES nesta área, proporcionam a participação na escolha e preparação dos eventos; conseqüentemente, sua formação, além de ampliar os espaços que contribuem para o desenvolvimento do pensamento crítico no ambiente universitário e, também, a troca de saberes entre a instituição e a sociedade.

Objetivo 1 – Ampliar o ambiente cultural e esportivo da UnirG para aperfeiçoar a formação do ser humano

METAS	AÇÕES	PERÍODO DE EXECUÇÃO	INDICADORES	RESPONSÁVEL
Reorganização da Casa de Cultura	Criação do estatuto e regimento	2019-2020	Aprovação do Regimento pelo CONSUP	Casa de Cultura e Reitoria.
	Elaboração de um planejamento anual próprio	2019-2023	Plano de ação elaborado	Casa de Cultura e Reitoria.

Fomento à integração, à convivência harmônica e ao bem-estar social da comunidade universitária	Realização de eventos	2019-2023	Número de eventos realizados e participados	Fundação UnirG Reitoria. Pró-reitorias. Casa de Cultura Coordenações de cursos
	Ampliação da participação da comunidade acadêmica	2019-2023	Número de participante.	Fundação UnirG Reitoria. Pró-reitorias. Casa de Cultura Coordenações de cursos
	Efetivação de um polo de estágio na Casa de Cultura	2019-2023	% de projetos de estágios realizados	Fundação UnirG. Reitoria. Pró-Reitorias. Casa de Cultura Coordenações de cursos
	Incrementos de parcerias entre a Universidade e Órgãos Acadêmicos (DCE- CAs, Atléticas e Ligas Acadêmicas)	2019-2023	Número de parcerias efetivadas	Fundação UnirG Reitoria. Pró-reitorias. Casa de Cultura Coordenações de cursos
Reforço do desenvolvimento individual, promovendo as potencialidades das pessoas e aprimorando a compreensão da sua função social integrada com os objetivos institucionais	Promoção de eventos de caráter social e filantrópico	2019-2023	Número de eventos realizados.	Fundação UnirG Reitoria. Pró-reitorias. Casa de Cultura Coordenações de cursos
Consolidação das ações e políticas com intuito de promover a educação cultural, artística e esportiva do corpo discente	Criação de bolsas universitárias de incentivo à cultura e esporte	2019-2023	Número de bolsistas	Fundação UnirG. Reitoria. Pró-Reitorias. Coordenações de cursos.
	Captação de recursos por meio de editais externos	2019-2023	Número de projetos aprovados nos editais	PROECAE
Ampliação da promoção de programas e eventos culturais e esportivos de visibilidade e relevância na comunidade universitária	Criação de um calendário cultural e esportivo	2019-2023	Calendário aprovado pelo CONSUP	PROECAE
	Elaboração de editais específicos para projetos de esporte e cultura	2019-2023	Projetos aprovados nos editais	Fundação UnirG. PROECAE

Valorização das culturas regionais.	Elaboração de editais específicos para projetos culturais que envolvam dança, culinária, música, literatura, folclore, entre outros	2019-2023	Projetos aprovados nos editais	Fundação UnirG. PROECAE
--	---	-----------	--------------------------------	-------------------------

Objetivo 2 - Expandir a articulação com outras instituições nas atividades artístico-culturais e esportivas.

METAS	AÇÕES	PERÍODO DE EXECUÇÃO	INDICADORES	RESPONSÁVEL
Fomento das ações culturais, artísticas e esportivas da UnirG com outras Instituições.	Parcerias com Federações Esportivas	2019-2020	Número de eventos realizados.	Fundação UnirG. Reitoria
	Convênio com Secretaria de Cultura e Esporte Municipal e Estadual.	2019-2020	Número de convênios realizados.	Fundação UnirG. Reitoria
	Parceria com o Sistema S (Sebrae, Sesi, Sine, Senac, etc)	2019-2020	Número de ações desenvolvidas.	Fundação UnirG. Reitoria
	Cooperação com outras Instituições de Ensino Superior	2019-2020	Número de parcerias entre as Instituições.	Fundação UnirG. Reitoria
Aproveitamento de atividades culturais, artísticas e esportivas como formação complementar para os alunos de graduação;	Adequação dos PPCs dos cursos de graduação	2019-2023	Número de PPCs alterados	Reitoria, para o reitorias, coordenações de cursos e NDEs
	Certificação de horas complementares	2019-2023	Números de certificados validados	Reitoria, Pró-reitorias, coordenações de cursos e demais departamentos da IES e das instituições conveniadas

Resumidamente podemos descrever as ações dentro de um cronograma simples a ser implementado imediatamente, ainda em 2020, como sendo (*):

4.5.4. Política Institucional de Egressos

A Política Institucional de Egressos da Universidade de Gurupi tem por objetivo geral possibilitar o processo contínuo da avaliação das condições de oferta dos cursos, com vistas

ao aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem e, adicionalmente, integrar os ex-alunos às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

São objetivos específicos desta Política:

- Desenvolver ações efetivas que acolham o egresso para que apresente sua atuação no ambiente profissional e socioeconômico para os demais integrantes da academia;
- Avaliar os índices de empregabilidade dos cursos da IES à nível local, regional, nacional e internacional;
- Contribuir para o desenvolvimento profissional do egresso com a oferta de cursos de capacitação, aperfeiçoamento e especialização lato e stricto sensu;
- Implementar programas para avaliação dos cursos sob a ótica do egresso, abrangendo os respectivos aspectos institucionais e sua relação com o mercado de trabalho;
- Manter, continuamente, registros atualizados de alunos egressos, bem como seu crescimento curricular;
- Promover intercâmbio entre egressos e a academia;
- Promover encontros, cursos de extensão, reciclagens e palestras direcionadas aos demais acadêmicos em formação;
- Condecorar egressos que se destacam nas atividades profissionais.

O Programa de Acompanhamento de Egressos terá estrutura de funcionamento regular, por meio dos Núcleos de Acompanhamento de Egressos, sob responsabilidade de cada coordenação de curso.

Observação: Cada curso de graduação da Universidade de Gurupi terá o seu próprio Núcleo de Acompanhamento de Egressos, constituído por docentes de tempo parcial ou integral, discentes e, se necessário, por funcionários do corpo técnico-administrativo.

A composição dos membros do Núcleo será proposta em reunião de conselho de curso e aprovada pela maioria em votação e será presidido por um dos seus membros com titulação mínima de especialista, escolhido pelos seus pares. É livre a cada docente e discente compor o referido Núcleo.

4.6. OBJETIVOS DO CURSO

4.6.1. OBJETIVO GERAL

Formar profissionais para atuar de forma crítica, generalista, humanista e ética, pautado na cientificidade, resolubilidade e na reflexão filosófica a partir dos diferentes conteúdos da Educação Física, em ambiente formal e não formal.

4.6.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

4.6.2.1. Bacharelado

- Contribuir para a melhoria da qualidade do serviço prestado de Educação Física em espaços informais, nas instituições escolares nas esferas municipais, estaduais, federais e particulares de Gurupi e Região.
- Capacitar profissionais para atuar em prol da melhoria da saúde, através do condicionamento físico, considerando as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, de grupos e comunidades especiais).
- Preparar o profissional de educação física para atuar em ambientes informais, públicos ou particulares, na promoção da saúde e/ou no fomento ao lazer, quer seja individualmente ou em equipes multidisciplinares.
- Formar profissionais para atuarem na área de rendimento esportivo, nas mais variadas esferas do desempenho, ou seja, desde a iniciação esportiva até equipes não profissionais de rendimento.
- Formar um profissional capaz de contribuir para geração e transformação do conhecimento científico nos eixos da saúde, do esporte, da cultura e do lazer em ambientes não formais.
- Capacitar o profissional a atuar através de recursos inovadores de tecnologia e de comunicação, como agente influenciador na produção e difusão de novos métodos de intervenção para promoção da saúde.

4.6.2.2. Licenciatura

- Propiciar uma formação articulada com as atribuições da educação Física na educação básica e inclusiva.
- Reconhecer a Escola como local de produção de conhecimento, de pesquisa, de extensão e de inovação, fazendo uso desse espaço para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, colaborando para a formação do cidadão;
- Formar um professor apropriado de habilidades pedagógicas e técnicas específicas ao ensino dos componentes curriculares da educação Física na escola, em ambientes não urbanos e comunidades/agrupamentos étnicos distintos;
- Oferecer instrumentos teórico-metodológicos que oportunizem melhor conhecimento, análise e ação sobre a realidade escolar.
- Desenvolver no professor a capacidade de reconhecer a complexidade do processo de ensino e aprendizagem, bem como sua expressão inter e multidisciplinar da Educação Física.
- Formar professores capazes de discutir, fundamentar e justificar a presença da Educação Física como componente curricular na escola;

4.7. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O egresso do curso deverá articular os conhecimentos e a excelência da Educação Física com os eixos/setores da saúde, do esporte, da cultura e do lazer, fundamentados nas competências, habilidades, atitudes, transparência e conhecimentos, construídos a partir de perspectivas e abordagens contemporâneas de formação pertinente e compatível com referenciais regionais, nacionais e internacionais, tendo como base a responsabilidade social e ambiental, tornando-os capazes de atuar com qualidade, inovação, eficiência e resolubilidade nos diversos campos de atuação profissional do graduado em Educação Física, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática. Além destas habilidades, o graduado em Educação Física com formação específica em licenciatura, deverá ter formação humanista, técnica, crítica e reflexiva, qualificadora da intervenção profissional fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta do magistério. Já o egresso com formação específica em bacharelado deverá estar capacitado para atuar de forma crítica, generalista e humanista, pautado na cientificidade, podendo assim, intervir acadêmica e profissionalmente de forma fundamentada, deliberada, planejada e balizada nos campos da promoção, proteção e manutenção da saúde, tendo como ferramenta a atividade física.

4.8. ESTRUTURA CURRICULAR

O curso de Educação Física, de acordo com as orientações estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Superiores e com base na Resolução No 06 de 18 de dezembro de 2018, organiza sua estrutura curricular sob a forma de sistema semestral de disciplinas e os conteúdos distribuídos em dois eixos, etapa comum de formação, caracterizada pelo núcleo comum de estudos para formação geral com identificador da área de educação física; e etapa específica de formação, caracterizada pelo acesso, dos graduandos, a conhecimentos específicos da formação escolhida, ou seja, licenciatura ou bacharelado.

O núcleo comum terá quatro alicerces ou áreas de conhecimento, sendo:

I - Conhecimentos biológicos, psicológicos e socioculturais do ser humano (a exemplo do fisiológico, biomecânico, anatômico-funcional, bioquímico, genético, psicológico, antropológico, histórico, social, cultural e outros), enfatizando a aplicação à Educação Física;

II - Conhecimentos das dimensões e implicações biológicas, psicológicas e socioculturais da motricidade humana/movimento humano/cultura do movimento corporal/atividade física (a exemplo de fisiologia do exercício, biomecânica do esporte, aprendizagem e controle motor, psicologia do esporte e outros);

III - Conhecimento instrumental e tecnológico (a exemplo de técnicas de estudo e pesquisa - tipos de conhecimento, técnicas de planejamento e desenvolvimento de um trabalho acadêmico, técnicas de levantamento bibliográfico, técnicas de leitura e de documentação; informática instrumental - planilha de cálculo, banco de dados; técnicas de comunicação e expressão leiga e científica e outros), enfatizando a aplicação à Educação Física;

IV - Conhecimentos procedimentais e éticos da intervenção profissional em Educação Física, a exemplo de código de ética, diagnóstico e avaliação, estratificação de risco, variáveis de prescrição do exercício, meio ambiente e sustentabilidade, diversidade cultural, diferenças individuais e outros.

As etapas específicas terão características e áreas de conhecimento em acordo com a proposta de formação, neste sentido a formação em licenciatura deverá promover relevância na consolidação de normas para formação profissional; reconhecimento da abrangência e diversidade da educação; valorização de valores como a democratização; articulação entre as diretrizes e normas da educação como um todo; mobilização de princípios como a sólida formação, uma unidade teórico-prática, trabalho coletivo e interdisciplinar, compromisso social e profissional, gestão e democratização. Ampliação do conceito de docência como

ferramenta importante de ação e formação educativa e promover formação inicial continuada com professores.

Já na formação específica do Bacharel em Educação Física, o graduando será qualificando para a intervenção profissional em treinamento esportivo, orientação de atividades físicas, preparação física, recreação, lazer, cultura em atividades físicas, avaliação física, postural e funcional, gestão relacionada com a área de Educação Física, além de outros campos relacionados às prática de atividades físicas, recreativas e esportivas. Essa formação permitirá o desenvolvimento de habilidade profissionais como domínio de conhecimentos conceituais, a capacidade de pesquisar, conhecer e compreender o meio; intervir, não importando se for academicamente ou profissionalmente, de forma fundamentada, planejada e ética nos campos do esporte, da promoção da saúde e do lazer; participar, coordenar e gerenciar equipes multiprofissionais; diagnosticar interesses; conhecer e dominar equipamentos de trabalho característicos da área; estar sempre atualizado do ponto de vista acadêmico-científico na área da educação física; e ser capaz de utilizar recursos e tecnologias afim de ampliar a qualidade de sua atuação profissional.

**MUNICÍPIO DE GURUPI – ESTADO DO TOCANTINS
FUNDAÇÃO UNIRG – UNIVERSIDADE DE GURUPI
COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

MATRIZ CURRICULAR N. 01 DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Aprovada pela Resolução/CONSUP n.059/2020 de 08 de outubro de 2020

RESUMO		
Curso: Educação Física		
Turno: Integral		
Modalidade: Licenciatura e Bacharelado		
Vigência: 2021/1		
Duração mínima: 8 semestre		
Duração máxima: 12 semestre		
	Etapa Específica	Licenciatura
	Carga Horária Teórica:	1785
	Carga Horária Prática:	1485
	Optativo:	120
	Educação a distância:	1020
	Estágio Supervisionado:	660
	Extensão Curricularizada:	405
	Carga horária Total:	3270
	Crédito Total:	182
	Bacharelado	1830
		1440
		120
		1080
		660
		360
		3270
		182

ETAPA COMUM

PRIMEIRO PERÍODO											
Período	Nº	Código	Disciplina	Créditos	C/H Teórica	C/H Prática	Hora Relógio	Hora Aula*	C/H EAD	C/H Extensão	Pré-requisito
1º	1		História da Educação Física	2	30	-	30	36	30	-	-
	2		Biologia e bioquímica humana aplicada ao exercício físico	6	60	30	90	108	30	-	-
	3		Anatomia Geral	4	30	30	60	72			-
	4		Ginástica Geral - Ext	4	30	30	60	72	30	15	-
	5		Pesquisa e Iniciação Científica	2	30	-	30	36	-	-	-
	6		Metodologia do Ensino dos Esportes Individuais - Ext	4	30	30	60	72	30	15	-
	7		Projeto Interdisciplinar I - Ext	2	15	15	30	36	-	15	-
	Subtotal				24	225	135	360	432	120	45
SEGUNDO PERÍODO											
Período	Nº	Código	Disciplina	Créditos	C/H Teórica	C/H Prática	Hora Relógio	Hora Aula*	C/H EAD	C/H Extensão	Pré-requisito
2º	8		Desenvolvimento humano	4	60	-	60	72	30		-
	9		Natação - Ext	4	30	30	60	72	30	15	-
	10		Atividade física e saúde - Ext	4	30	30	60	72	30	15	-
	11		Psicologia Aplicada à Educação Física	4	60	-	60	72	30	-	-
	12		Anatomia e Cinesiologia do aparelho locomotor	6	45	45	90	108	30	-	-
	13		Projeto Interdisciplinar II - Ext	2	15	15	30	36	-	15	-
	Subtotal				24	240	120	360	432	150	45
TERCEIRO PERÍODO											
Período	Nº	Código	Disciplina	Créditos	C/H Teórica	C/H Prática	Hora Relógio	Hora Aula*	C/H EAD	C/H Extensão	Pré-requisito
3º	14		Educação física, ética e mercado de trabalho	4	60	-	60	72	30	-	-
	15		Fisiologia e bioquímica do exercício físico	6	60	30	90	108	30	-	-
	16		Treinamento esportivo	4	45	15	60	72	30	-	-
	17		Medidas e avaliação - Ext	6	45	45	90	108	30	30	-
	18		Educação física cultura e sociedade	4	60	-	60	72	30	-	-
	19		Prescrição de exercício fís. p/ populações especiais - Ext	4	30	30	60	72	30	15	-
	20		Projeto Interdisciplinar III - Ext	2	15	15	30	36	-	15	-
	Subtotal				30	315	135	450	540	180	60

QUARTO PERÍODO											
Período	Nº	Código	Disciplina	Créditos	C/H Teórica	C/H Prática	Hora Relógio	Hora Aula*	C/H EAD	C/H Extensão	Pré-requisito
4º	21		Socorros e urgência aplicados a Educação Física	4	45	15	60	72	30	-	-
	22		Metodologia do ensino dos esportes coletivos - Ext	6	30	60	90	108	30	30	-
	23		Sociologia do esporte	4	60	-	60	72	30	-	-
	24		Gestão e organização de eventos na Educação Física	6	60	30	90	108	30	30	-
	25		Tecnologia da Informação e Comunicação	4	30	30	60	72	30	-	-
	26		Aprendizagem Motora	4	60	-	60	72	30	-	-
	27		Projeto Interdisciplinar IV - Ext	2	15	15	30	36	-	15	-
Subtotal				30	300	150	450	540	180	75	-
TOTAL				108	1080	540	1620	1944	630	225	-

Hora-aula institucional de 50 minutos, que estende o calendário de 15 para 18 semanas para cumprir carga horária.

ETAPA ESPECÍFICA DO BACHARELADO

QUINTO PERÍODO											
Período	Nº	Código	Disciplina	Créditos	C/H Teórica	C/H Prática	Hora Relógio	Hora Aula*	C/H EAD	C/H Extensão	Pré-requisito
5º	29		Pesquisas aplicadas ao exercícios e saúde	2	15	15	30	36	15	-	-
	30		Metodologia e Pesquisa Científica	2	30	-	30	36	-	-	-
	31		Tópicos avançados em treinamento esportivo	2	15	15	30	36	15	-	-
	32		Aspectos técnicos e táticos do voleibol - Ext	4	30	30	60	72	30	15	-
	33		Marketing e Gerenc. da carreira do profissional da Ed. Fís.	2	30	-	30	36	30	-	-
	34		Optativa I (eixo saúde)	2	15	15	30	36	15	-	-
	35		Estágio supervisionado I - Observação e Planejamento *	4	60	-	60	72	-	-	-
Subtotal				18	195	75	270	324	105	15	-
SEXTO PERÍODO											
Período	Nº	Código	Disciplina	Créditos	C/H Teórica	C/H Prática	Hora Relógio	Hora Aula*	C/H EAD	C/H Extensão	Pré-requisito
6º	36		Teoria e prática do treinamento resistido - Ext	4	30	30	60	72	30	15	-
	37		Epidemiologia e saúde pública aplicada a educação física	4	60	-	60	72	30	-	-
	38		Tópicos avançados em presc. de exerc. Fís. p/ popul. Esp. - Ext	4	30	30	60	72	30	15	-

	39		Nutrição aplicada ao exercício físico	2	30		30	36	15	-	-
	40		Optativa II (eixo esportes) - Ext	4	30	30	60	72	30	15	-
	41		Estágio sup. II - Saúde e bem estar ambiente não formal **	2	30	-	30	36	-	-	-
	Subtotal			20	210	90	300	360	135	45	
SÉTIMO PERÍODO											
Período	Nº	Código	Disciplina	Créditos	C/H Teórica	C/H Prática	Hora Relógio	Hora Aula*	C/H EAD	C/H Extensão	Pré-requisito
7º	42		Ginástica de academia	2	15	15	30	36	15	15	-
	43		Políticas públicas de Esporte e Lazer	4	45	15	60	72	45	-	-
	44		Trabalho de conclusão de curso	2	30	-	30	36	-	-	-
	45		Esporte adaptado e Paralímpico	2	15	15	30	36	-	-	-
	46		Aspectos técnicos e táticos do basquetebol - Ext	4	30	30	60	72	30	15	-
	47		Psicologia do esporte	2	30	-	30	36	-	-	-
	48		Estágio sup. III - Saúde e bem estar ambiente formal * *	2	30		30	36	-	-	-
	Subtotal			18	195	75	270	324	90	30	
OITAVO PERÍODO											
Período	Nº	Código	Disciplina	Créditos	C/H Teórica	C/H Prática	Hora Relógio	Hora Aula*	C/H EAD	C/H Extensão	Pré-requisito
8º	49		Aspectos técnicos e táticos do futsal e futebol - Ext	4	30	30	60	72	30	15	-
	50		Esporte complementar e de aventura - Ext	2	15	15	30	36	15	15	-
	51		Temas emergentes em saúde e desempenho	4	30	30	60	72	30		-
	52		Organização de eventos em lazer e recreação - Ext	4	30	30	60	72	30	15	-
	53		Optativa III (eixo lazer)	2	15	15	30	36	15	-	-
	54		Estágio sup. IV - Desempenho esportivo **	2	30		30	36	-	-	-
		Subtotal			18	150	120	270	324	120	45
	Atividade Curricular de Extensão***			-	-	30	30	36	-	30	-
	Estágio Supervisionado - prática			-	-	510	510	612	-	-	-
	TOTAL ETAPA BACHARELADO			74	750	900	1650	1980	450	135	-
	TOTAL ETAPA COMUM			108	1080	540	1620	1944	630	225	-
	TOTAL CURSO BACHARELADO			182	1830	1440	3270	3924	1080	360	-

*O acadêmico terá que realizar mais 150 horas/60min de estágio de observação em locais que tenha convênio com o curso.

**O acadêmico terá que realizar mais 120 horas/60min de estágio supervisionado em locais que tenha convênio com o curso.

***Atividade Curricular de Extensão de acordo com as resoluções: Nº 066 de 22 de outubro de 2020 do Conselho Superior da Universidade de Gurupi e Nº 7, DE 1 de dezembro de 2018 CNE/CES.

Obs.: Hora-aula institucional de 50 minutos, que estende o calendário de 15 para 18 semanas para cumprir carga horária.

	Código	Disciplinas Optativas	Créditos
Optativa I		Avaliação física, postural e funcional	2

		Atendimento primário em programa de reabilitação	2
		Ergonomia e Exercício físico	2
		Ginástica laboral	2
		Saúde coletiva	2
		Atividade Física e envelhecimento	2
		Atividade física e ecologia	2
		Treinamento funcional	2
		Treinamento on line	2
		Treinamento personalizado	2
Optativa II		Aspectos técnicos e táticos do Handebol - Ext	4
		Aspectos técnicos e táticos da Natação - Ext	4
		Aspectos técnicos e táticos do Atletismo - Ext	4
		Aspectos técnicos e táticos das lutas - Ext	4
		Aspectos fisiológicos do treinamento esportivo para performance - Ext	4
		Metodologia do ensino da dança - Ext	4
		Libras	4
Optativa III		Ações comunitárias em educação física e lazer	2
		Teoria e prática para elaboração de colônia de férias	2

ETAPA ESPECÍFICA DA LICENCIATURA

QUINTO PERÍODO											
Período	Nº	Código	Disciplina	Créditos	C/H Teórica	C/H Prática	Hora Relógio	Hora Aula*	C/H EAD	C/H Extensão	Pré-requisito
5º	29		Ginástica Escolar - Ext	3	15	30	45	54	15	15	-
	30		Brincadeiras e Jogos - Ext	3	15	30	45	54	15	15	-
	31		Didática da Ed. Fis. Escolar	2	15	15	30	36	15	-	-
	32		Aspectos Pedagógicos dos Esportes Rede/Parede - Ext	4	30	30	60	72	30	15	-
	33		Optativa I	2	15	15	30	36	15	-	-
	34		Pesquisa em Educação Física	2	30	-	30	36	-	-	-
	35		Metodologia e Pesquisa Científica	2	30	-	30	36	-	-	-
	36		Estágio I -Observação e planejamento *	4	60	-	60	72	-	-	-
	Subtotal				22	210	120	330	396	90	45
SEXTO PERÍODO											
Período	Nº	Código	Disciplina	Créditos	C/H Teórica	C/H Prática	Hora Relógio	Hora Aula*	C/H EAD	C/H Extensão	Pré-requisito
6º	37		Optativa II	2	15	15	30	36	15	-	-

	38		Aspectos Pedagógicos de Esportes Não Convencionais – Ext	4	30	30	60	72	30	15	-
	39		Organização e gestão do Ensino Básico	2	30	-	30	36	30	-	-
	40		Educação Física Infantil	4	45	15	60	72	45	15	-
	41		Aspectos Ped. Dos Esportes de Invasão/Territorial I – Ext	4	30	30	60	72	30	15	-
	42		Estágio II – estagio de intervenção no ens. Fundamental I *	2	30		30	36	-	-	-
	Subtotal			18	180	90	270	324	150	45	-
SÉTIMO PERÍODO											
Período	Nº	Código	Disciplina	Créditos	C/H Teórica	C/H Prática	Hora Relógio	Hora Aula*	C/H EAD	C/H Extensão	Pré-requisito
7º	43		Projeto de TCC	2	30		30	36	-	-	-
	44		Educação Física Especial e Inclusiva – Ext	4	30	30	60	72	30	15	-
	45		Optativa III	2	15	15	30	36	15	-	-
	46		Práticas Pedagógicas na EJA	2	15	15	30	36	-	-	-
	47		Aspectos Ped. Dos Esportes de Invasão/Territorial II – Ext	4	30	30	60	72	30	15	-
	48		Estágio III – estagio de intervenção no ens. Fundamental II *	2	30		30	36	-	-	-
	Subtotal			16	150	90	240	288	75	30	-
OITAVO PERÍODO											
Período	Nº	Código	Disciplina	Créditos	C/H Teórica	C/H Prática	Hora Relógio	Hora Aula*	C/H EAD	C/H Extensão	Pré-requisito
8º	49		TCC	2	30	-	30	36	-	-	-
	50		Aspectos Ped. Dos Esportes de Invasão/Territorial III – Ext	4	30	30	60	72	30	15	-
	51		Educação Fís. Em Ambien. Não urbanos e de aventura – Ext	4	30	30	60	72	30	15	-
	52		Libras	4	30	30	60	72			
	53		Optativa IV	2	15	15	30	36	15	-	-
	54		Estágio IV – estagio de intervenção no ensino médio *	2	30		30	36	-	-	-
	Subtotal			18	165	105	270	324	75	30	-
Atividade Curricular de Extensão***				-	-	30	30	36	-	30	-
Estágio Supervisionado - prática				-	-	510	510	612	-	-	-
TOTAL ETAPA LICENCIATURA				74	705	945	1650	1980	390	150	-
TOTAL ETAPA COMUM				108	1080	540	1620	1944	630	225	-
TOTAL CURSO LICENCIATURA				182	1785	1485	3270	3924	1020	405	-

*O acadêmico terá que realizar mais 150 horas/60min de estágio de observação em locais que tenha convênio com o curso.

**O acadêmico terá que realizar mais 120 horas/60min de estágio supervisionado em locais que tenha convênio com o curso.

***Atividade Curricular de Extensão de acordo com as resoluções: Nº 066 de 22 de outubro de 2020 do Conselho Superior da Universidade de Gurupi e Nº 7, DE 1 de dezembro de 2018 CNE/CES.

Obs.: Hora-aula institucional de 50 minutos, que estende o calendário de 15 para 18 semanas para cumprir carga horária.

	Código	Disciplinas Optativas	Créditos
Optativa I		Aspectos pedagógicos de esportes de combate	2
		Aspectos pedagógicos de esportes de raquete	2
Optativa II		Dança educacional	2
		Arte circense	2
		Ginástica artística	2
		Ginástica Escolar	2
		Ritmo, Movimento e Linguagem Expressiva	2
Optativa III		Medidas e avaliações em educação física escolar	2
		Educação e saúde	2
Optativa IV		Educação de tempo integral	2
		Corpo em movimento na infância	2

4.9. MENTÁRIOS

ETAPA COMUM

1º Semestre	História da Educação Física	30h
<p>EMENTA: disciplina de abordagem teórica, deve levar o aluno ao conhecimento crítico e reflexivo da história e memória da Educação Física, das concepções, características e influências filosóficas e ideológicas suportadas ao longo da sua história.</p>		
<p>BÁSICA: MOREIRA, W. W. Educação Física e Esportes: perspectivas para o século XXI. Campinas: Papyrus, 1992. GUIRALDELLI JÚNIOR, P. Educação Física Progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física brasileira. 7ª ed. São Paulo: Loyola, 1998. (Coleção Espaço, V. 10) SOARES, C. L. Educação Física: raízes européias e Brasil. 2ª ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2001. (Coleção Educação Contemporânea)</p> <p>COMPLEMENTAR: CASTELLANI FILHO, L. Educação Física no Brasil: a história que não se conta. Campinas: Papyrus, 1988. MARINHO, I. P. Sistemas e Métodos em Educação Física. Rio de Janeiro: DEF/MES, 1980. -----, História da Educação Física no Brasil. São Paulo: Brasil Editora, 1980.</p>		

-----, História Geral da Educação Física. São Paulo: Brasil Editora, 1980.
 MEDINA, J. P. S. A Educação Física Cuida do Corpo...e Mente. Campinas: Papirus, 1984.
 OLIVEIRA, V. O que é Educação Física? São Paulo: Brasiliense, 1983.
 -----, Fundamentos Pedagógicos da Educação Física. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987.

1º Semestre	Biologia e bioquímica humana aplicada ao exercício físico	90h
<p>Ementa: Disciplina de caráter teórico/prático com a finalidade de estudar as funções biológicas, caracterizando os tecidos e sistemas biológicos associados a fim de contribuir para construção do conhecimento necessário para compreensão das adaptações biológicas características da prática de exercícios físicos e/ou atividades físicas.</p>		
<p>BÁSICA BURNS, George W.; BOTTINO, Paul J. Genética. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. JUNQUEIRA, Luiz C. U.; CARNEIRO, José. Histologia básica. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995. JUNQUEIRA, Luiz C. U.; CARNEIRO, José. Biologia celular e molecular. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997. WEINECK, Jürgen. Biologia do esporte. Barueri: Manole, 2000</p> <p>COMPLEMENTAR ALBERTS, Bruce. et al. Fundamentos da Biologia Celular: uma introdução à biologia molecular da célula. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. AMABIS, José M.; MARTHO, Gilberto R. Fundamentos da biologia moderna. São Paulo: Moderna, 1990. BORGES-OSÓRIO, Maria Regina; ROBINSON, Wanyce M. Genética humana. 2. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002. CORMACK, David. Fundamentos de histologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996. DE ROBERTIS, Eduardo D. P.; DE ROBERTIS JR., E. M. F. Bases da biologia celular e molecular. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993. De ROBERT IS JÚNIOR, Eduardo M. F. Biologia celular e molecular. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003</p>		

1º Semestre	Anatomia Geral	60h
<p>Ementa: Disciplina de caráter teórico/prático com a finalidade de estudar os aspectos morfológicos/anatômicos dos sistemas biológicos humano, exceto aparelho locomotor.</p>		
<p>BÁSICA ALEXANDER P. Spencer. Anatomia Humana Básica. 2ª ed. Editora Manole. 1991. CALAIS-GERMAIN, Blandine. Anatomia para o Movimento: introdução à análise das técnicas corporais. São Paulo: Editora Manole, 2002. NETTER, Franck H. Atlas de Anatomia Humana. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p> <p>COMPLEMENTAR GARDNER, E. <i>et al.</i> Anatomia: estudo regional do corpo humano. 4 ed. Guanabara Koogan, 1988 RASCH, Philip J. Cinesiologia e Anatomia Aplicada. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991 YOKOCHI, C; ROHEN, J. Anatomia Fotográfica do Corpo Humano. São Paulo. Manole, 1992</p>		

1º Semestre	Ginástica Geral	60h
<p>Ementa: Disciplina de caráter teórico/prático que deve levar o acadêmico a construir experiências corporais a partir dos fundamentos básicos, estruturação de aspectos metodológicos do processo de ensino e aprendizagem das manifestações das ginásticas (Acrobática- Artística- Rítmica e Geral). Atuação prática com a comunidade a partir de programas e/ou projetos de extensão vinculados ao curso.</p>		
<p>BÁSICA ROSA.L.H.T; SANTOS, A. M. Modalidades esportivas de ginástica. Porto Alegre: SAGAH, 2018. WERNER,P.H; WILLIANS, L, H; HALL,T.J. Ensinando Ginásticas para crianças. Barueri, SP: Manole, 2015. POSSAMAI, V. D. Metodologia da Ginástica. Porto Alegre: SAGAH, 2018.</p> <p>COMPLEMENTAR AYOUB, Eliana A. Ginástica geral e educação física escolar - Campinas, SP: Ed.Unicamp, 2014. CONCEIÇÃO, Ricardo Batista A. Ginástica escolar- Rio de Janeiro: Sprint, 2004. GAIO, Roberta. Ginástica rítmica popular: uma proposta educacional. 2. ed. Jundiaí: Fontoura, 2007. 151 p. GALLARDO, Jorge Sergio Pérez; AZEVEDO, Lúcio Henrique Rezende. Fundamentos básicos da ginástica acrobática competitiva. Campinas, SP: Autores associados, 2007. NUNOMURA, Myrian-NISTA-PICCOLO, Vilma Lení (Orgs.) A. Compreendendo a ginástica artística. São Paulo: Phorte, 2005.</p>		

1º Semestre	Pesquisa e Iniciação Científica	30h
<p>Construção e delimitação do tema para elaboração do projeto de iniciação científica. Compreensão dos procedimentos científicos a partir de um problema, alcançado a partir de estudo de caso, experiência exitosa da extensão e de estágios, protocolo de ação, caso clínico raro ou excepcional. Construção de projetos de pesquisa que envolva a interdisciplinaridade, inovação tecnológica, empreendedorismo e desenvolvimento regional na Universidade.</p>		
<p>Bibliografia básica: SANTOS, J.A.; PARRA-FILHO, D. Metodologia Científica. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. (Biblioteca digital) ANDRADE, M.M. Introdução à metodologia do trabalho científico: Elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. (Biblioteca digital) GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018. (Biblioteca digital)</p> <p>Bibliografia complementar: AZEVEDO, C.B. Metodologia científica ao alcance de todos. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2013. RUIZ, J. Metodologia Científica: Guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. MARCONI, M.D.; LAKATOS, E.M. Técnicas de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008. NEGRA, S.C.A.; NEGRA, S.E.M. Manual de trabalhos monográficos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. São Paulo: Atlas, 2003. CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.</p>		

1º Semestre	Metodologia do Ensino dos Esportes Individuais	60h
<p>Ementa: Disciplina de caráter teórico/prático, que deve levar o acadêmico a construir experiências a partir dos aspectos didático-pedagógicos e metodológicos, associados ao ensino dos esportes individuais: atuação prática com a comunidade a partir de programas e/ou projetos de extensão vinculados ao curso.</p>		
<p>BÁSICA PEREIRA, Ericson; PAZ, José Ricardo Lemos. Iniciação esportiva: esportes individuais e coletivos. Porto Alegre: SAGAH, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788533500303/. Acesso em: 29 Sep 2020 EVANS, Janet. Natação total. Barueri: Editora Manole, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520459706/. Acesso em: 29 Sep 2020 NAGAOKA, Kelly tiemi; MARINOVIC, Weber; IIZUKA, Cristina Akiko. Tênis de mesa. São Paulo: Phorte, 2006. (Biblioteca Física) MATTHIESEN, Sara Quenzes. Fundamentos de Educação Física no Ensino Superior - Atletismo - Teoria e Prática, 2ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527731065/. Acesso em: 29 Sep 2020</p>		
<p>COMPLEMENTAR GREGUOL, Márcia. Natação Adaptada: Em Busca do Movimento com Autonomia. Barueri: Editora Manole, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520451878/. Acesso em: 29 Sep 2020 COSTA, Paula H. Lobo. Natação e Atividades Aquáticas: Subsídios para o Ensino. Barueri: Editora Manole, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520452684/. Acesso em: 29 Sep 2020 CARLAN, Paulo. O Esporte Como Conteúdo da Educação Física Escolar - Estudo de Caso de uma Prática Pedagógica. Ijuí: Editora Unijuí, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788541902779/. Acesso em: 29 Sep 2020 FERNANDES, José Luís. Atletismo: corridas. 3ª ed. São Paulo: EPU, 2003. (Biblioteca Física) FERNANDES, José Luís. Atletismo: os saltos. 2ª ed. São Paulo: EPU, 2003. (Biblioteca Física) FERNANDES, José Luís. Atletismo: arremessos. 1ª ed. São Paulo: EPU, 2003. (Biblioteca Física)</p>		

1º Semestre	Projeto Interdisciplinar I	30h
<p>Ementa: Disciplina teórico/prática de caráter interdisciplinar que deve levar o acadêmico a construir o conhecimento com base nas experiências adquiridas no campo da educação física, através de atividades de integração com a comunidade. Atuação prática com a comunidade a partir de programas e/ou projetos de extensão vinculados ao curso.</p>		
<p>BÁSICA NEVES, Adriana Freitas; et al. Estudos Interdisciplinares em Ciências Biológicas, Saúde, Engenharias e Gestão. São Paulo: Editora Blucher, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580391619/. Acesso em: 29 Sep 2020. FERREIRA, Vanja. Educação Física: Interdisciplinaridade, aprendizagem e inclusão. São Paulo: Sprint, 2006. (Biblioteca Física). PHILIPPI, Arlindo; FERNANDES, Valdir. Práticas da Interdisciplinaridade no Ensino e Pesquisa. Barueri: Editora Manole, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520449141/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p>		
<p>COMPLEMENTAR</p>		

PHILIPPI, Arlindo; NETO, Antônio J. Silva. Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação. Barueri: Editora Manole, 2011. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520449004/>. Acesso em: 29 Sep 2020.

PHILIPPI, Arlindo; FERNANDES, Valdir; PACHECO, Roberto C. S. Ensino, pesquisa e inovação: desenvolvendo a interdisciplinaridade. Barueri: Editora Manole, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520455371/>. Acesso em: 29 Sep 2020.

CARVALHO, Anna Maria Pessoal; et al. Formação Continuada de Professores: Uma releitura das áreas de conteúdo. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. 9788522126187. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126187/>. Acesso em: 29 Sep 2020.

IMBERNÓN, Francisco. Formação Continuada de Professores. São Paulo: Artmed, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536321523/>. Acesso em: 29 Sep 2020.

NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz; TOMAZ, Vanessa Sena. Formação continuada de docentes da educação básica. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788551302934/>. Acesso em: 29 Sep 2020.

2º Semestre	Desenvolvimento humano	60h
<p>Disciplina de caráter teórico que deve levar o acadêmico a conhecer as diferentes abordagens do desenvolvimento humano ao longo do ciclo da vida (infância- adolescência- vida adulta e velhice) e suas peculiaridades nos aspectos cognitivo- afetivo e social bem como a interconexão e impactos da família- escola e mídia no processo de desenvolvimento.</p>		
<p>BÁSICA LIMA, C.C.N. Desenvolvimento Infantil. Porto Alegre: Sagaz, 2018. PAPALIA, D; FELDMAN, R. Desenvolvimento Humano. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda, 12ª ed, 2013. RODRIGUES, A.M. Psicologia da aprendizagem e da avaliação. São Paulo SP: Cengage, 2016. COMPLEMENTAR ARANHA, M.L.A.R. Desenvolvimento Infantil na creche. São Paulo: Loyola, 1993. BEE, H. A Criança em Desenvolvimento. 9ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2003. CASTORINA, J. A. Dialética e Psicologia do desenvolvimento: o pensamento de Piaget e Vygosty. Porto Alegre, Artmed, 2008. FALCÃO, G. M. Psicologia da Aprendizagem. São Paulo: Ática, 2001. PILLET, N. Psicologia Educacional. São Paulo: Ática, 2001.</p>		

2º Semestre	Natação	60h
<p>EMENTA: Disciplina de caráter teórico/ prático que deve permitir aos acadêmicos o conhecimento metodológico do ensino da Natação, com ênfase nos principais fundamentos técnicos, pedagógicos e criativo. Aplicabilidade em ambientes educacionais, esportivos, e de lazer, e suas possibilidades para o desenvolvimento e formação humana. Atuação prática com a comunidade a partir de programas e/ou projetos de extensão vinculados ao curso</p>		
<p>BÁSICA KLAR, A. B.; MIRANDA JÚNIOR, E. H. 365 Dias Nadando Diferente. 2ª ed. São Paulo: Phorte, 2001. MACHADO, D. C. Metodologia da Natação. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Universitária, 2004.</p>		

PALMER, M. L. A Ciência do Ensino da Natação. São Paulo: Manole, 1990.
COMPLEMENTAR
 BETTI, I. R. Manual de Ginástica Respiratória e Natação. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1997.
 BRAZ, G. R. de C. Natação: 100 aulas - aprendizado. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1999. (Coleção Natação 100).
 GOMES, W. D. F. Regras Oficiais de Natação – 2002/2003. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.
 MASSAUD, M. G.; CORRÊA, C. R. F. Natação na Idade Escolar: terceira infância - a natação no apoio ao aprendizado escolar. Rio de Janeiro: Sprint, 2004.
 SOUZA, W. A. de. 100 Treinos Especiais para Natação. Rio de Janeiro: Sprint, 1997.
 THOMAS, D. G. Natação Avançada: etapas para o sucesso. São Paulo: Manole, 1999.

2º Semestre	Atividade física e saúde	60h
<p>EMENTA: Disciplina de caráter teórico/prático que deve levar o acadêmico a construir seu conhecimento acerca das atividades físicas habituais e programas oferecidos pela iniciativa pública ou privada podem contribuir na melhoria da saúde do indivíduo. Atuação prática com a comunidade a partir de programas e/ou projetos de extensão vinculados ao curso.</p>		
<p>BÁSICA GUISELINI, Mauro. Aptidão física, saúde, bem-estar: fundamentos teóricos e exercícios práticos. São Paulo: Phorte, 2004. PITANGA, Francisco José Gondim. Epidemiologia da atividade física, exercício físico e saúde. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2004. SIMÃO, Roberto. Fisiologia e prescrição de exercícios para grupos especiais. São Paulo: 63 Phorte, 2004.</p> <p>COMPLEMENTAR GUISELINI, Mauro. Aptidão física, saúde, bem-estar: fundamentos teóricos e exercícios práticos. 2ª ed. São Paulo: Phorte, 2006. HEYWARD, Vivian H. Avaliação física e prescrição de exercícios: técnicas avançadas. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. MARINS João C. Bouzas; GIANNICHI, Ronaldo S. Avaliação & prescrição de atividade física: guia prático. 3. ed. Rio de Janeiro: Shape, 2003.</p>		

2º Semestre	Psicologia Aplicada à Educação Física	60h
<p>EMENTA: Disciplina de caráter teórico que deve levar o acadêmico a compreender os conceitos das diversas escolas psicológicas. Conhecer sobre aspectos psicológicos, comportamentais e ambientais, nas interações pessoais, na regulação das emoções nos diferentes campos: escolar, esportivo e da atividades física..</p>		
<p>BÁSICA DAVIDOFF, L. L. Introdução à Psicologia. Tradução de Auriphebo Berrance Simões e Maria da Graça Lustosa. São Paulo: McGraw, 1983. LA TAILLE, I. (Org). Piaget, Vigotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992. SPERLING, A. P. Introdução à Psicologia. Tradução de Esmeria Rovai. São Paulo: Pioneira, 2003.</p> <p>COMPLEMENTAR ABERASTURY, A. A criança e seus Jogos. Porto Alegre: Arttmed, 1991. BECKER JUNIOR, B. Manual de psicologia do esporte e exercício. 2. ed. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. BOCK, A. M.B. <i>et al.</i> Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 14ª edição. São</p>		

Paulo: Saraiva, 2008.
 COLL, C. *et al.* (Org.). Desenvolvimento Psicológico e Educação: psicologia evolutiva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. (Volume I)
 SAMULSKI, D. M. Psicologia do esporte: conceitos e novas perspectivas. 2. ed. Barueri: Manole, 2009.
 SCALON, Roberto Mário. A psicologia do esporte e a criança. Edipucrs, 2016.
 WEINBERG, R. S.; GOULD, D. Fundamentos da psicologia do esporte e exercício. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

2º Semestre	Anatomia e Cinesiologia do aparelho locomotor	90h
<p>Ementa: Disciplina de caráter teórico/prático que deve levar o acadêmico a construir seu conhecimento a partir do estudo dos conceitos básicos da anatomia e cinesiologia do aparelho locomotor, com enfoque na aplicação prática destas estruturas no movimento esportivo.</p>		
<p>BÁSICA ROCHA, P. E. C. P. da. Cinesiologia Aplicada aos Esportes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2002. CALAIS-GERMAIN, B. Anatomia para o Movimento: introdução à análise das técnicas corporais. São Paulo: Manole, 2002. RASCH, P. J. Cinesiologia e Anatomia Aplicada. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. WEINECK, Jürgen. Anatomia Aplicada ao Esporte. 18ª edição. Barueri: Editora Manole, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520449851/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p> <p>COMPLEMENTAR CAMPOS, M. de A. Biomecânica da Musculação. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2002. FORNASARI, C. A. Manual para Estudo da Cinesiologia. São Paulo: Manole, 2001. POMPEU, F. A. M. S. Manual de Cineantropometria. Rio de Janeiro: Sprint, 2004. THOMPSON, C. W.; FLOYD, R. T. Manual de Cinesiologia Estrutural. 14ª ed. São Paulo: Manole, 2002. LIMA, Cláudia Silveira; PINTO, Ronei Silveira. Cinesiologia e Musculação. Porto Alegre: Artmed, 2007. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536310251/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p>		

2º Semestre	Projeto Interdisciplinar II	30h
<p>Ementa: Disciplina teórico/prática de caráter interdisciplinar que deve levar o acadêmico a construir o conhecimento com base nas experiências adquiridas no campo da educação física, através de atividades de integração com a comunidade. Atuação prática com a comunidade a partir de programas e/ou projetos de extensão vinculados ao curso.</p>		
<p>BÁSICA NEVES, Adriana Freitas; et al. Estudos Interdisciplinares em Ciências Biológicas, Saúde, Engenharias e Gestão. São Paulo: Editora Blucher, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580391619/. Acesso em: 29 Sep 2020. FERREIRA, Vanja. Educação Física: Interdisciplinaridade, aprendizagem e inclusão. São Paulo: Sprint, 2006. (Biblioteca Física). PHILIPPI, Arlindo; FERNANDES, Valdir. Práticas da Interdisciplinaridade no Ensino e Pesquisa. Barueri: Editora Manole, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520449141/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p> <p>COMPLEMENTAR PHILIPPI, Arlindo; NETO, Antônio J. Silva. Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia &</p>		

<p>Inovação. Barueri: Editora Manole, 2011. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520449004/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p> <p>PHILIPPI, Arlindo; FERNANDES, Valdir; PACHECO, Roberto C. S. Ensino, pesquisa e inovação: desenvolvendo a interdisciplinaridade. Barueri: Editora Manole, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520455371/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p> <p>CARVALHO, Anna Maria Pessoal; et al. Formação Continuada de Professores: Uma releitura das áreas de conteúdo. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. 9788522126187. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126187/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p> <p>IMBERNÓN, Francisco. Formação Continuada de Professores. São Paulo: Artmed, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536321523/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p> <p>NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz; TOMAZ, Vanessa Sena. Formação continuada de docentes da educação básica. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788551302934/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p>

3º Semestre	Educação física Ética e mercado de trabalho	60h
<p>Ementa: Disciplina de caráter teórico que deve levar o acadêmico a conhecer e discutir as características e perspectivas da atuação ética e profissional em Educação Física como área do conhecimento e profissão, para compreender as exigências de formação para o mundo do trabalho em transformação.</p>		
<p>BASICA</p> <p>CAMALIONTE, Edilberto; FONTES, Adolfo. Inteligência de Mercado. São Paulo: Saint Paul Publishing (Brazil), 2011. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580040432/. Acesso em: 04 Oct 2020.</p> <p>LOZADA, Cristiano. Introdução à profissão: educação física. Porto Alegre: Sagah, 2017. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595022614/. Acesso em: 04 Oct 2020.</p> <p>CARREIRO, Eduardo Augusto. Educação Física no Ensino Superior - Gestão da Educação Física e Esporte. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-277-1956-8/. Acesso em: 04 Oct 2020.</p> <p>BERESFORD, H. A Ética e a Moral Social. Rio de Janeiro. Sprint, 1997.</p>		
<p>COMPLEMENTAR</p> <p>SILVA, Juliano Vieira; BONETE, Willian Junior; SCARANO, Renan Costa Valle; LOZADA, Cristiano Rodrigues. Dimensões histórico-filosóficas da educação física e do esporte. Porto Alegre: Sagah, 2018. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025721/. Acesso em: 04 Oct 2020.</p> <p>ZENONE, Luiz Claudio; DIAS, Reinaldo. Marketing Sustentável: Valor Social, Econômico e Mercadológico. Barueri: Atlas, 2015. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522497973/. Acesso em: 04 Oct 2020.</p> <p>FIDELIS, Gilson José. Gestão de Pessoas - Rotinas Trabalhistas e Dinâmicas do Departamento de Pessoal. Barueri: Editora Saraiva, 2016. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536522562/. Acesso em: 04 Oct 2020.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Carreira e Competência: Você é Aquilo que Faz! – Como Planejar e Conduzir seu Futuro Profissional. Barueri: Editora Manole, 2013. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520438282/. Acesso em: 03 Oct 2020</p> <p>BORGES C. M. F. O Professor de Educação Física e a Construção do Saber. 3ª ed. Campinas: Papirus, 2003.</p> <p>BORSARI, J. R.; JORDANO, I.; BON, T. Educação Física da Pré-escola à universidade. São</p>		

Paulo: EPU, 1980.		
3º Semestre	Fisiologia e bioquímica do exercício físico	90h
<p>Ementa: Disciplina de caráter teórico/prática com foco nos estudos do funcionamento dos sistemas biológicos conduzindo o estudante a capacidade de integrar as bases de conhecimento a fim de compreender a complexidade funcional dos sistemas, quer seja na ausência de exercício ou durante o exercício.</p>		
<p>BÁSICA BERNE, R. M.; LEVY, M. N. Fisiologia. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. FOSS, M. L.; KETEVIAN, S. J. F. Bases Fisiológicas do Exercício e do Esporte. 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. GUYTON, A. C. Fisiologia Humana. 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998</p> <p>COMPLEMENTAR MCARDLE, W. D; KATCH, F.; KATCH, V. L. Fisiologia do Exercício: energia, nutrição e desempenho humano. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. POWERS, S. K.; HOWLEY, E. T. Fisiologia do Exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. São Paulo: Manole, 2000. ROBERGS, R. A.; ROBERTS, S. O. Princípios Fundamentais de Fisiologia do Exercício: para aptidão, desempenho e saúde - guia de estudo. São Paulo: Phorte, 2002. WILMORE, J. H.; COSTILL, D. L. Fisiologia do Esporte e do Exercício. 2ª ed. São Paulo: Manole, 2001</p>		

3º Semestre	Treinamento esportivo	60h
<p>Ementa: Disciplina de caráter teórico/prática com objetivo de abordar os princípios do treinamento esportivo, suas variáveis associadas as capacidades condicionantes e interrelaciona-los com indicadores de saúde e determinantes do desempenho esportivo.</p>		
<p>BÁSICA BARBANTI, V. J. Treinamento Físico: bases científicas. 3ª ed. São Paulo: CLR Balieiro, 2001. ELLIOTT, B.; MESTER, J. Treinamento no Esporte: aplicando ciência no esporte. São Paulo: Phorte, 2000. ROSA, A. F. de L. Treinamento Desportivo: carga, estrutura e planejamento. São Paulo: Phorte, 2001.</p> <p>COMPLEMENTAR HERNANDES JÚNIOR, B. D. O. Treinamento Desportivo. Rio de Janeiro: Sprint, 2000. MATVEEV, L. P. Treino Desportivo: metodologia e planejamento. Londrina: Lazer & Sport, 1998. PEREIRA, B.; SOUZA JÚNIOR, T. P. de. Dimensões Biológicas do Treinamento Físico. São Paulo: Phorte, 2002. WEINECK, J. Biologia do Esporte. São Paulo: Manole, 1991</p>		

3º Semestre	Medidas e avaliação	90h
<p>EMENTA: Disciplina de caráter teórico/prático com proposito de promover a construção do conhecimento acadêmico a partir dos estudos biométricos e antropométricos relacionados à saúde e desempenho esportivo, considerando as diferenças entre os grupos étnicos. Atuação prática com a comunidade a partir de programas e/ou projetos de extensão vinculados ao curso</p>		
<p>BÁSICA MARINS J. C. B.; GIANNICHI, R. S. Avaliação e Prescrição de Atividade Física: guia prático. 3ª ed. Rio de Janeiro: Shape, 2003. ACSM. Manual do ACSM para Avaliação da Aptidão Física Relacionada à Saúde. 3ª edição.</p>		

<p>Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2011. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-277-2501-9/. Acesso em: 29 Sep 2020</p> <p>RIEBE, Deborah; et al. Diretrizes do ACSM para os Testes de Esforço e sua Prescrição. 10ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527733526/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>FERNANDES FILHO, J. A Prática da Avaliação Física: testes, medidas e avaliação física em escolares, atletas e academias de ginásticas. Rio de Janeiro: Shape, 1999.</p> <p>HEYWARD, Vivian H. Avaliação física e prescrição de exercícios: técnicas avançadas. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.</p> <p>MCARDLE, William D.; KATCH, Frank I.; KATCH, Victor L. Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.</p> <p>CARNAVAL, Paulo Eduardo. Medidas e avaliação em ciências do esporte. 5. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.</p> <p>POMPEU, F. A. M. S. Manual de Cineantropometria. Rio de Janeiro: Sprint, 2004.</p>
--

3º Semestre	Educação física cultura e sociedade	60h
<p>EMENTA: Disciplina de caráter teórico, que deve levar o acadêmico a compreender o conhecimento antropológico do corpo e suas implicações na Educação Física Cultura e Sociedade em uma perspectiva crítico - reflexivo, sedimentada na relações sociais, culturais, políticas, econômicas e tecnológicos historicamente construídas.</p>		
<p>BÁSICA:</p> <p>MARCO, Ademir de (Org.). Educação Física: cultura e sociedade. São Paulo: Papyrus, 2006. 191 p. ISBN 85-308-0801-0.</p> <p>MEDINA, J. P. S. O Brasileiro e seu Corpo. Campinas: Papyrus, 1994.</p> <p>OLIVEIRA, V. M. Consenso e Conflito da Educação Física Brasileira. [S.l.]: Papyrus, 1994.</p> <p>COMPLEMENTAR:</p> <p>BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.</p> <p>BRUHNS, H. T. Conversando sobre o Corpo. Campinas: Papyrus, 1994.</p> <p>MARCELLINO, N. C. Lazer e Educação. 9ª ed. Campinas: Papyrus, 2002. (Coleção Fazer/Lazer)</p> <p>VARGAS, Â. Reflexões sobre o Corpo. Rio de Janeiro: Sprint. 1998.</p> <p>BRACHT, V. Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução. 3ª ed. Ijuí: Unijuí, 2005.</p> <p>ROMERO, Elaine. Corpo, mulher e sociedade. Campinas, SP: Papyrus, 1995. 308 p. (Coleção corpo e motricidade). ISBN 85-308-0363-9.</p>		

3º Semestre	Prescrição de exercício fís. p/ populações especiais	60h
<p>Ementa: Disciplina de caráter teórico/prático que deve levar o acadêmico a construir seu conhecimento a partir de estudos e análise dos aspectos relacionados às populações especiais que compõe o campo de atuação da Educação Física, a partir de questões sociais, culturais e ambientais relacionadas à saúde e qualidade de vida que devem ser consideradas no momento de elaborar um programa de exercício físico. Atuação prática com a comunidade a partir de programas e/ou projetos de extensão vinculados ao curso.</p>		

BASICA

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. Diretrizes do ACSM para os testes de esforço e sua prescrição. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 239p.

MCARDLE, William D; KATCH, Frank I; KATCH, Victor L. Fisiologia do Exercício. Rio de Janeiro – ed. Guanabara Koogan, 4ª ed. – 1998.

CARNEVALI JR et al. Exercício, emagrecimento e intensidade do treinamento: aspectos fisiológicos e metodológicos, 2013.

COMPLEMENTAR

GUYTON, A. C. Fisiologia humana e mecanismo das doenças. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997. 639 p.

GUYTON, A. C. Tratado de fisiologia médica. 12 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 1151 p.

NEGRÃO, C. E.; BARRETTO, A. C. P. Cardiologia do exercício do atleta ao cardiopata. São Paulo: Manole, 2010. 752 p.

SHANKAR, Kamala. Prescrição de Exercícios. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

VAGNER, R.; GREVE, J.M.A.; POLITO, M. D. Pollock: Fisiologia Clínica do Exercício. Bauru: Manole, 2013. 648 p.

3º Semestre	Projeto Interdisciplinar III	30h
<p>Ementa: Disciplina teórico/prática de caráter interdisciplinar que deve levar o acadêmico a construir o conhecimento com base nas experiências adquiridas no campo da educação física, através de atividades de integração com a comunidade. Atuação prática com a comunidade a partir de programas e/ou projetos de extensão vinculados ao curso.</p>		
<p>BÁSICA</p> <p>NEVES, Adriana Freitas; et al. Estudos Interdisciplinares em Ciências Biológicas, Saúde, Engenharias e Gestão. São Paulo: Editora Blucher, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580391619/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p> <p>FERREIRA, Vanja. Educação Física: Interdisciplinaridade, aprendizagem e inclusão. São Paulo: Sprint, 2006. (Biblioteca Física).</p> <p>PHILIPPI, Arlindo; FERNANDES, Valdir. Práticas da Interdisciplinaridade no Ensino e Pesquisa. Barueri: Editora Manole, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520449141/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>PHILIPPI, Arlindo; NETO, Antonio J. Silva. Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação. Barueri: Editora Manole, 2011. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520449004/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p> <p>PHILIPPI, Arlindo; FERNANDES, Valdir; PACHECO, Roberto C. S. Ensino, pesquisa e inovação: desenvolvendo a interdisciplinaridade. Barueri: Editora Manole, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520455371/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p> <p>CARVALHO, Anna Maria Pessoal; et al. Formação Continuada de Professores: Uma releitura das áreas de conteúdo. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. 9788522126187. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126187/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p> <p>IMBERNÓN, Francisco. Formação Continuada de Professores. São Paulo: Artmed, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536321523/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p> <p>NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz; TOMAZ, Vanessa Sena. Formação continuada de docentes da educação básica. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788551302934/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p>		

4º Semestre	Socorros e urgência aplicados a Educação Física	60h
<p>EMENTA: Disciplina de caráter teórico-prático que deve permitir aos acadêmicos o estudo dos aspectos legais do socorrismo, bem como as principais técnicas e procedimentos de suporte básico de vida e atendimento pré-hospitalar. Prevenção, identificação e primeiros cuidados em situações de lesões e/ou maus súbitos decorridas da prática de atividades físicas</p>		
<p>BÁSICA BRASIL. Manual de primeiros socorros: DNER. Brasil, S.D. PASTERNAK, Jacyr. Manual de primeiros socorros: Como proceder nas emergências em casa, no trabalho e no lazer. São Paulo: Ática, 1996. 256 p. BS. ISBN 85-08-05643-5.796:614 / G635s HAFEN, Brent Q; KARREN, Keith J; FRANDSEN, Kathryn J. Primeiros socorros para estudantes. 7. ed. São Paulo: Manole, s.d. 518 p. BS</p> <p>COMPLEMENTAR GONÇALVES, A. saúde coletiva e urgência EL EF. [S.I] Papyrus, 1997. 614.88 / B823m Brasil. Manual de primeiros socorros: DNER. Brasília-DF: Brasil, s.d. 81 p. BS. 616-083.98 / P291m GONÇALVES, Aguinaldo. Saúde coletiva e urgência em educação física. [S.I.]: Papyrus, 1997. 190 p. NOVAES, Jefferson da Silva; Novaes, Geovanni da Silva. Manual de primeiros socorros para educação física. RJ.: Sprint, 1994. 169 p. ISBN 85-85031-62-X.616-083.98 / H138g / 7. Ed</p>		

4º Semestre	Metodologia do ensino dos esportes coletivos	90h
<p>Ementa: Disciplina de caráter teórico/prático que deve levar o acadêmico a construir experiências a partir dos aspectos didático-pedagógicos e metodológicos associados ao ensino dos esportes coletivos. Atuação prática com a comunidade a partir de programas e/ou projetos de extensão vinculados ao curso</p>		
<p>BÁSICA GONÇALVES, Patrick da Silveira. Metodologia do futebol e do futsal. Porto Alegre: Sagah, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028753/. Acesso em: 29 Sep 2020. GONÇALVES, Patrick da Silveira; FRANKE, Rodrigo de Azevedo. Esporte I (futebol de campo). Porto Alegre: Sagah, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788533500006/. Acesso em: 29 Sep 2020. Bizzocchi, Carlos Cacá. O Voleibol de Alto Nível: da Iniciação à Competição. 4ª Edição. Barueri: Manole, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520444788/. Acesso em: 29 Sep 2020. FRANKE, Rodrigo Azevedo. Metodologia do handebol. Porto Alegre: Sagah, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595026735/. Acesso em: 29 Sep 2020. GONÇALVES, Patrick da Silveira; ROMÃO, Mariluce Ferreira. Metodologia do basquetebol. Porto Alegre: Sagah, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028883/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p> <p>COMPLEMENTAR BORSARI, J. R. Voleibol: aprendizagem e treinamento - um desafio constante - variações do voleibol (vôlei de praia – futevôlei – vôlei em quartetos). 3ª ed. São Paulo: EPU, 2001. BOJIKIAN, J. C. M. Ensinando Voleibol. São Paulo: Phorte, 2003. COSTA, A. D. da. Voleibol: fundamentos e aprimoramento técnico. 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2003. 138 p.</p>		

ALMEIDA, Marcos Bezerra de. Basquetebol: iniciação. 3. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.
 FERREIRA, Aluísio Elias Xavier; ROSE JUNIOR, Dante De. Basquetebol: técnicas e táticas: uma abordagem didático-pedagógica. São Paulo: EPU, 2003. 117 p.
 ROSE JUNIOR, Dante de; TRICOLI, Valmor (Org.). Basquetebol: uma visão integrada entre ciência e prática. São Paulo: Manole, 2005.
 FERREIRA, Aluísio Elias Xavier; ROSE JUNIOR, Dante De. Basquetebol: técnicas e táticas: uma abordagem didático-pedagógica. São Paulo: EPU, 2003. 117 p.
 APOLO, A. Futsal: metodologia e didática na aprendizagem. São Paulo: Phorte, 2004.
 LEAL, J. C. Futebol: arte e ofício. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.
 SANTOS FILHO, J. L. A. dos. Manual de futsal. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.
 EHRET, A. et al. Manual de Handebol: treinamento de base para crianças e adolescentes. São Paulo: Phorte, 2002.
 ELLIOTT, B.; MESTER, J. Treinamento no Esporte: aplicando ciência no esporte. São Paulo: Phorte, 2000.
 KUNZ, E. Transformações Didático-pedagógicas do Esporte. Ijuí: Unijuí. 2006.

4º Semestre	Sociologia do esporte	60h
<p>EMENTA: Disciplina de caráter teórico, que deve levar o acadêmico a compreender o conhecimento da Sociologia do Esporte e suas implicações na Educação Física, fundamentado nas relações histórico, cultural, social e econômica do fenômeno esportivo na sociedade contemporânea.</p>		
<p>BÁSICA: BRACHT, V. Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução. 3ª ed. Ijuí: Unijuí, 2005. MEDINA, J. P. S. O Brasileiro e seu Corpo. Campinas: Papirus, 1994. OLIVEIRA, V. M. Consenso e Conflito da Educação Física Brasileira. [S.l.]: Papirus, 1994. COMPLEMENTAR: BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985. BRUHNS, H. T. Conversando sobre o Corpo. Campinas: Papirus, 1994. BRUHNS, H. T.; GUTIERREZ, G. L. (Orgs.). Representações do Lúdico: II Ciclo de Debates - Lazer e Motricidade. Campinas: Autores Associados, 2001. (Coleção Educação Física e Esportes) MARCELLINO, N. C. Lazer e Educação. 9ª ed. Campinas: Papirus, 2002. (Coleção Fazer/Lazer). ROMERO, E. Corpo, Mulher e Sociedade. Campinas: Papirus, 1995. VARGAS, Â. Reflexões sobre o Corpo. Rio de Janeiro: Sprint. 1998.</p>		

4º Semestre	Gestão e organização de eventos na Educação Física	90h
<p>EMENTA: Disciplina de caráter teórico/prático que deve levar o acadêmico a compreensão da natureza e funções da gestão em Educação Física. Características e construção de um plano estratégico de negócio. Conceitos e estratégias do marketing em Educação Física. Aspectos éticos e legais da Educação Física. Planejamento e a organização de evento na área da Educação Física. Atuação prática com a comunidade a partir de programas e/ou projetos de extensão vinculados ao curso.</p>		
<p>BÁSICA PITTS, B. G; STOTLAR, D. K. Fundamentos do Marketing Esportivo. São Paulo: Phorte, 2002. POIT, D. R. Organização de Eventos Esportivos. 3ª ed. São Paulo: Phorte, 2004. FEITOSA, Tajra, S. Empreendedorismo - Conceitos e Práticas Inovadoras. Editora Saraiva,</p>		

2014. [Minha Biblioteca].
 CARREIRO, Eduardo Augusto (coord.). Gestão da Educação Física e Esporte. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
 ROCHE, Fernando Paris. Gestão desportiva. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

COMPLEMENTAR

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA. Organização de Competições: torneios e campeonatos. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.
 CONTURSI, E. B. Marketing Esportivo. Rio de Janeiro: Sprint, 1996.
 MELO FILHO. Á. Nova Lei do Desporto Comentada (Projeto Zico). Rio de Janeiro: Forense, 1994.
 MELO NETO, F. P. de. Administração e Marketing de Clubes Esportivos. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.
 NETTO F. P. de M. Marketing Esportivo e Social. Londrina: Lazer & Sport, 1996

4º Semestre	Tecnologia da Informação e Comunicação	60h
<p>EMENTA: Disciplina de caráter teórico/prático que deve levar o acadêmico a construir experiências a partir do uso de tecnologias de informação e comunicação visando à aquisição e à apropriação de recursos de aprendizagem capazes de ampliar a abrangência com os objetos de aprendizagem da profissão.</p>		
<p>BÁSICA CARMO, Valéria Oliveira do. Tecnologias Educacionais: recurso eletrônico. São Paulo: Cengage, 2016. SANTOS, Priscila Kohls dos.; RIBAS, Elisângela; OLIVEIRA, Hervaldira Barreto de. Educação e Tecnologias. Porto Alegre: Sagah Educação, 2017. TARJA, Sanmya Feitosa. Informática na Educação: o uso de tecnologias digitais na Aplicação das Metodologias Ativas. 10 ed. São Paulo: Érica, 2019.</p>		
<p>COMPLEMENTAR VELOSO, Renato. Tecnologia da informação e comunicação, 1ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2011. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502145924/. Acesso em: 29 Sep 2020. SANTOS, Priscila Kohls; RIBAS, Elisângela; OLIVEIRA, Heráldica Barreto. Educação e Tecnologias. Porto Alegre, Sagah 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021099/. Acesso em: 29 Sep 2020. FREIRE, Emerson; BATISTA, Sueli Soares dos Santos. Sociedade e Tecnologia na Era Digital. São Paulo: Érica, 2014. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536522531/. Acesso em: 29 Sep 2020. CARMO, Valéria Oliveira. Tecnologias Educacionais. São Paulo: Cengage, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522123490/. Acesso em: 29 Sep 2020. MUNHOZ, Antonio Siemsen. Tecnologia educacionais. São Paulo: Editora Saraiva, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-472-0095-4/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p>		

4º Semestre	Aprendizagem Motora	60h
<p>Ementa: Disciplina de caráter teórico/prático que tem por objetivo ofertar o conhecimento necessário capaz de conduzir o acadêmico a aprofundar seus saberes sobre o processo de desenvolvimento motor em diferentes fases evolutivas do ser humano: fase reflexa-rudimentar- fundamental -especializada de aquisição de movimento enfocando os aspectos biológicos e as condições ambientais que refletem no processo de ensino-aprendizagem</p>		
<p>BÁSICA</p>		

GALLAHUE,D; OZMUN,J.C; GOODWAY, J.D. Compreendendo o desenvolvimento motor. Bebês, crianças, adolescentes e adultos. 7ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. BV

GO TANI, CORREA, U.C. Aprendizagem Motora e o ensino do esporte. São Paulo: Blucher, 2016 BV

.HAYWOOD, K.M; GETCHELL, N. Desenvolvimento motor ao longo da vida. 6ªed. Porto Alegre: Artmed, 2016. BV

COMPLEMENTAR

BEZIERS, M.; PIRET, S. A Coordenação Motora: aspecto mecânico da organização psicomotora do homem. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1992.

ECKERT, H. M. Desenvolvimento Motor. 3ª ed. São Paulo: Manole, 1993.

FONSECA, V. da. Psicomotricidade: filogênese, ontogênese e retrogênese. 2ª ed. rev. e aum. São Paulo: Artes Médicas, 1998.

MAGILL, R. A. Aprendizagem Motora: conceitos e aplicações. 5ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2000

SCHIMIDT, R.A. Aprendizagem e Performance motora. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed. 2016. BV

4º Semestre	Projeto Interdisciplinar IV	30h
<p>Ementa: Disciplina teórico/prática de caráter interdisciplinar que deve levar o acadêmico a construir o conhecimento com base nas experiências adquiridas no campo da educação física, através de atividades de integração com a comunidade. Atuação prática com a comunidade a partir de programas e/ou projetos de extensão vinculados ao curso..</p>		
<p>BÁSICA</p> <p>NEVES, Adriana Freitas; et al. Estudos Interdisciplinares em Ciências Biológicas, Saúde, Engenharias e Gestão. São Paulo: Editora Blucher, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580391619/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p> <p>FERREIRA, Vanja. Educação Física: Interdisciplinaridade, aprendizagem e inclusão. São Paulo: Sprint, 2006. (Biblioteca Física).</p> <p>PHILIPPI, Arlindo; FERNANDES, Valdir. Práticas da Interdisciplinaridade no Ensino e Pesquisa. Barueri: Editora Manole, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520449141/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>PHILIPPI, Arlindo; NETO, Antonio J. Silva. Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação. Barueri: Editora Manole, 2011. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520449004/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p> <p>PHILIPPI, Arlindo; FERNANDES, Valdir; PACHECO, Roberto C. S. Ensino, pesquisa e inovação: desenvolvendo a interdisciplinaridade. Barueri: Editora Manole, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520455371/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p> <p>CARVALHO, Anna Maria Pessoal; et al. Formação Continuada de Professores: Uma releitura das áreas de conteúdo. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. 9788522126187. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126187/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p> <p>IMBERNÓN, Francisco. Formação Continuada de Professores. São Paulo: Artmed, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536321523/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p> <p>NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz; TOMAZ, Vanessa Sena. Formação continuada de docentes da educação básica. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788551302934/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p>		

ETAPA ESPECÍFICA DA LICENCIATURA

5° Semestre	Ginástica Escolar	45h
<p>Disciplina de caráter teórico/prático e extensionista que deve levar o acadêmico a planejar e aplicar propostas práticas no contexto escolar a partir das habilidades previstas na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) acerca da ginástica e suas classificações (geral- de condicionamento físico- conscientização corporal) bem como dos padrões técnicos-combinatórios presentes nas ginásticas: artística e rítmica.</p>		
<p>BÁSICA ROSA.L.H.T; SANTOS, A. M. Modalidades esportivas de ginástica. Porto Alegre: SAGAH, 2018. WERNER,P.H; WILLIANS, L, H; HALL,T.J. Ensinando Ginásticas para crianças. Barueri, SP: Manole, 2015. POSSAMAI, V. D. Metodologia da Ginástica. Porto Alegre: SAGAH, 2018.</p> <p>COMPLEMENTAR AYOUB, Eliana A. Ginástica geral e educação física escolar - Campinas, SP: Ed.Unicamp, 2014. BRASIL, Ministério da Educação: Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. 2017. CONCEIÇÃO, Ricardo Batista A. Ginástica escolar- Rio de Janeiro: Sprint, 2004. GAIO, Roberta. Ginástica rítmica popular: uma proposta educacional. 2. ed. Jundiaí: Fontoura, 2007. 151 p. GALLARDO, Jorge Sergio Pérez; AZEVEDO, Lúcio Henrique Rezende. Fundamentos básicos da ginástica acrobática competitiva. Campinas, SP: Autores associados, 2007. NUNOMURA, Myrian-NISTA-PICCOLO, Vilma Lení (Orgs.) A. Compreendendo a ginástica artística. São Paulo: Phorte, 2005.</p>		

5° Semestre	Brincadeiras e Jogos	45h
<p>Disciplina de caráter teórico/prático e extensionista que deve levar o acadêmico a planejar e aplicar propostas práticas no contexto escolar a partir das habilidades previstas na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) acerca dos jogos de diferentes épocas e partes do mundo e pelos diversos grupos culturais.</p>		
<p>BÁSICA KISHIMOTO, T. M. O jogo e a Educação Infantil. São Paulo: Cengage, 2016. JUCÁ, Dalila. Falando sério: 100 brincadeiras. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2012. TAKATSU, M. Jogos de Recreação. São Paulo:SP. Cengage, 2016.</p> <p>COMPLEMENTAR ALMEIDA, Telma Teixeira de Oliveira. Jogos e brincadeiras no ensino infantil e fundamental. São Paulo: Cortez, 2005. BRASIL, Ministério da Educação: Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. 2017. JURACY, S. Palavras brinquedos e brincadeiras: cultura oral na escola. Porto Alegre:</p>		

Artmed, 2011.
 SANTOS, Cícero Rodrigues dos A. Brincando com sucatas. Rio de Janeiro: Sprint, 2004.
 SANTOS, S. M.P. Brinquedoteca: sucata vira brinquedo. Porto Alegre: Artmed, 2007.
 MACEDO, L; PETTY, A.L.S; PASSOS, N.C; Os Jogos e o lúdico. Na aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artmed, 2008.

5º Semestre	Didática da Ed. Fis. Escolar	30h
Didática e metodologia de ensino da Educação Física Escolar; Tendências pedagógicas em educação física. Planejamento do ensino em educação física; Seleção de conteúdos; Avaliação; educação física e interdisciplinaridade; criatividade em Educação Física; Educação Física no ensino básico		
<p>BÁSICA CAPARROZ, Francisco Eduardo. Entre a educação física na escola e a educação física da escola. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2008. DARIDO, Suraya C. Educação física na escola: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A. 2003. CASTELANI FILHO, Lino. Política educacional e educação física. Campinas: Autores Associados, 1998.</p> <p>COMPLEMENTAR BETTI, Mauro. Educação física e sociedade. São Paulo: Movimento, 1991. COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da educação física. São Paulo: Cortez, 1992. DAOLIO, Jocimar. Da cultura do corpo. Papirus: Campinas, 1995. _____. Educação física brasileira: autores e atores da década de 1980. São Paulo: Papirus, 1998. FREIRE, João. B. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. São Paulo: Scipione, 1989</p>		

5º Semestre	Aspectos Pedagógicos dos Esportes Rede/Parede	60h
<p>EMENTA: Disciplina de caráter teórico/prático que deve levar o acadêmico a planejar e aplicar propostas práticas no contexto escolar a partir das habilidades previstas na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) acerca dos esportes de rede/parede a partir, dos seus conhecimentos históricos, fundamentos técnicos, táticos e das regras, reunindo modalidades que se caracterizam por arremessar, lançar ou rebater a bola em direção a setores da quadra adversária sobre uma rede, ou rebatendo contra uma parede</p>		
<p>BÁSICA BOJIKIAN, J. C. M. Ensinando Voleibol. São Paulo: Phorte, 2003. BORSARI, J. R. Voleibol: aprendizagem e treinamento - um desafio constante - variações do voleibol (vôlei de praia – futevôlei – vôlei em quartetos). 3ª ed. São Paulo: EPU, 2001. GONZÁLEZ, Fernando Jaime; BRACHT, Valter. Metodologia do Ensino dos Esportes Coletivos. : UFES, Núcleo de Educação Aberta e a Distância, 2012.</p> <p>COMPLEMENTAR ARAÚJO, J. B. Volleyball: voleibol moderno - sistema defensivo. Londrina: Lazer & Sport, 1997. BENTO, J. O. Desporto: matéria de ensino. Lisboa: Editora Caminho, 1987. CARVALHO, O. M. de. Voleibol: 1000 exercícios. 5ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001. KUNZ, E. Transformações Didático-pedagógicas do Esporte. Ijuí: Unijui. 1994. SHALMANOV A. A. Voleibol: fundamentos biomecânicos. Londrina: Lazer & Sport, 1998. SOARES, C. L. <i>et al.</i> Metodologia do Ensino de Educação Física. Campinas: Cortez, 1992. (Coleção Magistério 2º Grau – Série Formação do Professor) ZIELGELMANN, J. O Voleibol Moderno. Porto Alegre: Sagra, 1990. DARIDO, Irene Conceição Andrade; Cristina, RANGEL. Educação Física no Ensino</p>		

Superior - Educação Física na Escola: Implicações para a Prática Pedagógica, 2ª edição. Grupo GEN, 2006. 978-85-277-1972-8.

5º Semestre	Pesquisa em Educação Física	30h
Estrutura de projetos de pesquisas. Normas técnicas para trabalhos acadêmicos. Ética na pesquisa com seres humanos. Métodos de investigação aplicados a pesquisas na área da saúde e desempenho. Estrutura para investigação na área da saúde.		
<p>BÁSICA LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia Científica: ciência e conhecimento científico, método científico, teoria, hipótese e variáveis, metodologia jurídica. 3ª ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2000. MATTOS, M. G. de; ROSSETO JÚNIOR, A. J.; BLECHER, S. Teoria e Prática da Metodologia da Pesquisa em Educação Física: construindo sua monografia, artigo científico e projeto de ação. São Paulo: Phorte, 2004. MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002. (Coleção Temas Sociais)</p> <p>COMPLEMENTAR ANDRADE, M. M. de. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: Elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 1999. CARVALHO, M. C. M. de (Org.). Construindo o Saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas. Campinas: Papirus, 1998. DEMO, P. Educar pela Pesquisa. Campinas: Autores Associados, 1998. -----, Introdução à Metodologia da Ciência. São Paulo: Atlas, 1985. NETO, J. A. M. Metodologia Científica na Era da Informática. São Paulo: Saraiva, 2002. RUDIO, F. V. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. 25ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999</p>		

5º Semestre	Metodologia e Pesquisa Científica	30h
<p>EMENTA: Organização e construção do saber científico e suas técnicas de estudo: esquema, resumo, fichamento, roteiro de estudo, resenha e síntese. Leitura, análise e interpretação do texto científico. Elaboração de trabalhos científicos, suas normas e técnicas. Projetos e relatórios acadêmicos e científicos. Normas da ABNT.</p>		
<p>BÁSICA LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia Científica: ciência e conhecimento científico, método científico, teoria, hipótese e variáveis, metodologia jurídica. 3ª ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2000. MATTOS, M. G. de; ROSSETO JÚNIOR, A. J.; BLECHER, S. Teoria e Prática da Metodologia da Pesquisa em Educação Física: construindo sua monografia, artigo científico e projeto de ação. São Paulo: Phorte, 2004. MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002. (Coleção Temas Sociais)</p> <p>COMPLEMENTAR ANDRADE, M. M. de. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: Elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 1999. CARVALHO, M. C. M. de (Org.). Construindo o Saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas. Campinas: Papirus, 1998. DEMO, P. Educar pela Pesquisa. Campinas: Autores Associados, 1998. -----, Introdução à Metodologia da Ciência. São Paulo: Atlas, 1985. NETO, J. A. M. Metodologia Científica na Era da Informática. São Paulo: Saraiva, 2002. RUDIO, F. V. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. 25ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.</p>		

5º Semestre	Estágio supervisionado I - Observação e Planejamento	60h
Elaboração do projeto de Estágio. Experiência pré-profissional nas áreas de conhecimento. Contexto da prática pedagógica em Educação Física. Diagnóstico do campo de estágio. Aplicação pedagógica, sistematização e registro. Atuação, observação da educação física escolar na educação no ensino fundamental I e II, ensino médio, jovens e adultos. Observação do espaço e do tempo teórico e prático na educação física escolar, reflexão teórica da educação física no cotidiano escolar.		
<p>BÁSICA ANDRE, M. E. D. A. Etnografia da Prática Escolar. 13ª Edição. Campinas: Papirus, 2007. BORGES C. M. F. O Professor de Educação Física e a Construção do Saber. 3ª ed. Campinas: Papirus, 2003. BORSARI, J. R.; JORDANO, I.; BON, T. Educação Física da Pré-escola à universidade. São Paulo: EPU, 1980.</p> <p>COMPLEMENTAR BARBOSA, C. L. De A. Educação Física Escolar: da alienação à libertação. Petrópolis: Vozes, 1997. BORGES, C. J. Educação Física para o Pré-escolar. 4ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1998. BRITO, E. P. De. No caminho do Mestre: aprendendo hoje, para ensinar amanhã. Brasília: UNB, 2000. CASTELLS, M. Novas Perspectivas Críticas em Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 15ª ed. Campinas: Papirus, 2003. DEMO, P. Conhecimento Moderno: sobre ética de intervenção do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1999. ENGUITA, M. F. A Face Oculta da Escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. FARIA JÚNIOR, A. G. Fundamentos Pedagógicos: Educação Física: Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1986. FAZENDA, I. C. A. Didática e Interdisciplinaridade. Campinas: Papirus, 1998. FREITAS, L. C. Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática. 8ª ed. Campinas: Papirus, 2006. GIROUX, H. Os Professores como Intelectuais. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. KUNZ, E. Transformações Didático-Pedagógicas do Esporte. 7ª ed. Ijuí: Unijuí, 2006. MARTINS, P. L. O. Didática e as Contradições da Prática. 2ª ed. Campinas: Papirus, 2003. PICONEZ S. C. B. A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado. 9ª ed. Campinas: Papirus, 2003. SAVIANI, D. Escola e Democracia: curvatura da vara – onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1999. WACHOWICZ, L. A. O Método Dialético na Didática. Campinas: Papirus, 1996</p>		

6º Semestre	Aspectos Pedagógicos de Esportes Não Convencionais	60h
<p>EMENTA: Disciplina de caráter teórico/prático que deve levar os acadêmicos a analisar, compreender os aspectos pedagógicos para planejar e aplicar propostas práticas no contexto escolar a partir das habilidades previstas na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) acerca dos esportes não convencionais, sendo os mesmos pouco conhecidos, praticado e compreendidos no contexto regional e nacional, estando inseridos no esporte de marca, precisão, campo e taco, invasão, rede ou parede.</p>		
<p>BÁSICA SILVA, Juliano Vieira da; PRIESS, Fernando Guilherme. Metodologia do atletismo; – Porto Alegre: SAGAH, 2019. (Disponível na biblioteca virtual). GONZÁLEZ, Fernando Jaime; BRACHT, Valter. Metodologia do Ensino dos Esportes Coletivos. : UFES, Núcleo de Educação Aberta e a Distância, 2012.</p>		

BORSARI, J. R. Voleibol: aprendizagem e treinamento - um desafio constante - variações do voleibol (vôlei de praia – futevôlei – vôlei em quartetos). 3ª ed. São Paulo: EPU, 2001.

COMPLEMENTAR

MATTHIESEN, Sara Quenzer Atletismo: teoria e prática. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. (Disponível na biblioteca virtual).

MELO, R. S. de. Esportes de Quadra. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.

SOARES, C. L. *et al.* Metodologia do Ensino de Educação Física. Campinas: Cortez, 1992. (Coleção Magistério 2º Grau – Série Formação do Professor)

BALBINOTTI, C. e colaboradores. O ensino do tênis: novas perspectivas de aprendizagem. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

GOLDS, M. Badminton: skills of the game. Marlborough: Crowood, 2008.

MARINOVIC, W., IIZUKA, C. A., NAGAOKA, K. T. (orgs.). Tênis de mesa : teoria e prática. São Paulo, SP: Phorte, 2006.

6º Semestre	Organização e gestão do Ensino Básico	30h
Organização da educação nacional, a legislação, as políticas e as modalidades de ensino: CF, MEC, CNE, LDB, PNE, Conselho Estadual e Conselho Municipal de Educação, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Perspectivas gerais da educação básica: acesso e permanência. ECA.		
BÁSICA		
MELLO, G. N. Educação Escolar: paixão, pensamento e prática. Campinas: Cortez, 1987.		
CEDES. Educação e Política: Gramsci e o problema da hegemonia. Campinas: Cortez, 1989.		
SAVIANI, D. Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara e onze teses sobre educação e política. 13ª ed. Campinas: Autores associados, 1986.		
COMPLEMENTAR		
BRASIL. Constituição Brasileira. Constituição da República Federativa do Brasil. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 1980.		
BRASIL. Câmara dos Deputados. Educação: Legislação Federal. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009. (Série Ação Parlamentar, nº 403)		
BRASIL. Câmara dos Deputados. Educação: Legislação Federal. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009. (Série Legislação, nº. 12)		
BERGER, M. Educação e Dependência. [S.l.]: Difel, 1984.		
CASTELLANI FILHO, L. Política Educacional e Educação Física. 2ª ed. Campinas. Autores Associados, 2002.		
CARNEIRO, M. A. LDB Fácil: leitura crítica-compreensiva artigo a artigo. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.		
CURY, C. R. J. Legislação Educacional Brasileira. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.		
FAUNDEZ, A. Educação, Desenvolvimento e Cultura: contradições teóricas e práticas. Campinas: Cortez, 1994.		
GADOTTI, M. Educação e Compromisso. 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1988.		
HERKENHOFF, J. B. Dilema da Educação: dos apelos populares à constituição. Campinas: Cortez, 1989.		
MACIEL, M. Educação e Liberalismo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.		
NEY, A. Política Educacional: organização e estrutura da educação brasileira. Rio de Janeiro: Wak, 2008.		

6º Semestre	Educação Física Infantil	60h
-------------	--------------------------	-----

Disciplina de caráter teórico/prático e extensionista que deve levar o acadêmico a planejar e aplicar propostas práticas no contexto da rede escolar/ CEMEI a partir das habilidades previstas na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) alinhando as metodologias de ensino específicas para a infância e aos princípios educacionais da ludicidade, criatividade, interdisciplinaridade e simbolismo.

BÁSICA

BUCHWITZ, T. M. A. *Pedagogia da Infância: cotidiano e práticas educativas*. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

DARIDO, S.C.; RANGEL, I. C.A. *Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica*. 2ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

KISHIMOTO, T.M; FORMOSINHO, J.O. *Em busca da pedagogia da infância. Pertencer e participar*. Porto Alegre: Penso, 2013.

COMPLEMENTAR

BRASIL, Ministério da Educação: *Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base*. 2017.

GARCIA, M.N. *Ensino da Educação Física*. São Paulo: Cengage, 2007.

HORN, M.G. *Brincar e interagir nos espaços da escola infantil*. Porto Alegre: Penso, 2017.

KISHIMOTO, T. M; FORMOSINHO, J.O. PINAZZA, M.A. *Pedagogia da Infância: dialogando com o passado e com o futuro*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

LIMA, C.C.N; (Org) *A ludicidade e a pedagogia do brincar*. Porto Alegre: Sagah, 2018.

6º Semestre	Aspectos Ped. dos Esportes de Invasão/Territorial I	60h
Categoria que reúne as modalidades que se caracterizam por rebater a bola lançada pelo adversário o mais longe possível, para tentar percorrer o maior número de vezes as bases ou a maior distância possível entre as bases, enquanto os defensores não recuperam o controle da bola, e, assim, somar pontos. Especificamente no Handebol e no Rugby		
<p>BÁSICA EHRET, A. <i>et al.</i> <i>Manual de Handebol: treinamento de base para crianças e adolescentes</i>. São Paulo: Phorte, 2002. ELLIOTT, B.; MESTER, J. <i>Treinamento no Esporte: aplicando ciência no esporte</i>. São Paulo: Phorte, 2000. KUNZ, E. <i>Transformações Didático-pedagógicas do Esporte</i>. Ijuí: Unijuí. 2006.</p> <p>COMPLEMENTAR BENTO, O. J. <i>Desporto: matéria de ensino</i>. Lisboa: Editora Caminho, 1987. CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL. <i>Regras Oficiais de Handebol e Beach Handebol 2003/2004</i>. Rio de Janeiro: Sprint, 2003. MELO, R. S. de. <i>Esportes de Quadra</i>. Rio de Janeiro: Sprint, 1999. SOARES, C. L. <i>et al.</i> <i>Metodologia do Ensino de Educação Física</i>. Campinas: Cortez, 1992. (Coleção Magistério 2º Grau – Série Formação do Professor)</p>		

6º Semestre	Estágio sup. II - estágio de intervenção no ens. fundamental I	30h
Organização dos planos de ação. Aplicação do projeto no campo de estágio. Intervenção pedagógica, procedimento de coleta de dados, sistematização e registro. Prática pedagógica em educação física no ensino fundamental I. organização do trabalho pedagógico, experiências nos saberes e fazeres docentes, reflexão sobre a formação docente no estágio supervisionado, sistematização das experiências vivenciadas no cotidiano escolar.		
<p>BÁSICA ANDRE, M. E. D. A. <i>Etnografia da Prática Escolar</i>. 13ª Edição. Campinas: Papirus, 2007. BORGES C. M. F. <i>O Professor de Educação Física e a Construção do Saber</i>. 3ª ed. Campinas: Papirus, 2003.</p>		

BORSARI, J. R.; JORDANO, I.; BON, T. Educação Física da Pré-escola à universidade. São Paulo: EPU, 1980.

COMPLEMENTAR

BARBOSA, C. L. De A. Educação Física Escolar: da alienação à libertação. Petrópolis: Vozes, 1997.

BORGES, C. J. Educação Física para o Pré-escolar. 4ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.

BRITO, E. P. De. No caminho do Mestre: aprendendo hoje, para ensinar amanhã. Brasília: UNB, 2000.

CASTELLS, M. Novas Perspectivas Críticas em Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 15ª ed. Campinas: Papyrus, 2003.

DEMO, P. Conhecimento Moderno: sobre ética de intervenção do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1999.

ENGUITA, M. F. A Face Oculta da Escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FARIA JÚNIOR, A. G. Fundamentos Pedagógicos: Educação Física: Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1986.

FAZENDA, I. C. A. Didática e Interdisciplinaridade. Campinas: Papyrus, 1998.

FREITAS, L. C. Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática. 8ª ed. Campinas: Papyrus, 2006.

GIROUX, H. Os Professores como Intelectuais. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

KUNZ, E. Transformações Didático-Pedagógicas do Esporte. 7ª ed. Ijuí: Unijuí, 2006.

MARTINS, P. L. O. Didática e as Contradições da Prática. 2ª ed. Campinas: Papyrus, 2003.

PICONEZ S. C. B. A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado. 9ª ed. Campinas: Papyrus, 2003.

SAVIANI, D. Escola e Democracia: curvatura da vara – onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1999.

WACHOWICZ, L. A. O Método Dialético na Didática. Campinas: Papyrus, 1996

7º Semestre	Projeto de TCC	30h
<p>EMENTA: Normas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos. Conceitos e técnicas para proceder à revisão bibliográfica e escrita de artigos científicos. Referencial teórico da pesquisa científica. Delimitação de objetos de investigação e de abordagens metodológicas da pesquisa. Desenvolvimento, acompanhamento, conclusão e avaliação de projetos de pesquisa</p>		
<p>BÁSICA</p> <p>MENDES, G.; TACHIZAWA, T. Como Fazer Monografia na Prática. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.</p> <p>MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 22ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>ECO, U. Como se Faz uma Tese. 18ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.</p> <p>FARINATTI, P. de T. Pesquisa e Produção do Conhecimento em Educação Física. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1992.</p> <p>MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa. 5ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicação e trabalhos científicos. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>MEDEIROS, J. B. Redação Científica: a prática de fichamento, resumos, resenhas. São</p>		

Paulo: Atlas, 1997.
 REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.

7º Semestre	Educação Física Especial e Inclusiva	60h
<p>EMENTA: Características das deficiências mais comuns presentes nos ambientes escolares. Aspectos teórico-metodológicos da Educação Física Inclusiva e a inclusão escolar. Estudo crítico de problemáticas que envolvem Educação Física, inclusão e exclusão. Análise de métodos de ensino em Educação Física Inclusiva. A escola inclusiva: desafios e possibilidades. Diferenças e preconceitos. O ensino da Educação Física para deficientes. Dificuldades de aprendizagem e intervenção educacional.</p>		
<p>BÁSICA BEZIERS, M. A Coordenação Motora: aspecto mecânico da organização psicomotoras do motor do homem. São Paulo: Summus, 1992. GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. da (Orgs.). Atividade Física Adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. Barueri: Manole, 2005. GORLA, J. I.; ARAÚJO, P. F. Avaliação Motora em Educação Física Adaptada: teste KTK para deficientes mentais. São Paulo: Phorte, 2007.</p> <p>COMPLEMENTAR BRAZ, G. R. de C. Brincando e Aprendendo com Jogos Sensoriais. Rio de Janeiro: Sprint, 1998. MEIRELLES, M. A. E. Atividade Física na 3ª idade: uma abordagem sistêmica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1999. PINTO, J. R. Corpo, Movimento e Educação: o desafio da criança e adolescente deficientes sociais. Rio de Janeiro: Sprint, 1997. ROSADAS, S. de C. Atividade Física Adaptada e Jogos Esportivos para o Deficiente: eu posso. Vocês duvidam? São Paulo: Atheneu, 1989. SHEPHARD, R. J. Envelhecimento, Atividade Física e Saúde. São Paulo: Phorte, 2003. SIMÃO, R. Fisiologia e Prescrição de Exercícios para Grupos Especiais. São Paulo: Phorte, 2004.</p>		

7º Semestre	Práticas Pedagógicas na EJA	30h
<p>EMENTA: Disciplina teórica que apresenta os princípios teóricos/ metodológicos da organização do processo pedagógico para o planejamento e docência em Educação Física na Educação de Jovens e Adultos.</p>		
<p>BÁSICA ALBUQUERQUE, Eliana; LEAL, Telma. (Org.). Alfabetização de Jovens e Adultos - em uma perspectiva de letramento. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. BRANDÃO, Carlos Rodrigues . O que é Método Paulo Freire. São Paulo: Brasiliense, 2003. BRASIL, Ministério da Educação. Caderno Temático nº 5 – Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos: O processo de Aprendizagem dos Alunos e Professores. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/ME, Brasília, 2006. Disponível em http://www.forumeja.org.br/files/eja_caderno5.pdf</p> <p>COMPLEMENTAR FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 45ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. GADOTTI, Moacir ; ROMÃO, José. (org.). Educação de Jovens e Adultos - Teoria , prática e proposta .6 . ed. São Paulo: Cortez, 2001. HORTON, Myles e FREIRE, Paulo. Caminho Se Faz Caminhando, o - Conversas Sobre Educação e Mudança Social. 4ª ed. São Paulo: Editora Vozes, 2006. MOLL, Jaqueline (Org.) Múltiplos alfabetismos: diálogos com a escola pública na formação de professores. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2005.</p>		

7º Semestre	Aspectos Pedag. dos Esportes de Invasão/Territorial II	60h
<p>EMENTA: categoria que reúne as modalidades que se caracterizam por rebater a bola lançada pelo adversário o mais longe possível, para tentar percorrer o maior número de vezes as bases ou a maior distância possível entre as bases, enquanto os defensores não recuperam o controle da bola, e, assim, somar pontos. Especificamente no Basquetebol e Futebol Americano.</p>		
<p>BÁSICA ALMEIDA, M. B. de. Basquetebol: iniciação. 3ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2002. FERREIRA, A. E. X.; ROSE JÚNIOR, D. De. Basquetebol: técnicas e táticas – uma abordagem didático-pedagógica. São Paulo: EPU, 2003. KUNZ, E. Transformações Didático-pedagógicas do Esporte. Ijuí: Unijui, 1994</p> <p>COMPLEMENTAR ASSIS, S. Reinventando o Esporte: possibilidades da prática pedagógica. Campinas: Autores Associados, 2001. (Coleção Educação Física e Esportes) BEZERRA, M. (Kiko). Basquetebol: 1000 exercícios. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001. BOMPA, T. O. Periodização: teoria e metodologia do treinamento. Phorte: São Paulo, 2002. CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASQUETEBOL. Regras Oficiais de Basquetebol 2003-2004. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.</p>		

7º Semestre	Estágio sup. III - estágio de intervenção no ens. fundamental II	30h
<p>Aplicação pedagógica no campo estágio, sistematização e registro. Elaboração do relatório final e socialização em Seminário de avaliação do Estágio Supervisionado. Prática pedagógica em educação física no ensino fundamental II. organização do trabalho pedagógico, experiências nos saberes e fazeres docentes, reflexão sobre a formação docente no estágio supervisionado, sistematização das experiências vivenciadas no cotidiano escolar.</p>		
<p>BÁSICA ANDRE, M. E. D. A. Etnografia da Prática Escolar. 13ª Edição. Campinas: Papirus, 2007. BORGES C. M. F. O Professor de Educação Física e a Construção do Saber. 3ª ed. Campinas: Papirus, 2003. BORSARI, J. R.; JORDANO, I.; BON, T. Educação Física da Pré-escola à universidade. São Paulo: EPU, 1980.</p> <p>COMPLEMENTAR BARBOSA, C. L. De A. Educação Física Escolar: da alienação à libertação. Petrópolis: Vozes, 1997. BORGES, C. J. Educação Física para o Pré-escolar. 4ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1998. BRITO, E. P. De. No caminho do Mestre: aprendendo hoje, para ensinar amanhã. Brasília: UNB, 2000. CASTELLS, M. Novas Perspectivas Críticas em Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 15ª ed. Campinas: Papirus, 2003. DEMO, P. Conhecimento Moderno: sobre ética de intervenção do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1999. ENGUITA, M. F. A Face Oculta da Escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. FARIA JÚNIOR, A. G. Fundamentos Pedagógicos: Educação Física: Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1986. FAZENDA, I. C. A. Didática e Interdisciplinaridade. Campinas: Papirus, 1998. FREITAS, L. C. Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática. 8ª ed. Campinas: Papirus, 2006. GIROUX, H. Os Professores como Intelectuais. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. KUNZ, E. Transformações Didático-Pedagógicas do Esporte. 7ª ed. Ijuí: Unijuí, 2006.</p>		

MARTINS, P. L. O. Didática e as Contradições da Prática. 2ª ed. Campinas: Papirus, 2003.
 PICONEZ S. C. B. A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado. 9ª ed. Campinas: Papirus, 2003.
 SAVIANI, D. Escola e Democracia: curvatura da vara – onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1999.
 WACHOWICZ, L. A. O Método Dialético na Didática. Campinas: Papirus, 1996

8º Semestre	TCC	30h
<p>EMENTA: Elaboração do Trabalho de conclusão de curso pautado no Projeto de Iniciação Científica construído, utilizando conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos sob orientação docente. Organização de fichamentos/resumos/relatórios e/ou análise dos dados coletados para elaboração do produto científico. Compreensão dos procedimentos científicos a partir da execução da metodologia e buscando o alcance dos objetivos propostos no projeto; desenvolvimento de habilidades relativas às diferentes etapas do processo de pesquisa; aplicação de um protocolo de pesquisa; elaboração e apresentação do relatório de pesquisa. Submissão deste produto final para publicação e divulgação científica.</p>		
<p>BÁSICA MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002. SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 22ª ed. rev., ampl. São Paulo: Cortez, 2002. THIOLENT, M. Metodologia da Pesquisa-ação. 12ª ed. São Paulo: Cortez. (Coleção Temas Básicos de Pesquisa-ação)</p> <p>COMPLEMENTAR ECO, U. Como se Faz uma Tese. 18ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. FARINATTI, P. de T. Pesquisa e Produção do Conhecimento em Educação Física. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1992. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa. 5ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2002. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicação e trabalhos científicos. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2001. MEDEIROS, J. B. Redação Científica: a prática de fichamento, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 1997. REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.</p>		

8º Semestre	Aspectos Ped. dos Esportes de Invasão/Territorial III	60h
<p>categoria que reúne as modalidades que se caracterizam por rebater a bola lançada pelo adversário o mais longe possível, para tentar percorrer o maior número de vezes as bases ou a maior distância possível entre as bases, enquanto os defensores não recuperam o controle da bola, e, assim, somar pontos. Especificamente no Futebol/ Futsal e Frisbee e atualidades.</p>		
<p>BÁSICA APOLO, A. Futsal: metodologia e didática na aprendizagem. São Paulo: Phorte, 2004. LEAL, J. C. Futebol: arte e ofício. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001. SANTOS FILHO, J. L. A. dos. Manual de futsal. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.</p> <p>COMPLEMENTAR BARBOSA, M. O. S. Beach Soccer: da iniciação à competição. Rio Janeiro: Sprint, 1998. BELLO JÚNIOR, N. A Ciência do Esporte aplicada ao Futsal. Rio de Janeiro: Sprint, 1998. DAÓLIO, J. Cultura: Educação Física e futebol. São Paulo: UNICAMP, 1997.</p>		

ELLIOTT, B.; MESTER, J. Treinamento no Esporte: aplicando ciência no esporte. São Paulo: Phorte, 2000.

LUCENA, R. Futsal e a Iniciação. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.

MELO, R. S. de. Futebol: qualidades físicas e psicológicas e exercícios técnicos do atleta. Rio de Janeiro: Sprint, 1997.

----- . Futsal: 1000 exercícios. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.

----- . Trabalhos Técnicos para Futebol. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.

----- . Jogos Recreativos para Futebol. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.

----- . Futebol: 1000 exercícios. 3ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

----- . Futsal: aprimoramento técnico e tático. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.

MUTTI, D. Futsal: da iniciação ao alto nível. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2003.

SANTOS FILHO, J. L. A. dos. Futsal: a preparação física no futebol de salão. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.

SOARES, J. R. A arte do futebol: técnicas, táticas e preparação dos atletas. Fortaleza: UFC, 1997.

8º Semestre	Educação Física em Ambientes não urbanos e de aventura	60h
<p>EMENTA: Planejamento a partir das habilidades solicitadas pela BNCC, conjunto das práticas que se exploram expressões e formas de experimentação corporal centradas nas perícias e proezas provocadas pelas situações de imprevisibilidade que se apresentam quando o praticante interage com um ambiente desafiador. Conceito, fontes, princípios e campo de aplicação da educação ambiental. Impacto ambiental e a atividade física. Função ecológica da educação física. Estudo dos esportes de aventura, suas características, modalidades e aplicações. Cuidados especiais na segurança de participantes e na manutenção de equipamentos.</p>		
<p>BÁSICA JUNIOR, E. F. C. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. DO LIVRO TECNICO, 2012 BERNARDES, L.A. Atividades e Esportes de Aventura para Educação Física. PHORTE EDITORA-, 2013 DIAS, G.F. Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental - 2ª EDIÇÃO. 2006 COMPLEMENTAR JAMIESON, D.. Ética e Meio Ambiente - uma introdução. SONAC, 2010. CAVALLARI, G.. Manual de Trekking & Aventura - equipamentos e técnicas. 2008 ROSA, A.H.; FRACETO, L.F.; MOSCHINI-CARLOS, V. Meio ambiente e sustentabilidade. BOOKMAN COMPANHIA ED, 2012. BARBOSA, R.P.; BARSANO, P.R. Meio Ambiente - guia prático e didático, EDITORA ERICA, 2012</p>		

8º Semestre	Libras	60h
<p>Fundamentos históricos e filosóficos da educação dos surdos. Aspectos sociológicos: cultura, identidade e comunidade surda. Introdução à Língua Brasileira de Sinais. Os sinais e seus parâmetros. Os classificadores da LIBRAS. Vocabulário básico em LIBRAS.</p>		
<p>BÁSICA CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina L. Novo deit-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira baseado em linguística e neurociências cognitivas. 3. ed. ampl. e rev. São Paulo: Edusp, 2013. V. 1. 1401 p. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina L. Novo deit-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira baseado em linguística e neurociências cognitivas. 3. ed. ampl. e rev. São Paulo: Edusp,</p>		

2013. V. 2. 1421-2787 p.
 GESSER, Audrei. Libras? que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola editorial, 2009. 87 p. (Série estratégias de ensino; 14).
 COMPLEMENTAR
 COSTA, Juliana Pellegrinelli Barbosa. A educação do surdo ontem e hoje: posição sujeito e identidade. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. 87 p.
 PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (Org.). Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. 127 p.
 QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. 224 p.
 SOARES, Maria Aparecida Leite. A educação do surdo no Brasil. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. 125 p. (Coleção educação contemporânea).
 SOUZA, Regina Maria de. Que palavra que te falta? linguística, educação e surdez. São Paulo: Martins fontes, 1998. 216 p. (Texto e linguagem).

8º Semestre	Estágio sup. IV - estágio de intervenção no ensino médio	30h
<p>Prática pedagógica em educação física no ensino Médio. organização do trabalho pedagógico, experiências nos saberes e fazeres docentes, reflexão sobre a formação docente no estágio supervisionado, sistematização das experiências vivenciadas no cotidiano escolar.</p>		
<p>BÁSICA ANDRE, M. E. D. A. Etnografia da Prática Escolar. 13ª Edição. Campinas: Papirus, 2007. BORGES C. M. F. O Professor de Educação Física e a Construção do Saber. 3ª ed. Campinas: Papirus, 2003. BORSARI, J. R.; JORDANO, I.; BON, T. Educação Física da Pré-escola à universidade. São Paulo: EPU, 1980. COMPLEMENTAR BARBOSA, C. L. De A. Educação Física Escolar: da alienação à libertação. Petrópolis: Vozes, 1997. BORGES, C. J. Educação Física para o Pré-escolar. 4ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1998. BRITO, E. P. De. No caminho do Mestre: aprendendo hoje, para ensinar amanhã. Brasília: UNB, 2000. CASTELLS, M. Novas Perspectivas Críticas em Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 15ª ed. Campinas: Papirus, 2003. DEMO, P. Conhecimento Moderno: sobre ética de intervenção do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1999. ENGUITA, M. F. A Face Oculta da Escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. FARIA JÚNIOR, A. G. Fundamentos Pedagógicos: Educação Física: Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1986. FAZENDA, I. C. A. Didática e Interdisciplinaridade. Campinas: Papirus, 1998. FREITAS, L. C. Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática. 8ª ed. Campinas: Papirus, 2006. GIROUX, H. Os Professores como Intelectuais. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. KUNZ, E. Transformações Didático-Pedagógicas do Esporte. 7ª ed. Ijuí: Unijuí, 2006. MARTINS, P. L. O. Didática e as Contradições da Prática. 2ª ed. Campinas: Papirus, 2003. PICONEZ S. C. B. A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado. 9ª ed. Campinas: Papirus, 2003. SAVIANI, D. Escola e Democracia: curvatura da vara – onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1999. WACHOWICZ, L. A. O Método Dialético na Didática. Campinas: Papirus, 1996</p>		

ÉTAPA ESPECÍFICA DO BACHARELADO
--

5º Semestre	Pesquisas aplicadas aos exercícios e saúde	30h
<p>Estrutura de projetos de pesquisas. Normas técnicas para trabalhos acadêmicos. Ética na pesquisa com seres humanos. Métodos de investigação aplicados a pesquisas na área da saúde e desempenho. Estrutura para investigação na área da saúde.</p>		
<p>BÁSICA LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia Científica: ciência e conhecimento científico, método científico, teoria, hipótese e variáveis, metodologia jurídica. 3ª ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2000. MATTOS, M. G. de; ROSSETO JÚNIOR, A. J.; BLECHER, S. Teoria e Prática da Metodologia da Pesquisa em Educação Física: construindo sua monografia, artigo científico e projeto de ação. São Paulo: Phorte, 2004. MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002. (Coleção Temas Sociais)</p> <p>COMPLEMENTAR ANDRADE, M. M. de. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: Elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 1999. CARVALHO, M. C. M. de (Org.). Construindo o Saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas. Campinas: Papirus, 1998. DEMO, P. Educar pela Pesquisa. Campinas: Autores Associados, 1998. ----- . Introdução à Metodologia da Ciência. São Paulo: Atlas, 1985. NETO, J. A. M. Metodologia Científica na Era da Informática. São Paulo: Saraiva, 2002. RUDIO, F. V. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. 25ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999</p>		

5º Semestre	Metodologia e Pesquisa Científica	30h
<p>EMENTA: Organização e construção do saber científico e suas técnicas de estudo: esquema, resumo, fichamento, roteiro de estudo, resenha e síntese. Leitura, análise e interpretação do texto científico. Elaboração de trabalhos científicos, suas normas e técnicas. Projetos e relatórios acadêmicos e científicos. Normas da ABNT.</p>		
<p>BÁSICA LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia Científica: ciência e conhecimento científico, método científico, teoria, hipótese e variáveis, metodologia jurídica. 3ª ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2000. MATTOS, M. G. de; ROSSETO JÚNIOR, A. J.; BLECHER, S. Teoria e Prática da Metodologia da Pesquisa em Educação Física: construindo sua monografia, artigo científico e projeto de ação. São Paulo: Phorte, 2004. MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002. (Coleção Temas Sociais)</p> <p>COMPLEMENTAR ANDRADE, M. M. de. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: Elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 1999. CARVALHO, M. C. M. de (Org.). Construindo o Saber: metodologia científica -</p>		

fundamentos e técnicas. Campinas: Papirus, 1998.
 DEMO, P. Educar pela Pesquisa. Campinas: Autores Associados, 1998.
 -----, Introdução à Metodologia da Ciência. São Paulo: Atlas, 1985.
 NETO, J. A. M. Metodologia Científica na Era da Informática. São Paulo: Saraiva, 2002.
 RUDIO, F. V. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. 25ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

5º Semestre	Tópicos avançados em treinamento esportivo	30h
Estudo da organização da temporada esportiva utilizando meios e métodos de diagnosticar, desenvolvimento, controle e avaliação. Utilizar os conhecimentos e competências do treinamento esportivo para a elaboração de uma periodização esportiva		
<p>BÁSICA BARBANTI, V. J. Treinamento Físico: bases científicas. 3ª ed. São Paulo: CLR Balieiro, 2001. ELLIOTT, B.; MESTER, J. Treinamento no Esporte: aplicando ciência no esporte. São Paulo: Phorte, 2000. ROSA, A. F. de L. Treinamento Desportivo: carga, estrutura e planejamento. São Paulo: Phorte, 2001.</p> <p>COMPLEMENTAR HERNANDES JÚNIOR, B. D. O. Treinamento Desportivo. Rio de Janeiro: Sprint, 2000. MATVEEV, L. P. Treino Desportivo: metodologia e planejamento. Londrina: Lazer & Sport, 1998. PEREIRA, B.; SOUZA JÚNIOR, T. P. de. Dimensões Biológicas do Treinamento Físico. São Paulo: Phorte, 2002. EINECK, J. Biologia do Esporte. São Paulo: Manole, 1991</p>		

5º Semestre	Aspectos técnicos e táticos do voleibol	60h
<p>EMENTA: Metodologia do ensino do voleibol a partir dos seus conhecimentos históricos, dos fundamentos técnicos e táticos e das regras. Medidas de segurança e introdução aos atendimentos de emergência decorrentes dos traumatismos e obstruções no sistema respiratório mais comuns desta prática. Procedimentos de elaboração de programas de ensino, iniciação esportiva visando a inclusão social, diversidade e formas de avaliação.</p>		
<p>BÁSICA BORSARI, J. R. Voleibol: aprendizagem e treinamento - um desafio constante - variações do voleibol (vôlei de praia – futevôlei – vôlei em quartetos). 3ª ed. São Paulo: EPU, 2001. BOJIKIAN, J. C. M. Ensinando Voleibol. São Paulo: Phorte, 2003. COSTA, A. D. da. Voleibol: fundamentos e aprimoramento técnico. 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2003. 138 p</p> <p>COMPLEMENTAR ARAÚJO, J. B. Volleyball: voleibol moderno - sistema defensivo. Londrina: Lazer & Sport, 1997. BENTO, J. O. Desporto: matéria de ensino. Lisboa: Editora Caminho, 1987. CARVALHO, O. M. de. Voleibol: 1000 exercícios. 5ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001. COSTA, A. D. Voleibol: sistemas e táticas. Rio de Janeiro: Sprint, 2005. 128 p. KUNZ, E. Transformações Didático-pedagógicas do Esporte. Ijuí: Unijui. 1994. SHALMANOV A. A. Voleibol: fundamentos biomecânicos. Londrina: Lazer & Sport, 1998. ZIELGELMANN, J. O Voleibol Moderno. Porto Alegre: Sagra, 1990.</p>		

5º Semestre	Marketing e Gerenc. da carreira do profissional da Ed. Fís.	30h
-------------	---	-----

Disciplina de caráter teórico que deve levar o acadêmico a construir habilidades para tomada de decisão no planejamento em marketing na área de Educação Física e no desenvolvimento da carreira pessoal.

BÁSICO

CARDIA, Wesley. **Marketing Esportivo e Administração de Arenas**. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522489725/>. Acesso em: 03 Oct 2020.

SIQUEIRA, Marco Antonio. **Marketing Esportivo**. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502223837/>. Acesso em: 03 Oct 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Carreira e Competência: Você é Aquilo que Faz! – Como Planejar e Conduzir seu Futuro Profissional**. Barueri: Editora Manole, 2013. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520438282/>. Acesso em: 03 Oct 2020

COMPLEMENTAR

URDAN, Cobra; URDAN, André Torres. **Marketing Básico**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010572/>. Acesso em: 03 Oct 2020.

SABA, Fábio. **Gestão em Atendimento: Manual Prático para Academias e Centros Esportivos**. 2ª Edição. Barueri: Manole, 2012. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520444634/>. Acesso em: 03 Oct 2020.

KUAZAQUI, Edmir. **Gestão de Carreira**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522122431/>. Acesso em: 03 Oct 2020.

ZENONE, Luiz Claudio; DIAS, Reinaldo. **Marketing Sustentável: Valor Social, Econômico e Mercadológico**. Barueri: Atlas, 2015. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522497973/>. Acesso em: 04 Oct 2020.

FIDELIS, Gilson José. **Gestão de Pessoas - Rotinas Trabalhistas e Dinâmicas do Departamento de Pessoal**. Barueri: Editora Saraiva, 2016. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536522562/>. Acesso em: 04 Oct 2020.

5º Semestre	Estágio supervisionado I - Observação e Planejamento	60h
<p>Elaboração do projeto de Estágio. Experiência pré-profissional nas áreas de conhecimento. Contexto da prática pedagógica em Educação Física. Diagnóstico do campo de estágio. Aplicação pedagógica, sistematização e registro. Atuação, observação da práticas em educação física. Observação do espaço e do tempo teórico e prático na educação física escolar, reflexão teórica da educação física no contexto do esporte, saúde e desempenho.</p>		
<p>BÁSICA CARREIRO, Eduardo Augusto (coord.). Gestão da Educação Física e Esporte. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. ROCHE, Fernando Paris. Gestão desportiva. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. WATT, David C. Gestão de eventos em lazer e turismo. Porto Alegre: Bookman, 2004.</p> <p>COMPLEMENTAR KOTLER, Philip. Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados. 14. ed. São Paulo: Futura, 1999. MELO NETO, Francisco Paulo de. Marketing esportivo e social: elaboração e comercialização de projetos. Londrina: Midiograf, 1997. MELO NETO, Francisco Paulo de. Administração e marketing de clubes esportivos: a base para a criação do clube empresa. Rio de Janeiro: Sprint, 1998. MELO NETO, Francisco Paulo de. Marketing no esporte. Rio de Janeiro: Incentive Editora, 1998.</p>		

PALMIERI, Antonio. Marketing de serviços. São Paulo: SEBRAE, 1997.
 REZENDE, José Ricardo. Organização e administração no esporte. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.
 REZENDE, José Ricardo. Sistemas de disputa para competições esportivas: torneios e campeonatos. São Paulo: Phorte, 2007.
 TOJAL, João Batista (org.). Ética profissional na Educação Física. Rio de Janeiro: Shape, 2004.

6º Semestre	Teoria e prática do treinamento resistido	60h
<p>EMENTA: Tópicos avançados treinamento resistido e suas diferentes modalidades. Treinamento resistido para desenvolvimento de força, hipertrofia e emagrecimento. Ação muscular em exercícios uniarticulares e multiarticulares. Elaboração do programa de treinamento de acordo com a individualidade biológica e nível de treinamento. Técnica correta dos movimentos para pessoas saudáveis e com limitações físicas. Discussão de mercado de trabalho e a relação com estética/saúde/qualidade de vida. Noções básicas sobre fisiculturismo e halterofilismo.</p>		
<p>BÁSICA MCARDLE, William D; KATCH, Frank; KATCH, Victor L. Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. CAMPOS, Maurício de Arruda. Biomecânica da musculação. 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2002. BOMPA, Tudor O. Treinamento de força levado a sério. São Paulo: Manole, 2004.</p> <p>COMPLEMENTAR GENTIL P. Bases Científicas do Treinamento de Hipertrofia. 4ª Edição. Editora Sprint. Rio de Janeiro. RJ, 2011 PRESTES, Jonato, et al. Prescrição e periodização do treinamento de força em academias. São Paulo, Phorte (2010). ROCHA, P. Cinesiologia da musculação. Rio de Janeiro: Sprint, 2009.</p>		

6º Semestre	Epidemiologia e saúde pública aplicada a educação física	60h
<p>EMENTA: De caráter teórico esta disciplina pretende abordar os Estudos epidemiológicos na área da atividade física e saúde e o movimento sanitário brasileiro para que o acadêmico de Educação Física compreenda seu papel e se sinta mobilizado a fazer parte de uma equipe de profissionais na prevenção, promoção e reabilitação da saúde individual e coletiva no Sistema Único de Saúde</p>		
<p>BÁSICA: PITANGA, Francisco José Gondim. Epidemiologia da atividade física, exercício físico e saúde. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2004. 174 p. ISBN 85-86702-74-3. FRAGA, Alex Branco; WACHS, Felipe. Educação física e saúde coletiva: políticas de formação e perspectivas de intervenção. Porto Alegre: UFRGS, 2007. GOUVEIA, R. Saúde Pública, Suprema Lei - a nova legislação para a conquista da saúde. São Paulo: Mandacaru, 2000.</p> <p>COMPLEMENTAR: SCHRAIBER, L B; NUNES, M I B; MENDES, R B. Saúde do adulto - Programas e ações na Unidade Básica. São Paulo: Hucitec, 2000. ESCOREL, Sarah; GIOVANELLA, Ligia; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. Políticas e sistema de saúde no brasil. São Paulo: FIOCRUZ, 2008. MS, Ministério da saúde. O SUS de A a Z. Brasília: MS, 2006. BRASIL, Ministério da Saúde. Programa de Saúde da Família / Saúde do Trabalhador. 2007. Disponível em: http://www.saude.gov.br NIEMAN, David C. Exercício e saúde: como se prevenir de doenças usando o exercício como seu medicamento. Barueri: Manole, 1999. 316 p. ISBN 85-204-0969-5.</p>		

ONTES, Olney Leite. Além dos sintomas: superando o paradigma saúde e doença. Piracicaba: Unimed, 1995. 86 p.

BARBOSA, Rita Maria dos Santos Puga. Educação física: gerontologia: saúde e qualidade de vida na terceira idade. Rio de Janeiro: Sprint, 2000. 185 p. ISBN 85-7332-107-5.

GALVAN, Alda Luiza. Grupo terapia - da teoria à realidade: um estudo feito no PAM/Codajás - Unidade da Secretaria da Saúde do Estado do Amazonas em Manaus. 2. ed. Manaus: Respel, 2002. 126 p. Papel. ISBN 85-87069-10-1.

PINTO, Ricardo Figueiredo (org.). Pesquisa em PSF: programa saúde da família. Belém: GTR, 2005. 5. 360 p. (Pós-Graduação). ISBN 858917112-4.

GONÇALVES, Aguinaldo. Saúde coletiva e urgência em educação física. [S.l.]: Papirus, 1997. 190 p. ISBN 85-308-0440-6.

6º Semestre	Tópicos avançados em presc. de exerc. Fís. p/ popul. Esp.	60h
<p>EMENTA: Estudo das principais degenerações de ordem morfo-anátomofisiológicas observadas em crianças, jovens e adultos; reconhecidas como integrantes dos grupos especiais, propondo programas de atividades físicas, recreativas e esportivas como possíveis formas de contribuição para a manutenção e promoção da saúde do ser humano</p>		
<p>BÁSICA MARTINS, João Carlos Bouzas. Avaliação Prescrição de Atividades Físicas: guia prático. 3ª ed. Rio de Janeiro: Shape. 2003. Mc ARDLE, Willian D.; KATCH, Frank I.; KATCH Victor L. Fundamentos de Fisiologia do Exercício, 2ª.ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A. 2002. NIEMAN, David C. Exercício e Saúde. São Paulo: Editora Manole Ltda. 1999. PAPALIA, Diane E. Desenvolvimento Humano. 8ª ed. Porto Alegre: Artmed. 2006</p> <p>COMPLEMENTAR SANT'ANNA, Denise Bernuzzi (org). Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais. 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade. 2005. WINNICOLT, Donald W. A família e o desenvolvimento individual. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 2005.</p>		

6º Semestre	Nutrição aplicada ao exercício físico	30h
<p>EMENTA: Disciplina de caráter teórico que deve levar o acadêmico a construir experiências a partir dos estudos da nutrição e da alimentação do indivíduo em função de seu crescimento, desenvolvimento físico, nível atlético e ambiente sociocultural.</p>		
<p>BÁSICA BACARAU, R. F. Nutrição e Suplementação Esportiva. 3ª ed. São Paulo: Phorte, 2005. HIRSCHBRUCH, Marcia Daskal. Nutrição Esportiva: Uma Visão Prática. 3ª Edição. Barueri: Editora Manole, 2014. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520449813/. Acesso em: 29 Sep 2020. PASCHOAL, Valéria; NAVES, Andréia. Tratado de Nutrição Esportiva Funcional. Barueri: Grupo GEN, 2014. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-412-0410-1/. Acesso em: 29 Sep 2020.</p> <p>COMPLEMENTAR GOUVEIA, E. L. C. Nutrição: saúde & comunidade. 2ª ed. ver. e ampl. São Paulo: Revinter, 1999. HIRSCHBRUCH, M. D.; CARVALHO, J. R. de. Nutrição Esportiva: uma visão prática. São Paulo: Manole, 2002. KAMEL, D. KAMEL, J. G. N. Nutrição e Atividade Física. Rio de Janeiro: Sprint, 1996. BUCHMAN, A. L. Manual de Suporte Nutricional. São Paulo: Manole, 1998. TEIXEIRA NETO, F. Nutrição Clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003</p>		

6º Semestre	Estágio sup. II - Saúde e bem estar ambiente não formal	30h
<p>Organização dos planos de ação. Aplicação do projeto no campo de estágio. Intervenção pedagógica, procedimento de coleta de dados, sistematização e registro. Prática de intervenção para saúde e bem estar em ambientes não formais, organização do trabalho, reflexão sobre a formação profissional no estágio supervisionado, sistematização das experiências vivenciadas ao ambiente real de atuação profissional.</p>		
<p>BÁSICA COSTA, M. G. da. Ginástica Localizada. Rio de Janeiro: Sprint, 2001. MALTA, P. Step: aeróbico e localizado. Rio de Janeiro: Sprint, 1994. ROCHA, P. E. C. P. da. Medidas e Avaliação em Ciências do Esporte. 5ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.</p> <p>COMPLEMENTAR ALTER, M. J. Ciência da Flexibilidade. Tradução: Maria da Graça Figueiró da Silva. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. CAMPOS, M. de A. Exercícios Abdominais: uma abordagem prática e científica. Rio de Janeiro: Sprint, 2002. MARINS J. C. B.; GIANNICHI, R. S. Avaliação e Prescrição de Atividade Física: guia prático. 3ª ed. Rio de Janeiro: Shape, 2003. RODRIGUES, C. E. C. Musculação Feminina. Rio de Janeiro: Sprint, 1992. ----- . Musculação: métodos e sistemas. 3ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001. ----- . Musculação: teoria e prática. 23ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.</p>		

7º Semestre	Ginástica de academia	30h
<p>EMENTA: Disciplina de caráter teórico/prático e extensionista que deve levar o acadêmico a conhecer as metodologias de ensino, princípios básicos da ginástica em academia (ginástica localizada, aeróbica, step, jump e tendências atuais do universo fitness). Elaboração e aplicação de programas de ginástica na comunidade.</p>		
<p>BÁSICA BLOISE, Danielli Mazziotti. Ginástica localizada: 1000 exercícios com acessórios. 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001. POSSAMAI,V.D. Metodologia da Ginástica. Porto Alegre: Sagah Educação, 2018. VIDAL, A; A.C.; K, M.H.A Ginástica de academia: aprendendo a ensinar. São Paulo: Phorte, 2018</p> <p>COMPLEMENTAR COSTA, M. G. A Ginástica localizada. Rio de Janeiro: Sprint, 1998. HOPF,A.C.O e MOURA, J.A.R.M. Abordagem metodológica da Ginástica de Academia. Blumenau: Nova Letra, 2011. NOGUEIRA, E.M. D.A A Ginástica localizada: 1000 exercícios Rio de Janeiro: Sprint, 1999. SANTOS, M.A. A. Manual de ginástica de academia. Rio de Janeiro: Sprint, 1994. VOIGT, Luciane. Ginástica localizada: métodos e sistemas. Rio de Janeiro: Sprint, 2006. 104 p.</p>		

7º Semestre	Políticas públicas de Esporte e Lazer	60h
<p>EMENTA: de caráter teórica, espera-se que o acadêmico a partir do conhecimento histórico do Esporte e Lazer, compreenda o contexto brasileiro das políticas públicas de esporte e lazer e a atuação do profissional de Educação Física nesta conjuntura, tanto na esfera federal, como nas estaduais e municipais e a partir dessa compreensão estejam mobilizados a desenvolver</p>		

capacidades para planejar e elaborar ações de políticas públicas acessíveis para toda a população.

BÁSICA:

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Estudos do lazer: uma introdução. 5. ed. rev. Campinas, SP: Autores associados, 2012. 102 p. (Coleção educação física e esportes). ISBN 978-85-85701-37-

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade. 3. ed. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 2003. 166 p. ISBN 85-271-0466-0.

COMPLEMENTAR:

CAILLOIS, R. (Org.). Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das Prefeituras. Campinas: Autores Associados, 1996.

----- (Org.). Lazer & Esporte: políticas públicas. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

----- (Org.). Lazer & Empresa: múltiplos olhares. 4ª ed. Campinas: Papyrus, 2003.

----- (Org.). Lazer: formação e informação profissional. 5ª ed. Campinas: Papyrus, 2003.

----- (Org.). Repertório de Atividades de Recreação e Lazer. 2ª ed. Campinas: Papyrus, 2003.

7º Semestre	Trabalho de conclusão de curso	30h
-------------	--------------------------------	-----

EMENTA: Normas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos. Conceitos e técnicas para proceder à revisão bibliográfica e escrita de artigos científicos. Referencial teórico da pesquisa científica. Delimitação de objetos de investigação e de abordagens metodológicas da pesquisa. Desenvolvimento, acompanhamento, conclusão e avaliação de projetos de pesquisa

BÁSICA

MENDES, G.; TACHIZAWA, T. Como Fazer Monografia na Prática. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 22ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002.

COMPLEMENTAR

ECO, U. Como se Faz uma Tese. 18ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FARINATTI, P. de T. Pesquisa e Produção do Conhecimento em Educação Física. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1992.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa. 5ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicação e trabalhos científicos. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MEDEIROS, J. B. Redação Científica: a prática de fichamento, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 1997.

REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.

7º Semestre	Esporte adaptado e Paralímpico	30h
-------------	--------------------------------	-----

Estudo das modalidades esportivas adaptadas (histórico e evolução). Avaliação funcional do esporte adaptado. Regulamento e pontuação nas várias modalidades. A organização do Esporte Paraolímpico.

BÁSICA

ALMEIDA, J.J.G. Estratégias para a Aprendizagem Esportiva: Uma Abordagem Pedagógica da Atividade Motora para Cegos e Deficientes Visuais. 1995. 176f, Tese (Doutorado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

MELLO, M.T.; WINCKLER, C. Esporte Paraolímpico. São Paulo: Atheneu, 2012.

GORGATTI, M.G. (Org), Atividade Física Adaptada. Barueri, SP, Manole, 2008.

COMPLEMENTARIA

ALMEIDA, J.J.G.; OLIVEIRA FILHO, C.W.; MORATO, M.P.; PATROCÍNIO, R.M.; MUNSTER, M.A. Goalball: Invertendo o Jogo da Inclusão. Editora Autores Associados, Campinas, 2008.

MORATO, M.P. Futebol para Cegos: Estratégias Técnico-Táticas. 2007. 202f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. 3. Webborn, N.; Vliet, P.V. Paralympic Medicine. The Lancet, v.380(7), 65-71, 2012.

7º Semestre	Aspectos técnicos e táticos do basquetebol	60h
Disciplina de caráter teórico/prático que deve levar o acadêmico a construir experiências a partir dos aspectos didático-pedagógicos e metodológicos associados ao ensino do basquete. Atuação prática com a comunidade a partir de programas e/ou projetos de extensão vinculados ao curso.		
<p>BÁSICA GONÇALVES, Patrick da Silveira; ROMÃO, Mariluce Ferreira. Metodologia do basquetebol. Porto Alegre: Sagah, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028883/. Acesso em: 29 Sep 2020. ROSE JÚNIOR, Dante. Basquetebol: Uma Visão Integrada entre Ciência e Prática. Barueri: Editora Manole, 2005. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520441817/. Acesso em: 29 Sep 2020. BEZERRA, Marcos (Kiko). Basquetebol: 1000 exercícios. 3. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.</p> <p>COMPLEMENTAR ALMEIDA, Marcos Bezerra de. Basquetebol: iniciação. 3. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2002. FERREIRA, Aluísio Elias Xavier; ROSE JUNIOR, Dante De. Basquetebol: técnicas e táticas: uma abordagem didático-pedagógica. São Paulo: EPU, 2003. 117 p. ROSE JUNIOR, Dante de; TRICOLI, Valmor (Org.). Basquetebol: uma visão integrada entre ciência e prática. São Paulo: Manole, 2005. FERREIRA, Aluísio Elias Xavier; ROSE JUNIOR, Dante De. Basquetebol: técnicas e táticas: uma abordagem didático-pedagógica. São Paulo: EPU, 2003. 117 p. AMERICAN Sport Education Program. Ensinando basquetebol para jovens. 2. ed. São Paulo: Manole, 2000.</p>		

7º Semestre	Psicologia do esporte	30h
-------------	-----------------------	-----

A disciplina aborda os efeitos do esporte e do exercício com objetivo de promoção e reabilitação da saúde, desde a infância a terceira idade; analisa os aspectos emocionais e sua influência sobre o rendimento do praticante de exercício ou esporte.

BÁSICA

BECKER, JUNIOR, B. Manual de psicologia do exercício e esporte. Porto Alegre: Novaprova, 2000.

BECKER, JUNIOR, B.; SAMULSKI, D. Manual de treinamento psicológico para o esporte. Porto Alegre: Edelbra, 2002.

GELLER MARQUES, M. Psicologia do Esporte: em que os atletas acreditam. Canoas: Ulbra, 2003

COMPLEMENTAR

BECKER, JUNIOR B. Psicologia Aplicada ao Treinador Esportivo. N. Hamburgo: Ed. Feevale, 2002.

BECKER JUNIOR, B. Psicologia Aplicada a Criança no Esporte. N.Hamburgo: Ed. Feevale, 2001.

DE ROSE JR. D. Esporte e atividade física na infância e na adolescência: Uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SAMULSKI, D. Psicologia do Esporte. Belo Horizonte: Manole, 2002.

WEINBERG, R.S. ; GOULD, D. Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício. Porto Alegre: Artmed, 2001.

7º Semestre	Estágio sup. III - Saúde e bem estar ambiente formal	30h
-------------	--	-----

Atuação no campo estágio, sistematização e registro. Elaboração do relatório final e socialização em Seminário de avaliação do Estágio Supervisionado. Prática de intervenção em campo real de atuação profissional, organização do trabalho de intervenção, experiências e sistematização das ações em campo real de intervenção.

BÁSICA

COSTA, M. G. da. Ginástica Localizada. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

MALTA, P. Step: aeróbico e localizado. Rio de Janeiro: Sprint, 1994.

ROCHA, P. E. C. P. da. Medidas e Avaliação em Ciências do Esporte. 5ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

COMPLEMENTAR

ALTER, M. J. Ciência da Flexibilidade. Tradução: Maria da Graça Figueiró da Silva. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

CAMPOS, M. de A. Exercícios Abdominais: uma abordagem prática e científica. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

MARINS J. C. B.; GIANNICHI, R. S. Avaliação e Prescrição de Atividade Física: guia prático. 3ª ed. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

RODRIGUES, C. E. C. Musculação Feminina. Rio de Janeiro: Sprint, 1992.

-----, Musculação: métodos e sistemas. 3ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

-----, Musculação: teoria e prática. 23ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.

8º Semestre	Esporte complementar e de aventura	30h
-------------	------------------------------------	-----

Disciplina de caráter teórico/prático que deve levar o acadêmico a planejar, organizar e aplicar propostas práticas de esportes não convencionais e de aventura, que acontecem em diferentes ambientes e com características próprias. Identificando métodos de ensino, aprendizagens de técnicas, necessidades geográficas (locais de prática), equipamentos de segurança específico para a prática de cada modalidade.

BÁSICA

CHEDID, Lisboa, Salime D. Práticas corporais de aventura. 2020. [Minha Biblioteca].

GOLDS, M. Badminton: skills of the game. Marlborough: Crowood, 2008.
 MARINOVIC, W., IIZUKA, C. A., NAGAOKA, K. T. (orgs.). Tênis de mesa : teoria e prática. São Paulo, SP: Phorte, 2006
 COMPLEMENTAR
 GALLWEY, W. T. O jogo interior de tênis. São Paulo: Texto novo, 1996.
 MARCELLINO, N. C. Estudo do Lazer: uma introdução. 3ª ed., Campinas, Autores Associados, 2002.
 MURCIA, J.A.M. Aprendizagem através do jogo. Artmed, 2005.
 ----- (Org.). Lazer: formação e informação profissional. 5ª ed. Campinas, Papirus, 2003.
 ----- (Org.). Repertório de Atividades de Recreação e Lazer. 2ª ed., Campinas. Papirus, 2003.

8º Semestre	Aspectos técnicos e táticos do futsal e futebol	60h
<p>EMENTA: Disciplina de caráter teórico/prático que deve levar o acadêmico a planejar e aplicar propostas práticas de programas de ensino para iniciação esportiva de futsal e futebol, a partir dos seus conhecimentos históricos, dos fundamentos técnicos, sistemas táticos, individuais e coletivos, visando a inclusão social, diversidade e formas de avaliação.</p>		
<p>BÁSICA APOLO, A. Futsal: metodologia e didática na aprendizagem. São Paulo: Phorte, 2004. LEAL, J. C. Futebol: arte e ofício. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001. SILVEIRA, Gonçalves, Patrick D. Metodologia do futebol e do futsal. Grupo A, 2018 [Minha Biblioteca]. COMPLEMENTAR BARBOSA, M. O. S. Beach Soccer: da iniciação à competição. Rio Janeiro: Sprint, 1998. BELLO JÚNIOR, N. A Ciência do Esporte aplicada ao Futsal. Rio de Janeiro: Sprint, 1998. DAÓLIO, J. Cultura: Educação Física e futebol. São Paulo: UNICAMP, 1997. ELLIOTT, B.; MESTER, J. Treinamento no Esporte: aplicando ciência no esporte. São Paulo: Phorte, 2000. LUCENA, R. Futsal e a Iniciação. Rio de Janeiro: Sprint, 1998. MELO, R. S. de. Futebol: Qualidades físicas e psicológicas e exercícios técnicos do atleta. Rio de Janeiro: Sprint, 1997. -----, Trabalhos Técnicos para Futebol. Rio de Janeiro: Sprint, 1999. -----, Jogos Recreativos para Futebol. Rio de Janeiro: Sprint, 1999. -----, Futebol: 1000 exercícios. 3ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001. -----, Futsal: Aprimoramento técnico e tático. Rio de Janeiro: Sprint, 1998. MUTTI, D. Futsal: da iniciação ao alto nível. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2003. SANTOS FILHO, J. L. A. dos. Futsal: A preparação física no futebol de salão. Rio de Janeiro: Sprint, 1998. SANTOS FILHO, J. L. A. dos. Manual de futsal. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000. SILVEIRA, Gonçalves, Patrick D. Esporte I (futebol de campo). Grupo A, 2019. [Minha Biblioteca]. SOARES, J. R. A arte do futebol: Técnicas, táticas e preparação dos atletas. Fortaleza: UFC, 1997.</p>		

8º Semestre	Temas emergentes em saúde e desempenho	60h
<p>Ementa: Aprofundamento de temas emergentes sobre atividade física e saúde para o avanço conhecimento científica e tecnológico nas ciências do movimento humano, saúde, esporte e associados. Avaliação da fronteira do conhecimento na área bem como perspectivas de produção, elaboração, publicação e internacionalização do conhecimento.</p>		
<p>Artigos de revistas da área selecionadas no momento da disciplina em acordo com as</p>		

expectativas de formação do conhecimento		
8º Semestre	Organização de eventos em lazer e recreação	60h
<p>Ementa: de caráter teórico-prático, esta disciplina pretende abordar o conhecimento histórico e teórico - conceituais da recreação e do lazer e suas implicações na sociedade, para que os acadêmicos se sintam motivados a desenvolver aptidões que lhes permitam compreender a linguagem lúdica e tempo livre ao operacionalizar programas e projetos no âmbito da recreação e lazer nos diferentes campos de atuação do bacharel em Educação Física.</p>		
<p>BÁSICA: BRUHNS, H. T.; GUTIERREZ, G. L. (Orgs.). Representações do Lúdico: II Ciclo de Debates - Lazer e Motricidade. Campinas: Autores Associados, 2001. NETO, Francisco Paulo de Melo. Marketing Esportivo. Editora Record. WOERNER, Joachim. Marketing Para Todos. Summus Editorial. CONTURSI, Ernane Bevilacqua. Marketing Esportivo. Editora Sprinter.</p> <p>COMPLEMENTAR NASCIMENTO, Antônio Walter de A. Gerência de Si Mesmo. Summus Editorial.D BRAMANTE, Antonio Carlos. Esporte, tempo livre, Recreação e Lazer na América Latina. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. CBCE. Vol. 11, nº 02, janeiro de 1990. BRUNHS, Heloisa T. - Conversando com o Corpo. Campinas, SP. Papyrus, 1995 DUMAZEDIER, Jofre. Lazer e Cultura Popular. São Paulo: Perspectiva, 1973. UIZINGA, Juhan. Homo/Ludens. São Paulo: Perspectiva, 1980. Moreira, Wagner Ney - Perspectivas para o lazer: mercadoria ou sinal de utopia? In: (org) Educação Física e Esportes: Perspectivas para o século XXI, Campinas Papyrus, 1992. YURGEL, M. Urbanismo e lazer. São Paulo, Nobel, 1984.</p>		
8º Semestre	Estágio sup. IV - Desempenho esportivo	30h
<p>Análise da questão dos métodos e estilos de Treinamento Esportivo. Elaboração e execução do projeto de estágio supervisionado nos diversos locais de atuação na área de Desempenho Esportivo.</p>		
<p>BÁSICA ASSIS, S. Reinventando o Esporte: possibilidades da prática pedagógica. Campinas: Autores Associados, 2001. BORGES C. M. F. O Professor de Educação Física e a Construção do Saber. 3ª ed Campinas: Papyrus, 2003. BORSARI, J. R.; JORDANO, I.; BON, T. Educação Física da Pré-escola à Universidade. São Paulo: EPU, 1980.</p> <p>COMPLEMENTAR KUNZ, E. Transformação didático-pedagógica do Esporte. 3ª ed. Ijuí: Unijuí, 2000. KUNZ, E. (Org.). Didática da Educação Física 3: futebol. Ijuí: Unijuí, 2003. MOREIRA, W. W.; SIMÕES, R. (Org.). Fenômeno Esportivo no Início de um Novo Milênio. Piracicaba: UNIMEP, 2000. -----, Esporte como fator de qualidade de vida. Piracicaba: UNIMEP, 2002. SOARES, C. L. <i>et al.</i> Metodologia do Ensino de Educação Física. Campinas: Cortez, 1992. (Coleção Magistério 2º Grau – Série Formação do Professor)</p>		

4.10. CONTEÚDOS CURRICULARES

Os conteúdos curriculares do curso de Educação Física estão organizados em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação em Educação Física, Resolução nº 6 de 18 de dezembro de 2018. A qual determina o mínimo de 3.200 (três mil e duzentas) horas para formação profissional. E esta encontra-se organizada em duas etapas, uma chamada de **etapa comum**, com 1.620 (mil e seiscentas e vinte) horas, e uma outra, chamada de **etapa específica**, com 1.650 (mil e seiscentas e cinquenta) horas, sendo esta composta pela opção em bacharelado ou licenciatura.

A partir das orientações previstas na DCN citada acima, o curso de Educação Física oferece a **etapa comum, etapa específica Licenciatura e etapa específica bacharelado** a partir dos seguintes componentes curriculares:

ETAPA COMUM
História da Educação Física
Biologia e Bioquímica Humana Aplicada aos Exercícios Físicos
Anatomia Geral
Ginástica Geral
Pesquisa e Iniciação Científica
Metodologia do Ensino dos Esportes Individuais
Projeto Interdisciplinar I, II, III e IV
Desenvolvimento Humano
Natação
Atividade Física e Saúde
Psicologia Aplicada à Educação Física
Anatomia e Cinesiologia do Aparelho locomotor
Educação Física, Ética e Mercado de Trabalho
Fisiologia e Bioquímica do Exercício Físico
Treinamento Esportivo
Medidas e Avaliação
Prescrição de Exercício Físico para Populações especiais
Socorros de urgência Aplicados a Educação Física
Metodologia do Ensino dos Esportes Coletivos
Sociologia do Esporte
Gestão e organização de Eventos na Educação Física
Aprendizagem Motora

ETAPA ESPECÍFICA LICENCIATURA
Ginástica Escolar
Jogos e Brincadeiras
Didática da Educação Física Escolar
Aspectos pedagógicos dos Esportes Rede/Parede
Aspectos Pedagógicos dos Esportes de Combate
Metodologia e Pesquisa Científica
Estágio Supervisionado I- Organização e Planejamento
Dança na Escola
Aspectos Pedagógicos dos Esportes não Convencionais
Organização da Educação Física no Ensino Básico
Educação Física Infantil
Aspectos Pedagógicos dos Esportes de Invasão/ Territorial I
Estágio Supervisionado II- Intervenção Ensino Fundamental I
Projeto de TCC
Educação Física Especial e Inclusiva
Medidas e Avaliação em Educação Física escolar
Práticas Pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos (EJA)
Aspectos Pedagógicos dos Esportes de Invasão/Territorial II
Estágio Supervisionado III- Intervenção no Ensino Fundamental II
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
Aspectos Pedagógicos dos Esportes de Invasão/Territorial III
Educação Física em Ambientes não Urbanos e de Aventura
Libras
Optativa I, II, III e IV
Estágio Supervisionado IV- Intervenção no Ensino Médio
ETAPA ESPECÍFICA BACHARELADO
Pesquisa Aplicada ao Exercício Físico
Metodologia e Pesquisa Científica
Tópicos Avançados em Treinamento Esportivo
Aspectos Técnicos e Táticos do Voleibol
Marketing e Gerenciamento da Carreira Profissional em Educação Física
Optativa I, II e III

Estágio Supervisionado I- Observação e Planejamento
Teoria e Prática do Treinamento Resistido
Epidemiologia e Saúde Pública Aplicada a Educação Física
Tópicos Avançados em Prescrição de Exercício Físico para Populações Especiais
Nutrição Aplicada ao Exercício Físico
Aspectos Técnicos e Táticos do Handebol
Estágio Supervisionado II – Ambiente não Formal
Ginástica de Academia
Políticas Públicas de Esporte e Lazer
Esporte Adaptado e Paralímpico
Aspectos Técnicos e Táticos do Basquetebol
Treinamento Personalizado
Psicologia do Esporte
Estágio Supervisionado III- Saúde e Bem Estar- Ambiente Formal
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
Aspectos Técnicos e Táticos do Futsal e Futebol
Esporte Complementar e de Aventura
Temas Emergentes em Saúde e Desempenho
Organização de Eventos em Lazer e Recreação
Estágio Supervisionado IV- Desempenho Esportivo

Os conteúdos curriculares também estão organizados de forma que atendam o que é previsto na Resolução nº 7, publicada em 18 de dezembro de 2018 que trata da Curricularização da Extensão. Assim, nos orientamos a partir das Diretrizes Gerais do Regulamento Geral da Curricularização das Atividades de Extensão da IES, aprovado pelo Conselho Superior Acadêmico (CONSUP) por meio da [Resolução nº66 de 22 de outubro de 2020](#).

Dessa forma, a Curricularização da Extensão no curso de Educação Física encontra-se nas duas modalidades: Atividades Curriculares de Extensão (ACE) e Disciplinas que oferecem parte de sua carga horária para prática extensionista, as quais designamos de (EXT).

As Atividades Curriculares de Extensão (ACE) perfazem um total de 30 horas e estas se caracterizam como: ações de extensão em que o acadêmico, irá buscar a sua construção de conhecimento na condição de protagonista junto à comunidade em programas, projetos,

curso, oficinas, eventos, prestação de serviços vinculados ao curso ou qualquer outro curso da Universidade em que ele optar participar e fizer conexão e diálogo interdisciplinar com a sua formação, este terá que apresentar as certificações junto à Coordenação, conforme prevê o Regulamento Geral das Atividades de Curricularização da Extensão da IES, para contabilidade e validação das horas a serem cumpridas ao longo do período da sua formação.

A modalidade em que as disciplinas assumem a Curricularização da Extensão (EXT) encontram-se especificadas na tabela a seguir:

ETAPA COMUM	CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO
Metodologia do Ensino dos Esportes Individuais	15hs
Ginástica Geral	15hs
Projeto Interdisciplinar I	15hs
Natação	15hs
Atividade Física e Saúde	15hs
Projeto Interdisciplinar II	15hs
Medidas e Avaliação	30hs
Prescrição de Exercício Físico para Populações especiais	15hs
Projeto Interdisciplinar III	15hs
Metodologia do Ensino dos Esportes Coletivos	30hs
Gestão e organização de Eventos na Educação Física	30hs
Projeto Interdisciplinar IV	15hs
Total:	225hs
ETAPA ESPECÍFICA LICENCIATURA	
Ginástica Escolar	15hs
Jogos e Brincadeiras	15hs
Aspectos pedagógicos dos Esportes Rede/Parede	15hs
Aspectos Pedagógicos dos Esportes não Convencionais	15hs
Educação Física Infantil	15hs

Aspectos Pedagógicos dos Esportes de Invasão/ Territorial I	15hs
Educação Física Especial e Inclusiva	15hs
Aspectos Pedagógicos dos Esportes de Invasão/Territorial II	15hs
Aspectos Pedagógicos dos Esportes de Invasão/Territorial III	15hs
Educação Física em Ambientes não Urbanos e de Aventura	15hs
Total:	150hs
ETAPA ESPECÍFICA BACHARELADO	
Aspectos Técnicos e Táticos do Voleibol	15hs
Teoria e Prática do Treinamento Resistido	15h
Tópicos avançados em presc. de exerc. Fís. para populações Especiais	15h
Optativa II	15h
Ginástica de academia	15h
Aspectos Técnicos e Táticos do Basquetebol	15hs
Aspectos Técnicos e Táticos do Futsal e Futebol	15hs
Esporte Complementar e de Aventura	15hs
Organização de Eventos em Lazer e Recreação	15hs
Total	135hs

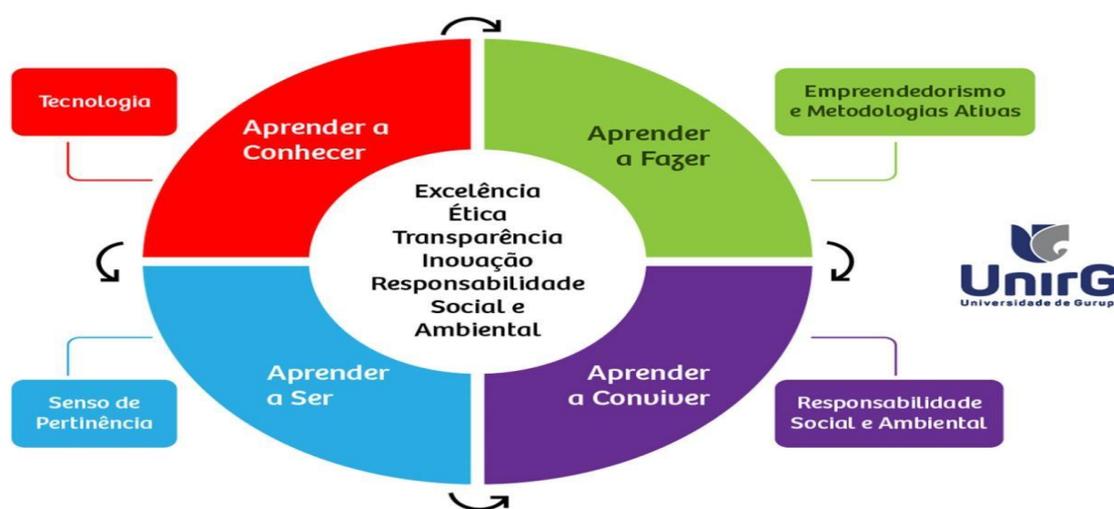
Ressaltamos que a matriz curricular da habilitação em Licenciatura foi estruturada também, de forma a atender ao que vem expresso na Resolução nº2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Institui Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), desse modo, a articulação encontra-se nas disciplinas de caráter teórico- prático com ênfase na formação dos professores que atuarão e conduzirão o processo de ensino aprendizagem dos conteúdos da Educação Física definidos na Base Nacional Comum Curricular, e estes localizam-se nas seguintes disciplinas:

- ✓ Ginástica Escolar;
- ✓ Jogos e Brincadeiras;

- ✓ Aspectos pedagógicos dos Esportes Rede/Parede;
- ✓ Aspectos Pedagógicos dos Esportes de Combate;
- ✓ Dança na Escola;
- ✓ Aspectos Pedagógicos dos Esportes não Convencionais;
- ✓ Educação Física Infantil;
- ✓ Aspectos Pedagógicos dos Esportes de Invasão/ Territorial I;
- ✓ Estágio Supervisionado II- Intervenção Ensino Fundamental I;
- ✓ Aspectos Pedagógicos dos Esportes de Invasão/Territorial II;
- ✓ Estágio Supervisionado III- Intervenção no Ensino Fundamental II;
- ✓ Aspectos Pedagógicos dos Esportes de Invasão/Territorial III;
- ✓ Estágio Supervisionado IV- Intervenção no Ensino Médio.

Os conteúdos curriculares do curso estão alinhados com o que é determinado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI- 2019-2023) para a Universidade, mais especificadamente ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

Assim, articulamos aos princípios e políticas institucionais previstas com a legislação específica para a formação profissional em Educação Física, temos uma organização curricular que não se dissocia dos pilares fundamentados nos valores estabelecidos pela UnirG (Excelência, Ética, Transparência, Inovação e Responsabilidade Social e Ambiental) os quais estão inseridos nos quatro pilares da educação ao longo da vida: aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a conviver e aprender a fazer defendido por Delors (1999). Enfatizado na imagem retirada do (PDI 2019- 2023):



E para o alcance da formação profissional que será regida por esses valores e princípios além metodologias ativas, a partir da seleção de uma diversidade de materiais e recursos pedagógicos; da criação de um ambiente colaborativo de construção de conhecimentos; do acompanhamento contínuo do desenvolvimento acadêmico dos educandos, por meio de processos avaliativos que possibilitem a construção de diagnósticos e a redefinição de estratégias de aprendizagem;. Os conteúdos curriculares estão organizados por Núcleos Formadores, que são:

- ✓ Núcleo Comum;
- ✓ Núcleo de Formação Básica;
- ✓ Núcleo de Formação para a Prática Profissional;
- ✓ Núcleo Integrador e de Atividades Complementares;
- ✓ Núcleo de Flexibilização Curricular.

Núcleo Comum: objetiva, para além da simples organização de componentes curriculares comuns entre os currículos, à vivência de uma formação holística que contribua para a formação ética, cidadã e profissional dos discentes.

Este Núcleo Comum possui carga horária integralizadas pelos componentes curriculares abaixo:

- ✓ Pesquisa e Iniciação Científica – 30 horas;
- ✓ Metodologia e Pesquisa Científica – 30 horas;
- ✓ Trabalho de Conclusão de Curso – 30 horas.

No curso de Educação Física as disciplinas descritas anteriormente, também estão oferecidas atendendo a organização do **Núcleo Comum** institucional.

O **Núcleo de Formação Básica** é composto por um conjunto de componentes curriculares que darão a sustentação teórica necessária à formação da prática profissional. Esse Núcleo estabelece uma conexão entre os currículos de uma mesma área de formação, facilitando a mobilidade acadêmica entre os cursos.

São previstos os seguintes componentes curriculares: Matemática; Contabilidade Introdutória; Psicologia em Saúde; Bioquímica Básica; Farmacologia I; Farmacologia II; Microbiologia; Histologia; Embriologia; Imunologia; Fisiologia Humana; Filosofia e Saúde; Sociologia e Saúde; Filosofia Jurídica; Sociologia Jurídica; Filosofia Política e Econômica; Sociologia das Organizações; Filosofia da Educação; Sociologia da Educação; Filosofia da Ciência e Tecnologia; Sociologia; Antropologia da Saúde.

No curso de Educação Física nenhum dos componentes curriculares fazem parte do Núcleo de Formação Básica em razão das especificidades apresentadas na atual (DCN) que trazem um conjunto de orientações comuns e posteriormente específicas para as duas habilitações de formação, Licenciatura e Bacharelado, diante disso, o Núcleo Docente Estruturante, optou por preservar as orientações prescritas na (DCN) no ato da estruturação curricular.

Núcleo de Formação para a Prática Profissional encontra-se o conjunto de disciplinas com predominância de carga horária prática voltadas para o desenvolvimento das habilidades inerentes ao exercício da profissão. Neste Núcleo estão inseridos os estágios, bem como disciplinas que promovam, de forma simulada, experiências práticas da atividade profissional.

Para o atendimento da orientação desse núcleo e em cumprimento da atual (DCN) para a formação profissional, foi elencada os componentes curriculares mencionados no início dessa seção organizados em **Etapa Comum- Etapa Específica Licenciatura e Bacharelado**, as quais foram apresentadas também na estrutura gráfica da Matriz Curricular.

O **Núcleo Integrador e de Atividades Complementares** não é necessariamente formado por disciplinas, mas possui carga horária cujos objetivos são:

- ✓ Enriquecer o processo de formação humana e profissional dos educandos, por meio da participação em atividades de complementação da formação social, humana e cultural; atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo e atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional;
- ✓ Proporcionar a articulação entre os diversos saberes presentes nas unidades curriculares, possibilitando a busca por soluções aos problemas reais observados nas comunidades locais.

Neste Núcleo, além das disciplinas com carga horária de extensão curricularizada, estão as Atividades Complementares e o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, conforme exigência legal.

Em relação à Curricularização da extensão, temas voltados a Educação da Relações Étnico-Raciais, Direitos Humanos, Educação Ambiental, Empreendedorismo, Inovação tecnológica deverão ser trabalhados transversalmente em projetos de pesquisa e extensão.

O Núcleo de Flexibilização Curricular é formado por um conjunto de disciplinas Eletivas ou Optativas, que proporcionarão ampliação do leque de formação dos discentes. Essas disciplinas têm por objetivos:

- ✓ Possibilitar o desenvolvimento de saberes em áreas diversas às da formação inicial dos educandos;
- ✓ Possibilitar o aprofundamento de conceitos e técnicas inerentes à formação inicial dos educandos;
- ✓ Atender ao disposto pela Lei n. 10.436/2002 e no Decreto n. 5.626/2005 que regulamenta a oferta da disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais).

4.11. METODOLOGIA

O curso de Educação Física da UnirG caracteriza-se por um currículo que permite uma formação inicial comum até a metade do curso e após, o acadêmico deve optar formalmente entre licenciatura ou bacharelado. A grade curricular possui uma lógica para que haja integração dos conteúdos, competências e habilidades que resultem na formação integral do futuro profissional. A metodologia do processo ensino-aprendizagem, integra a teoria à prática reflexiva a partir de metodologias ativas.

As metodologias de ensino-aprendizagem estão organizadas de modo a favorecer o desenvolvimento integrado do acadêmico. As situações vivenciadas devem permitir a reflexão e o aprendizado que assegurem a formação profissional em seus diversos contextos. O papel do professor e do estudante foram redefinidos para que haja espaço de mediação dos saberes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e favorece que o profissional formado continue aprendendo por toda a vida.

Os elementos para o despertar da aprendizagem são situações-problema de diferentes contextos profissionais que devem ser enfrentadas na prática profissional. O contato com situações reais e/ou simuladas objetivam o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa, articulando as dimensões ético-sociais, técnico-políticas e intersubjetivas, visando ao desenvolvimento integrado dos domínios: cognitivo, psicomotor e afetivo.

A seleção das atividades educacionais depende dos objetivos a serem alcançados, as capacidades a serem desenvolvidas e das especificidades de cada turma. É necessário sempre buscar a integração entre a atividade selecionada, a metodologia adequada, a prática profissional e as situações reais a serem enfrentadas.

Importante ressaltar que dentre as práticas pedagógicas de grande relevância e considerada inovadora nos últimos anos, está a concepção do Núcleo de Educação a Distância (NED), amparado pela última geração da tecnologia de transmissão de imagens e áudio, com suporte da internet de banda larga, programa específico de capacitação de professores e corpo

de tutores educacionais e, atualmente, a tecnologia utilizada para a educação a distância também está à disposição para dinamização dos programas presenciais.

De acordo com a Resolução CNE/CES nº 3, de 20/06/2014, a metodologia de ensino deverá estar centrada na aprendizagem do estudante e apoiado no professor como um facilitador e mediador do processo, pressupondo a interação professor/aluno no fazer pedagógico e também, conforme inciso II, art. 29 da Resolução citada. Assim, os docentes do curso devem considerar no planejamento de suas aulas e em sua atuação pedagógica, a utilização de metodologias ativas de ensino, centradas na aprendizagem do estudante, com critérios coerentes de acompanhamento e de avaliação do processo ensino-aprendizagem, a participação ativa do discente no processo de construção e difusão do conhecimento, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade na prática docente, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão. E ainda, a diversificação dos cenários de ensino-aprendizagem, permitindo ao estudante conhecer as políticas de saúde, vivenciar a realidade profissional, a organização do trabalho em medicina e as práticas interprofissionais, garantindo a integração ensino-serviço, desde o início do curso.

Os conhecimentos comuns às diversas disciplinas poderão ser desenvolvidos simultaneamente, tratando os temas de maneira transversal e conceitual, por experiências observacionais, ou efetivamente práticas e interdisciplinares. O ensino prático conta com estruturas físicas, materiais e laboratórios que favorecem a geração de atitudes, habilidades e competências essenciais ao exercício da profissão. São consideradas também atividades práticas: projetos interdisciplinares e estágio.

De maneira geral, as metodologias de ensino deverão sempre abordar a aplicabilidade direta e indireta do conhecimento adquirido na formação e atuação do profissional de educação física, desvinculando a visão tecnicista e permitindo o desenvolvimento da arte de aprender.

Desta forma, inicia-se um curso já contendo metodologias inovadoras, muito embora já praticadas na IES de forma isolada, porém crescente.

A instituição conta ainda, com o Núcleo de Formação Permanente-NUFOPE, cujas ações se concentram no acompanhamento e na análise das condições pedagógicas, e nos procedimentos acadêmicos de cada curso, viabilizando estratégias direcionadas à superação de qualquer dificuldade detectada. O apoio oferecido pelo NUFOPE aos Coordenadores dos Cursos e professores está associado através de encontros específicos, no tratamento de questões pontuais, na promoção de Seminários, Palestras, Debates, Fóruns, com temáticas definidas dentro da área de ensino-aprendizagem.

Apresenta-se abaixo o plano de ação do NUFOPE com formações realizadas e formações a serem realizadas:

FORMAÇÕES REALIZADAS

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES OFERECIDAS AOS PROFESSORES EM 2019/1, 2019/2 E 2020/1:

2019/1

- OFICINA– Sala 1 O processo de Ensino-Aprendizagem e as metodologias ativas: desafios docentes e discentes Profª . Dra. Silvana Silveira Kempfer (UFSC)
- OFICINA - Sala 1 Construindo teias pedagógicas operacionais a partir das metodologias ativas Profª. Dra. Silvana Silveira Kempfer (UFSC)
- OFICINA– Labin 5 Plataforma SEI para professor Marllon Maia Lamounier (NTI – UnirG) Profª. Maria Leci de Bessa Mattos (UnirG)
- OFICINA– Labin 7 Metodologia EAD no SEI James Dean Carlos de Sousa (NTI – UnirG) Profª. Alessandra Gomes Duarte Lima (UnirG)
- OFICINA– Sala 5 Ferramentas interativas para sala de aula e EAD Prof. Eduardo Fernandes de Miranda (UnirG) Prof. Saulo José de Lima Júnior (UnirG)
- OFICINA– Sala 7 Aprenda a fazer e submeter um projeto no CEP Profª. Rise Rank (UnirG) Prof. Vinicius Lopes Marinho (UnirG)
- OFICINA– Sala 7 Artigo científico, TCCs e linhas de pesquisa: do planejamento à escrita Profª. Rise Rank (UnirG) Profª. Nelita Bessa (UnirG) Profª. Mireia Ap. Bezerra Pereira (UnirG) Profª. Laís Tonello (UnirG)
- OFICINA- Sala 1 Instrumentos de avaliação da aprendizagem Profª. Alaíde de Miranda Santiago (DRE)
- Coordenações: Apresentar o plano de gestão do curso; Distribuir horas diversificadas (ATENDEE, ENADE, NDE, TCC; Planejamento das aulas práticas)
- Coordenações: Elaborar o plano de investimento e plano de evento do curso

2019/2

- OFICINA- SALA 32 O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres humanos e a submissão de projetos na plataforma Brasil Prof. Vinicius Lopes Marinho Prof. Jean Bruno Ferreira da Silva (UnirG)
- ATENDEE - Dislexia - Profa. Karla Regina Gama Profa. Marcella Soares Carreiro Sales Profa. Fernanda Bogarim B. Chiacchio (UnirG)

- OFICINA– SALA 31 ATENDEE Paralisia Cerebral e Profa. Karla Regina Gama (UnirG)
- VÍDEO CONFERÊNCIA Auditório
- Plano de ensino como elemento ordenador do processo de ensino e aprendizagem Profa. Silvana Silveira Kempfer (UFSC)
- Oficina Sala 35 Como elaborar um projeto de extensão para captar recurso Profa. Gisela Daleva Costa Guadalupe (UnirG)

2020/1

- Preceptivas do Ensino Superior no Estado do Tocantins Preceptivas do Ensino Básico no Estado do Tocantins Indicadores de Qualidade das Instituições de Ensino Superior no Brasil - Prof. Gildásio A. Mendes Filho (Consultor-Chefe da LUPA Consultoria e Treinamento)
- Perspectivas para o Ensino, Pesquisa e Extensão- Prof. Eduardo Fernandes de Miranda Profa. Rise Consolação Iuata Costa Rank Prof. Jeann Bruno Ferreira da Silva
- Como preencher os diários no Sistema SEI: Marielem Sales Paz (UnirG) Marillos Maia Lamounir (UnirG)
- ÁREA DA SAÚDE “Indissociabilidade entre a pesquisa e extensão: como elaborar projetos de pesquisa a partir dos projetos de extensão”: Profa. Rise Consolação I. Costa Rank Prof. Jeann Bruno Ferreira da Silva
- ÁREA DA SAÚDE “Palestra sobre experiência nas novas metodologias ativas. Apresentação de 1 docente de cada curso de sua experiência dentro dessa abordagem de metodologias ativas e mesa redonda para discussão”.

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO 2020-2

FORMAÇÃO GERAL		
COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA	Curso de Oratória	PRESENCIAL
	Curso de Redação	PRESENCIAL
INFORMÁTICA	Power point	EAD
	Excel	EAD
	Mídias Digitais	EAD
INCLUSÃO	Curso de Libras;	EAD

FORMAÇÃO ESPECÍFICA		
ÁREA	TEMA	MODALIDADE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Ferramentas tecnológicas	EAD
RECURSOS HUMANOS	Gestão de Pessoas em época de pandemia	EAD
ENSINO	Especialização em Metodologias Ativas.	PRESENCIAL
	Palestra: "A Educação para um Mundo Exponencial"	PRESENCIAL
	Palestra: "A Educação 5.0e as Tecnologias Emergentes.	PRESENCIAL
	Workshop: A Metodologia Ativa PeerInstruction + uso do aplicativo/plataformaSocrativeQuiz como ferramenta de EdTech.	PRESENCIAL
	Workshop: A Metodologia Ativa FlippedClassroom + uso dos Google Forms como link tecnológico de apoio para investigação, avaliação e análise da eficácia do método.	PRESENCIAL
	Workshop: A metodologia Project Based Learning (PBL) - Framework Moonshot Learning Innovation.	PRESENCIAL
	Workshop: Storytelling na Educação.	PRESENCIAL
EXTENSÃO	Oficina: Extensão Universitária e Produção Acadêmica: um diálogo possível.	PRESENCIAL
	Oficina: Elaboração de projetos de extensão na modalidade guarda-chuva.	PRESENCIAL
PESQUISA	Apresentação dos projetos nas linhas de pesquisa da instituição	PRESENCIAL

A UnirG oferece, aos professores, as condições técnicas para que se desenvolvam os procedimentos pedagógicos necessários para atingir os objetivos pretendidos. Assim, é condição imprescindível garantir, permanentemente, elevados níveis de motivação do pessoal docente pela valorização de seu potencial humano, de modo que se vejam estimulados a desenvolver sua competência técnica e a atingir o grau de desempenho almejado, considerando-se:

- compreensão da missão institucional, entendimento das políticas e estratégias, fortalecendo a imagem institucional e garantindo a adesão consciente do pessoal envolvido em todos os níveis hierárquicos;
- as qualidades dinamizadoras dos dirigentes em reconhecer o desempenho dos seus funcionários;
- o desenvolvimento de atitudes e habilidades em equipe e a transparência organizacional;
- a ampliação dos recursos de comunicação para constituir-se em ação do Plano de Carreira, de Remuneração e de Capacitação Docente que é parte integrante da política de valorização dos recursos humanos da UnirG e mecanismo de incentivo à qualificação e ao constante aperfeiçoamento do professor.

No entanto, buscar-se continuamente parcerias externas e fontes de recursos alternativas para viabilizar os empreendimentos pretendidos, seja mediante convênios com outras IES, seja com empresas, especialmente com agências governamentais de fomento à pesquisa e à pós-graduação e de organismos não governamentais, do terceiro setor, objetivando desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As atribuições do corpo docente são regulamentadas pelos artigos 154, 155 e 156 do Regulamento Geral Acadêmico. Os docentes são responsáveis por:

- I.** elaborar e cumprir o programa de sua disciplina, submetendo-o à aprovação da Coordenadoria do Curso e à apreciação da Pró-Reitoria de Graduação;
- II.** orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, cumprindo integralmente o programa e carga horária;
- III.** organizar e aplicar instrumentos de avaliações do aproveitamento e atribuir-lhes os resultados apresentados pelos acadêmicos;
- IV.** entregar à Coordenação do seu Curso, os resultados das avaliações do aproveitamento escolar, nos prazos fixados;
- V.** cumprir o regime escolar e disciplinar da Universidade de Gurupi - UnirG e o calendário acadêmico;

- VI.** propor projetos de pesquisa e/ou de extensão, submetê-los à apreciação do Conselho de Curso para que seja encaminhado à respectiva Pró-Reitoria;
- VII.** participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e de comissões para as quais for designado;
- VIII.** preencher e assinar no diário de classe os campos de desempenho, frequência e outros que forem necessários e cumprir os prazos de entrega estabelecidos;
- IX.** disponibilizar o registro da aula e frequência dos discentes, diariamente, à Secretaria Geral Acadêmica.

Os docentes deste curso, em conjunto com a Coordenação do curso, trabalharão de forma integrada, para o cumprimento do PPC e total responsabilidade em sua atualização. O corpo docente tem papel primordial na materialização das práticas acadêmicas de Ensino, Pesquisa e Extensão. Para tanto, a identificação com os princípios institucionais definidos no PDI torna-se decisiva na constituição do perfil docente e consolidação de uma prática pedagógica extensionista e de pesquisa que contribua para o fortalecimento da identidade institucional.

A formação dos professores será adequada às necessidades propostas para o perfil do egresso do Curso de Educação Física da UnirG.

4.12. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio e Prática de Ensino do Curso de Educação Física consagra-se como um espaço-tempo para consolidar aprendizagens; considerado extensão por excelência permite que os alunos vivenciem na prática cotidiana a teoria discutida nas salas de aula, identificando defasagens, divergências ou pontos de convergência, buscando, no relacionamento entre teoria e prática, explicações e alternativas de solução para os problemas detectados na sua prática especializada.

A característica principal desse componente curricular obrigatório é ser supervisionado, permitindo que os professores orientadores estejam próximos dos alunos semanalmente para subsidiá-los durante todo o processo de investigação, reflexões e intervenções. Além disso, o estágio e prática de ensino requer o estabelecimento de critérios para subsidiar as avaliações durante o acompanhamento das observações/intervenções.

Para sistematizar os estágios supervisionados foi elaborado um Regulamento do Estágio e Prática de Ensino o qual tem por finalidade delinear as ações do estágio de forma igualitária, visando sempre a qualidade na formação profissional dos acadêmicos do curso de Educação Física da Universidade de Gurupi UnirG, aglutinando neste documento informações da função do coordenador de estágio, dos deveres dos professores orientadores, dos deveres e direitos dos estagiários e dos instrumentos utilizados no campo das intervenções. As ações de intervenções iniciam após a celebração dos convênios com as instituições/campo de estágio, conforme consta as intenções nos Termos de Cooperação Técnica.

Na Universidade de Gurupi UnirG, as questões relacionadas ao estágio curricular têm sido discutidas no âmbito acadêmico de modo a conferir-lhe o “status” de núcleo polarizador das várias disciplinas que compõem a estrutura curricular dos cursos de formação de profissionais.

No curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade de Gurupi - UNIRG, as questões relativas aos Estágios estão consolidadas no campo do Ensino fundamental I, Ensino fundamental II e ensino médio.

No curso de Bacharelado em Educação Física da Universidade de Gurupi UnirG, as questões relativas aos Estágios estão consolidadas no Ambiente não formal, Saúde e bem-estar (ambiente formal) e desempenho esportivo.

Os estágios na Universidade de Gurupi UnirG devem ser balizados pelo eixo epistemológico de cada curso de modo a conferir-lhe identidade a partir dos componentes curriculares inseridos ao longo de todo o curso. Dessa forma, o estágio não ocorre em momentos únicos no curso e sim ao longo dele, garantindo dessa forma ao acadêmico o acesso a uma diversidade de experiências e conhecimentos enriquecedores da sua formação profissional de forma processual.

O estágio supervisionado caracterizar-se-á pela participação dos estagiários em todos os procedimentos didáticos e pedagógicos que norteiam o processo de intervenção, utilizando-se da dinâmica observação, ação-reflexão-ação no momento da aplicação das intervenções nos campos de estágio.

Nesse sentido, a metodologia adotada para o desenvolvimento do estágio supervisionado no campo de estágio compreenderá as seguintes estratégias:

- Leituras, discussões e sistematizações com vistas à fundamentação teórico-metodológica;
- Visita ao campo de estágio para conhecimento prévio acerca das ações que são realizadas;

- Construção e implementação de instrumentos de coleta de dados para a apreensão da realidade da conjuntura e/ou do cotidiano;
- Construção e sistematização coletiva do Projeto de Ação Pedagógica;
- Apresentação do projeto consolidado pelos estagiários sob orientação dos professores para os profissionais do campo de estágio;
- Possibilidade de implementação do projeto com planejamento das aulas e prática pedagógica na forma de estágio supervisionado;
- Produção de conhecimentos via sistematização de artigo científico a partir dos resultados obtidos com as intervenções e descritos em um relatório;
- Seminários de apresentação/exposição dos resultados na comunidade acadêmica e nos campos de estágio;
- Realização de reuniões mensais entre os professores do estágio e/ou orientador do mesmo e uma reunião semanal com os estagiários e o respectivo professor-orientador.

As normas e regras que regem o estágio supervisionado do curso de Licenciatura em Educação Física, conforme especificadas pelo colegiado de curso.

Licenciatura

Estágio I - organização e planejamento dos pré projetos de intervenção. Observação em campo real de estágio. Organização estrutural das etapas iniciais do estágio

Estágio II - estágio de intervenção no ensino fundamental I

Estágio III - estágio de intervenção no ensino fundamental II

Estágio IV - estágio de intervenção no ensino médio

Bacharelado

Estágio supervisionado I – Planejamento

Estágio supervisionado II - Ambiente não formal

Estágio supervisionado III - Saúde e bem estar - ambiente formal

Estágio supervisionado IV - Desempenho esportivo

4.13. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO E RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Os estágios na área da licenciatura ocorrerão no ensino fundamental I, no ensino fundamental II e no ensino médio. As escolas da educação básica parceiras nos estágios são escolas municipais e estaduais. Semestralmente firmamos acordo de cooperação técnica com essas escolas de acordo com a demanda do curso. Após elaborar um projeto de ação, os estagiários atuam durante 10 semanas na escola e produzem um relatório final de suas experiências. Todo o processo é acompanhado pelo docente responsável pela Educação Física na escola e por um professor orientador para que o projeto esteja alinhado com o calendário escolar e as ações sejam coerentes com o planejado. Ao final, todos os registros e materiais são disponibilizados para a escola-campo.

4.14. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO E RELAÇÃO ENTRE LICENCIADOS-DOCENTES-SUPERVISORES DA REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Os estágios no ensino fundamental I, no ensino fundamental II e no ensino médio são acompanhados pelo docente responsável pela Educação Física na escola (docente) e por um professor supervisor (professor supervisor pode ser denominado tutor ou preceptor na Unirg). Estimulamos que o estagiário atue de forma ativa à frente de sua turma no estágio escolar, porém sendo observado “*in loco*” pelo professor e pelo supervisor. É comum os estágios serem realizados em duplas ou trios, facilitando o processo de ministrar aula e debate coletivo e reflexivo sobre a prática. Cabe ao acadêmico elaborar o projeto, executar as aulas e realizar um relato de experiência. Ao professor supervisor, fica a orientação de todo o processo e intervenções pontuais caso seja necessário. Ao docente da escola campo, cabe as condições de execução das aulas, organização das turmas, orientações sobre conteúdos e cronogramas escolares, além de avaliações pontuais dos estagiários para o professor supervisor.

4.15. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO E RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

O estágio supervisionado inicia-se no 5º período, ou seja, após a metade do curso. Assim, espera-se que os acadêmicos tenham adquirido diversas experiências e conhecimentos que permitam o acompanhamento dos estágios de forma crítica e reflexiva, com profunda observação da prática e a associação com a fundamentação teórica. Ao mesmo tempo, até o 8º período, o acadêmico se apropriará de muitas vivências teóricas e práticas e espera-se que o

estágio supervisionado seja um espaço propício para a relação teoria e prática no âmbito da formação profissional. Assim, serão diversas ações sistematizadas a fim de:

- Promover o desenvolvimento organizacional e sistematizado dos métodos do processo de ensino da Educação Física;
- Possibilitar ao acadêmico a organização do trabalho pedagógico a partir da necessidade e interesse da comunidade envolvida;
- Desenvolver programas ou projetos que viabilizarão a dissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão;
- Socializar e divulgar experiências do Estágio Supervisionado, por meio da exposição e publicação em encontros, seminários e publicação em revistas especializadas.
- Observação crítica acerca da atuação profissional na região de Gurupi-TO
- Viabilizar a integração e a reflexão da teoria acadêmica com a prática;
- Efetivar pesquisas ligadas à área do ensino e organização do campo de estágio, de forma a possibilitar uma profissionalização mais crítica e comprometida com os problemas inerentes ao campo de atuação profissional da área;

Promover o intercâmbio entre o campo de atuação a intervenção profissional e a Universidade de Gurupi - UNIRG;

- Possibilitar ao graduando o aperfeiçoamento, em termos formativos e informativos, para uma melhor atuação social e profissional;
- Efetivar pesquisas ligadas à área do ensino e organização do campo de estágio, de forma a possibilitar uma profissionalização mais crítica e comprometida com os problemas inerentes ao campo de atuação profissional da área;
- Possibilitar a prática de Educação Física nas áreas que estejam vinculadas à proposta pedagógica do curso;
 - Elaborar programas ou projetos que viabilizarão a dissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão;

4.16. EXTENSÃO CURRICULARIZADA

As atividades de Extensão Curricularizada, foi estabelecida pela resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, determina as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação- PNE 2014-2024 e dá outras providências.

Foi implantada na Universidade por meio da Resolução do Conselho Superior nº 066 de 22 de Outubro de 2020 que aprova o Regulamento Institucional da Extensão Curricularizada na IES.

As formas de curricularização das atividades de extensão no curso de Educação Física são: **Atividades Curriculares em Extensão (ACE)** e **caracterização de carga horária prática de disciplinas como extensão (Ext)**, que assim se apresentam:

Atividades Curriculares em Extensão constituem os programas, projetos, cursos, oficinas, eventos, prestação de serviços e ações de extensão devidamente especificadas no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e cadastrado na Pró-reitora de Extensão, Cultura e Assistência Estudantil.

A **caracterização de carga horária prática de disciplinas como extensão (Ext)** deve estar especificada no PPC quais disciplinas e a carga horária para ser efetivamente usada como intervenção junto à comunidade externa.

A partir da determinação de que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

Neste sentido a estrutura curricularizada do curso de Educação Física da UnirG contará com 12 disciplinas na etapa comum, totalizando 180 horas; 6 disciplinas na etapa específica de bacharelado, totalizando 90 horas; e 8 disciplinas na etapa específica de licenciatura, totalizando 120 horas. As horas da extensão curricularizada, no curso de Educação Física, compreendem 390 horas no total, como está descrito no quadro abaixo.

ETAPA COMUM				
Código	Nº	Disciplina	CRÉDITOS	C/H Extensão
	4	Ginástica Geral - Ext	1	15
	6	Metodologia do Ensino dos Esportes Individuais - Ext	1	15
	7	Projeto Interdisciplinar I - Ext	1	15
	9	Natação - Ext	1	15
	10	Atividade física e saúde - Ext	1	15
	13	Projeto Interdisciplinar II - Ext	1	15
	17	Medidas e avaliação - Ext	2	30
	19	Prescrição de exercício fís. p/ populações especiais - Ext	1	15
	20	Projeto Interdisciplinar III - Ext	1	15
	22	Metodologia do ensino dos esportes coletivos - Ext	2	30
	24	Gestão e organização de eventos na Educação Física - Ext	2	30

	27	Projeto Interdisciplinar IV - Ext	1	15
Extensão Curricularizada da Etapa Comum			15	225
ETAPA ESPECÍFICA DO BACHARELADO				
Código	Nº	Disciplina	CRÉDITOS	C/H Extensão
	32	Aspectos técnicos e táticos do voleibol - Ext	1	15
	36	Teoria e prática do treinamento resistido - Ext	1	15
	38	Tópicos avançados em presc. de exerc. Fís. p/ popul. Esp. - Ext	1	15
	40	Optativa II (eixo esportes)	1	15
	42	Ginástica de academia	1	15
	46	Aspectos técnicos e táticos do basquetebol - Ext	1	15
	49	Aspectos técnicos e táticos do futsal e futebol - Ext	1	15
	50	Esporte complementar e de aventura - Ext	1	15
	52	Organização de eventos em lazer e recreação - Ext	1	15
SUBTOTAL			9	135
Extensão Curricularizada do curso de Bacharelado			24	360
ETAPA ESPECÍFICA DA LICENCIATURA				
Código	Nº	Disciplina	CRÉDITOS	C/H Extensão
	29	Ginástica Escolar - Ext	1	15
	30	Brincadeiras e Jogos - Ext	1	15
	32	Aspectos Pedagógicos dos Esportes Rede/Parede - Ext	1	15
	38	Aspectos Ped. de Esportes Não Convencionais - Ext	1	15
	40	Educação física infantil - Ext	1	15
	41	Aspectos Ped. dos Esportes de Invasão/Territorial I - Ext	1	15
	44	Educação Física Especial e Inclusiva - Ext	1	15
	47	Aspectos Pedag. dos Esp. de Invasão/Territorial II - Ext	1	15
	50	Aspectos Pedag. dos Esp. de Invasão/Territorial III - Ext	1	15
	51	Ed. Física em Ambientes não urbanos e de aventura - Ext	1	15
SUBTOTAL			10	150
Extensão Curricularizada do curso de Licenciatura			25	375

Para operacionalização da Extensão Curricularizada no curso foi elaborada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) os seguintes instrumentos balizadores do processo: Regulamento Interno de Extensão Curricularizada; Projeto Integrador das Práticas de Extensão Curricularizada; Modelos de Plano de Ação para as disciplinas (EXT); Modelo de Relatório do Acadêmico; Modelo Relatório do Professor, Diário de Campo, Termo de Autorização.

E para o cumprimento da carga horária das Atividades de Extensão Curricularizada (ACE) os acadêmicos poderão participar como protagonista nos seguintes projetos de

extensão institucionais, protocolados na Pro- Reitoria de Extensão- Cultura E Assistência Estudantil (PROECAE):

- Programa de Atividades Físicas e Esportivas (Proafe);
- Projeto Esporte, Lazer e Cidadania: formação para uma vida saudável.

4.17. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os Trabalhos de conclusão de curso (TCCs) são elaborados em duplas pelos acadêmicos concluintes. Eles resultam das experiências, estudos e reflexões, pesquisas, análises comparativas, entre outros, sob forma de produção científica, que expresse uma decorrência, um ponto de vista, uma tendência ou um novo ponto de partida para novas investigações conceituais, teóricas, metodológicas ou práticas.

As disciplinas que possibilitam e sustentam a construção do TCC são: Metodologia Científica; Introdução à Produção do Conhecimento; Metodologias de Pesquisa; Trabalho de Conclusão de Curso perfazendo um total de 210h/aulas destinadas para a construção científica do acadêmico. O TCC a ser apresentado e defendido deve estar no formato de artigo científico regulamento próprio do curso identificando os núcleos e as linhas de pesquisas.

O TCC é acompanhado e coordenado pelo Coordenador de Estágio, conforme estabelecido no parágrafo 2 do artigo 107 do Regimento Geral da Instituição.

O TCC representa o trabalho de final de curso previsto no Regimento Geral da Universidade de Gurupi UnirG, sendo obrigatória a sua entrega por escrito e a respectiva apresentação perante uma banca examinadora formada por no mínimo 02 (dois) professores que não participaram da orientação do trabalho, com base nas Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos que tem por objetivo fixar princípios gerais para estabelecer uniformidade na elaboração e apresentação de Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC da Universidade de Gurupi UnirG.

Para a avaliação dos trabalhos de conclusão de curso são elaborados e adotados por cada curso da instituição uma Ficha de Avaliação de TCC a qual na distribuição dos seus critérios busca avaliar a parte escrita do trabalho, que tem atribuição de 7.0 (sete) pontos, distribuídos para a metodologia, suporte teórico, redação e normas da ABNT, além da apresentação oral, a qual é obrigatória e tem o peso 3.0 (três) pontos, alcançando-se um total de 10.0 (dez) pontos na avaliação geral do TCC.

Ressaltamos que nova regulamentação dos projetos/trabalhos de conclusão de curso da Universidade de Gurupi UnirG está em definição em colegiado competente e prestes a ser adotado. Quando da sua aprovação, ele será largamente divulgado aos discentes do curso.

4.18. APOIO AO DISCENTE

A Universidade de Gurupi possui políticas de atendimento aos discentes com várias ações que vem sendo desenvolvidas, reestruturadas e ampliadas. A Política de Apoio ao Estudante da UnirG possui como objetivos principais colaborar para a promoção da inclusão social e diminuição das desigualdades sociais e regionais dos diferentes contextos da educação superior brasileira; construir propostas diferenciadas de acesso, permanência e conclusão de estudos aos estudantes carentes no ensino superior; subsidiar a implementação, execução e avaliação dos programas que objetivam ampliar o acesso e à permanência, diminuindo ou mesmo evitando índices de retenção e evasão acadêmica; oportunizar um ambiente acadêmico saudável, possibilitando uma maior qualidade de vida dos discentes; incentivar a participação dos egressos em atividades de formação continuada, objetivando sua atualização e a qualificação de sua atuação profissional

4.19. AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO: GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso ocorrerá por meio de uma reunião pedagógica semestral com a participação da comunidade acadêmica (docentes e discentes), para que possam contribuir com propostas a serem levadas ao Conselho de Curso e serem aprovadas as alterações para o semestre seguinte. Também, por meio de avaliação externa realizada pelos órgãos do Estadual de Ensino.

4.20. ATIVIDADES DE TUTORIA E DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe multidisciplinar do NED da UnirG organiza-se para desenvolver e monitorar os cursos com os setores de capacitação e desenvolvimento, produção de material, coordenação de tutoria e polos, TI, avaliação e monitoramento. A equipe é composta por:

- Coordenação Geral;
- Coordenação Pedagógica;

- Coordenação de Tecnologia e Informação;
- Assessoria Técnica na Produção de Conteúdo;
- Secretaria de Apoio Administrativo;
- Professor Autor;
- Professor Formador;
- Gerente de Polo;
- Professor Tutor.

A equipe multidisciplinar é responsável por organizar estratégias que garantem a acessibilidade comunicacional, a disponibilidade por diferentes mídias, suportes e linguagens, assim como, possui uma equipe responsável para elaboração e acompanhamento do plano de atualização do material didático e apoio à produção de material autoral pelo corpo docente.

Além disso, a Equipe trabalha no suporte aos professores tutores em relação ao suporte técnico de sistema, com a coordenação de Tecnologia e Informação, e pedagógico, com a coordenação pedagógica.

Os professores que atuarão como tutores das disciplinas que apresentam carga horária EaD, serão capacitados para realizar as seguintes atribuições abaixo:

- Apoiar o Professor Formador nas atividades educacionais;
- Acompanhar as atividades do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA;
- Estar disponível para tirar dúvidas, mediar discussões nos fóruns ou chats e emitir lembretes das atividades;
- Divulgar notas das atividades aos alunos;
- Encaminhar para o suporte técnico, problemas de acesso ao ambiente ou falha no funcionamento de alguma ferramenta do sistema virtual;
- Identificar as dificuldades dos alunos e ajudar a saná-los;
- Estabelecer contato com alunos desanimados, com atividades pendentes, ou reprovados, procurando motivá-los;
- Desenvolver e promover a comunicação dentro dos grupos de trabalho e estudo;
- Incentivar e reconhecer as contribuições dos alunos em todas as etapas do curso;
- Elaborar relatórios de regularidade dos alunos;
- Elaborar relatórios de desempenho dos alunos nas atividades;
- Aplicar avaliação presencial e a distância;
- Coordenar as atividades dos cursos na modalidade a distância;
- Mediar a comunicação de conteúdos entre Professor Formador e o aluno;
- Estabelecer contato com os alunos e professores formadores;

- Acessar, diariamente, o AVA para responder às dúvidas dos alunos;
- Acessar, semanalmente, o AVA para monitorar o cumprimento das atividades dos alunos às aulas virtuais.

Esses tutores serão professores formados em Educação Física com dedicação de 20 horas semanais para realizar seu trabalho de interação entre professores, alunos e o AVA.

4.21. CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA

A organização das aulas e tutorias seguem uma organização a partir de uma problematização, um disparador que visa desestabilizar certezas, abrindo caminho para a curiosidade, para o desejo de aprender. É importante lembrar que esse também é um jeito de viver, perguntando-se no dia a dia: por que as coisas são assim e não de outra forma? O que vem ao encontro dos pilares da educação para o século XXI: aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a conviver e aprender a fazer. As tecnologias proporcionaram mudanças significativas no modo de acessar informações, textos, sons, imagens e movimentos que permitem muitos caminhos para aprender; por isso, o hipertexto, as multimídias serão esteio de nossa proposta - livros digitais e materiais multimídia constituem o material do ambiente virtual de aprendizagem. Elas também nos proporcionarão muitas vias de comunicação instantâneas e, em tempos diferentes, as trocas entre as pessoas aceleram e proliferam meios para acessar o conhecimento, por isso, a interatividade é outro pressuposto do EaD UnirG. Comunidades de pessoas que aprendem juntas, com afeto, que contam suas histórias, difundem suas experiências, ajudam uns aos outros. Cooperação é um fio condutor dessa proposta: incitar o trabalho cooperativo.

Esse é um ponto muito importante, pois, por meio da cooperação, abrimos muitas rotas de aprendizagem, quando o que alguém fala pode desencadear no outro inúmeras questões que o levarão a pensar sobre suas teorias e suas ações. Além disso, enfatizamos a autonomia como um conceito central na ação pessoal e profissional. Todos nós desejamos profissionais autônomos. Um aluno EaD é gerente de seu tempo e de sua aprendizagem, um modo de viver que se transporta para a ação profissional. Novamente buscamos conexão com os quatro pilares da educação. São esses os pressupostos que nos guiam na modelagem dos cursos, nas ações que realizaremos no dia a dia, no modo de viver da equipe, e que buscamos difundir através do EaD UnirG.

4.22. TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A UnirG possui uma equipe do Núcleo de Tecnologia de Informação (NTI) disponíveis para apoio no que refere as questões de tecnológica e possíveis soluções a eventuais problemas que possam vir a ocorrer, tendo inclusive, uma estrutura equivalente para atendimento das necessidades institucionais, considerando os equipamentos, as normas de segurança, o espaço físico, o acesso à internet, os serviços e o suporte oferecido equipado com link dedicado (Fibra Óptica) e com licenciamento Microsoft (Windows, Office 365 e antivírus) para todos computadores da UnirG.

Atualmente a infraestrutura do NTI da IES é suficiente para atender a comunidade acadêmica: O departamento conta com analistas especializados na segurança da Informação, fazendo monitoramento diário dos sistemas, da rede de internet, a fim de neutralizar ações externas de hacker.

Analistas de suporte ao aluno, professor e servidores nos períodos manhã, tarde e noite, através de telefones, e-mails (nti@unirg.edu.br) e WhatsApp (3612-7531, 36127625, 36127687). Dentre as atribuições do suporte, estão as capacitações e treinamento dos professores e alunos para manejarem bem as tecnologias e sistemas, neste semestre por exemplo, realizamos diversas oficinas para capacitar melhor nossos docentes e discentes a utilizarem a plataforma Google Meet (vídeo conferência).

Os Analistas desenvolvedores de novas ferramentas de necessidades Institucionais e manutenção de códigos dos sistemas atuais. Os Técnicos de manutenção de computadores, os quais realizam periodicamente a manutenção preventiva nos computadores dos departamentos e laboratoriais. Revisão corretiva dos conectores da rede de internet semestralmente, formatação dos laboratórios de informática nos recessos escolares.

A UnirG vem agregando ferramentas que possibilitam a seus usuários facilidade, agilidade nas diversas atividades. Com a implantação do Sistema SEI, permite-se que os acadêmicos realizem diversas atividades online por meio de requerimentos digitais, a exemplo de Declarações, Avaliação especial, Atestado ENADE, Atestado de frequência, entre outros. O professor, por sua vez, realiza seus registros de aulas online, gerando e assinando diários digitalmente, eliminando desperdício de papel, impressora e mão de obra humana, trazendo economia institucional. No segundo semestre de 2019 estão sendo disponibilizados os APPS

MOBILE nas versões Android e IOS, para maior facilidade no acesso para acadêmicos, docentes e técnico-administrativos.

Com o UNIRG Mobile, acadêmicos poderão, pelo celular:

- Acompanhar sua vida financeira na instituição e emitir boletos disponíveis para pagamento;
- Receber notificações (via pushed) de todas suas principais atividades e pendências junto à instituição (pendências de documentos, disponibilidade de material etc.);
- Acompanhar todos os requerimentos (de documentos, declarações e outros) realizados pela secretaria da instituição, online;
- Visualizar suas notas, parciais e finais, de cada disciplina;
- Acompanhar seu calendário acadêmico, incluindo horário de aulas e datas importantes para a instituição;
- Visualizar suas mensagens do portal do aluno, enviadas por professores, colegas e pela instituição;
- Baixar materiais de estudo, disponibilizados pelos professores.

O Aplicativo UNIRG Mobile Professor e o APP destinado para professores da instituição UnirG que utilizam a plataforma educacional SEI. Com o UnirG Mobile Professor, os docentes poderão realizar pelo seu celular:

- Registro de aulas;
- Lançamentos/cadastros de notas;
- Receber notificações (via pushed) de suas mensagens recebidas no SEI;
- Visualizar suas mensagens do portal do professor.

4.23. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM NA EAD

O Núcleo de Ensino a Distância (NED) é um órgão de apoio acadêmico e vincula-se à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e à Reitoria da Universidade de Gurupi - UnirG no desenvolvimento do Programa Institucional de Educação a Distância, que é parte integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional da UnirG (PDI) vigente, recomendado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) e mantido pela Fundação UnirG.

Núcleo de Ensino a Distância (NED) tem os seguintes finalidades:

- Organizar recursos de apoio aos professores, colaborando para o desenvolvimento de experiências de aprendizado remoto de alta qualidade para os alunos;
- Criar screencasts, vídeos, podcasts ou outros recursos de instruções para os professores e alunos;
- Apoiar os professores no desenvolvimento do ensino remoto e/ou a distância, conforme necessário;
- Oferecer treinamentos e suportes a docentes e alunos, conforme solicitado;
- Organizar a produção de material didático de apoio para professores.

O NED é constituído por uma equipe multidisciplinar de professores e servidores técnico-administrativos e estagiários, coordenados por um professor efetivo do corpo docente da UnirG.

A partir de 2019, a IES tomou uma série de medidas, visando reestruturar o Núcleo de Ensino a Distância e fortalecer esta modalidade na UnirG, tanto em relação às disciplinas semipresenciais, quanto na futura oferta de cursos de extensão, pós-graduação e graduação.

O Núcleo tem foco no gerenciamento das chamadas disciplinas semipresenciais, que utilizam a modalidade de Ensino a Distância e seus recursos na parte não presencial, podendo ser desenvolvidas no limite de até 40% (quarenta por cento) da carga horária total dos cursos de graduação, nos termos da Portaria MEC nº 2.117 de 06 de dezembro de 2019, cumpridas as normas nela estabelecidas; no entanto, revogando a Portaria MEC nº1428, de 28 de dezembro de 2018 e excluindo o curso de Medicina.

As referidas disciplinas dos cursos que consideram pertinente essa modalidade, no limite permitido, são previamente definidas pelos respectivos NDEs, de cada curso, e aplicadas por meio da **Plataforma Educacional SEI**, programa adquirido pela IES em 2018 e que é a forma de registro acadêmico oficial das disciplinas presenciais e semipresenciais, excluído o curso de Medicina da última modalidade. Seu uso é obrigatório por parte de docentes e acadêmicos, exceto para as avaliações bimestrais, que devem ser presenciais, conforme prevê a legislação pertinente.

Na plataforma SEI, docentes e discentes dispõem de três ferramentas para uso nas disciplinas semipresenciais:

- *Disponibilização de material acadêmico*: por meio desta ferramenta, o professor pode disponibilizar materiais diversos, tais como: apostilas, artigos e textos em geral. Vídeos também podem ser colocados até o limite de 15MB.
- *Atividade discursiva*: por meio dela, o professor lança uma atividade que pode ser respondida na própria plataforma ou mesmo feita em um editor de texto à parte. Permite,

ainda, que o professor corrija e dê retorno ao aluno no próprio SEI ou imprima para fazer a correção materialmente.

- *Fórum*: aqui o professor lança um tema que será discutido entre alunos e professor, permitindo uma interação entre todos.

A partir de 2020/2 a plataforma SEI fez uma integração com a Google For Education. Esse processo facilita a interação entre professores e alunos a partir das ferramentas integradas Google Classroom, Hangouts Meet, Google Drive, Google Agenda e o Google Forms. A interação acontece a partir da criação de e-mail institucional para todos professores e acadêmicos.

Além do sistema SEI, exigem outros recursos tecnológicos que os professores podem utilizar em suas aulas, tais como:

- Blogs e vlogs (criação de blogs e vlogs no Canal *Youtube*);
- Ferramentas de Avaliação Formativa e Análise de Aprendizado: (SEI, Plataforma Google for Education e Socrative);
- Atividades colaborativas (Zoho, Dropbox);
- Nuvem de palavras;
- Gerenciadores de Atividades e Projetos (• Trello • Bitrix24 • Slack);
- Produção de conteúdos;
- Pesquisas, testes, enquetes. Estes podem ser configurados online em alguns minutos. Exemplos: Easypolls, SurveyMonkey, Typeform;
- Fóruns de discussão ou bate-papos baseados em texto;
- Jogos/gamificação;
- Tutoria inteligente;
- Mapeamento mental (usando gráficos interativos e mapas, etc);
- Passeios em galerias virtuais (existem sites e softwares especiais para estes);
- Bate-papo com vídeo ao vivo;
- WhatsApp como recurso para interação com os alunos;
- Verificação de plágio usando ferramentas antiplágio que fornecem feedback aos escritores);
- Apresentação em multimídia;
- Jogos e simulações: existem muitas opções de jogos educativos online que podem ser acessados por qualquer pessoa. Exemplos: simulações interativas PhET, National Geographic, entre outros;

Importante: Plano de ensino precisa deixar claro como aulas irão ocorrer: ferramentas de interação (Exemplo: Google For Education, SEI, Socrative). O qual deve abranger estratégias de ensino, regras de comunicação, dispositivos, soluções e políticas de apoio à aprendizagem on-line ou híbrida na comunidade.

Por isso, nosso plano é ser tão simples quanto possível, mas deixando claras, as expectativas para os alunos, professores e responsáveis sobre como aprender e ensinar não presencial. A continuidade dos planos de aprendizagem não envolve apenas as tecnologias que a instituição usará para continuar ensinando, mas também considera como os alunos retornarão ao campus após o término da emergência.

Também contamos com uma equipe de Suporte do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) para as seguintes demandas:

- Fornecer suporte e assistência aos alunos, conforme solicitado;
- Fornecer respostas breves a solicitações de alunos e professores sobre questões de tecnologia;
- Oferecer treinamentos e suportes a docentes e alunos, conforme solicitado;
- Reportar relatórios à Reitoria e PGRAD;
- Procurar esclarecimentos específicos para metas de aprendizado, requisitos de tarefas e / ou prazos;
- Monitorar ativamente a Plataforma SEI, Área do Professor e Plataforma Google For Education.

4.24. MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL

O Curso de Educação Física em observância à portaria nº 2.117 de 06/12/2019 a qual prevê a oferta, de no máximo, 40% da carga horária total em EaD. Para atender essa demanda a UnirG possui um sistema de controle de produção e distribuição de material didático que considera o atendimento das demanda para essa modalidade de ensino, com equipe técnica multidisciplinar instituída (Núcleo de Ensino a Distância - NED), responsável por organizar estratégias que garantem a acessibilidade comunicacional, a disponibilidade por diferentes mídias, suportes e linguagens, assim como, possui uma equipe responsável para elaboração e acompanhamento do plano de atualização do material didático e apoio à produção de material autoral pelo corpo docente.

O NED é constituído por uma equipe de professores, funcionários técnico-administrativos e estagiários, coordenados por um professor efetivo do corpo docente da

UnirG, indicado pela Reitoria. O departamento é responsável pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, oferecendo suporte para essa modalidade que é de uso obrigatório, tanto para docentes, como para discentes.

A equipe do NED conta em sua estrutura organizacional com Coordenação Pedagógica, Coordenação de Tecnologia e Informação e Assessoria Técnica na Produção de Conteúdo, conforme seu regulamento aprovado pelo CONSUP por meio da Resolução N° 052/2019, que aprovou o Regulamento do Núcleo de Educação a Distância.

A Coordenação Pedagógica fica responsável por prestar suporte pedagógico aos professores em conjunto com o Coordenador de Tecnologias e Informação, Assessoria Técnica na Produção de Conteúdo, de modo a manter um suporte contínuo na produção de material didático em suas diversas formas.

A Assessoria Técnica na Produção de Conteúdo é o setor responsável pela produção, pelo pré-teste e manutenção da qualidade de todo o material didático impresso, audiovisual e virtual a ser utilizado nas aulas/cursos, fazendo os ajustes necessários, em consonância com os professores responsáveis.

O Núcleo tem foco no gerenciamento das disciplinas que utilizam a modalidade de Ensino a Distância que são previamente definidas pelo do NDE e aprovado pelo Conselho de Curso. O material didático elaborado é disponibilizado aos alunos a partir da Plataforma Educacional SEI, a qual tem uma integração do Google For Education, onde ocorre a interação entre Professores e Alunos.

O Material Didático fica disponível a partir de recursos offline e online, tais como apostilas digitais e videoaulas. O material didático, em forma de livro digital, é um importante objeto de aprendizagem e deverá estar disponível no espaço da disciplina na Plataforma SEI e Classroom, fornecendo os conteúdos das unidades de estudo e também acessos a links externos como artigos, entrevistas e vídeos complementares.

O processo de elaboração deste material deverá seguir as orientações do Manual para Elaboração do Material Didático e acompanhado pela coordenação pedagógica do NED, a qual tem um fluxo próprio de trabalho, conforme segue abaixo:

1. O professor autor elabora sua primeira versão (versão 1) em Word (formato docx) utilizando este modelo e envia o arquivo para o coordenador do NED, a qual entrega ao revisores. Recomendamos que o autor guarde os arquivos de imagens usados na elaboração do material em uma pasta, além das contidas no material didático.

2. Após feitas as devidas correções na formatação e demais ajustes necessários, o arquivo será devolvido ao professor autor, por e-mail para verificação final;
3. Em um prazo de até 5 (cinco) dias úteis, o professor deverá dar o retorno, e, quando positivo e aprovado, deve ser disponibilizado no AVA pela equipe técnica.

O material didático deve conter um número máximo de páginas, de acordo com a carga horária da disciplina, conforme recomendações a seguir:

CARGA HORÁRIA	PÁGINAS (MÁXIMO)	AULAS (CAPÍTULOS)
Até 30h	70	5
Até 45h	100	8
Até 60h	120	10
Até 90h	170	15
Até 120h	220	20
Até 160h	270	27

Por exemplo, para uma disciplina de 60 horas, o material didático deve ter até 120 páginas e estar estruturado em 10 aulas, com uma média sugerida de 6 horas para cada aula.

A organização do material didático segue a lógica de desnaturalizar o que está posto. Todo o material didático será organizado a partir de uma problematização, um disparador que visa desestabilizar certezas, abrindo caminho para a curiosidade, para o desejo de aprender. O que vem ao encontro dos pilares da educação para o século XXI: aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a conviver e aprender a fazer.

Além disso, enfatizamos a autonomia como um conceito central na ação pessoal e profissional. Todos nós desejamos profissionais autônomos. Um aluno EaD é gerente de seu tempo e de sua aprendizagem, um modo de viver que se transporta para a ação profissional. São esses os pressupostos que nos guiam na modelagem do curso, nas ações que realizaremos no dia a dia, no modo de viver da equipe, e que buscamos difundir através do curso de Educação Física da UnirG.

4.25. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O sistema de avaliação do processo ensino seguirá as normas do Regimento Geral Acadêmico (p. 47-50) e calendário anual acadêmico.

O desempenho escolar incide sobre a frequência e o aproveitamento do aprendizado dos alunos. É avaliado pelo acompanhamento contínuo, mediante os resultados obtidos, competindo ao docente responsável pela disciplina atribuir a nota do desempenho escolar.

Para aprovação em uma disciplina, é necessária frequência mínima às aulas de 75% e média final igual ou superior a 7,0 (sete inteiros). Não obtendo média de 7,0 pontos, o acadêmico que obtiver média entre 4,0 (quatro inteiros) e 6,9 (seis inteiros e nove décimos) terá direito à Prova Final, devendo alcançar média final, no mínimo, igual a 6,0 (seis inteiros), calculada entre a média e a nota da Prova Final.

Ao aluno que deixar de comparecer a uma das avaliações será concedida oportunidade de submeter-se a uma única avaliação substitutiva intervalar (2ª chamada) que será aplicada antes da prova final, mediante requerimento apresentado ao docente, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas que antecederem a data designada para a referida avaliação substitutiva, conforme Calendário Acadêmico.

As verificações da aprendizagem, representadas pela primeira nota (N1) e segunda nota (N2), são previstas no Calendário Acadêmico, sendo que as representações de (N1) e de (N2) deverão ser constituídas pelo resultado dos instrumentos que o docente da disciplina irá usar para compor cada uma das referidas avaliações. A cada verificação de aproveitamento (N1 e N2) será atribuída uma nota, expressa em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez), graduada de décimo em décimo, sem arredondamento.

O professor, no curso de Educação Física adotará o critério de avaliação com instrumentos definidos no plano de disciplina; aos instrumentos poderá ser atribuído peso, desde que registre a nota final ou intervalar, conforme o Regimento Geral: nota, expressa em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez), graduada de décimo em décimo, sem arredondamento. A verificação de aproveitamento desses instrumentos se dará pela somatória deles, compondo a N1 ou N2.

A proposta deste Currículo é trazer a prática e o desenvolvimento da identidade profissional para o centro das atividades de aprendizado, preocupando-se com a adequação de processos que conduzam aos resultados previamente estabelecidos, prevendo a integração e alinhamento de metodologias de ensino-aprendizagem, práticas educacionais, contextos de aprendizagem e métodos de avaliação, em uma nova perspectiva de orientação acadêmica e de formação profissional que extrapolem a concepção engessada de currículo e venha atender a acessibilidade metodológica dos diferentes perfis atendidos.

As estratégias metodológicas adotadas pelo curso pautam-se numa abordagem interdisciplinar e sistêmica, estabelecendo os caminhos que indicam as propostas e alternativas adequadas para a concretização da formação pretendida, visto que o êxito das mesmas busca a construção progressiva das competências profissionais a partir da interdependência existente entre o que se aprende e como se aprende.

Compreendida como um conjunto de processos utilizados para alcançar um determinado fim, as opções metodológicas no curso se respaldam em concepções e princípios pedagógicos com vistas à aprendizagem significativa do acadêmico.

Os docentes promoverão atividades que propiciem a construção de novos conhecimentos, por meio de práticas pedagógicas inovadoras, essas atividades são realizadas através de aulas práticas, seminários, simulações, estudos de casos e extensão além de aplicação de metodologias ativas e do desenvolvimento de atividades práticas supervisionadas.

Destaca-se a preocupação com a acessibilidade metodológica por meio da utilização de práticas diferenciadas, comunicação interpessoal e virtual, bem como instrumentos, métodos e técnicas de ensino e aprendizagem e de avaliação diversificados que atendam aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem.

Em relação às avaliações dos estudantes, baseiam-se em competências, as quais englobam as dimensões somativa e formativa, de modo a permitir o diagnóstico do desenvolvimento do estudante nos diferentes momentos do processo pedagógico, no que diz respeito a conhecimentos adquiridos, habilidades e atitudes. Isto possibilita ao estudante refazer trajetos e recuperar conteúdos não dominados no percurso.

A aprovação do discente nos componentes curriculares dependerá do resultado das avaliações efetuadas ao longo do semestre, na forma prevista no plano de ensino, sendo o resultado global expresso em nota. Assim, o discente que alcançar a nota final mínima de 6,0 (seis) nas atividades de ensino, conforme o Regimento Geral Acadêmico, além de frequência mínima de 75% da carga horária do componente curricular será considerado aprovado. Considera-se que essa avaliação é processual, na medida em que permite uma visão do processo de construção do discente em diferentes momentos do processo ensino-aprendizagem.

Feedback: constitui uma valiosa ferramenta para o processo ensino-aprendizagem e consiste em relatar o desempenho dos discentes em suas atividades, com base na avaliação do próprio docente e dos pares, reforçando comportamentos positivos, apontando dificuldades e potencialidades vislumbradas no processo. O feedback incentiva a reflexão crítica e o

aprendizado autoconduzido, auxiliando o estudante a melhorar seu desempenho. Para atender este propósito, o feedback deve ser:

Assertivo e específico: a comunicação deve ser objetiva, clara e direta. Deve-se abordar determinado comportamento e seu impacto positivo ou negativo e sugestões de comportamentos alternativos.

Descritivo: indica-se com clareza os desempenhos adequados e aqueles que o estudante pode melhorar.

Respeitoso: o respeito mútuo às opiniões e ao consenso compartilhado sobre comportamentos que devem ser modificados torna o feedback efetivo;

Oportuno: o feedback tem melhor resultado quando é feito logo após a situação ou comportamento que o motivou, e em ambiente reservado;

Específico: é fundamental que o docente indique claramente os comportamentos nos quais o estudante está tendo bom desempenho e aqueles nos quais ele pode melhorar. Exemplos e revisão dos fatos ocorridos contribuem para que o estudante reflita honestamente sobre seu desempenho.

Dentre os métodos mais utilizados, citamos também:

Portfólio: O portfólio tem sido progressivamente introduzido como um novo instrumento para avaliação no ensino médico, bem como na reavaliação profissional. Sua adoção como método de avaliação é condizente com os princípios de aprendizado dos adultos (reflexão em ação, pedagogia ou aprendizado autodirigido, baseado em experiência). É um conjunto detalhado e organizado de trabalhos produzidos pelo acadêmico ao longo do semestre letivo. Agrupa as atividades consideradas mais relevantes para o acadêmico, que demonstrem a trajetória da aprendizagem. Possibilita uma maior interação acadêmico/professor, possibilitando que sugestões, dúvidas, aprofundamentos de assuntos, façam parte do processo ensino/aprendizagem. Sua estrutura segue uma introdução (apresentação do conteúdo), uma breve descrição de cada trabalho, as datas em que eles foram feitos, uma seção de revisão com reflexões do estudante à luz da literatura científica, autoavaliação e uma parte reservada aos comentários.

Avaliações: As avaliações somativas ocorrerão ao longo ou ao final de cada semestre letivo, conforme o plano de disciplina de cada módulo e terão por finalidade verificar o grau de domínio dos objetivos, atitudes, competências e habilidades atingidas e desenvolvidas pelos estudantes.

Serão utilizadas ao longo de todo o curso avaliações cognitivas, envolvendo exercícios com questões de múltipla escolha e/ou dissertativas.

A avaliação, do ponto de vista pedagógico, só faz sentido quando se insere num projeto educativo e fornece informações que possibilitem orientar a ação dos atores envolvidos, promove a autoria no processo de construção do conhecimento, reconhece e ressignifica os processos, identifica avanços e indica novos rumos para a ação pedagógica.

Nesse sentido, a avaliação pedagógica proposta na UnirG institui a necessidade de se realizar práticas avaliativas condizentes com o perfil do egresso desejado, o que reflete a importância de enfrentar o desafio. Assim, para romper com o processo de seleção excludente e controlador, o desafio estará em identificar os critérios a serem adotados, seus fins e a relação desses com o perfil do egresso.

Outro desafio da UnirG será ampliar a reflexão dos processos de avaliação, tendo como ponto fundamental a construção de processos participativos que permitam o desenvolvimento da autonomia, do clima de presença engajada e do envolvimento conjunto, dialogando com as identidades culturais do contexto do discente para a tessitura de um novo fazer pedagógico.

É importante ressaltar que as normas da avaliação do desempenho discente estão estabelecidas no regimento da UnirG, as quais devem ser seguidas pelo curso ofertado. Os dispositivos regimentais sobre a avaliação da aprendizagem estão, a seguir, transcritos:

O professor utiliza a avaliação durante todo o processo de ensino-aprendizagem, observando como o aluno está apreendendo o conhecimento, que dificuldades enfrenta, que reformulações em seu método de ensino devem ser feitas. Ou seja, a avaliação é um instrumento de regulação da aprendizagem, baseado nas metodologias ativas adotadas, com os seguintes aspectos:

- Contínua e contextual – No sentido de ser permanente no processo ensino-aprendizagem, acompanhando o desenvolvimento do aluno através dos avanços, dificuldades e possibilidades detectadas, levando em consideração sua experiência de vida pessoal;
- Investigativa e diagnóstica – Com a finalidade de levantar e mapear dados para a compreensão do processo de aprendizagem do aluno e oferecer subsídios para os profissionais da universidade sobre a prática pedagógica que realizam;
- Sistemática e objetiva - Como orientadora do processo educacional, com critérios definidos e explicitados, de acordo com os objetivos do Projeto Pedagógico do Curso.

Desenvolver um processo avaliativo na perspectiva aqui postulada – avaliação integradora – é necessário levar em conta alguns pressupostos, considerando o nível de ensino, as características dos alunos, da disciplina, do curso e as especificidades da formação profissional:

- Discussão com os alunos do plano da disciplina, dos elementos que o compõem e especialmente do sistema de avaliação, criando a possibilidade dele assumir pontos de envolvimento no processo e não apenas definido unilateralmente pelo professor.
- Utilização do diálogo (professor/alunos, alunos-professor, alunos-alunos) como um processo de debate coerente, fundamentado, sistemático, não só com o meio para adquirir ou construir conhecimentos, como também como possibilidade de transformação das relações que se estabelecem numa sala de aula universitária, onde uma relação de poder dá lugar a uma relação de respeito mútuo e compartilhamento. Nessa relação, longe de perder a sua autonomia e descaracterizar o seu papel, o professor o reafirma, através de uma postura comprometida e competente diante da formação de seus alunos e do trabalho com os conteúdos previstos.
- Relação dos conhecimentos com os aspectos contextuais externos (sociais, culturais, políticos, econômicos) e internos, estabelecendo conexões entre os elementos e temas trabalhados, evitando a fragmentação do conhecimento e possibilitando a articulação com as peculiaridades do perfil do profissional que se quer formar.
- Utilização de uma gama variada de instrumentos e procedimentos para avaliar a aprendizagem dos alunos, compatíveis com as características e os processos de aprendizagem do acadêmico.

Pelo exposto, fica claro então que mudanças significativas em relação à avaliação da aprendizagem do aluno da IES dificilmente acontecerão por meio de ações individuais isoladas, desvinculadas de um projeto pedagógico curricular compartilhado e participativo, que favoreça a reflexão conjunta e que não despreze o papel que o contexto social exerce sobre a função que a universidade tem na formação profissional e os riscos de, por meio da avaliação, legitimar processos de exclusão e discriminação na sala de aula universitária. Dessa forma, possibilitar, por meio de reflexões conjuntas, a análise do que é aparente e do que está subjacente às práticas avaliativas no ensino da UnirG é um caminho promissor para descortinar a sua complexidade e as possibilidades que ela coloca, quando integrada aos objetivos de ensino e da formação profissional, para atuar a serviço da aprendizagem do acadêmico.

4.26. NÚMERO DE VAGAS

O Curso de graduação em Educação Física da UnirG oferecerá 80 (oitenta) vagas semestrais no período Integral, seguindo normas publicadas para cada processo seletivo,

sendo as vagas distribuídas, atualmente em: 64 vagas para ampla concorrência, 08 vagas para Cota ENEM e 08 vagas para Cota Escola Pública; com exceção às vagas da Cota ENEM, a seleção dos candidatos ocorrerá por processo seletivo, organizado pela Comissão Permanente de Processo Seletivo - CPPS.

Os candidatos interessados em concorrer à vaga da Cota ENEM utilizarão as médias alcançadas nas áreas de conhecimento do Exame Nacional de Ensino Médio dos anos solicitados no Edital. A Universidade de Gurupi não oferecerá outras formas de vagas ao curso de Medicina.

A Universidade de Gurupi também realiza, semestralmente, o Processo Seletivo para Transferências e Portador de Diploma. Esse Processo é realizado em duas fases: a primeira consiste na análise documental do candidato; a segunda, na aplicação de provas objetivas, abordando conteúdo das disciplinas do primeiro semestre do Curso. A segunda fase ocorrerá somente quando a quantidade de candidatos inscritos for maior que a quantidade de vagas ofertadas no semestre.

A renovação de matrícula é semestral e obrigatória, de acordo com parâmetros fixados pelo Regimento Geral da UnirG e Calendário Acadêmico anual, fixado pela Universidade, enquanto as matrículas em curso no sistema modular serão realizadas por módulos.

4.27. INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

Para sistematizar os estágios supervisionados no âmbito da especificidade da licenciatura foi elaborado, além do Regulamento do Estágio, que tem por finalidade delinear as ações do estágio de forma igualitária, visando sempre a qualidade na formação profissional dos acadêmicos do curso de Educação Física da Universidade de Gurupi - UNIRG, aglutinando neste documento informações da função do coordenador de estágio, dos deveres dos professores orientadores, dos deveres e direitos dos estagiários e dos instrumentos utilizados no campo das intervenções.

As ações de intervenções iniciam após a celebração dos convênios com as instituições/campo de estágio, conforme consta as intenções nos Termos de Cooperação Técnica.

4.28. INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE (SUS)

A UnirG firmará convênio com a Secretaria Municipal de Saúde de Gurupi-TO, órgão gestor do Sistema Único de Saúde neste município, cujo objetivo é a cooperação entre as partes, na área de ensino, para qualificação profissional na área da Saúde.

A disponibilização das Unidades Básicas de Saúde, usadas como cenário de prática, será obrigação da Secretaria Municipal de Saúde, bem como, o fornecimento de materiais e equipamentos de saúde necessários à realização dos atendimentos aos usuários e ao ensino dos alunos do curso de Educação Física.

A UnirG ficará a responsabilidade da indicação e o encaminhamento dos professores, sem vínculo com a Secretaria Municipal de Saúde, para acompanhamento dos alunos do curso de Educação Física. Os alunos que utilizarão os equipamentos e materiais, bem como móveis e outros bens disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, devem/deverão zelar pelo estado de conservação e de funcionamento deles, bem como, dar continuidade ao padrão de atendimento realizado junto aos locais utilizados como cenário de prática.

Será de competência da UnirG, a orientação, supervisão e avaliação acadêmica dos alunos, bem como, a formação técnica deles, assumindo, portanto, toda e qualquer responsabilidade, presente ou futura, seja de que natureza for, quando houver o exercício da UnirG junto ao SUS.

4.29. ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DE SAÚDE

As atividades práticas de ensino serão realizadas dentro das disciplinas específicas e associadas com as atividades de extensão curricularizada. Todas as atividades serão supervisionadas pelos docentes responsáveis pelas disciplinas e serão realizadas diretamente no campo de trabalho, assim que forem realizados todos os procedimentos administrativos de convenio exigidos pelos leis que regulamentam e pelas normativas da IEs. As disciplinas que contemplarão a estrutura didático-pedagógica estão descritas no quadro abaixo.

DISCIPLINAS DA ÁREA DE SAÚDE		
Código	Nº	Disciplina
	10	Atividade física e saúde - Ext
	17	Medidas e avaliação - Ext
	19	Prescrição de exercício fís. p/ populações especiais - Ext

	21	Socorros e urgência aplicados a Educação Física
	29	Pesquisas aplicadas ao exercícios e saúde
	37	Epidemiologia e saúde pública aplicada a educação física
	38	Tópicos avançados em presc. de exerc. Fís. p/ popul. Esp. - Ext
	39	Nutrição aplicada ao exercício físico

4.30. ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS

As atividades de licenciatura, em especial as práticas, são desenvolvidas no ambiente real de atuação profissional, ou seja, nas escolas, as atividades são desenvolvidas em conjunto com atividades como tutoria, aulas teóricas, atividades online além de pesquisas nos compêndios bibliográficos da área. Para sistematizar os resultados de aprendizagem, uma das atividades que podem ser utilizadas como instrumento para obtenção dos resultados é construção de um Portfólio, que também se constitui como instrumento de avaliação formativa. Assim, em todas as unidades temáticas, serão previstas atividades para promover a aprendizagem por meio da elaboração do Portfólio.

Segundo o dicionário, portfólio é aquilo destinado para guardar um conjunto específico de papéis ou manter coleções de alguma coisa. Nos Cursos de Licenciatura o portfólio compreende a compilação dos trabalhos realizados pelos estudantes durante a Unidade Temática de Aprendizagem (UTA) em cada disciplina. Portanto, exige planejamento e cuidado na seleção de atividades para compô-lo. Para formar o portfólio, é necessário realizar a proposta indicada, que poderá conter: resenha de um capítulo do livro estudado, realização das atividades propostas no final de cada capítulo, elaboração e relato de atividades práticas a partir do conteúdo visto na unidade temática cursada entre outros.

4.31. ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) E SUA COMPOSIÇÃO

Em conformidade com o disposto nos documentos de orientação do Ministério da Educação e considerando a relevância da consolidação de um grupo de docentes, de elevada formação e titulação, com regime de tempo diferenciado, para responder pela criação, implantação e consolidação do PPC, a UnirG por Resolução 002, de 24 de outubro de 2011 “*Ad referendum*”, instituiu o Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito da estrutura de gestão acadêmica dos cursos de graduação - bacharelado e licenciatura.

O NDE do curso de Educação Física, possui regulamento próprio e seus membros possuirão 02 (duas) horas da carga horária semanal diversificada (Resolução CONSUP nº 01/2018) para o cumprimento das suas atividades aprovadas em conselho de curso, conforme distribuição da carga horária diversificada. As reuniões serão realizadas mensalmente.

Desta forma, o NDE deste curso, será constituído pelos seguintes membros:

I. Coordenador do Curso;

II. professores que ministram aulas no Curso (um será o presidente);

Com atribuições consultivas, propositivas e avaliativas sobre matéria de natureza acadêmica, ressalta-se a responsabilidade atribuída aos docentes participantes, em atuarem como agentes transformadores, ao analisar conteúdos curriculares, estimular raciocínio crítico com base em referências bibliográficas atualizadas e pesquisas inovadoras, conectadas aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso, despertar a produção do conhecimento, por meio de publicações científicas. Constitui de um núcleo atuante no processo de concepção, consolidação, avaliação e contínua atualização e aprimoramento do PPC.

O NDE do curso possuirá atribuições acadêmicas de acompanhamento e atuação na concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico. Além destas, destacam-se também:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Analisar, anualmente, o PPC e propor alterações para possíveis adequações às Diretrizes Curriculares Nacionais, as exigências do mercado de trabalho e aos avanços no campo de ensino, da iniciação científica, da extensão e das práticas contemporâneas e sua articulação com as políticas didático-pedagógicas e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação;
- Analisar e avaliar os planos de ensino à luz do PPC, recomendando à Coordenação do Curso possíveis alterações;
- Propor melhorias na qualidade do ensino ofertado.

A alteração e permanência dos membros do NDE serão verificadas anualmente, no início de cada semestre letivo, com base no corpo docente alocado ao curso e na legislação vigente.

O Coordenador do Curso terá o papel de proporcionar adequada articulação do NDE com o Colegiado do Curso, com o objetivo de aprimorar o processo de oferta do curso e o cumprimento das normas legais aplicáveis. Cabe ainda a esta Coordenação oferecer apoio técnico-administrativo ao NDE para o seu pleno funcionamento.

Os membros serão incentivados e estimulados pela UnirG, por meio de ações de capacitação didático-pedagógica a permanecerem no NDE para manter a qualidade do curso e o bom relacionamento entre o corpo social e os dirigentes da instituição. A alteração e permanência dos membros do NDE será verificada anualmente, no início de cada semestre letivo, com base no corpo docente alocado ao curso.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, é composto por seis docentes, conforme estabelece a Resolução do CONAES nº 1/2010. Além disso, os membros atendem aos requisitos de titulação e regime de trabalho, exigidos pela referida legislação. O NDE atuará como conselho de curso até que o mesmo, seja instituído após o primeiro semestres do curso.

Eis a relação dos membros do NDE e suas respectivas titulações e regimes de trabalho:

NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Jackson Carlos da Silva	Mestre	Integral
João Bartholomeu Neto	Doutor	Integral
Eduardo Fernandes de Miranda	Mestre	Integral
Lais Tonello	Doutora	Integral
Lucilene Gomes da Silva	Mestre	Integral
Robson Ruiz Olivoto	Doutor	Integral

4.32. ATUAÇÃO DO COORDENADOR

O coordenador do curso acompanhará a qualidade de seu curso por meio de um contato direto com corpo discente e docente, disponibilizando uma escuta sensível e atuante. Além disso, serão feitas pesquisas junto aos alunos e aos professores para acompanhamento do desempenho acadêmico e profissional, ponderando constantemente o conhecimento dos conteúdos específicos das disciplinas, a capacidade didático-pedagógica, a postura ética e investigativa.

O coordenador do curso, de acordo com os termos estabelecidos pelo Regimento da UnirG, participará ativamente no Colegiado de Curso e no Núcleo Docente Estruturante, bem como representará o curso nas reuniões do Conselho Superior. Será o profissional responsável pela normalidade acadêmica e administrativa de funcionamento do curso, bem como pelo bom relacionamento entre alunos e docentes, tendo como competências estabelecidas no Regimento Interno da instituição

A coordenação do curso estará a cargo do professor Eduardo Fernandes de Miranda, enquadrado sob o regime de tempo integral, que possui a seguinte formação acadêmica: Possui graduação em Educação Física pela Escola Superior de Educação Física e Desportos de Catanduva (2002) e mestrado em Ciência da Motricidade Humana pela Universidade Castelo Branco (2009). Foi coordenador de Estágio do curso de Educação Física (2009 a 2010), coordenador institucional do Programa Prodocência/UnirG (2014 a 2016), coordenador do Programa de Extensão Proafe (Programa de Atividades Físicas e Esportivas) (2013 a 2014) e Pró-Reitor de Graduação e Extensão da Universidade de Gurupi – UnirG (2019 a 2020). Atualmente é Professor adjunto e Coordenador do curso de Educação Física (2021 a 2022).

4.33. REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO

O coordenador do curso trabalha em regime de dedicação integral, ou seja, 60 horas semanais.

4.34. CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO, REGIME DE TRABALHO, EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM TODOS OS SETORES DA EDUCAÇÃO PRESENCIAL E A DISTÂNCIA

Todas as descrições do corpo docente do curso de Educação Física estão descritas no quadro abaixo.

O curso, atualmente conta com 18 docentes, destes, 16 (89%) são efetivos e 02 (11%) são temporários (contrato). O curso conta com 06 (33,3%) dos docentes enquadrados como dedicação exclusiva (DE), entretanto 100% dos docentes tem dedicação integral a IEs. Destes 18 docentes, 08 (44,4%) são enquadrados no curso de educação física, destes 07 (38,8%) são efetivos e 01 (5,5%) é temporário (contrato).

Nome	Tipo	De	Regime	Enquadramento ****	Titulação*	Admissão	Tempo de docência na UnirG	Experiencia Profissional **	Tutoria EAD***
AUDIMAR DIONIZIO DE SANTANA	Estatutário		40	ASSISTENTE III	ESPECIALISTA	04/09/2006	13 Anos, 7 Meses e 28 Dias	32 anos	0 anos
CARINA SOUZA DE MELO	Contrato		40	ASSISTENTE I	ESPECIALISTA	09/04/2019	1 Anos, 0 Meses e 23 Dias	5 anos	10 anos
EDUARDO FERNANDES DE MIRANDA	Estatutário	X	60	ADJUNTO II	MESTRE	02/02/2004	16 Anos, 2 Meses e 0 Dias	6 anos	10 anos
ELIANA ZELLMER POERSCHKE FARENCENA	Estatutário	X	40	ADJUNTO III	MESTRE	01/02/2005	15 Anos, 2 Meses e 1 Dias	6 anos	4 anos
EROS SILVA CLAUDIO	Estatutário		40	ASSISTENTE I	ESPECIALISTA	01/02/2019	1 Anos, 2 Meses e 1 Dias	8 anos	10 anos
JACKSON CARLOS DA SILVA	Estatutário		60	ADJUNTO I	MESTRE	01/02/2007	13 Anos, 2 Meses e 1 Dias	7 anos	0 anos
JOAO BARTHOLOMEU NETO	Estatutário	X	60	TITULAR I	DOUTOR	01/02/2007	13 Anos, 2 Meses e 1 Dias	0 anos	7 anos
LAIS TONELLO	Estatutário		40	ADJUNTO I	MESTRE	24/01/2014	6 Anos, 3 Meses e 8 Dias	6 anos	1 ano
LUCILENE GOMES DA SILVA	Estatutário	X	40	ADJUNTO III	MESTRE	02/01/2002	18 Anos, 3 Meses e 0 Dias	2 anos	0 anos
MARLOS PERES DE MELO	Estatutário	X	40	TITULAR I	DOUTOR	01/10/2003	16 Anos, 6 Meses e 1 Dias	21 anos	0 anos
ROBSON RUIZ OLIVOTO	Estatutário		60	ASSISTENTE I	DOUTOR*	22/01/2020	0 Anos, 3 Meses e 10 Dias	17 anos	0 anos
SOFIA MARA DE SOUZA	Estatutário	X	40	ADJUNTO II	MESTRE	01/08/2003	16 Anos, 8 Meses e 1 Dias	21 anos	0 anos
VALMIR FERNANDES DE LIRA	Estatutário		40	ASSISTENTE III	ESPECIALISTA	26/05/2003	16 Anos, 11 Meses e 6 Dias	25 anos	0 anos
WIRLEY QUARESMA DA CUNHA	Estatutário		40	ASSISTENTE I	ESPECIALISTA	23/01/2020	0 Anos, 3 Meses e 9 Dias	8 anos	8 anos

* Os docentes com asterisco apresentam uma incoerência em relação ao enquadramento funcional e sua titulação. Tal fato se dá em virtude da lei municipal No. 2.106, de 02 de outubro de 2013 que determinar que o docente será enquadrado, quando aprovado em concurso público, de acordo com a exigência mínima do edital, neste sentido, esses docentes, mesmo sendo doutores e realizando atividades que competem a doutores são enquadrados, durante o período probatório, como assistente I, que corresponde ao nível de especialista, recebendo seus salários de acordo com o enquadramento e não de acordo com sua titulação acadêmica.

** Esta coluna corresponde ao tempo de experiencia e trabalho profissional caracterizado com experiencia não acadêmica.

*** A instituição ainda não possui cursos EAD, conforme apresentado neste documento, a IES encontra-se em processo de implantação dos primeiros cursos nesta modalidade. Assim todo o processo de qualificação de tutores e docentes já está descrita em capítulo específico. Hoje contamos com disciplinas que possuem parte de sua carga horária em EAD, conforme previsto em lei, e o acompanhamento desta carga horaria é realizada pelos docentes das disciplinas. Assim esta coluna corresponde ao tempo de experiencia que nossos docentes têm nas atividade EAD.

**** O enquadramento se dá, exceto como já foi descrito, de acordo com a titulação, assim, um docente enquadrado como ASSISTENTE significa que tem a titulação de ESPECIALISTA; já um docente enquadrado como ADJUNTO significa que possui o título de MESTRE; e um docente enquadrado como TITULAR possui a titulação de DOUTOR.

4.35. TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO PRIMEIRO ANO DO CURSO

O quadro abaixo apresenta os docentes e suas respectivas disciplinas do primeiro ano do curso de graduação em educação física.

Nº	Disciplina	DOCENTE	TITULAÇÃO
1	História da Educação Física	Eliana Zellmer Poerschke Farencena	Mestre
2	Biologia e bioquímica humana aplicada ao exercício físico	Robson Ruiz Olivoto	Doutor
3	Anatomia Geral	Eros Silva Claudio	Especialista
4	Ginástica Geral - Ext	Lucilene Gomes da Silva	Mestre
5	Pesquisa e Iniciação Científica	Carolina Palma Pimenta Furlan	Mestre
6	Metodologia do Ensino dos Esportes Individuais - Ext	Eduardo Fernandes de Miranda	Mestre
7	Projeto Interdisciplinar I - Ext	Lucilene Gomes da Silva	Mestre
8	Desenvolvimento humano	Lucilene Gomes da Silva	Mestre
9	Natação - Ext	João Bartholomeu Neto	Doutor
10	Atividade física e saúde - Ext	Lais Tonello	Doutora
11	Psicologia Aplicada à Educação Física	Tallita Laren Guarina Da Silva	Especialista
12	Anatomia e Cinesiologia do aparelho locomotor	Bibiano Madrid da Silva	Doutor
13	Projeto Interdisciplinar II - Ext	Lucilene Gomes da Silva	Mestre

4.36. ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE

Em atendimento às políticas institucionais e Regimento Geral Acadêmico, o Colegiado do Curso será formado por 19 membros, composto pelo Coordenador do Curso, Coordenador de Estágio (que será substituído por outro professor do curso), doze professores, quatro acadêmicos, sendo um o representante do Centro Acadêmico do Curso e um funcionário administrativo, conforme o Artigo 16 do Regimento Geral Acadêmico do Centro Universitário UnirG.

O Conselho de Curso oportuniza a discussão da proposta pedagógica do curso e dos meios de sua concretização. Dessa forma, fica assegurada a ativa colaboração dos professores na definição dos conteúdos programáticos e objetivos das disciplinas, bem como das estratégias pedagógicas que serão utilizadas, as quais devem privilegiar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a interdisciplinaridade e a integração entre teoria e prática.

Esse Conselho é um órgão deliberativo e em grau de recurso máximo, nas matérias de seu universo de conhecimento acadêmico. Possui como atribuições: elaborar e aprovar seus regulamentos, propor ao CONSUP a aprovação das diretrizes acadêmicas e pedagógicas do Curso, aprovar em primeira instância o Plano de Trabalho do Curso, a proposta orçamentária e os relatórios emitidos pelos Coordenadores de Curso e de Estágio, apreciar proposta de projetos de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação, aprovar, em primeira instância, proposições de programas de pós-graduação, definir critérios e autorizar a instituição de monitorias no âmbito do Curso, propor o calendário acadêmico do Curso, aprovar as Estruturas Curriculares do curso e suas alterações, propor a criação ou extinção de Órgãos e Laboratórios, designar membros para as bancas examinadoras para seleção de docentes, deliberar sobre casos omissos do Regimento Geral da IES no âmbito de sua competência, aprovar o regulamento do estágio, entre outras.

O Conselho de Curso possui a seguinte divisão administrativa: Câmara de Projetos e Câmara de Ética e Disciplina. A composição do Conselho de Curso está definida no Regimento Geral da IES, com representatividade de todos os segmentos: docentes, discentes e servidores técnico-administrativos.

Por se tratar de um curso novo enquadrando-se como exceção, conforme previsto no § 1º, do Artigo 18:

§ 1º Enquanto o quadro de docentes de cada curso não completar o número de 12 (doze) membros, a composição do conselho de curso será da seguinte forma:

I. o Coordenador de Curso, como Presidente;

II. o Coordenador de Estágio se houver;

III. representantes do Corpo Discente, eleitos por seus pares, na mesma proporção do artigo anterior e um representante do quadro técnico-administrativo, lotado na Coordenação do Curso.

Dessa forma, o Conselho será integrado por 10 (dez) membros: o Coordenador de Curso, o Coordenador de Estágio, 5 (cinco) representantes do Corpo Docente do curso; 2 (dois) Representantes do Corpo Discente, indicado por sua entidade de classe; e 1 (um) Representante do Corpo Técnico-Administrativo do Curso.

As reuniões do Colegiado do Curso serão programadas e realizadas mensalmente e sempre que convocadas pela Coordenação do curso, de acordo com as pautas necessárias a

serem discutidas; em seguida, serão deliberadas pelo Colegiado de Curso que possui regulamento conforme Regimento Geral Acadêmico (p.14) na Seção II que trata dos Conselhos de Cursos.

4.37. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA.

DOCENTES	PRODUÇÃO NOS ÚLTIMOS 3 ANOS (QTDE)				
	Total	2017	2018	2019	2020
AUDIMAR DIONIZIO DE SANTANA					
CARINA SOUZA DE MELO					
EDUARDO FERNANDES DE MIRANDA		5	6	5	1
ELIANA ZELLMER POERSCHKE FARENCENA		2	2	3	
EROS SILVA CLAUDIO					
JACKSON CARLOS DA SILVA			1		
JOAO BARTHOLOMEU NETO	7	2	2	2	1
LAIS TONELLO	6			3	3
LUCILENE GOMES DA SILVA					
MARLOS PERES DE MELO					
ROBSON RUIZ OLIVOTO	19	3	6	4	6
SOFIA MARA DE SOUZA					
VALMIR FERNANDES DE LIRA					
WIRLLEY QUARESMA DA CUNHA					
BIBIANO MADRID DA SILVA					
CAROLINA PALMA PIMENTA FURLAN					

5 INFRA ESTRUTURA

O curso utiliza as salas de aula situadas no Campus II e no Centro de Vida Saudável - Universidade de Gurupi UnirG. A UnirG possui mais de 34 mil de metros quadrados (m²) de área construída, à disposição das tarefas educacionais da Instituição, contando também com significativo terreno não construído que compõe seu patrimônio. As áreas construídas estão discriminadas do quadro que antecede este item. Em seus locais de trabalho contam com 199 salas disponíveis para atendimento dos acadêmicos, sem computar as salas administrativas da Fundação UnirG e do Complexo Administrativo que, a rigor, tem a mesma finalidade.

No Campus II, são ministradas aulas nos Blocos A, B e C. Nos Blocos A e B estão 42 salas, com capacidade de 60 pessoas cada, sendo que algumas comportam até 80 cada, além de 17 laboratórios na área da Saúde: 1. Laboratório de Anatomia; 2. Laboratório Ossário; 3. Laboratório de Bioquímica; 4. Laboratório de Microscopia; 5. Laboratório de Toxicologia; 6. Laboratório de Fundamentos da Enfermagem; 7. Laboratório de Semiologia; 8. Laboratório de Química e Física; 9. Laboratório de Farmacobotânica e Farmacognosia; 10. Laboratório de Farmacotécnica; 11. Laboratório de Controle de Qualidade de Medicamentos e Análise de Alimentos; 12. Laboratório de Parasitologia; 13. Laboratório de Patologia; 14. Laboratório de Microbiologia; 15. Laboratório de Obstetrícia; 16. Laboratório de Fisiologia; 17. Laboratório de Biofísica. Obs.: o Laboratório de Fisiologia e Biofísica ficam num mesmo ambiente. No Bloco A são ministradas aulas dos cursos: Medicina em período integral, Enfermagem nos períodos vespertino e noturno, Fisioterapia no noturno, Engenharia Civil (algumas turmas) matutino e noturno e Psicologia no noturno. No Bloco B, aulas dos cursos de: Psicologia no noturno, Odontologia em período integral, Enfermagem nos períodos vespertino e noturno e Farmácia no noturno. No Bloco C, 10 (dez) salas de aula, dos cursos: Educação Física no período noturno e estágios matutino e vespertino, Jornalismo no noturno e estágios no matutino e vespertino, turma de Enfermagem, Psicologia e Farmácia (turma conjunta).

No Campus II, conforme o TAC assinado com o Corpo de Bombeiros serão efetuadas as adequações necessárias para atender às exigências solicitadas, até o final de 2019.

No prédio da Clínica Odontológica funcionam 02 (duas) salas de aula, 03 (três) destinadas às metodologias ativas e reuniões e 03 (três) grandes laboratórios de simulação clínica, laboratório de prótese, central de esterilização e 02 (duas) grandes clínicas. Neste

local são atendidos 800 (oitocentos) acadêmicos que participam das atividades (atendimentos) da Clínica Escola de Odontologia.

No Ambulatório de Saúde Comunitária local onde são realizadas as aulas e atividades práticas pelos acadêmicos de Medicina, há salas disponíveis para aula teórica ou estudo de casos sempre que necessário, além dos consultórios médicos lá existentes. O tema foi demonstrado e descrito no item 3.4.1.4.6 deste documento.

No Centro Administrativo da Fundação UnirG fica sediado o projeto Centro de Vida Saudável, local onde também estão disponíveis 02 salas de aula no período noturno para atender acadêmicos do curso de Educação Física - bacharelado e licenciatura.

Segue a relação de salas de aula, laboratórios e salas administrativas:

Quadro 6 - Número de salas de aula

Local	Quantidade/ Salas	Ocupação	
Campus I	Bloco D	29	Aula/ capacidade 60 acadêmicos
	Bloco D	01	Labin de informática
	Bloco E	20	Aula/ capacidade 60 acadêmicos
	Bloco E	03	Labin Engenharia
	Bloco E	01	Escritório Modelo de Engenharia
	Bloco E	04	Labin de Pedagogia
	Bloco E	04	Aula / capacidade para 09 acadêmicos
	Bloco F	21	Aula/ capacidade 60 acadêmicos
	Bloco F	02	Labin de informática
	Bloco F	01	Biblioteca
Campus II	Bloco A	20	Aula/ capacidade 60 acadêmicos
	Bloco A	04	Aula / capacidade para 15 alunos
	Bloco A	02	Aula prática da Fisioterapia
	Bloco B	14	Aula/ capacidade 60 acadêmicos
	Bloco C	10	Aula/ capacidade 45 acadêmicos
	Laboratórios – Bloco B	03	Labin de informática
	EAD	01	Aula / capacidade 30 acadêmicos
	EAD	01	Estúdio

	EAD	01	Labin de informática
Clínica Odontológica	Clínica	02	Aula
		03	Metodologias ativas e reuniões
		03	Laboratórios: simulação clínica, prótese, central de esterilização.
		02	Clínicas
		03	Salas administrativas
Ambulatório de Saúde Comunitária	Salas/Atendimento	21	Consultórios médicos
	Salas	06	Administração
Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ	Salas	05	Aula/estágio
	Sala	01	Auditório/ aula
	Salas administrativas	10	Gabinete Coordenador de Estágio/ Secretaria/Cartório/ Sala dos professores/ Sala Atendimento – Psicóloga/ cozinha/ 4 banheiros
Centro de Vida Saudável	Salas	02	Aula/Educação Física – Bacharelado e Licenciatura

5.1. Órgãos Suplementares

Os Órgãos Suplementares estão a serviço da Universidade, na forma estabelecida no Art. 11 do Regimento Geral Acadêmico, que além das Unidades da Instituição, terá nos órgãos suplementares o apoio de natureza técnico-administrativa, cultural e de assistência ao acadêmico. São constituídos por:

- I. Laboratórios
- II. Central de Atendimento aos Professores - CAP
- III. Central de Atendimento ao Acadêmico – CAT
- IV. Biblioteca
- V. Audiovisual
- VI. Centros de Aplicação
- VII. Casa de Cultura
- VIII. Editora UnirG
- IX. Núcleo de Tecnologia da Informação
- X. Núcleo de Comunicação
- XI. Núcleo de Educação a Distância
- XII. Núcleo Permanente de Processo Seletivo - CPPS

Esses órgãos estão descritos em seu âmbito: PROGRAD, PROPESQ e PROECAE.

5.2. Laboratórios, núcleos e grupos de pesquisa

Laboratórios:

A UnirG conta atualmente com 28 laboratórios à disposição da comunidade acadêmica. Os laboratórios são de multiuso, com o plano de ocupação realizado pelos coordenadores responsáveis, incluídos também 08 (oito) laboratórios de Informática, distribuídos nos campi.

Os laboratórios dos cursos da Saúde são oferecidos no Campus II e do curso de Odontologia, na Clínica Odontológica. Há a Sala multifuncional (LabTAU) no Campus I, destinado à produção de material que atenda ao aluno com dificuldade de aprendizagem em escolas do Município e da região.

A IES dispõe hoje com 17 laboratórios na área da Saúde:

1. Laboratório de Anatomia;
2. Laboratório Ossário;
3. Laboratório de Bioquímica;
4. Laboratório de Microscopia;
5. Laboratório de Toxicologia;
6. Laboratório de Fundamentos da Enfermagem;
7. Laboratório de Semiologia;
8. Laboratório de Química e Física;
9. Laboratório de Farmacobotânica e Farmacognosia;
10. Laboratório de Farmacotécnica;
11. Laboratório de Controle de Qualidade de Medicamentos e Análise de Alimentos;
12. Laboratório de Parasitologia;
13. Laboratório de Patologia;
14. Laboratório de Microbiologia;
15. Laboratório de Obstetrícia;
16. Laboratório de Fisiologia;
17. Laboratório de Biofísica.

Observa-se que o Laboratório de Fisiologia e Biofísica ficam no mesmo ambiente.

A UnirG conta com campos de atuação e laboratórios que têm a abordagem multiuso, voltados para o atendimento das necessidades gerais da comunidade, por exemplo: LabTau, NEES, NPJ, Clínica Escola de Fisioterapia, Clínica Escola de Odontologia, Clínica Escola de Enfermagem, SePsi, Núcleo de Práticas Administrativas, Escritório Modelo de Contabilidade,

PROAFE, Universidade da Maturidade de Gurupi - UMG, assim como 08 (oito) laboratórios de informática.

Núcleos

Quadro 7 - Campos de atuação - Núcleos

Núcleos	Vínculo
Núcleo de Formação Permanente – NUFOPE	Reitoria/PROGRAD
Núcleo Docente Estruturante Institucional – NDEI	Reitoria/ PROGRAD
Núcleo Docente Estruturante – NDE	PROGRAD/ Coordenações
Núcleo de Tecnologia da Informação-NTI	Fundação UnirG/Reitoria
Núcleo de Atendimento Educacional Especializado (ATENDEE) comporta o Help - Assistência Universitária Central de informação faz encaminhamentos órgão de apoio	PROECAE
Núcleo de Comunicação	Reitoria
Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP)	PROECAE/ Psicologia
Núcleo de Educação a Distância (NED)	PROGRAD
Núcleo Permanente de Processo Seletivo – CPPS	PROGRAD
Núcleo de Práticas Administrativas	PROGRAD/ Administração
Núcleo de Produção Multiplataforma (comporta os laboratórios de Áudio e Vídeo)	PROGRAD/ Jornalismo
Centro de Vida Saudável – comporta o PROAFE	PROGRAD/ Educação Física
Núcleo de Práticas Jurídicas	PROGRAD/Direito
Núcleo de Execução de Estágio da Saúde- NEES	PROGRAD/Medicina
Núcleo Comum de Disciplinas, Núcleos Comuns por Áreas, Núcleos Comuns por Cursos	PROGRAD
Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT (depósito de registros, patentes e marcas da IES, até 2020)	PROPESQ
Núcleo de Apoio à Ciência - NAC - estrutura administrativa e técnica para pesquisa institucional	PROPESQ
Comitê de Ética em Pesquisa – CEPE	Reitoria/PROPESQ
Núcleo de Apoio à Ciência	PROPESQ
Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT	PROPESQ
Núcleos de apoio para estágio nos locais: Clínica de Odontologia, Clínica	
Escola de Fisioterapia, SePsi, Ambulatório, Núcleo de Práticas Jurídicas- NPJ, Núcleo de Ciências Contábeis, Clínica Escola de Enfermagem, Núcleo de Práticas Administrativa etc.	

O Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI, responsável pelas operações da inclusão digital, sistema informatizado que está à disposição na UnirG, ora em implantação de novo sistema, o SEI. O NTI disponibiliza aos estudantes, computadores distribuídos nos labins para que os acadêmicos possam realizar suas pesquisas e demais atividades acadêmicas. É responsável pelos equipamentos e manutenção do sistema e dos equipamentos em atividade e aqueles colocados à disposição dos corpos docente e técnico-administrativos na IES. Conforme informação do seu gestor, há 08 (oito) laboratórios de informática, sendo distribuídos nos campi: 02 no Campus I, 03 no Campus II, 01 no Núcleo de Ensino a Distância, 01 no Escritório Modelo de Contabilidade, 01 no Núcleo de Práticas Jurídicas.

A UnirG comporta também o Núcleo de Produção Multiplataforma onde são abrigados os laboratórios de Áudio e Vídeo que dão suporte às aulas práticas e aos estágios do curso de Jornalismo.

Há também a Incubadora Inovo, um programa de prática que vai além da formação profissional. É disponibilizado aos incubados um espaço físico com preço acessível, assessoria e consultoria, infraestrutura, limpeza, serviços de internet, telefonia, segurança, rede de contatos com incubados e incubadoras; as empresas podem permanecer instaladas na incubadora por um período de dois anos, que pode ser prorrogado por mais um ano, de acordo com as especificidades do projeto. O Inovo é parte integrante do projeto Inova Gurupi, cujo intuito é fomentar o desenvolvimento local, com vistas ao crescimento não só da região Sul, mas que todo o Estado também invista nas pessoas e promova educação empreendedora. O Inova é uma incubadora de Base Mista, que objetiva desenvolver produtos e serviços a partir das potencialidades locais. O Inova Gurupi trabalha com três programas: Educação Empreendedora, Alfabetização Científica, e Habitats de Inovação.

O Conselho Gestor Interinstitucional que foi criado pelo Decreto Municipal nº 0847, de 12 de junho de 2015, dentro do Programa Inova Gurupi, e envolve os gestores das três IES públicas de Gurupi: UnirG, UFT e IFTO e, atualmente conta as participações de gestores convidados dos demais Campi do IFTO da região sul.

5.3. Infraestrutura de informação

O Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI é um órgão suplementar que tem por missão: Planejar, pesquisar, aplicar e desenvolver produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicação, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa, do ensino, da

extensão e da administração na Fundação UnirG e na academia. Está estruturado para atender em todos os locais da IES.

Com a modernização do ensino e as novas tecnologias no mercado, esta instituição vem agregando ferramentas que possibilitam a seus usuários facilidade, agilidade nas diversas atividades. Com a implantação do Sistema SEI, permite-se que os acadêmicos realizem diversas atividades *online* por meio de requerimentos digitais, a exemplo de Declarações, Avaliação especial, Atestado ENADE, Atestado de frequência, entre outros. O professor, por sua vez, realiza seus registros de aulas *online*, gerando e assinando diários digitalmente, eliminando desperdício de papel, impressora e mão de obra humana, trazendo economia institucional.

No segundo semestre de 2019, estão sendo disponibilizados os *apps mobile* nas versões Android e IOS, para maior facilidade no acesso para acadêmicos e servidores docentes e técnico-administrativos. Com o *UNIRG Mobile*, acadêmicos poderão, pelo celular:

- Acompanhar sua vida financeira na instituição e emitir boletos disponíveis para pagamento;
- Receber notificações (via *pushed*) de todas suas principais atividades e pendências junto à instituição (pendências de documentos, disponibilidade de material etc.);
- Acompanhar todos os requerimentos (de documentos, declarações e outros) realizados pela secretaria da instituição, *online*;
- Visualizar suas notas, parciais e finais, de cada disciplina;
- Acompanhar seu calendário acadêmico, incluindo horário de aulas e datas importantes para a instituição;
- Visualizar suas mensagens do portal do aluno, enviadas por professores, colegas e pela instituição;
- Baixar materiais de estudo, disponibilizado pelos professores.

O Aplicativo *UNIRG Mobile Professor* é o APP destinado para professores da IES que utilizam a plataforma educacional SEI. Com o aplicativo, os docentes poderão realizar pelo seu celular:

- Registro de aulas;
- Lançamentos/cadastros de notas;
- Receber notificações (via *pushed*) de suas mensagens recebidas no SEI;
- Visualizar suas mensagens do portal do professor.

Com os avanços tecnológicos, a UnirG é uma das primeiras Instituições de Ensino Superior a se adequar às normas tecnológicas da Portaria MEC nº 1.095, de 25/10/2018, a exemplo, os diários eletrônicos e históricos acadêmicos.

Recentemente, a UnirG integrou ao *Sistema SEI* à Biblioteca Virtual, possibilitando ao público cadastrado acessar obras originais a partir de qualquer lugar do mundo e no horário

desejado. Com a biblioteca digital é possível a alunos e professores consultar o acervo utilizando computadores, *tablets*, *notebooks* ou *smartphones*. Essa praticidade e agilidade podem contribuir para que mantenham ainda mais interesse nos estudos.

Acesso simultâneo: a biblioteca digital favorece ainda o acesso aos livros de maneira simultânea a todos os alunos e professores, eliminando não apenas a necessidade de uma fila de espera para utilizar o mesmo material, como também a preocupação da sua disponibilidade. Elimina a necessidade de uma estrutura física nas instituições de ensino, que gera custos muito maiores. Está baseada em tecnologias que ajudam a otimizar o tempo e os estudos.

A biblioteca digital é uma solução ideal que a UnirG disponibiliza para funcionários, professores e alunos, garantindo um conteúdo de qualidade e oferecendo um bom complemento para o crescimento profissional.

Objetivo 1 – Modernizar a oferta do serviço do Núcleo de Tecnologia da Informação.

Quadro 8 - Metas dos serviços do Núcleo de Tecnologia da Informação

METAS	AÇÕES	PERÍODO DE EXECUÇÃO	INDICADORES	RESPONSÁVEL
Consolidar Sistema <i>Sei</i> e APPs para uso pelos Docentes, acadêmicos e servidores técnico-administrativos	Consolidar o Sistema <i>Sei</i> Entregar o Diploma Digital Aplicativo <i>UNIRG Mobile Professor</i> e o APP destinado para professores <i>APPS MOBILE</i> nas versões Android e IOS	2019-2023	Número de ações de aprimoramento efetivadas	Fundação UnirG NTI

5.4. Núcleo de Tecnologia da Informação

Atualmente a infraestrutura do núcleo de tecnologia de informação da IES é suficiente para atender a comunidade acadêmica, entretanto pensando na expansão já se encontra em processo de licitação, aguardando os procedimentos legais, a aquisição de mais equipamentos, conforme documentos em anexo. Como o quantitativo já é suficiente, a aquisição de novos equipamentos garantirá a expansão da rede de atendimento informatizado até o período final de vigência deste documento.

Os equipamentos e disposição deles, hoje na IES é o seguinte:

Rede de internet institucional	
Campus I	100mb Link Dedicado
Campus II	100mb Link Dedicado
Centro Administrativo	50mb Link Dedicado
Clínica de Odontologia	20MB
Núcleo de Prática Jurídica	20MB
Ambulatório de Saúde	20MB
Estágio de Saúde	20MB
Clínica de Enfermagem	20 MB
TOTAL DE 250MB Link Dedicado + 100MB Link não dedicado, Total de Internet: 330MB de Link disponível para uso pela UnirG	

Equipamentos Roteadores UniFi	
Campus I	54 roteadores
Campus II	28 Roteadores
Centro Administrativo	6 Roteadores
Ambulatório de Saúde	3 Roteadores DLINK
Núcleo de Prática Jurídica	3 Roteadores DLINK
Coordenação de Odontologia	6 Roteadores DLINK
Clínica de Enfermagem	1 Roteador DLINK
TOTAL DE 101 ROTEADORES Wi-Fi	

Equipamentos dos Laboratórios de Informática	
Centro Administrativo - Labin Contábeis	23 máquinas
Campus I - Labin D	30 computadores
Campus I - Labin F	24 computadores
Campus 2 - LABIN 5	21 computadores
Campus 2- LABIN 6	24 computadores
Campus - Núcleo de Ensino a Distância	30 computadores
TOTAL DE 6 LABORATÓRIOS DISPONÍVEIS A COMUNIDADE ACADÊMICA COM 152 COMPUTADORES LICENCIADOS E COM ACESSO À INTERNET.	

Plano de expansão do número de equipamentos	
Está em licitação para 2020 mais um laboratório	24 máquinas
	20 roteadores
Capacidade da rede de internet	Mais 200MB de link dedicado exclusivo

para discentes

POTOCOLOS DE LICITAÇÃO E EXPANSÃO – ANEXOS

5.5. Biblioteca Universitária

O Sistema de Bibliotecas Universitárias da UnirG – SBU/UnirG atende a mais de 5000 (cinco mil) usuários entre alunos, professores e servidores da Instituição. O SBU é composto atualmente por duas bibliotecas, distribuídas nos campi I e II. Possui o acervo total de 64.549 livros e periódicos distribuídos em 25.672 títulos, conforme visto no quadro que segue. Recentemente foi adquirido a plataforma 'Minha Biblioteca' com seus mais 7000 (sete mil) títulos, os quais agregam acervo desta Universidade.

Quadro 9 - Quantidade de títulos e exemplares do acervo por curso

Cursos	Livros/periódicos/TCCs	Exemplares
Administração	2903	6253
Ciências Contábeis	1789	4758
Ciências da Computação	1237	3241
Direito	5995	13225
Educação Física (Bacharelado)	210	1180
Educação Física (Licenciatura)	264	1645
Enfermagem	1029	2973
Engenharia Civil	268	1761
Farmácia	807	2843
Fisioterapia	786	3791
Jornalismo	137	530
Letras	2991	5727
Medicina	2288	6262
Odontologia	1100	2392
Pedagogia	3704	7144
Psicologia	164	824
Total	25672	64549

Fonte: Dados gerados pelo sistema SEI

A atualização do acervo ocorre anualmente e é feita com base nas demandas apresentadas pelos usuários, pelos cursos de graduação e pós-graduação, e pelos projetos de

pesquisa. A aquisição das obras é realizada por meio de solicitação à Reitoria/Fundação UnirG pelos coordenadores dos cursos, conforme a demanda dos professores, considerando a atualização constante e enviadas à biblioteca para compor o acervo.

Com a recente integração da Biblioteca Virtual ao Sistema SEI, é possível que o público cadastrado, acadêmicos, docentes e técnico-administrativos acessem obras originais a partir de quaisquer lugares do mundo, no horário desejado, por meio de computadores, *tablets*, *notebooks* ou *smartphones*. A praticidade e agilidade de consultas mantém o interesse do acadêmico, assim como pode cooperar na sua permanência na instituição.

A Biblioteca digital repousa em tecnologias que ajudam a otimizar o tempo e os estudos; elimina o desconforto, a ansiedade no uso de uma obra, pois agora, o acesso é simultâneo aos docentes e acadêmicos, ou outro, além de minimizar a necessidade de uma estrutura física imensa, o que geraria maior custo à instituição.

5.6. Plano de Acessibilidade aos Portadores de Necessidades Especiais

A Universidade de Gurupi-UnirG, desde suas origens, demonstra preocupação em levar educação de qualidade para as pessoas de todas as classes, credos e raças, respeitando todo e qualquer tipo de necessidade ou dificuldade de ordem física ou cognitiva.

Desta forma, desenvolve uma política de acessibilidade de modo a garantir o atendimento à Portaria MEC nº 3.284, de 7/11/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, bem como ao Decreto 5.296/04 e a Lei nº13.146/15, que estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Com relação aos alunos portadores de deficiência física, as instalações da Instituição atendem aos seguintes requisitos:

- Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
- Reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;
- Rampas e/ou elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- Colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;

- Instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

No que concerne a alunos portadores de deficiência visual, a Instituição assume o compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso de:

- Manter sala de apoio equipada como máquina de datilografia *braille*, impressora *braille* acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, *software* de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado ao computador;

- Adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em *braille* e de fitas sonoras para uso didático. Quanto aos alunos portadores de deficiência auditiva, a IES assume o compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso;

- Propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;

- Adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;

- Estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;

- Proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

A respeito do tratamento diferenciado, a instituição está comprometida em disponibilizar as seguintes estruturas:

- Assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;
- Mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;

- Serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdo-cegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;

- Pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;

- Disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

- Sinalização ambiental para orientação;

- Divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

- Admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador em locais e edificações de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal; e

- Existência de local de atendimento específico.

Além disso, em atendimento ao disposto pela Lei N° 12.764/12, referente aos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, mantém estrutura para atendimento no HELP, com a qual o aluno pode, por meio de agendamento, ter o atendimento especializado.

5.7. Plano de Segurança contra Incêndios

Responsável pela Elaboração do Relatório Técnico: ELIZALDO FILHO - Eng. Civil e Seg. do Trab.

REGISTRO: CREA N° 1014038022D-GO

PORTARIA N° 949/2018

1.1.1. Campus I: Bloco E F

Processo: 2019.02.053095

Data de Início: 04/11/2019

Data Conclusão: 19/03/2020

Valor Obra Bloco E: **R\$ 413.661,31**

Valor Obra Bloco F: **R\$ 413.661,31**

Valor Aditivo: **R\$ 82.995,71**

Valor Total da Obra: **R\$ 910.318,33**

A obra encontra-se concluído, aguardando vistoria do Corpo de Bombeiros.



Imagem 3 - Foto 01 – Bloco Azul (F)



Imagem 4 - Foto 02 – Bloco Azul (F)



Imagem 5 - Foto 03 – Bloco Vermelho



Imagem 6 - Foto 04 – Bloco Vermelho

Campus II:**Processo: 2019.02.055410****Data de Início: 06/01/2020****Data Conclusão: 06/05/2020****Valor Obra: R\$ 311.944,60****Valor Aditivo: R\$ 125.854,84****Valor Total da Obra: R\$ 437.799,44**

A obra encontra-se fase de conclusão. Para posterior solicitar vistoria do Corpo de Bombeiros.



Imagem 7 - Foto 01 – Campus II

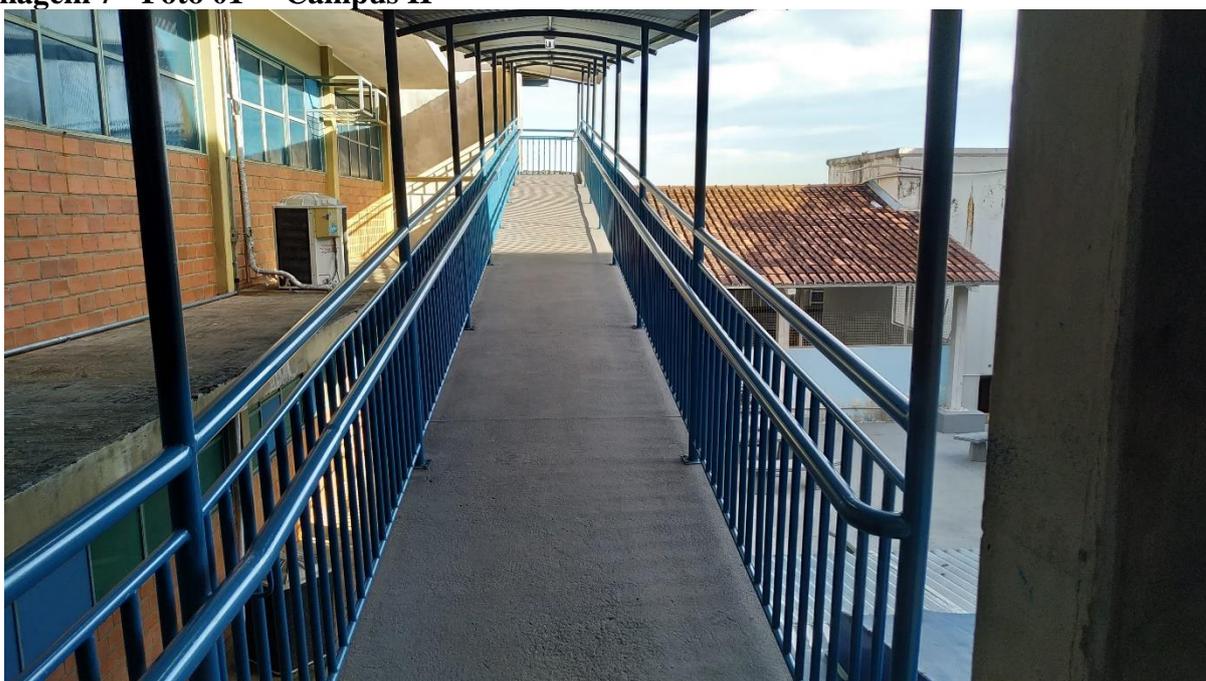


Imagem 8 - Foto 02 – Campus II

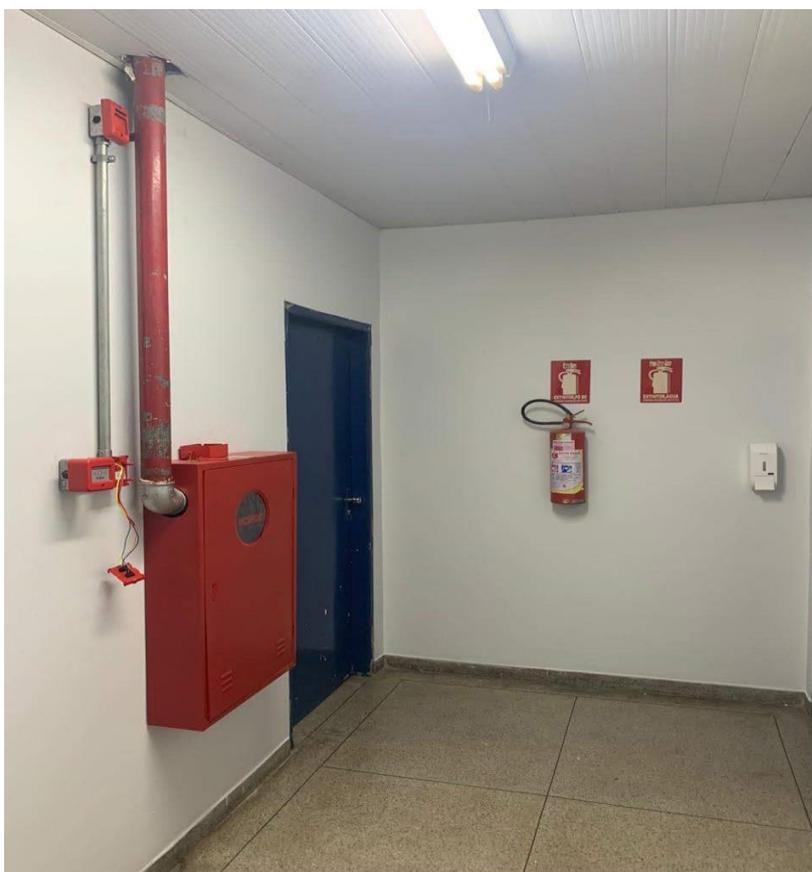


Imagem 9 - Foto 03 – Campus II

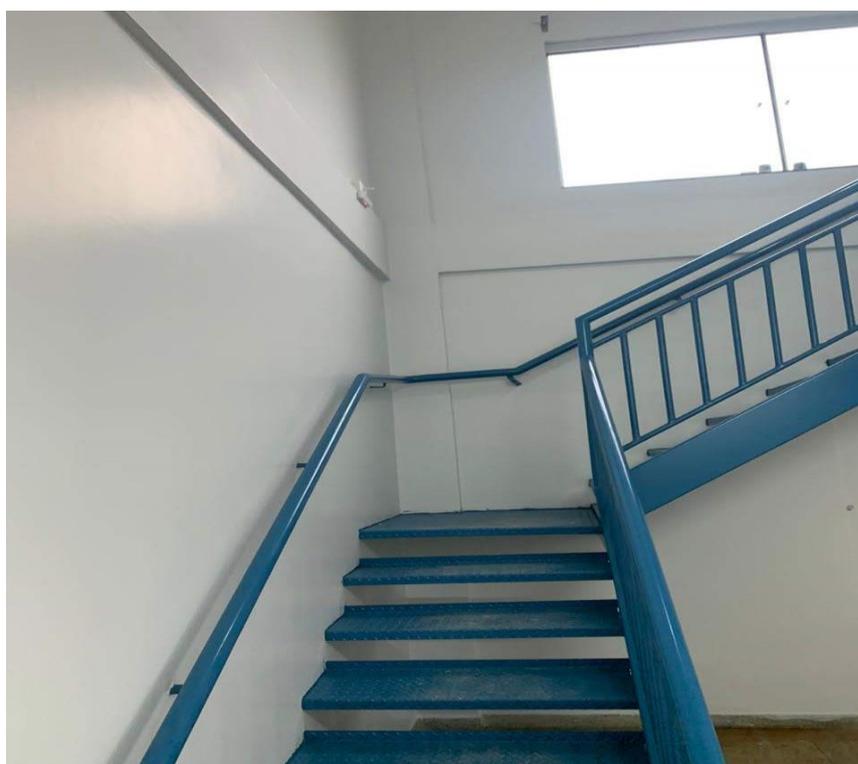


Imagem 10 - Foto 04 – Campus II



Imagem 11 - Foto 05 – Campus II



Imagem 12 - Foto 06 – Campus II



Imagem 13 - Foto 07 – Campus II



Imagem 14 - Foto 08 – Campus II

1.1.2. Centro Administrativo:

Processo: 2019.02.055411

Data de Início: 23/03/2020

Data Conclusão: 22/05/2020

Valor Total da Obra: **R\$ 133.233,76**

A obra encontra-se fase inicial. Para posterior solicitar vistoria do Corpo de Bombeiros.



Imagem 15 - Foto 01 – Centro Administrativo



Imagem 16 - Foto 02 – Centro Administrativo

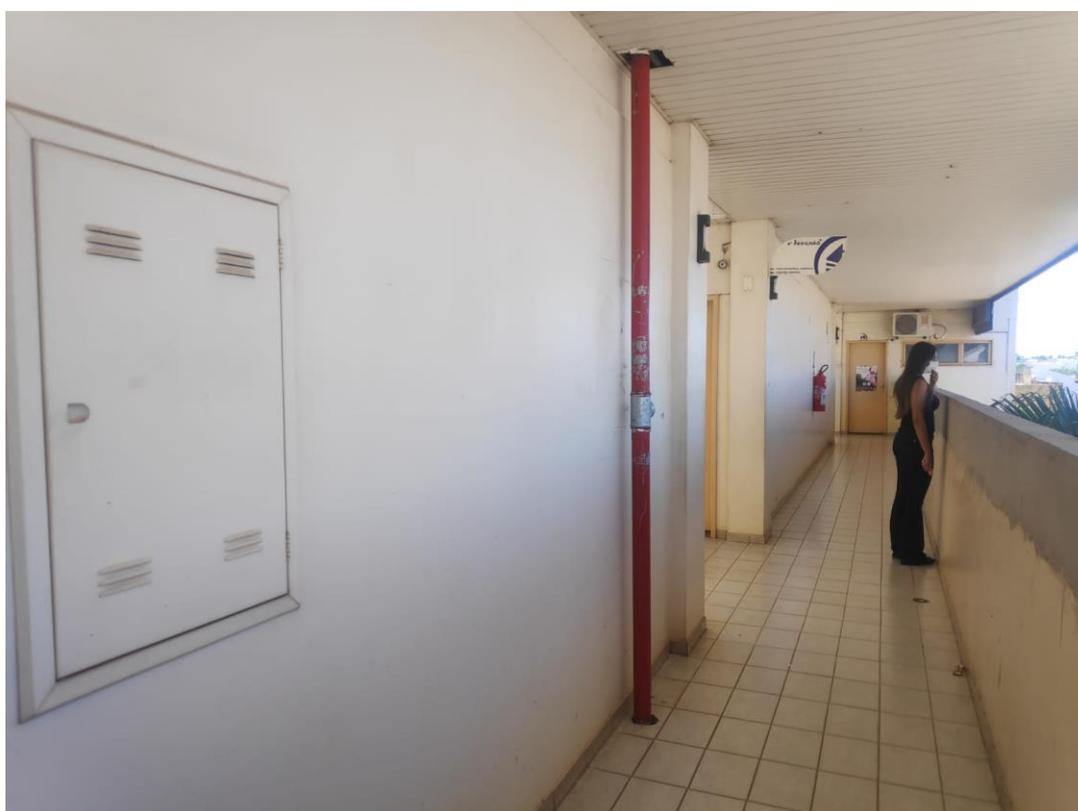


Imagem 17 - Foto 03 – Centro Administrativo

1.1.3. Ambulatório:

Encontra-se com projeto aprovado e em fase de elaboração de orçamento.

1.1.4. Bloco C:

Encontra-se fase de elaboração do projeto.

6 CONCLUSÃO

Neste Projeto Pedagógico buscamos apresentar todas as possibilidades que o curso oferecerá em virtude da nova resolução e das novas perspectivas da educação física como um todo, formando as bases e normas que podem conduzir há as ações necessárias no intuito de consolidação do Curso de Graduação em Educação Física da Universidade de Gurupi UnirG.

Compreender a Educação Física nesse momento de transição, quer seja conceitual ou atitudinal, é fundamental para a reestruturação de um curso com esta importância, assim todas as ações aqui descritas tem como foco central a formação de um profissional qualificado e capaz de atuar efetivamente no mercado de trabalho, não só como um produtor, mas sim como um transformador da realidade social onde estará inserido, quer seja pela condução da população a uma vida ativa e saudável, quer seja pela conscientização das reais necessidades para manutenção da saúde ou então modificando o “*status quo*” da formação esportiva, que hoje está a quem das possibilidades do micro e macro região.

Nesta perspectiva, buscaremos, com esta nova estrutura pedagógica, a consolidação na formação de profissionais atuantes e importantes para a sociedade.

REFERÊNCIAS

DECRETO nº 5.296/2004 – regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e a nº 10.098/2000 que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade, e dá outras providências. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm).

UNIVERSIDADE DE GURUPI DE GURUPI. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Gurupi, 2012.

GURUPI. Prefeitura Municipal. Plano Municipal de Água e Esgoto: Gurupi: Minuta, outubro. 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 31 de Março de 2004**.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei Nº 9.696, de 1º de setembro de 1998**.

COESP – EF (Comissão de Especialistas de Ensino em Educação Física). **Proposta de Diretrizes Curriculares** – Curso de Graduação em Educação Física. 1999

FERREIRA, Leila. **Sociologia no Horizonte do séc. XXI**. São Paulo: Boitempo, 1997.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1983.

MOREIRA, Wagner W. **Educação Física e Esportes: perspectivas para o século XXI**. Campinas, Papirus, 1992.

NOZAKI, H.J; QUELHAS, A. A.; A formação do professor de educação física e as novas diretrizes curriculares frente aos avanços do capital. **Motrivivência**, 26(1): 69-87, 2006.

PENNA, A. M. Sistema CONFEF/CREFs: **a expressão do projeto dominante de formação humana na educação física**. Dissertação de mestrado (Mestrado em Educação), Niterói: Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 2006.

PIRES, R.G.; Formação profissional em educação física no Brasil: suas histórias, seus caminhos. **Revista da Faced**, nº 10, 2006.

SILVA, Ana Célia Bahia. **Projeto Pedagógico: instrumento de gestão e mudança**. Belém: UNAMA, 2000. 145 p.

SILVA F. A. C.; MIRANDA S. T.A. DE. AMORIM A. S. DE C. A implementação da Educação Física Adaptada em um laboratório de Tecnologia Assistiva interdisciplinar: oportunidades, desafios e perspectivas. **Artigo**. Universidade de Gurupi UnirG CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior 2013.

SOUZA, Luiz Marques de & CARVALHO, Sérgio Waldeck. **Compreensão e produção de Textos**. 4. ed. Petrópolis, Vozes, 1995.

TAFFAREL, C. Z; LACKS, S.; JUNIOR, C. de L.S; et al. Formação de professores de educação física para a cidade e para o campo. in: **Pensar a Prática** 9/2: 153-179, jul./dez. 2006

TAFFAREL, C; LACKS, S; JUNIOR, C. de L.S. Formação de professores de educação física: estratégia e táticas. **Motrivivência**, Nº 26, P. 89-111 Jun./2006

